



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIX Nº 134 TERÇA-FEIRA, 02 DE SETEMBRO DE 2014

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º - Magno Malta - (PR-ES)
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
3º - João Durval - (PDT-BA)
4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 26</p> <p>Líder Eunício Oliveira - Bloco (63,70)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 19 Eunício Oliveira (63,70)</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104) Vital do Rêgo (107)</p> <p>Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64)</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88)</p> <p>Líder do PSD - 1 Sérgio Petecão (84,87)</p> <p>Líder do PV - 1 Paulo Davim (75)</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PCdoB/PSOL/PRB) - 23</p> <p>Líder Humberto Costa - Bloco (116,121)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,67,102) Inácio Arruda (89,96,115,127) Marcelo Crivella (36,120,128)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 13 Humberto Costa (116,121)</p> <p>Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,95) Anibal Diniz (25,99) Paulo Paim (94) Eduardo Suplicy (103)</p> <p>Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz (49,55,67,102)</p> <p>Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86)</p> <p>Líder do PCdoB - 2 Vanessa Grazziotin (1,91,117)</p> <p>Vice-Líder do PCdoB Inácio Arruda (89,96,115,127)</p> <p>Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,76)</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (36,120,128)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM/SD) - 17</p> <p>Líder Vice-Líderes Mário Couto (34,61,123) Jayme Campos (28,106,110,124)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 12 Aloysio Nunes Ferreira (7,68,113)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (80) Paulo Bauer (5,35,74,79)</p> <p>Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,46,77)</p> <p>Líder do SD - 1 Vicentinho Alves (42,54,71,111)</p>
<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 10</p> <p>Líder Gim - Bloco (56,58,59)</p> <p>Vice-Líder Alfredo Nascimento (41,66)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 6 Gim (56,58,59)</p> <p>Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino (125) Mozarildo Cavalcanti (57,126)</p> <p>Líder do PR - 4 Alfredo Nascimento (41,66)</p> <p>Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92)</p> <p>Líder do PSC - 0</p>	<p>Governo Líder Eduardo Braga - Governo (39)</p> <p>Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Jorge Viana Vital do Rêgo (107)</p>	<p>PSB - 4 Líder Rodrigo Rollemberg - PSB (69,101)</p> <p>Vice-Líder Lídice da Mata (29,38,82,129)</p> <p>PROS - 1 Líder Ataídes Oliveira - PROS (98,108,114)</p>

EXPEDIENTE

<p>Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Coordenador Industrial</p>	<p>Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários</p> <p>Quesia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar</p>
--	--

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 127ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 1º DE SETEMBRO DE 2014	5
1.1 – ABERTURA.....	5
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE.....	5
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação	
1.2.1.1 – Avisos do Banco Central do Brasil	
Nº 55/2014 (nº 80/2014, na origem), encaminhando o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de julho de 2014, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.....	5
Nº 57/2014 (nº 82/2014, na origem), encaminhando as Demonstrações Financeiras referentes ao 1º semestre de 2014.....	18
1.2.1.2 – Aviso do Ministro de Estado da Fazenda	
Nº 56/2014 (nº 259/2014, na origem), encaminhando o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de julho do corrente, e as tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.....	53
1.2.1.3 – Projetos de Lei do Senado	
Nº 256/2014, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, que <i>autoriza a aquisição de leite, por meio de leilões públicos, no âmbito das aquisições do Governo Federal, de pequenos produtores dos Municípios da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene</i>	117
Nº 257/2014, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, que <i>regulamenta o inciso V do art. 37 da Constituição, para prever os casos, condições e percentuais mínimos de preenchimento, por servidores de carreira, dos cargos em comissão na administração pública federal</i>	120
1.2.1.4 – Ofício do Grupo Parlamentar Brasil-Azerbaijão	
Nº 2/2014, na origem, comunicando sua composição e eleição e posse de sua Diretoria (vide item 2.1).	122
1.2.2 – Oradores	
SENADOR ODACIR SOARES – Apoio à PEC que permite a unificação das polícias civis e militares.	122
1.2.3 – Mensagem da Presidente da República	
Nº 251/2014, na origem, encaminhando o Projeto de Lei nº 13/2014-CN, que <i>estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015</i> . Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria (vide item 4.1)	126
1.2.4 – Oradores (continuação)	
SENADOR RUBEN FIGUEIRÓ – Defesa do presidenciável Aécio Neves como o candidato supostamente mais bem preparado para governar o País.....	127
1.2.5 – Comunicação da Presidência	
Término do prazo de vigência, sexta-feira última, da Medida Provisória nº 644/2014	130
1.2.6 – Oradores (continuação)	
SENADOR FLEURY – Críticas ao Governo Federal pela suposta inexistência de políticas públicas de incentivo ao setor sucroalcooleiro.....	130
SENADOR ANIBAL DINIZ – Reconhecimento de dificuldades na expansão do Plano Nacional de Banda Larga.	130
1.3 – ENCERRAMENTO.....	136
2 – ATA	
2.1 – GRUPO PARLAMENTAR BRASIL-AZERBAIJÃO	
Ata da reunião de instalação	136
3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL EM 1º.9.2014	146
4 – SUPLEMENTOS À PRESENTE EDIÇÃO	
4.1 – MENSAGEM DA PRESIDENTE DA REPÚBLICA	
Nº 251/2014, na origem, encaminhando o Projeto de Lei nº 13/2014-CN, que <i>estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015</i> (Suplemento “A”)	
4.2 – SECRETARIA-GERAL DA MESA	
4.2.1 – Resenha dos trabalhos legislativos de 1º a 31 de agosto de 2014 (Suplemento “B”)	

4.2.2 – Ata de Comissão Temporária (Suplemento “C”)**SENADO FEDERAL****5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL**

Por Unidade da Federação	147
Bancadas dos Partidos	148
Por ordem alfabética	149

6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL 150**7 – LIDERANÇAS** 151**8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO** 156**9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS** 159**10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES**

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos	168
CAS – Comissão de Assuntos Sociais.....	177
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	181
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte.....	188
CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.....	193
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	204
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	212
CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura.....	221
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.....	230
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária	238
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	243
CSF – Comissão Senado do Futuro.....	246

11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17/1993).....	247
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20/1993)	248
Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40/1995)	249
Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9/2013).....	249
Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1/2005).....	249
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2/2001).....	250
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35/2009).....	252
Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14/2010)	254
Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42/2010)	256
Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15/2012).....	258
Conselho da Comenda Dorina Gouveia Nowill (Resolução nº 34/2013)	260
Conselho da Comenda Senador Abdias Nascimento (Resolução nº 47/2013)	262

CONGRESSO NACIONAL**12 – COMISSÕES MISTAS**

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1/2006)	264
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4/2008).....	272
Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2/2007).....	276
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883/1999).....	277
CMCVM – Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (Resolução nº 1/2014).....	278
CMCLP – Comissão Mista de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Resolução nº 2/2014)	279
Comissões Mistas Especiais.....	280
Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito	284

13 – CONSELHOS E ÓRGÃO

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70/1972)	289
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389/1991)	290
Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1/2011).....	294

Ata da 127ª Sessão, Não Deliberativa, em 1º de setembro de 2014

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência dos Srs. Ruben Figueiró e Odacir Soares.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se às 15 horas e 26 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB - MS) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

É o seguinte o expediente:

AVISOS DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

AVISO Nº 55, DE 2014

Aviso 80/2014–BCB

Brasília, 26 de agosto de 2014.

A Sua Excelência o Senhor
José Renan Vasconcelos Calheiros
Presidente do Senado Federal
Senado Federal – Praça dos Três Poderes
70165-900 Brasília – DF

Assunto: Demonstrativo das emissões do real.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que estabeleceu as condições para emissão do real, a fórmula de apuração das emissões realizadas e as bases para o acompanhamento e controle monetário, encaminho a Vossa Excelência o anexo demonstrativo das emissões referentes ao mês de julho de 2014, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

Atenciosamente,


Alexandre Antonio Tombini
Presidente

Anexo: 1.

**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

Anexo ao Aviso 80/2014–BCB, de 26 de agosto de 2014

Demonstrativo das emissões do real – Mês de julho de 2014

- I. A base monetária restrita e a emissão
- II. A base monetária ampliada
- III. Os meios de pagamento (M1) e o multiplicador
- IV. Os meios de pagamento amplos
- V. Anexos

DEMONSTRATIVO DAS EMISSÕES DO REAL

I – A base monetária restrita e a emissão

A média dos saldos diários da base monetária atingiu R\$226 bilhões em julho, após acréscimos de 1,2% no mês e de 6,8% em doze meses. A variação mensal refletiu o crescimento de 6,8% nas reservas bancárias e a estabilidade no saldo de papel-moeda emitido.

Demonstrativo de emissões do real	
Julho - 2014	
Discriminação	R\$ bilhões
A - Emissão monetária autorizada para o 3º trimestre/2014 ^{1/} (Voto CMN nº 61/2014)	257,60
B - Emissão monetária realizada ^{2/}	225,99
b.1 - Usos ^{2/}	225,99
b.1.1 Papel-moeda emitido	185,33
b.1.2 Reservas bancárias	40,66
b.2 - Fontes	225,99
b.2.1 Saldos em 30.06.2014	222,86
b.2.1.1 Papel-moeda emitido	184,54
b.2.1.2 Reservas bancárias	38,32
b.2.2 Fluxos em julho/2014 ^{3/}	3,14
b.2.2.1 Operações com o Tesouro Nacional	33,37
b.2.2.2 Operações com títulos públicos federais	-35,09
b.2.2.3 Operações com o setor externo	10,78
b.2.2.4 Operações com o sistema financeiro	-5,98
C - Saldo de emissão (A - B)	31,61
D - Reservas internacionais disponíveis	854,34
E - Lastro monetário exigido (reservas internacionais vinculadas)	257,60
F - Reservas internacionais excedentes (D - E)	596,74

1/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do trimestre.
2/ Média dos saldos nos dias úteis.
3/ Média dos fluxos acumulados nos dias úteis.

Base monetária e componentes									
Média dos saldos nos dias úteis									
R\$ milhões									
Período	Papel- moeda emitido	Variação percentual		Reservas bancárias	Variação percentual		Base monetária	Variação percentual	
		Mês	12 meses		Mês	12 meses		Mês	12 meses
2012 Jan	153 970	-3,9	8,1	46 614	1,7	-6,1	200 565	-2,6	4,4
Fev	151 623	-1,5	10,2	42 930	-7,9	-7,3	194 553	-3,0	5,8
Mar	147 901	-2,5	9,1	42 503	-1,0	-8,0	190 404	-2,1	5,3
Abr	147 515	-0,3	8,9	42 063	-1,0	-5,3	189 578	-0,4	5,4
Mai	138 008	0,3	10,8	42 076	0,0	-4,3	190 084	0,3	7,0
Jun	150 075	1,4	10,9	42 452	0,9	-5,1	192 526	1,3	6,9
Jul	153 473	2,3	12,5	44 009	3,7	1,1	197 482	2,6	9,7
Ago	154 185	0,5	12,3	42 803	-2,7	0,8	196 983	-0,2	9,6
Set	160 949	4,3	13,4	44 709	4,5	5,5	205 555	4,3	11,5
Out	161 991	0,6	12,6	44 134	-1,3	5,7	206 025	0,2	11,1
Nov	161 783	-0,1	11,7	44 744	1,4	5,4	206 509	0,2	10,3
Dez	180 419	11,5	12,6	50 450	12,8	10,1	230 869	11,8	12,1
2013 Jan	172 617	-4,3	12,1	54 144	7,3	16,2	226 760	-1,8	13,0
Fev	169 064	-2,1	11,5	45 883	-15,3	6,9	214 547	-5,2	10,5
Mar	166 055	-1,8	12,3	39 547	-13,8	-7,0	205 642	-4,3	9,0
Abr	164 484	-1,0	11,5	41 584	5,2	-1,1	205 043	0,2	8,7
Mai	165 310	0,5	11,7	42 598	2,4	1,0	207 908	0,8	9,4
Jun	166 860	0,9	11,2	37 283	-12,5	-12,2	204 153	-1,8	6,0
Jul	169 255	1,5	10,3	42 249	13,3	-4,0	211 544	3,6	7,1
Ago	170 533	0,7	10,6	42 445	0,5	-0,8	212 978	0,7	8,1
Set	176 118	3,3	9,6	38 850	-8,5	-13,1	214 965	0,9	4,6
Out	176 672	0,3	9,1	40 947	3,9	-3,6	217 019	1,0	5,3
Nov	179 575	1,6	11,0	41 973	4,0	-5,2	221 547	2,1	7,3
Dez	198 435	10,5	10,0	41 911	-0,1	-16,9	240 347	8,5	4,1
2014 Jan	189 960	-4,3	10,0	45 666	9,0	-15,7	235 625	-2,0	3,9
Fev	185 298	-2,5	9,6	42 528	-6,9	-7,3	227 827	-3,3	0,0
Mar	183 727	-0,8	10,6	39 415	-7,5	-0,3	229 142	-2,1	9,5
Abr	184 157	0,2	12,0	40 906	3,8	-1,6	225 065	0,9	9,2
Mai	181 536	-1,4	9,8	41 358	1,1	-2,9	222 883	-1,0	7,2
Jun	185 289	2,1	11,0	38 078	-7,9	2,1	223 367	0,2	9,4
Jul	185 391	0,0	9,5	40 683	6,8	-3,8	225 994	1,2	6,8

Entre os fluxos mensais dos fatores condicionantes da emissão monetária, destacaram-se as compras líquidas de divisas no mercado interbancário e os ajustes nas operações com derivativos, com impactos expansionistas respectivos de R\$11,4 bilhões e R\$2,6 bilhões. Em contraponto, as operações com títulos públicos federais, que incluem a atuação do Banco Central no ajuste da liquidez do mercado monetário, implicaram contração de R\$12,9 bilhões, refletindo vendas líquidas de R\$68,1 bilhões no mercado secundário e resgates líquidos de R\$55,2 bilhões no mercado primário.

Fatores condicionantes da base monetária						
Fluxos acumulados no mês						
R\$ milhões						
Período	Operações com o Tesouro Nacional	Operações com títulos públicos federais	Operações com o setor externo	Operações com o sistema financeiro	Operações com derivativos e ajustes	Variação da base monetária
2012 Jan	5.232	-22.620	193	13.911	185	-2.099
Fev	-23.613	-16.425	1.576	17.730	84	-20.347
Mar	-9.071	-14.681	17.719	16.844	-344	10.497
Abr	-10.291	-16.142	13.467	4.325	-132	-8.772
Mai	-14.994	13.738	2.224	-1.963	-526	-1.521
Jun	-4.226	12.447	422	-1.701	253	7.195
Jul	-3.624	-5.773	215	14.233	-281	4.709
Ago	-9.935	9.966	274	553	603	-52
Set	-1.016	-12.865	150	12.431	-105	-1.375
Out	-5.139	-8.641	261	14.972	44	2.557
Nov	-5.652	999	313	8.887	-279	4.269
Dez	-39.391	64.649	-10.975	10.114	-60	24.347
2013 Jan	5.991	-21.321	2.442	-3.894	-136	-16.908
Fev	-19.052	3.782	3.564	397	-53	-11.441
Mar	-4.777	1.692	6.118	-293	-45	2.693
Abr	-1.932	3.551	258	30	-3	1.904
Mai	-17.293	11.876	265	-3.436	0	-8.575
Jun	-5.758	29.186	-3.709	-6.235	33	13.518
Jul	-3.324	3.495	210	-6.195	1.722	-4.095
Ago	-11.830	19.768	-8.371	-2.609	2.379	-869
Set	-4.222	24.172	-3.240	754	-5.941	19.967
Out	-2.276	-3.546	-10.359	-2.135	-4.577	-18.440
Nov	-32.969	36.035	-2.654	-3.986	7.985	4.412
Dez	-43.059	89.635	-5.974	-5.666	49	39.963
2014 Jan	-22.782	-48.977	6.172	-10.430	3.920	-26.563
Fev	-16.764	32.242	594	-3.476	-6.335	1.724
Mar	2.869	7.744	3.690	-4.144	-6.205	3.343
Abr	-10.257	4.249	4.623	-202	-3.964	-5.551
Mai	-4.915	827	3.402	-4.802	-2.202	-7.691
Jun	1.271	4.158	8.178	-2.085	-3.307	8.037
Jul	7.823	-12.900	11.402	-8.172	2.503	736

1/ Não inclui operações com títulos.

II – A base monetária ampliada

A base monetária ampliada alcançou R\$3.357 bilhões, refletindo crescimento de 1,6% no mês e de 10,3% nos últimos 12 meses. Dentre seus componentes, o estoque dos títulos públicos federais fora da carteira da Autoridade Monetária expandiu 1,7% no mês, totalizando R\$2.777 bilhões. Esse resultado derivou, principalmente, da atualização da dívida mobiliária federal em poder do público.

Base monetária ampliada									
Saldo em final de período									
R\$ milhões									
Período	Base monetária	Depósitos compulsórios em espécie		Títulos públicos federais			Total	Variação percentual	
				Títulos do Tesouro Nacional				Mês	12 meses
		Remunerados ^{2/}	Não remunerados ^{2/}	Posição de carteira	Financiamento ^{4/}	Total			
2012 Jan	212 135	356 293	3 910	1719 941	424 504	2144 445	2717 485	1,3	11,1
Fev	191 489	341 760	4 058	1755 365	428 364	2183 729	2721 036	0,1	10,2
Mar	201 956	325 975	4 001	1765 095	451 119	2217 214	2749 145	1,0	10,1
Abr	193 184	323 157	3 958	1777 684	467 673	2245 367	2765 668	0,6	9,6
Mai	191 663	324 920	4 053	1816 478	439 544	2256 022	2776 658	0,4	9,3
Jun	198 658	322 419	4 095	1895 971	414 065	2280 609	2806 009	1,1	8,3
Jul	203 628	308 505	3 950	1751 486	531 258	2285 744	2811 826	0,2	7,4
Ago	203 576	308 632	2 189	1752 287	554 300	2306 587	2820 974	0,3	7,5
Sep	202 200	287 080	2 212	1781 004	566 540	2357 544	2859 036	1,3	8,4
Out	204 757	282 463	2 145	1825 576	575 800	2401 376	2899 741	1,1	8,9
Nov	209 625	274 113	1 980	1837 182	578 400	2416 582	2900 680	0,3	9,0
Dez	233 371	271 893	2 084	1890 138	497 400	2387 539	2894 997	-0,2	7,9
2013 Jan	216 464	276 530	1 881	1797 259	620 300	2417 559	2912 434	0,6	7,2
Fev	205 023	276 796	1 963	1826 483	610 600	2439 088	2922 873	0,4	7,4
Mar	207 717	277 934	1 884	1812 745	641 900	2454 645	2942 071	0,7	7,0
Abr	209 622	276 777	1 896	1805 753	662 020	2467 778	2958 072	0,5	6,9
Mai	201 046	278 909	1 954	1802 764	668 583	2489 347	2871 257	0,5	7,0
Jun	214 568	286 483	1 121	1866 044	638 267	2504 901	3007 055	1,2	7,2
Jul	210 471	292 202	1 086	1849 891	689 722	2539 613	3043 373	1,2	8,2
Ago	209 608	303 797	4 614	1876 902	669 243	2536 145	3054 154	0,4	8,3
Sep	229 575	302 343	4 353	1893 467	659 144	2552 611	3068 882	1,1	8,0
Out	211 135	304 286	4 324	1930 487	654 803	2585 290	3105 035	0,5	7,4
Nov	215 547	310 125	4 348	1978 938	603 162	2582 120	3112 139	0,2	7,3
Dez	249 510	319 317	4 269	2032 940	508 541	2541 481	3114 577	0,1	7,8
2014 Jan	222 947	330 080	4 067	1985 001	663 583	2628 584	3186 266	2,3	8,4
Fev	224 671	336 086	4 028	1988 311	826 879	2815 190	3179 896	-0,2	8,8
Mar	228 014	339 970	4 017	2004 771	831 000	2836 771	3207 772	0,9	9,0
Abr	222 463	339 115	4 185	2043 159	623 082	2666 251	3232 014	0,8	9,3
Mai	214 772	342 275	4 229	2034 629	646 693	2681 527	3242 807	0,3	9,1
Jun	222 659	344 909	4 195	2116 492	615 195	2731 688	3303 850	1,9	9,9
Jul	223 595	351 835	4 070	2080 885	666 529	2777 425	3358 924	1,6	10,3

1/ Títulos avaliados pela curva de rendimento do papel. Inclui emissões/resgates de títulos públicos federais sem impacto monetário.

2/ Depósitos vinculados ao SBPE: 6,17% a.a. + TR. Depósitos a prazo e exigibilidade adicional sobre depósitos à vista, a prazo e de poupança: SELIC, recursos de poupança não direcionados ao financiamento imobiliário e rural: 60% (Remuneração: 6,17% a.a. + TR se meta Selic for maior que 8,5% a.a. ou 70% da meta Selic + TR se meta Selic igual ou menor que 8,5% a.a.)

3/ A partir de fevereiro/2003 inclui os recursos de depósitos prévios para compensação e, a partir de agosto/2004, os recursos de depósitos à vista não aplicados em microfinanças e os decontos de deficiências de exigibilidades de aplicações em crédito rural.

4/ Inclui posições de financiamento líquido no dia do BCB/DEMAB (-) ou vendido (+) undersold, e posições da Res. nº 2306, de 28 de agosto de 1996.

III – Os meios de pagamento e o multiplicador

O saldo médio diário dos meios de pagamento restritos (M1) situou-se em R\$308,9 bilhões em julho, com elevação de 0,5% no mês, associada aos aumentos de 0,6% no papel-moeda em poder do público e de 0,4% nos depósitos à vista. A expansão do M1 acumulada em doze meses atingiu 2,6%.

<p>Meios de pagamento (M1) e componentes Média dos saldos nos dias úteis</p>									
R\$ milhões									
Período	Papéis-moedas em poder do público	Variação percentual		Depósitos à vista	Variação percentual		Meios de pagamento	Variação percentual	
		No mês	Em 12 meses		No mês	Em 12 meses		No mês	Em 12 meses
2012 Jan	124 375	-3,6	7,8	144 973	-4,3	-5,2	269 348	-4,0	0,4
Fev	121 778	-2,1	9,3	139 572	-3,7	-4,3	261 350	-3,0	1,6
Mar	119 740	-1,7	9,9	137 584	-1,4	-4,2	257 324	-1,5	1,9
Abr	116 363	-0,3	9,7	138 788	0,9	-2,6	258 151	0,3	2,7
Mai	119 790	0,4	10,9	139 104	0,2	-1,9	258 894	0,3	3,6
Jun	121 719	1,8	11,3	140 992	1,4	-0,7	262 711	1,5	4,5
Jul	124 241	2,1	12,4	144 314	2,4	1,0	268 555	2,2	6,0
Ago	125 078	0,7	12,7	140 952	-2,3	1,0	266 027	-0,9	6,2
Sep	130 159	4,1	14,3	144 380	2,4	3,5	274 539	3,2	8,4
Out	131 124	0,7	14,2	144 631	0,2	2,7	275 756	0,4	7,9
Nov	130 943	-0,1	12,9	147 187	1,8	5,7	278 120	0,9	9,0
Dez	145 642	11,2	12,9	167 439	13,6	10,6	313 081	12,5	11,6
2013 Jan	139 632	-4,0	12,4	160 661	-4,0	10,8	300 499	-4,0	11,6
Fev	135 768	-2,9	11,5	154 750	-3,7	10,9	290 518	-3,3	11,2
Mar	135 540	-0,2	13,3	154 458	-0,2	12,3	290 006	-0,2	12,7
Abr	124 434	-0,8	12,6	155 775	0,9	12,2	290 209	0,1	12,4
Mai	135 447	0,9	13,8	155 170	-0,4	11,5	290 617	0,1	12,3
Jun	136 619	0,9	12,2	159 603	2,9	13,2	296 222	1,9	12,6
Jul	138 532	1,7	11,8	161 988	1,5	12,2	300 920	1,6	12,1
Ago	140 257	1,0	12,1	157 462	-2,8	11,7	297 719	-1,1	11,9
Sep	145 038	3,4	11,4	159 411	0,6	9,7	303 450	1,9	10,5
Out	144 532	-0,3	10,5	167 633	5,2	9,0	302 566	-0,3	9,7
Nov	146 490	1,3	11,9	169 858	1,3	8,7	306 448	1,3	10,2
Dez	162 201	10,7	11,4	175 791	3,5	5,6	338 982	10,6	8,3
2014 Jan	158 018	-3,8	11,8	167 196	-5,4	4,1	323 212	-4,7	7,6
Fev	152 298	-3,4	12,2	159 563	-4,6	3,1	311 860	-3,5	7,3
Mar	150 724	-1,0	11,2	159 640	0,0	3,4	310 364	-0,5	7,0
Abr	150 826	0,1	12,2	161 508	1,2	3,7	312 334	0,6	7,8
Mai	149 336	-1,0	10,3	158 793	-2,9	1,0	306 129	-2,0	5,3
Jun*	151 691	1,6	11,0	156 609	-0,8	-2,5	307 300	0,4	9,7
Jul*	152 618	0,6	9,9	156 253	-0,2	-3,5	308 870	0,5	2,6

* Dados preliminares.

O multiplicador monetário, com base no saldo médio diário, situou-se em 1,38 no mês de julho, ante 1,37 em junho.

Multiplicador e coeficientes de comportamento monetário ^{1/}					
Média dos saldos nos dias úteis					
Período	Comportamento do público		Comportamento das bancas		Multiplicador
	$C = \frac{PMPP}{M1}$	$D = \frac{DV}{M1}$	$R_1 = \frac{CX}{DV}$	$R_2 = \frac{RB}{DV}$	$K = \frac{1}{C + D(R_1 + R_2)} = \frac{M1}{B}$
2012 Jan	0,46	0,54	0,20	0,32	1,34
Fev	0,47	0,53	0,21	0,31	1,34
Mar	0,47	0,53	0,20	0,31	1,35
Abr	0,46	0,54	0,20	0,30	1,35
Mai	0,46	0,54	0,20	0,30	1,35
Jun	0,46	0,54	0,20	0,30	1,35
Jul	0,46	0,54	0,20	0,30	1,36
Ago	0,47	0,53	0,21	0,30	1,35
Set	0,47	0,53	0,21	0,31	1,34
Out	0,46	0,52	0,21	0,31	1,34
Nov	0,47	0,53	0,21	0,30	1,35
Dez	0,47	0,53	0,21	0,30	1,35
2013 Jan	0,47	0,53	0,20	0,34	1,33
Fev	0,47	0,53	0,22	0,30	1,35
Mar	0,47	0,53	0,20	0,26	1,41
Abr	0,46	0,54	0,19	0,27	1,41
Mai	0,47	0,53	0,19	0,27	1,40
Jun	0,46	0,54	0,19	0,29	1,45
Jul	0,46	0,54	0,19	0,28	1,42
Ago	0,47	0,53	0,19	0,27	1,40
Set	0,48	0,52	0,20	0,25	1,41
Out	0,48	0,52	0,20	0,26	1,39
Nov	0,48	0,52	0,21	0,26	1,38
Dez	0,48	0,52	0,20	0,24	1,41
2014 Jan	0,48	0,52	0,20	0,27	1,37
Fev	0,49	0,51	0,21	0,27	1,37
Mar	0,49	0,51	0,21	0,25	1,39
Abr	0,48	0,52	0,21	0,25	1,39
Mai	0,49	0,51	0,21	0,25	1,37
Jun	0,49	0,51	0,22	0,24	1,38
Jul	0,49	0,51	0,21	0,26	1,37

1/ Onde:

C - Preferência do público por papel-moeda	R1 - Taxa de encaixe em moeda corrente
PMPP - Papel-moeda em poder do público	CX - Encaixe de moeda corrente
M1 - Meios de pagamento	R2 - Taxa de reservas bancárias
D - Preferência do público por depósitos à vista	RB - Reservas bancárias
DV - Depósitos à vista	K - Multiplicador da base monetária
	B - Base monetária

IV – Os meios de pagamento amplos

O saldo dos meios de pagamento no conceito M2, que corresponde ao M1 mais depósitos de poupança e títulos privados, aumentou 0,1% em relação a junho, totalizando R\$2 trilhões. Essa variação refletiu a elevação de 0,9% nos depósitos de poupança, cujo saldo atingiu R\$634,3 bilhões, após captação líquida de R\$4 bilhões. O saldo dos títulos privados permaneceu estável, somando R\$1,1 trilhão, influenciado por resgates líquidos de R\$15,5 bilhões em depósitos a prazo.

O conceito M3, que compreende o M2, as quotas de fundos de renda fixa e os títulos públicos que lastreiam as operações compromissadas entre o público e o setor financeiro, cresceu 1,3% no mês, alcançando R\$ 4,1 trilhões, reflexo do crescimento de 1,3% nas quotas de fundos de renda fixa, que atingiram R\$1,9 trilhão. O M4, conceito que compreende o M3 e os títulos públicos de detentores não financeiros, registrou elevação de 0,7% no mês e 10,6% em doze meses, atingindo R\$4,7 trilhões.

Meios de pagamento ampliados												
Saldos em final de período.												
R\$ milhões												
Período	M1	Depósitos		Títulos privados ^{1/}	M2	Quotas de fundos de renda fixa ^{2/}	Operações compromissadas com títulos federais ^{3/}	M3	Títulos Federais (Selic)	M4	Variação percentual	
		para investimentos	de poupança								No mês	Em 12 meses
2012 Jan	258.833	2	423.282	908.705	1.591.803	1.855.115	126.650	3.085.568	514.019	3.599.587	1,4	18,2
Fev	258.909	3	425.054	917.683	1.599.649	1.887.652	134.724	3.121.925	523.199	3.645.124	1,3	17,3
Mar	257.523	3	429.881	928.960	1.614.347	1.448.610	124.290	3.187.247	532.115	3.719.362	2,0	18,4
Abr	258.845	6	434.077	917.930	1.610.857	1.484.024	125.356	3.220.247	531.733	3.751.980	0,9	18,5
Mai	259.530	0	442.527	835.054	1.637.111	1.491.542	126.287	3.254.940	550.737	3.805.677	1,4	18,5
Jun	255.817	0	449.802	945.221	1.660.340	1.506.771	125.299	3.292.410	546.714	3.839.123	0,8	18,8
Jul	255.536	0	460.242	842.728	1.668.505	1.527.180	148.558	3.344.253	544.157	3.888.410	1,3	10,5
Ago	287.208	0	465.932	952.409	1.685.549	1.551.571	157.686	3.394.806	550.520	3.945.326	1,5	17,9
Set	274.835	0	474.053	833.390	1.702.277	1.561.490	158.124	3.421.891	553.685	3.975.576	0,6	17,6
Out	273.105	0	479.471	954.322	1.706.096	1.592.417	157.043	3.466.358	579.333	4.045.691	1,8	18,4
Nov	288.091	0	485.717	950.829	1.724.837	1.614.095	166.212	3.504.944	564.557	4.069.501	0,6	17,6
Dez	325.045	0	497.139	942.480	1.764.845	1.600.918	153.542	3.519.096	584.884	4.103.980	0,8	15,6
2013 Jan	287.516	0	501.670	932.634	1.721.819	1.668.059	160.157	3.550.035	579.269	4.129.304	0,9	14,7
Fev	287.025	0	506.418	828.789	1.722.233	1.690.214	152.105	3.564.552	573.975	4.138.527	0,2	13,5
Mar	293.277	0	514.855	948.035	1.755.980	1.690.662	156.612	3.611.160	562.212	4.173.372	0,8	12,2
Abr	287.763	0	519.549	945.048	1.752.880	1.715.468	164.815	3.632.643	573.372	4.206.016	0,8	12,1
Mai	293.585	0	527.860	958.608	1.780.293	1.721.292	177.655	3.679.221	567.933	4.247.154	1,0	11,8
Jun	300.911	0	539.315	977.060	1.817.186	1.703.483	172.127	3.682.796	569.354	4.262.150	0,4	11,0
Jul	294.992	0	551.159	976.608	1.822.959	1.728.128	180.791	3.711.876	567.077	4.278.956	0,4	10,0
Ago	298.282	0	558.449	937.680	1.844.372	1.731.692	157.901	3.733.964	572.041	4.306.005	0,6	9,1
Set	301.289	0	567.882	931.935	1.881.086	1.737.615	157.284	3.755.986	610.518	4.366.481	1,4	9,8
Out	297.832	0	575.359	898.425	1.871.628	1.740.445	155.514	3.767.595	624.139	4.391.715	0,6	8,6
Nov	314.868	0	584.781	009.453	1.909.102	1.731.768	146.538	3.787.408	618.431	4.405.839	0,3	8,3
Dez	344.508	0	599.828	012.604	1.956.838	1.735.084	130.057	3.821.960	634.912	4.456.871	1,2	6,6
2014 Jan	313.132	0	604.825	028.775	1.941.731	1.740.245	145.955	3.827.931	610.866	4.438.797	-0,4	7,5
Fev	318.246	0	609.877	034.598	1.960.711	1.758.328	134.139	3.853.172	644.238	4.497.410	1,3	8,7
Mar	309.930	0	614.876	047.747	1.972.553	1.785.131	119.400	3.877.085	659.398	4.536.482	0,8	9,6
Abr	309.227	0	618.831	057.385	1.983.443	1.790.695	140.596	3.914.735	662.651	4.577.386	1,0	8,8
Mai	308.211	0	622.340	076.372	2.001.922	1.825.304	140.806	3.968.032	674.485	4.642.517	1,4	9,3
Jun	305.351	0	628.926	088.119	2.022.397	1.851.407	127.276	4.001.080	697.370	4.698.450	1,2	10,2
Jul	301.817	0	634.329	098.528	2.024.675	1.875.145	151.578	4.051.496	679.183	4.730.681	0,7	10,6

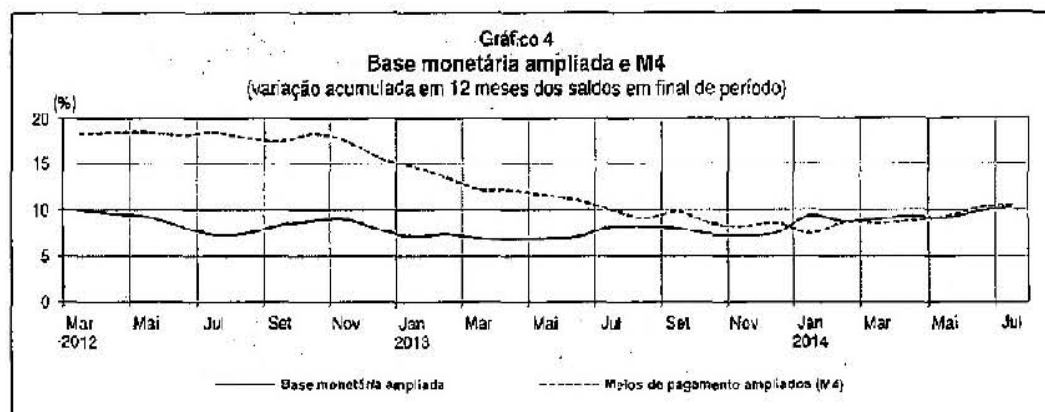
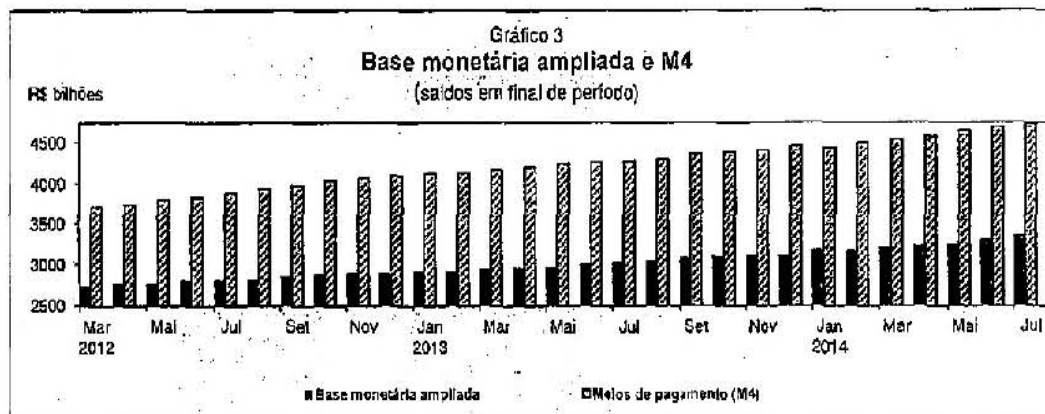
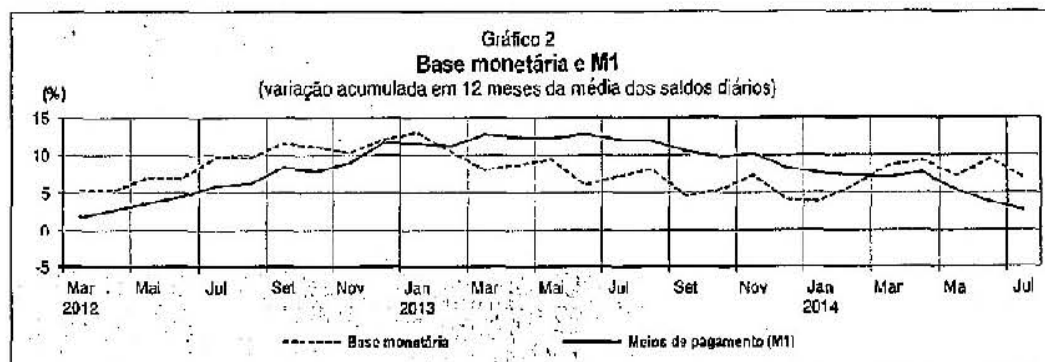
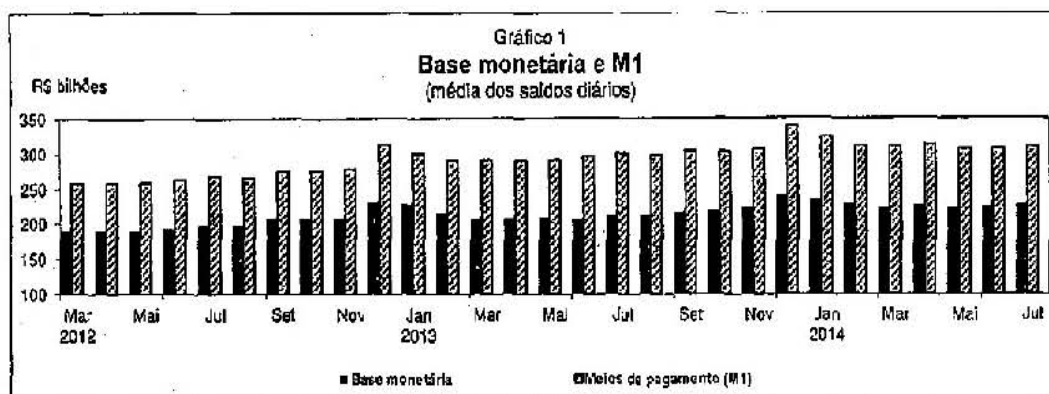
1/ - Inclui depósitos a prazo, letres do câmbio, letres hipotecárias, letres imobiliárias, Letras de Crédito do Agronegócio, Letras de Crédito Imobiliário e Letras Financeiras;

2/ - Exclui lastro em títulos emitidos primariamente por instituição financeira.

3/ - As aplicações do setor não financeiro em operações compromissadas estão incluídas no M3 a partir de agosto de 1999, quando eliminou-se o prazo mínimo de 90 dias, exigido em tais operações desde outubro de 1991.

Dados preliminares

V - Anexo



Notas explicativas referentes ao demonstrativo de emissão do real

1. O Conselho Monetário Nacional, conforme Voto nº 011/99, aprovado em 28 de janeiro de 1999, utilizando a prerrogativa que lhe confere o artigo 3º, § 4º, inciso III da Lei nº 9069, de 29.6.95, alterou o parâmetro de vinculação entre a emissão do Real e seu lastro em reservas internacionais, passando a adotar a paridade cambial corrente.

2. Com relação à emissão de moeda, o Artigo 4º daquela lei estabelece que:
"Observado o disposto nos artigos anteriores, o Banco Central do Brasil deverá obedecer, no tocante às emissões de Real, o seguinte:

(I) limite de crescimento para o trimestre outubro-dezembro/94 de 13,33% (treze vírgula trinta e três por cento) para as emissões de REAL sobre o saldo de 30 de setembro de 1994;

(II) limite de crescimento percentual nulo no quarto trimestre de 1994 para as emissões de REAL no conceito ampliado;

(III) nos trimestres seguintes, obedecido o objetivo de assegurar a estabilidade da moeda, a programação monetária de que trata o art. 6º desta Lei estimará os percentuais de alteração das emissões de REAL em ambos os conceitos mencionados acima."

No mesmo Artigo 4º, em seu § 2º, foi explicitado que o Conselho Monetário Nacional, para atender a situações extraordinárias, poderá autorizar o Banco Central do Brasil a exceder em até 20% (vinte por cento) os valores resultantes dos percentuais previstos.

3. A Exposição de Motivos nº 206, de 30.6.94, aprovada pelo Exmo. Sr. Presidente da República fixou os critérios a serem adotados pelo Conselho Monetário Nacional na regulamentação dos eventuais ajustes nos limites de emissão necessários para atender circunstâncias excepcionais.

4. Em conformidade com o expresso no § 4º do artigo 4º da Lei nº 9.069, o Voto CMN nº 84/94, que deu origem a Resolução nº 2 082, de 30.6.94, dispôs sobre os limites de emissão e a manter forma de lastreamento da nova unidade do Sistema Monetário Brasileiro, determinando que, para efeito do cumprimento dos limites de emissões autorizadas, o volume de emissões realizadas será apurado pela média dos saldos diários da base monetária.

5. O papel-moeda emitido corresponde à soma das unidades monetárias (reais) que estão fora do Banco Central do Brasil.

6. As reservas bancárias expressam os depósitos compulsórios e possíveis excessos em espécie sobre depósitos à vista não remunerados, mantidos pelo sistema bancário no Banco Central do Brasil.

7. As operações com títulos federais referem-se ao resultado líquido das compras e vendas de títulos públicos federais, bem como aos financiamentos tomados e concedidos pelo Banco Central com lastro em títulos de emissão do próprio Banco Central do Brasil e do Tesouro Nacional. O conjunto dessas operações visa o controle da liquidez, a administração das taxas de juros no curto prazo e ainda a rolagem da dívida pública federal.

8. As operações do setor externo referem-se, principalmente, às compras e vendas de moeda estrangeira pelo Banco Central do Brasil, as quais resultam dos movimentos de exportação, importação, pagamentos e recebimentos de serviços e das entradas e saídas de

recursos de origem financeira, isto é, das aplicações e dos resgates dos investimentos de estrangeiros nos mercados financeiro e de capitais, bem como dos rendimentos obtidos nessas aplicações.

9. As operações com instituições financeiras englobam todas as movimentações de reservas monetárias entre o Banco Central e o sistema financeiro, decorrentes do cumprimento de normas regulatórias estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, tais como:

- encaixes em espécie sobre depósitos de poupança;
- encaixes em espécie sobre depósitos a prazo;
- encaixes em espécie sobre depósitos à vista remunerados;
- encaixes em espécie sobre fundos de investimento;
- assistência financeira de liquidez;
- operações com derivativos;
- recolhimentos compulsórios sobre deficiências em aplicações de crédito rural; e
- outras contas.

10. As operações do Tesouro Nacional refletem os pagamentos e recebimentos de recursos primários do Tesouro, não incluindo, por conseguinte, as operações com títulos de emissão do Tesouro. Por dispositivo da Constituição - Artigo nº 164, § 3º - esses recursos devem estar depositados no Banco Central do Brasil.

(À Comissão de Assuntos Econômicos)

AVISO Nº 57, DE 2014



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Aviso 82/2014-BCB

Brasília, 28 de agosto de 2014.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Congresso Nacional
Palácio do Congresso Nacional – Praça dos Três Poderes
70160-900 Brasília – DF

Assunto: Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao 1º semestre de 2014.

Senhor Presidente,

Encaminho a V.Exa., em anexo, as Demonstrações Financeiras deste Banco Central referentes ao 1º semestre de 2014, conforme determina o Parágrafo único do art. 122 da Lei 12.919, de 24 de dezembro de 2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014). Informo que tais informações encontram-se disponíveis na página desta Instituição na *Internet* (www.bcb.gov.br), conforme estabelece o *caput* do referido artigo.

2. Cabe ressaltar que, na forma do art. 7º, §§ 2º e 3º, da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), essas demonstrações são acompanhadas por Nota Explicativa, contemplando:

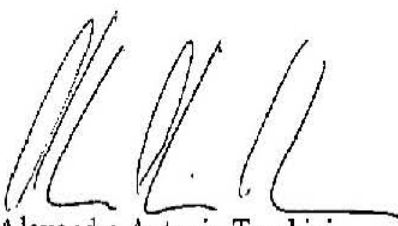
- a) o impacto e o custo fiscal das operações deste Banco Central;
- b) o custo de remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional;

- c) o custo de manutenção das reservas cambiais, demonstrando a composição das reservas internacionais com metodologia de cálculo de sua rentabilidade e do custo de captação; e
- d) a rentabilidade da carteira de títulos, destacando os de emissão da União.

3. Por oportuno, destaco o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina, em seu art. 9º, § 5º, que este Banco Central, no prazo de noventa dias após o encerramento de cada semestre, apresente, “em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços”.

4. No sentido de dar cumprimento ao dispositivo legal mencionado e considerando o que estabelece o § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, este Banco Central coloca-se à inteira disposição para prestar os esclarecimentos necessários, em data que V.Exa. julgar mais conveniente para a realização da referida reunião.

Atenciosamente,



Alexandre Antonio Tombini
Presidente

Anexo: 1.



BANCO CENTRAL DO BRASIL
Diretoria de Administração
Departamento de Contabilidade e Execução Financeira

Demonstrações Financeiras

30 de junho de 2014

BANCO CENTRAL DO BRASIL
BALANÇO PATRIMONIAL SINTÉTICO INTERMEDIÁRIO
 Em milhares de Reais

R\$ 1

ATIVO	Notas	30.6.2014	31.12.2013	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	30.6.2014	31.12.2013
ATIVO EM MOEDAS ESTRANGEIRAS				PASSIVO EM MOEDAS ESTRANGEIRAS			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	23.877.816	23.294.414	Operações Contratadas a Liquidar		7.782.138	7.038.885
Depósitos a Prazo em Instituições Financeiras	5	39.428.652	32.054.222	Depósitos de Instituições Financeiras		1.568	1.866
Recursos sob Administração Externa	6	15.283.820	15.238.770	Compromisso de Resgate		474.692	375.385
Compromisso de Reverenda	7.1	15.893.525	40.632.086	Derivativos	8.1	-	308
Títulos	9.1	738.851.540	763.314.951	Créditos a Pagar		9.530.208	10.416.377
Créditos a Receber		4.304.065	4.552.553	Depósitos de Organismos Financeiros Internacionais		11.900.770	12.184.379
Ouro		6.274.064	6.672.028	Outros		2.877	4.284
Participação em Organismos Financeiros Internacionais		14.554.984	15.421.030				
ATIVO EM MOEDA LOCAL		1.090.133.802	1.017.098.308	PASSIVO EM MOEDA LOCAL		1.716.173.268	1.554.636.025
Caixa e Equivalentes de Caixa		-	471.600	Operações Contratadas a Liquidar		10.089	12.014
Depósitos		1.586.391	1.519.042	Depósitos de Instituições Financeiras	12	387.445.889	369.095.050
Compromisso de Reverenda		1.005	5.403	Compromisso de Recuperação	7.2	651.759.213	588.885.481
Derivativos	8.2	-	27.855	Derivativos	8.2	952.288	1.079.227
Títulos Públicos Federais	9.2	995.871.520	953.068.070	Obrigações com o Governo Federal	10	646.655.026	687.081.449
Créditos com o Governo Federal	10	5.240.987	10.871.117	Créditos a Pagar		957.498	875.855
Créditos a Receber	11	39.164.100	38.863.245	Depósitos de Organismos Financeiros Internacionais		6.052	7.540
Bens Móveis e Imóveis		791.332	787.272	Provisões		28.278.986	27.468.010
Outros		1.514.486	1.318.381	Outros		87.985	32.423
				MEIO CIRCULANTE			
					13	184.643.364	204.052.420
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14	17.897.147	18.838.394
				Patrimônio		24.675.451	24.875.451
				Reserva de Resultados		5.624.205	5.624.205
				Reserva de Reavaliação		438.156	441.299
				Ganhos (Perdas) Reconhecidos Diretamente no Patrimônio		(13.840.885)	(13.144.561)
TOTAL DO ATIVO		1.913.508.967	1.867.886.922	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.916.605.967	1.907.686.922

As notas explicativas de demonstrações financeiras estão disponíveis em: www.bcb.gov.br

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SINTÉTICA INTERMEDIÁRIA
 Em milhares de Reais

Fl. 2

	Notas	1º SEM/2014	1º SEM/2013
Receitas com juros		55.179.687	48.467.315
Despesas com juros		(81.020.484)	(59.949.861)
Resultado líquido com juros	15	(25.840.797)	(11.482.546)
Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros classificados como Valor Justo por Meio do Resultado, destinados à negociação	16	33.588.980	28.681.230
Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros classificados como Valor Justo por Meio do Resultado, por designação da administração	17	1.628.287	(338.233)
Ganhos (perdas) com moedas estrangeiras	18	(4.572.634)	2.290.608
Ganhos (perdas) com ouro monetário	19	202.036	(1.474.558)
Outras receitas	20	1.572.550	1.649.627
Outras despesas	20	(1.306.919)	(1.638.057)
RESULTADO NO SEMESTRE	21	5.271.503	17.688.071

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras sintéticas intermediárias.

BANCO CENTRAL DO BRASIL			R. 3		
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE SINTÉTICA INTERMEDIÁRIA					
Em milhares de Reals					
	Notas	1º SEM/2014	1º SEM/2013		
RESULTADO NO SEMESTRE	21.1	5.271.503	17.688.071		
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		(696.104)	(7.092.684)		
Itens que não serão reclassificados para resultados		(867.046)	819.376		
Participação em Organismos Financeiros Internacionais		(867.046)	819.376		
Itens que podem ser reclassificados para resultados		170.942	(8.712.060)		
Títulos Públicos Federais		170.942	(8.712.060)		
RESULTADO ABRANGENTE NO SEMESTRE	21.2	4.575.399	9.795.387		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras sintéticas intermediárias.

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SINTÉTICA INTERMEDIÁRIA

II.4.

Em milhares de Reais

Notas	PATRIMÔNIO	RESERVA DE RESULTADOS	RESERVA DE REAVALIÇÃO	Ganhos (perdas) RECONHECIDOS DIFERIMENTE NO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2013	14	24.675.451	6.524.205	447.299	18.595.394
Realização de Reservas de Reavaliação				(3.143)	
Ganhos (perdas) reconhecidos diferentemente no Patrimônio Líquido					
Resultado do 1º semestre de 2014		5.271.503			(695.104)
Resultado a ser transferido ao Tesouro Nacional - 1º semestre de 2014		(5.274.646)			5.271.503
Saldo em 30 de junho de 2014	14	24.675.451	6.524.205	439.156	(5.274.948)
Saldo em 31 de dezembro de 2012		24.675.451	1.806.019	447.554	18.733.343
Realização de Reservas de Reavaliação				(3.143)	
Ganhos (perdas) reconhecidos diferentemente no Patrimônio Líquido					
Resultado do 1º semestre de 2013		17.988.071			(7.892.694)
Constituição de Reserva de Resultado		(5.018.186)	5.018.186		17.859.071
Resultado transferido ao Tesouro Nacional - 1º semestre de 2013		(12.673.028)			
Saldo em 30 de junho de 2013		24.675.451	6.524.205	444.441	(12.673.028)
Saldo em 30 de junho de 2014		24.675.451	6.524.205	444.441	15.855.702

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras e relativas intermediárias.

BANCO CENTRAL DO BRASIL

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DE MOEDAS ESTRANGEIRAS SINTÉTICA INTERMEDIÁRIA

fl. 5

Em milhares de reais

	Nota	1º SEM/2014	1º SEM/2013
Fluxo de Caixa Líquido de Atividades Operacionais		3.489.874	11.567.928
Recebimento de juros		5.655.275	5.579.030
Pagamento de juros		(6.000)	(3.318)
Compra de títulos		(19.135.848)	(7.240.783)
Compra de moedas estrangeiras		55.713	356.187
Resgate de operações compromissadas		24.049.162	7.633.790
(Aplicação) resgate de depósitos a prazo		(8.516.358)	3.659.028
Aplicação de recursos sob administração externa		(5.546)	(6.184)
Constituição de depósitos passivos		352.110	262.494
Recebimentos em nome do Tesouro Nacional		6.913	4.913
Recebimento de créditos a receber		1.311.955	1.097.611
(Pagamentos) recebimentos decorrentes de operações com derivativos		(281.625)	207.824
Outros recebimentos		4.124	7.536
Fluxo de Caixa Líquido		3.489.874	11.567.928
Variação em Caixa e Equivalentes de Caixa		3.489.874	11.567.928
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre		23.284.414	13.636.811
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	4	23.877.818	25.547.171
Efeito da variação cambial em caixa e equivalentes de caixa		(2.096.472)	752.652

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras sintéticas intermediárias.

BANCO CENTRAL DO BRASIL

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SINTÉTICAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2014
(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

1.6

1 - O BANCO E SUAS ATRIBUIÇÕES

O Banco Central do Brasil (BCB), criado com a promulgação da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, é uma autarquia federal integrante do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e tem como missão assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda e um sistema financeiro sólido e eficiente. Está sediado em Brasília, Distrito Federal, no Setor Bancário Sul, quadra 3, bloco B e possui representações em nove outras unidades da federação.

A Diretoria Colegiada aprovou estas demonstrações financeiras sintéticas intermediárias em 20 de agosto de 2014, encaminhando-as ao Conselho Monetário Nacional (CMN) para autorização de sua divulgação em 28 de agosto de 2014, conforme o previsto na Lei nº 4.585, de 1964. Estas demonstrações financeiras sintéticas intermediárias são publicadas no site do BCB na internet (www.bcb.gov.br).

2 - APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras sintéticas intermediárias do BCB para o semestre findo em 30 de junho de 2014 foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Informações Financeiras (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e seguem o disposto na Norma Internacional de Contabilidade (IAS) 34 – Relatório Financeiro Intermediário. Assim, não incluem todas as divulgações exigidas para as demonstrações financeiras completas, devendo ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013.

3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A seguir, é apresentado um resumo das principais políticas contábeis utilizadas pelo BCB, que foram consistentemente aplicadas às informações financeiras comparativas.

3.1. Apuração do resultado

O resultado do BCB é apurado semestralmente em conformidade com o regime de competência e, se positivo, é transferido ao Tesouro Nacional, após a constatuição ou reversão de reservas, ou, se negativo, é por ele coberto (Notas 21.1 e 24.a).

3.2. Reconhecimento de receitas e despesas com juros

As receitas e despesas com juros são reconhecidas utilizando-se a taxa de juros efetiva das operações, a qual desconta o fluxo futuro de recebimentos e pagamentos de um ativo ou passivo financeiro para seu valor líquido contábil em função de seus prazos contratuais. Esse cálculo considera todos os valores relevantes pagos ou recebidos entre as partes, tais como taxas, comissões, descontos e prêmios.

As receitas e despesas com juros apresentadas na demonstração de resultado incluem as receitas e despesas com juros dos ativos e passivos financeiros do BCB não classificados na categoria Valor Justo por Meio do Resultado.

3.3. Ativos e passivos em moedas estrangeiras

A moeda funcional e de apresentação destas demonstrações financeiras sintéticas intermediárias é o Real, que representa a moeda do principal ambiente econômico de atuação da Autarquia. Operações em moedas estrangeiras são convertidas para Reais pela taxa vigente na data das operações. A correção cambial referente a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras é apurada diariamente, com base na taxa de fechamento do mercado de câmbio livre, sendo os respectivos ganhos e perdas reconhecidos no resultado mensalmente. O quadro a seguir apresenta as taxas cambiais utilizadas na data de fechamento do balanço:

BANCO CENTRAL DO BRASILNOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SINTÉTICAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2014
(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

B.7

	Reais / moeda	
	30.6.2014	31.12.2013
Dólar Estadunidense	2,2022	2,3423
Euro	3,0144	3,2259
Dólar Canadense	2,0827	2,2021
Libra Esterlina	3,7667	3,8720
Dólar Australiano	2,0757	2,0937
DES	3,4044	3,6072
Iene	0,0217	0,0223
Coroa Sueca	0,3292	0,3638
Coroa Dinamarquesa	0,4043	0,4325
Ouro (onça troy)	2.004,0411	2.810,5258

As taxas de câmbio utilizadas são aquelas livremente fixadas pelos agentes e divulgadas pelo BCB, exceto a cotação do ouro, que é a *PM Fixing*, divulgada pela Bolsa de Londres, convertida para Reais pela taxa do dólar estadunidense. As taxas de câmbio são apuradas com base na média das cotações de transação no mercado interbancário à vista efetivamente fornecida por instituições credenciadas para realizar operações de compra e venda de moeda estrangeira com o BCB (*dealers*), excluídas as duas maiores e as duas menores cotações.

O Dólar Especial de Saque (DES) é a unidade contábil utilizada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e tem sua taxa referenciada em uma cesta de moedas que são livremente utilizáveis em transações internacionais, atualmente o euro (EUR), o iene (JPY), a libra esterlina (GBP) e o dólar estadunidense (USD).

3.4. Ativos e passivos financeiros

3.4.1 Reconhecimento

Os ativos e passivos financeiros são registrados pelo valor justo no momento da contratação, ou seja, na data em que a entidade se compromete a efetuar a compra ou a venda, sendo que para aqueles não classificados na categoria Valor Justo por Meio do Resultado, esse valor inclui todos os custos incorridos na operação.

O BCB realiza operações em que não recebe substancialmente todos os riscos e benefícios de ativos financeiros negociados, como nas operações de compra com compromisso de revenda. Nessa situação, os ativos negociados não são reconhecidos na contabilidade e os montantes aplicados são registrados no balanço patrimonial pelos valores adiantados.

3.4.2 Baixa

Ativos financeiros são baixados quando:

- os direitos de receber seus fluxos de caixa expiram, em virtude da liquidação financeira, inexistência de perspectiva de realização ou perda do direito de realização; ou
- o BCB transfere os direitos de receber os fluxos de caixa, transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. Nos casos em que não há transferência ou retenção substancial de todos os riscos e benefícios da propriedade, os ativos financeiros são baixados caso não haja retenção de controle sobre o ativo financeiro transferido.

Passivos financeiros são baixados quando as obrigações são quitadas, canceladas ou expiram.

O BCB realiza operações em que transfere os ativos reconhecidos em seu balanço patrimonial, mas detém o controle por meio da retenção de riscos e do direito às receitas e despesas. As principais operações com essas características são os compromissos de recompra e os empréstimos de títulos.

BANCO CENTRAL DO BRASIL
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SINTÉTICAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2014
(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

9.8

3.4.3 Compensação entre ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros são registrados pelo valor líquido quando existe a previsão legal e a intenção de que os pagamentos e recebimentos decorrentes sejam efetuados pelo saldo líquido. Operações com essas características são as realizadas no âmbito do Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML) e do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (COCR), demonstradas em créditos a receber ou a pagar, de acordo com o saldo apurado na data de fechamento do balanço.

3.4.4 Classificação dos instrumentos financeiros

Na data da contratação, os ativos financeiros são classificados em uma das seguintes categorias: Valor Justo por Meio do Resultado, Mantidos até o Vencimento, Empréstimos e Recebíveis ou Disponíveis para Venda. Após o registro inicial, os ativos são avaliados de acordo com a classificação efetuada. Os passivos financeiros não são objeto de classificação, sendo mensurados pelo custo amortizado, à exceção dos passivos financeiros derivativos, que são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

a) Valor Justo por Meio do Resultado

Um instrumento financeiro é classificado na categoria Valor Justo por Meio do Resultado, com ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo reconhecidos no resultado, em ocorrendo uma das seguintes situações:

- se existir a intenção de negociação no curto prazo;
- se for um instrumento derivativo;
- por decisão da Administração, quando essa classificação apresentar informações mais relevantes e desde que esses ativos façam parte de uma carteira que seja avaliada e gerenciada com base no valor justo.

b) Mantidos até o Vencimento

Compreende os ativos financeiros não derivativos para os quais a entidade tenha a intenção e a capacidade de manter até o vencimento. Esses ativos são mensurados pelo custo amortizado, sendo os juros, calculados utilizando-se a taxa de juros efetiva, reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

c) Empréstimos e Recebíveis

Inclui os ativos financeiros não derivativos com amortizações fixas ou determináveis e que não são cotados em mercado. Esses ativos são mensurados pelo custo amortizado, sendo os juros, calculados utilizando-se a taxa de juros efetiva, reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

d) Disponíveis para Venda

Esta categoria registra os ativos financeiros não derivativos não classificados nas demais categorias, uma vez que a Administração não possui expectativa determinada de venda. Esses ativos são mensurados pelo valor justo, com ganhos e perdas levados ao patrimônio líquido – sendo reconhecidos no resultado no momento da sua efetiva realização –, enquanto os juros, calculados utilizando-se a taxa de juros efetiva, são reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

3.4.5 Metodologia de avaliação

O valor justo é o valor de mercado divulgado pelas principais centrais de custódia ou provedores de informações econômicas. Para os instrumentos sem mercado ativo, o valor justo é calculado com base em modelos de precificação, os quais fazem o maior uso possível de parâmetros objetivos de mercado, incluindo o valor das últimas negociações ocorridas, o fluxo de caixa descontado e o valor justo de instrumentos financeiros semelhantes. Os modelos utilizados são avaliados por um comitê multidepartamental, a quem cabe sugerir novas metodologias ou aprimoramentos.

O custo amortizado é o valor da data de reconhecimento, atualizado pelos juros contratuais utilizando-se a taxa de juros efetiva, menos eventuais amortizações e reduções por perda de valor.

BANCO CENTRAL DO BRASIL

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SINTÉTICAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2014
(Os valores estão expressos em milhões de Reais, a não ser quando ceterado de maneira diferente)

fl. 9

O quadro a seguir apresenta um resumo dos principais instrumentos financeiros e suas classificações:

<u>Ativo em Moedas Estrangeiras</u>	<u>Categoria</u>	<u>Metodologia de Avaliação / Fonte de Informação</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa	Empréstimos e Recebíveis	Custo amortizado
Depósitos a Prazo em Instituições Financeiras	Empréstimos e Recebíveis	Custo amortizado
Recursos sob Administração Externa	Valor Justo por Meio do Resultado	Valor Justo - Administrador
Compromisso de Revenda	Empréstimos e Recebíveis	Custo amortizado
Derivativos - Futuros	Valor Justo por Meio do Resultado	Valor Justo - Bolsas
Derivativos - Forward	Valor Justo por Meio do Resultado	Valor Justo - Modelos Internos/Bloomberg
Titulins	Valor Justo por Meio do Resultado	Valor Justo - Bloomberg
Créditos a Receber	Empréstimos e Recebíveis	Custo amortizado
Participação em Organismos Financeiros Internacionais	Disponíveis para Venda	Valor Justo - Valor de resgate em Reais

<u>Ativo em Moeda Local</u>	<u>Categoria</u>	<u>Metodologia de Avaliação / Fonte de Informação</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa	Empréstimos e Recebíveis	Custo amortizado
Depósitos	Empréstimos e Recebíveis	Custo amortizado
Compromisso de Revenda	Empréstimos e Recebíveis	Custo amortizado
Derivativos - Swap	Valor Justo por Meio do Resultado	Valor Justo - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
Derivativos - Equalização Cambial	Valor Justo por Meio do Resultado	Valor Justo - BCB
Titulos Públicos Federais	Montados até o Vencimento	Custo amortizado
Créditos com o Governo Federal	Empréstimos e Recebíveis	Custo amortizado
Créditos a Receber - Insoluções em Liquidação Extrajudicial	Valor Justo por Meio do Resultado	Valor Justo - Fluxo de caixa descontado
Créditos a Receber - Outros	Empréstimos e Recebíveis	Custo amortizado

<u>Passivo em Moedas Estrangeiras</u>	<u>Categoria</u>	<u>Metodologia de Avaliação / Fonte de Informação</u>
Operações Contratadas a Liquidar	Outros Passivos	Custo amortizado
Depósitos de Instituições Financeiras	Outros Passivos	Custo amortizado
Compromisso de Recompra	Outros Passivos	Custo amortizado
Derivativos - Futuros	Valor Justo por Meio do Resultado	Valor Justo - Bolsas
Derivativos - Forward	Valor Justo por Meio do Resultado	Valor Justo - Modelos Internos/Bloomberg
Créditos a Pagar	Outros Passivos	Custo amortizado
Depósitos de Organismos Financeiros Internacionais	Outros Passivos	Custo amortizado

<u>Passivo em Moeda Local</u>	<u>Categoria</u>	<u>Metodologia de Avaliação / Fonte de Informação</u>
Operações Contratadas a Liquidar	Outros Passivos	Custo amortizado
Depósitos de Instituições Financeiras	Outros Passivos	Custo amortizado
Compromisso de Recompra	Outros Passivos	Custo amortizado
Derivativos - Swap	Valor Justo por Meio do Resultado	Valor Justo - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
Derivativos - Equalização Cambial	Valor Justo por Meio do Resultado	Valor Justo - BCB
Obrigações com o Governo Federal	Outros Passivos	Custo amortizado
Créditos a Pagar	Outros Passivos	Custo amortizado
Depósitos de Organismos Financeiros Internacionais	Outros Passivos	Custo amortizado

3.4.6 Ajustes a valor recuperável de ativos financeiros

O BCB efetua, no mínimo semestralmente, uma avaliação para verificar se existem evidências de perdas de valor de seus ativos financeiros.

Somente são consideradas evidências objetivas de perda os fatos ocorridos após o reconhecimento inicial do ativo que tenham impacto no fluxo estimado de recebimentos e desde que esse impacto possa ser estimado com confiança. São considerados, por exemplo, os seguintes eventos:

- dificuldades financeiras do devedor;
- o não pagamento de parcelas da obrigação, do principal ou dos juros;
- renegociação ou abatimento;
- liquidação extrajudicial, falência e reorganização financeira; e
- desaparecimento de mercado ativo, em função de dificuldades financeiras do emissor.

Se existem evidências objetivas de perda nos ativos avaliados pelo custo amortizado, o valor da perda é calculado pela diferença entre o valor do ativo na data da avaliação e o valor que se espera

BANCO CENTRAL DO BRASIL

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SINTÉTICAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2014
(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado da maneira diferente)

fl. 10

receber ajustado a valor presente pelas taxas contratuais, sendo o valor do ativo ajustado com o uso de uma conta retificadora e o valor da perda reconhecido no resultado.

As avaliações de perdas no valor recuperável de ativos financeiros são realizadas individualmente por um comitê multidisciplinar, a quem cabe verificar a propriedade dos valores e metodologias utilizadas.

Para os ativos classificados na categoria Disponíveis para Venda, havendo evidências objetivas de perda permanente, a perda acumulada reconhecida no patrimônio líquido deve ser transferida para a demonstração de resultado, mesmo não havendo a realização do ativo.

Quando um ativo é considerado não recebível, seu valor é baixado contra a conta retificadora. Eventuais recebimentos posteriores de ativos baixados são reconhecidos como receita.

Se, em períodos subsequentes, ocorrer alteração nas condições de recebimento do ativo, e essa alteração ocasionar reversão de perda anteriormente reconhecida, o valor da reversão é reconhecido como receita, com exceção das participações societárias, para as quais a provisão para perda não pode ser revertida.

3.4.7 Derivativos

Os derivativos são reconhecidos pelo valor justo desde a data da contratação e são demonstrados como ativo, quando o valor justo for positivo, e como passivo, quando o valor justo for negativo.

O BCB não aplica a contabilidade de *hedge* prevista na IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e, assim, reconhece todos os ganhos e perdas na demonstração dos resultados.

3.5. Ouro

Tendo em vista que as IFRS não prevêem tratamento contábil para os investimentos em ouro monetário mantidos por bancos centrais, o BCB entendeu que o tratamento mais adequado para esse tipo de ativo seria aquele proveniente da aplicação da Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro emitida pelo IASB.

Assim, os investimentos em ouro monetário são reconhecidos pelo valor justo no momento da contratação, ou seja, na data em que a entidade se compromete a efetuar a compra ou a venda. Após o registro inicial, os ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo, calculado pela cotação *PM Fixing* da Bolsa de Londres, são reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

3.6. Bens móveis e imóveis

Essa rubrica compreende os terrenos, edificações e equipamentos utilizados pelo BCB em suas atividades, bem como o acervo de obras de arte e metais preciosos, exceto ouro monetário (Nota 3.5), e é contabilizada pelo custo, deduzida da depreciação acumulada, quando aplicável. No custo estão incluídas todas as despesas diretamente atribuíveis à aquisição ou construção do bem. Gastos posteriores somente são adicionados ao custo dos bens se for provável e mensurável um incremento no fluxo financeiro decorrente desse acréscimo. As demais despesas de manutenção e reparo são reconhecidas no resultado.

Os terrenos, obras de arte e metais preciosos não são depreciados. Os demais ativos são depreciados pelo método linear, reconhecendo seu custo pela vida útil estimada dos bens:

- a) edificações: 62,5 anos;
- b) bens móveis: 5 anos para equipamentos de informática e veículos e 10 anos para outros materiais permanentes.

BANCO CENTRAL DO BRASIL
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SINTÉTICAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2014.
(Os valores estão expressos em milhares de Reais, e não se quando declarado de maneira diferente)

3.7. Provisões para pagamento de passivos

3.7.1 Ações judiciais

O BCB reconhece uma provisão quando existe um provável desembolso de recursos, desde que esse valor possa ser estimado com confiança. Quando o desembolso de recursos não for provável, mas apenas possível, nenhuma provisão é reconhecida.

3.7.2 Benefícios pós-emprego

O BCB patrocina planos de benefícios pós-emprego referentes a aposentadorias e pensões e a assistência médica, todos na modalidade de benefício definido.

Um plano de benefício definido é aquele em que o valor dos benefícios a que os servidores terão direito no momento da aposentadoria é previamente estabelecido, tendo em vista um ou mais fatores, tais como idade e tempo de contribuição.

A provisão reconhecida no balanço é o valor presente das obrigações menos o valor justo dos ativos dos planos. O valor das obrigações é calculado atualmente por atuários independentes. Quando o valor justo dos ativos do plano supera o valor presente das obrigações, configurando-se um superávit atuarial, é reconhecido um ativo correspondente no balanço, na extensão dos benefícios esperados.

Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são reconhecidos na sua totalidade no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes.

3.8. Imunidade tributária

De acordo com o previsto na Constituição Federal brasileira, o BCB possui imunidade quanto à cobrança de impostos sobre seu patrimônio e sobre as rendas e serviços relacionados às suas atividades. Entretanto, está obrigado a recolher taxas e contribuições e a efetuar retenções de tributos referentes aos pagamentos de serviços prestados por terceiros.

3.9. Demonstração dos fluxos de caixa

O objetivo da Demonstração dos Fluxos de Caixa é demonstrar a capacidade de uma entidade de gerar caixa para fazer face às suas necessidades de liquidez. Tendo em vista que o BCB é a instituição responsável pela liquidez do sistema financeiro e, portanto, detentor do direito de emissão, a Administração entende que a demonstração referente às suas operações deve se limitar àquelas em moedas estrangeiras, pois essas se encontram fora de sua prerrogativa de emissão.

Para fins da Demonstração dos Fluxos de Caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem o disponível em caixa e os depósitos à vista e em curtíssimo prazo, em moedas estrangeiras (Nota 4).

4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDAS ESTRANGEIRAS

	30.6.2014	31.12.2013
Caixa	437.315	633.161
Depósitos à Vista	9.707.278	9.773.444
Depósitos em Curtíssimo Prazo	13.733.223	12.877.609
Total	23.877.816	23.284.414

Os valores em moedas estrangeiras correspondem, principalmente, à parcela das reservas internacionais mantida pelo BCB como depósitos à vista e em curtíssimo prazo, de acordo com a política de administração de risco. Reservas internacionais são os ativos monetários disponíveis para a cobertura de desequilíbrios de pagamentos e, em algumas situações, para outras necessidades financeiras das autoridades monetárias de um país.

A variação no período decorre, principalmente, do maior volume de recursos investidos na carteira de depósitos em curtíssimo prazo, bem como de depósitos à vista, considerando que as operações de leilão de linha de câmbio no mercado interbancário que venceram no final do semestre não foram

BANCO CENTRAL DO BRASIL

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SINTÉTICAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2014

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, e não ser quando declarado de maneira diferente)

fl. 12

renovadas (Nota 7.1), gerando aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa, fato compensado em parte pelos efeitos da variação cambial decorrente da apreciação do Real frente ao dólar estadunidense (Nota 3.3) no período.

5 - DEPÓSITOS A PRAZO EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Compreendem a parcela das reservas internacionais mantida pelo BCB como depósitos a prazo fixo em instituições financeiras internacionais, de acordo com sua política de administração de risco.

A variação no saldo desses depósitos decorre, basicamente, do aumento dos níveis de aplicação, considerando que as operações de leilão de linha de câmbio no mercado interbancário que venceram no final do semestre não foram renovadas (Nota 7.1). Essa situação foi parcialmente compensada pelos efeitos da apreciação do Real frente ao dólar estadunidense (Nota 3.3) no período.

6 - RECURSOS SOB ADMINISTRAÇÃO EXTERNA

	30.6.2014	31.12.2013
Fundo administrado pelo BIS	775.747	564.928
Programa de Gerenciamento Externo	14.503.073	14.731.842
Títulos	12.570.935	12.611.935
Até 1 ano	3.702.922	4.027.458
1 - 5 anos	7.033.185	6.274.877
> 5 anos	1.834.828	2.309.600
Fundos de Índices	1.289.035	1.198.195
Ações	1.289.035	1.198.195
Caixa / A receber	642.103	921.712
Total	15.283.820	15.296.770

O fundo administrado pelo *Bank for International Settlements* (BIS) refere-se a investimento alocado no *BIS Investment Pools* (BISIPs), fundos voltados exclusivamente para aplicação das reservas internacionais de bancos centrais, incluindo o BISIP ILF1 (*US Inflation-protected Government Securities Fund*) e o BISIF CNY (*Domestic Chinese Sovereign Fixed Income Fund*).

O Programa de Gerenciamento Externo das Reservas Internacionais (PGER) corresponde à terceirização da gestão de parte das reservas para instituições internacionais especializadas em administração de portfólios (gerentes externos), tendo como objetivo principal a transferência do conhecimento ao BCB.

Essas instituições fazem jus a uma taxa de administração, fixada em contrato, e são avaliadas com base na carteira de referência definida pelo BCB, que também define as diretrizes para a aplicação dos recursos. Os ativos do PGER são mantidos em nome do BCB, sob a responsabilidade de custodiante global selecionado para esse propósito específico, não se incorrendo, portanto, em risco de crédito do administrador.

A variação no período é justificada pelos efeitos da variação cambial decorrente da apreciação do Real frente ao dólar estadunidense (Nota 3.3), compensada em parte pelo aumento do valor justo da carteira de referência e pelo aporte de recursos no BISIP CNY em abril de 2014.

7 - OPERAÇÕES COMPROMISSADAS

São operações em que ocorre uma compra à vista concomitante à assunção do compromisso de revenda em data futura (Compromisso de Revenda) ou uma venda à vista concomitante à assunção do compromisso de recompra em data futura (Compromisso de Recompra). No mercado externo, o BCB normalmente contrata com a mesma contraparte uma operação de venda com compromisso de

BANCO CENTRAL DO BRASIL

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SINTÉTICAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2014

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

R. 13

recompra (*repo*) concomitantemente a uma compra com compromisso de revenda (*reverse repo*), sendo que a liquidação financeira dessas operações ocorre de maneira independente.

No conjunto dessas operações, tendo em vista suas características, os bens negociados são contabilizados como garantias. As exceções são as operações conjugadas de compra (venda) à vista de moeda estrangeira com revenda (recompra) a termo, uma vez que a liquidação financeira ocorre somente contra pagamento na data pactuada, ou seja, o próprio recebimento/entrega da moeda negociada liquida a operação.

7.1. Em moedas estrangeiras

	30.6.2014	31.12.2013
Compromisso de Revenda	15.893.526	40.632.086
Mercado Externo	475.923	374.976
Moedas	475.923	374.976
Mercado Interno	15.417.602	40.257.110
Moedas	15.417.602	40.257.110

No período, a variação mais relevante nos saldos se verificou em relação à redução das operações compromissadas em moedas estrangeiras realizadas no mercado interno, associadas à atuação do BCB no mercado interbancário de câmbio. Tal redução pode ser justificada principalmente pelas melhores condições de liquidez em moedas estrangeiras no mercado interbancário de câmbio e a consequente redução na demanda por títulos de linha de câmbio, de forma que parte das operações que venceram não foram renovadas.

7.2. Em moeda local

	30.6.2014	31.12.2013
Compromisso de Recompra	661.769.219	669.886.481
Títulos	634.941.799	628.733.563
Moedas Estrangeiras	16.817.414	40.151.918
Ativos vinculados em garantia	644.962.761	636.543.825
Com Livre Movimentação	163.192.572	183.720.134
Sem Livre Movimentação	481.770.089	452.823.741

A variação no saldo de operações de venda com compromisso de recompra deveu-se, principalmente, ao resgate líquido de títulos públicos federais em poder do público, incluindo-se também os pagamentos de juros pelo BCB em suas operações de mercado aberto. Esse efeito foi atenuado pela atuação do BCB no mercado interbancário de câmbio.

8 - DERIVATIVOS**8.1. Em moedas estrangeiras**

Na administração das reservas internacionais, o BCB faz uso de derivativos em suas operações rotineiras com o objetivo de viabilizar a estratégia de investimento estabelecida previamente pelo Comitê de Estratégia de Investimento ou de administrar a exposição ao risco de mercado com base nos pilares de segurança, liquidez e rentabilidade.

Os valores nominais dos contratos em vigor e seus respectivos valores justos são evidenciados nos quadros a seguir, por tipo de operação e prazo de vencimento. Para as operações de futuros não há saldo de ajustes, positivo ou negativo, tendo em vista que são liquidados diariamente, por meio de conta margem.

BANCO CENTRAL DO BRASIL

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SINTÉTICAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2014
(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

II. 14

Em 30.6.2014

Derivativo/Moeda	Posição Comprada	Posição Vendida	Ajuste Positivo	Ajuste Negativo
Futuro de Índices				
Sem vencimento			-	-
Euro	974.238	-	-	-
Iene	249.878	-	-	-
Futuro de Títulos				
1 - 5 anos			-	-
Dólar Estadunidense	-	24.413.622	-	-
Euro	11.468.067	-	-	-
> 5 anos			-	-
Dólar Estadunidense	6.045.633	104.532	-	-
Dólar Canadense	-	1.621.169	-	-
Euro	-	2.751.897	-	-
Total			-	-

Em 31.12.2013

Derivativo/Moeda	Posição Comprada	Posição Vendida	Ajuste Positivo	Ajuste Negativo
Forward				
1 - 6 meses			-	308
Dólar Australiano	73.279	-	-	308
Dólar Estadunidense	-	73.345	-	-
Futuro de Índices				
1 - 5 anos			-	-
Euro	401.038	-	-	-
Libra Esterlina	752.039	-	-	-
Futuro de Juros				
1 - 5 anos			-	-
Dólar Estadunidense	-	1.599.724	-	-
Futuro de Títulos				
1 - 5 anos			-	-
Dólar Estadunidense	6.101.172	2.011.594	-	-
> 5 anos			-	-
Dólar Estadunidense	-	1.061.776	-	-
Euro	5.479.332	10.083.381	-	-
Total			-	308

BANCO CENTRAL DO BRASIL

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SINTÉTICAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2014

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, e não ser quando declarado de maneira diferente)

R\$ mil

8.2. Em moeda local

	30.6.2014	31.12.2013
Posição Ativa	-	27.855
Swap	-	24.655
Outros	-	3.200
Posição Passiva	952.298	1.079.227
Swap	952.298	1.077.085
Outros	-	2.142

8.2.1 Swap

Na execução da política monetária e cambial, o BCB pode realizar operações de swap, referenciadas em taxas de juros e em variação cambial, com o objetivo de fornecer *hedge* cambial para as instituições financeiras e demais agentes econômicos.

Essas operações são contratadas por meio da realização de leilão em sistema eletrônico do BCB e registradas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa), na forma de um contrato padrão.

O BCB efetua depósito de margem garantia em títulos públicos federais, pelos preços de lastro aceitos nas operações compromissadas. Diariamente são efetuadas chamadas ou devoluções de margem, dependendo das variações dos swaps. A BM&FBovespa assume todo o risco de crédito das operações de swap.

Os contratos podem ser do tipo Swap Cambial com Ajuste Periódico (SCC), cujo objeto de negociação é o diferencial entre a taxa de juros efetiva dos Depósitos Interfinanceiros (DI) e a variação da taxa de câmbio em relação ao dólar estadunidense, ou Swap Cambial com Ajuste Periódico Baseado em Operações Compromissadas de Um Dia (SCS), em que o objeto de negociação é o diferencial entre a taxa de juros efetiva dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (taxa Selic) e a variação da taxa de câmbio em relação ao dólar estadunidense. Nas posições compradas dos referidos contratos, o BCB está ativo em taxa de juros doméstica (taxa Selic ou DI) e passivo em variação cambial mais cupom cambial, sendo este uma taxa representativa de juros em dólar estadunidense. Inversamente, nas posições vendidas, o BCB está ativo em variação cambial mais cupom cambial e passivo em taxa de juros doméstica (taxa Selic ou DI). Esses contratos têm valor nominal equivalente a US\$50 mil e ajuste financeiro diário. O valor das garantias é estipulado pela BM&FBovespa.

No quadro a seguir são demonstrados os valores nominais e os respectivos valores justos, por tipo de operação e por prazo de vencimento:

Em 30.6.2014

	Valor Nominal			Valor Justo	
	Posição Comprada	Posição Vendida	Posição Líquida	Ativo	Passivo
1 mês	22.157.160	-	41.869.525	-	10.105
1 - 6 meses	96.836.086	-	96.836.086	-	528.493
6 - 12 meses	85.541.798	-	72.835.146	-	390.149
1 - 5 anos	11.121.524	-	4.315.799	-	23.551
Total:	217.656.556	-	217.656.556	-	952.298

BANCO CENTRAL DO BRASIL

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SINTÉTICAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2014

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

fl. 16

Em 31.12.2013

	Valor Nominal			Valor Justo	
	Posição Comprada	Posição Vendida	Posição Líquida	Ativo	Passivo
1 mês	23.262.018	-	23.262.018	24.655	-
1 - 6 meses	106.781.565	-	106.781.565	-	718.192
6 - 12 meses	70.330.708	-	70.330.708	-	358.893
Total	200.374.291	-	200.374.291	24.655	1.077.085

8.2.2 Equalização cambial

A operação de equalização cambial entre o Tesouro Nacional e o BCB foi instituída por meio da Lei nº 11.803, de 5 de novembro de 2008, com o objetivo de dar maior transparência aos resultados das operações da autoridade monetária e reduzir a volatilidade de seu resultado, derivada do descasamento entre ativos e passivos cambiais.

Por meio da equalização cambial, que apresenta características semelhantes a uma operação de swap, o custo de carregamento das reservas internacionais (representado pela diferença entre a rentabilidade da reserva e o custo médio de captação do BCB) e o resultado das operações de swap cambial efetuadas no mercado interno são transferidos à União, por intermédio do Tesouro Nacional. Esses valores são calculados diariamente, sendo apurado o saldo a pagar ou a receber no último dia útil do semestre, o qual será liquidado financeiramente seguindo as mesmas regras estabelecidas para a transferência ou cobertura do resultado (Notas 21.1 e 24.a).

a) Equalização do custo de carregamento das reservas

O BCB assume posição ativa em custo de captação das reservas, representado pela taxa de captação do passivo total, em contrapartida a uma posição passiva em variação cambial e juros das reservas internacionais. Como resultado, a equalização funciona como um instrumento de *hedge* cambial e de taxa de juros da Autarquia, reduzindo a exposição do BCB em moeda estrangeira e assegurando a cobertura do custo de manutenção das reservas.

b) Equalização dos swaps cambiais realizados no mercado doméstico

O BCB efetua com o Tesouro Nacional, dentro do mecanismo de equalização cambial, uma operação de características inversas a dos swaps cambiais realizados no mercado doméstico, alcançando um *hedge* perfeito, uma vez que os valores nominais e as taxas são idênticos, entretanto, com posição inversa.

Com essa operação, os swaps cambiais realizados no mercado doméstico não representam exposição cambial ou de juros para o BCB.

BANCO CENTRAL DO BRASILNOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SINTÉTICAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2014
(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

fl. 17

9 - TÍTULOS**9.1. Em moedas estrangeiras**

	30.6.2014	31.12.2013
Titulos livres	738.790.868	763.304.951
1 mês	3.181.100	4.847.962
1 - 6 meses	63.921.284	50.774.231
6 - 12 meses	86.124.018	96.723.011
1 - 5 anos	532.916.961	558.975.096
> 5 anos	50.647.505	51.984.631
Titulos vinculados a operações de venda definitiva a liquidar	61.072	-
> 5 anos	61.072	-
Total	738.851.940	763.304.951

Referem-se a títulos prefixados e a títulos remunerados pela variação de índices de preços mais juros ou de cupom variável, de emissão de tesouros nacionais, de organismos supranacionais ou multilaterais e de agências, adquiridos pelo BCB conforme sua política de investimentos. Constituem parte das reservas internacionais e têm como principais objetivos diversificar os tipos de investimento e de riscos, incrementar a rentabilidade e manter diferentes níveis de liquidez.

Esses títulos estão classificados na categoria Valor Justo por Meio do Resultado. O quadro a seguir demonstra o custo amortizado e o valor justo desses ativos:

	30.6.2014	31.12.2013
Custo amortizado	733.862.180	759.747.502
Ajuste a valor justo	4.989.760	3.557.449
Contabilidade	738.851.940	763.304.951

A variação na carteira de títulos em moedas estrangeiras ocorreu em função, principalmente, dos efeitos da apreciação do Real frente ao dólar estadunidense (Nota 3.3), moeda na qual está denominada parte significativa dessa carteira, compensados em parte pela incorporação de juros e pelo ajuste a valor justo positivo da carteira no período.

BANCO CENTRAL DO BRASIL

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SINTÉTICAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2014

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

R\$ mil

9.2. Em moeda local

Em 30.6.2014

	até 1 mês	1 - 6 meses	6 - 12 meses	1 - 5 anos	> 5 anos	Total
Títulos livres	44.983.105	2.316.227	22.786.835	129.315.475	127.054.747	326.456.389
LTN	44.983.105	-	1.285.579	45.629.012	-	91.898.296
LFT	-	2.316.225	12.381	6.302.857	14.157.545	22.739.008
NTN-B	-	2	10.789.614	40.148.955	96.223.754	147.157.365
NTN-F	-	-	10.999.267	37.234.011	16.663.446	64.907.726
Títulos vinculados a operações compromissadas	-	91.950.220	67.690.123	290.745.742	194.576.676	644.962.761
LTN	-	-	58.032.099	175.061.343	-	235.093.442
LFT	-	71.729.214	-	45.410.378	18.374.832	135.514.424
NTN-B	-	20.221.008	9.180.070	56.221.584	119.527.114	205.149.774
NTN-F	-	-	417.954	12.151.937	56.674.730	69.244.621
Títulos vinculados a garantias de operações	-	-	17.940.434	6.511.654	-	24.452.088
LFT	-	-	17.940.434	6.511.654	-	24.452.088
Títulos inegociáveis	-	-	4	102	176	282
NTN-P	-	-	4	102	176	282
Total	44.983.106	94.266.447	108.417.396	425.672.873	321.631.699	895.871.520

Em 31.12.2013

	até 1 mês	1 - 6 meses	6 - 12 meses	1 - 5 anos	> 5 anos	Total
Títulos livres	49.948.754	11.828.139	28.886.304	175.251.662	127.538.998	393.453.858
LTN	29.409.259	11.828.130	11.951.594	65.453.413	-	122.722.436
LFT	-	6	1.919.975	14.930.817	7.000.291	22.357.009
NTN-B	-	-	15.013.735	51.591.892	105.550.371	171.955.998
NTN-F	20.469.455	-	-	41.275.540	14.373.337	76.408.332
Títulos vinculados a operações compromissadas	-	53.697.800	103.630.340	230.573.023	138.642.962	536.543.925
LTN	-	31.274.667	31.017.175	129.594.709	-	201.886.551
LFT	-	32.422.933	69.256.510	23.031.732	5.007.061	129.577.936
NTN-B	-	-	4.356.655	48.253.674	90.161.750	142.772.329
NTN-F	-	-	-	18.892.956	43.414.151	62.307.105
Títulos vinculados a garantias de operações	-	-	-	19.417.816	3.652.231	23.070.047
LFT	-	-	-	19.417.816	3.652.231	23.070.047
Títulos inegociáveis	-	-	-	103	137	240
NTN-P	-	-	-	103	137	240
Total	49.948.754	75.526.739	132.515.644	425.242.504	269.835.329	953.068.070

O BCB procura administrar sua carteira de maneira a dispor de instrumentos adequados à execução da política monetária, ou seja, a realização de operações de compra e venda de títulos, de forma definitiva ou compromissada. A composição dessa carteira, portanto, tende a acompanhar o perfil dos títulos da dívida pública mobiliária em poder do mercado, sendo que, para isso, o BCB, à medida que ocorrem os vencimentos dos títulos em sua carteira, a recompõe por meio de compras em ofertas públicas do Tesouro Nacional, operações essas sempre efetuadas pelo preço médio pago pelos demais participantes do mercado.

As características dos títulos existentes na carteira do BCB são:

- Letra do Tesouro Nacional (LTN): rendimento prefixado definido pelo deságio sobre o valor nominal;
- Letra Financeira do Tesouro (LFT): rendimento pós-fixado definido pela taxa média ajustada dos financiamentos diários apurada no Selic (taxa Selic);
- Nota do Tesouro Nacional Série B (NTN-B): rendimento pós-fixado definido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), com pagamento semestral de cupom de juros de 6% a.a.;

BANCO CENTRAL DO BRASIL

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SINTÉTICAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2014

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

fl. 10

- **Nota do Tesouro Nacional Série F (NTN-F):** rendimento prefixado definido pelo deságio sobre o valor nominal, com pagamento semestral de cupom de juros de 10% a.a.;
- **Nota do Tesouro Nacional Série P (NTN-P):** título nominativo e inalienável, atualizado pela Taxa Referencial (TR) e com juros de 6% a.a., pagos na data do resgate.

A variação observada na carteira de títulos públicos federais do BCB decorreu da incorporação de juros no período (Nota 15) e da emissão de títulos pelo Tesouro Nacional em favor do BCB, destinada ao pagamento do resultado apurado na operação de equalização cambial referente ao 2º semestre de 2012 (R\$11.003.331 – Nota 22.1), compensadas, em parte, pelo resgate líquido de títulos.

10 - OPERAÇÕES COM O GOVERNO FEDERAL

Créditos com o Governo Federal	30.6.2014	31.12.2013
Resultado de Equalização Cambial	51.223.606	10.970.069
Outros	17.379	1.048
Total	51.240.987	10.971.117
Obrigações com o Governo Federal	30.6.2014	31.12.2013
Conta Única do Tesouro Nacional	640.464.884	655.965.327
Resultado de Equalização Cambial	-	15.918.931
Resultado a Transferir	5.274.846	14.270.953
Outros	946.495	926.238
Total	646.686.225	687.081.449

Por força de disposições legais, o BCB mantém relacionamento financeiro com o Tesouro Nacional, cujas principais operações aparecem detalhadas na Nota 22.1.

O aumento nos créditos com o Governo Federal está associado, basicamente, à cobertura do resultado a receber apurado na operação de equalização cambial referente ao 1º semestre de 2014. No caso das obrigações com o Governo Federal, as variações são associadas principalmente ao comportamento do saldo da Conta Única do Tesouro Nacional, à transferência do resultado da operação de equalização cambial referente ao 2º semestre de 2013 e ao resultado do 1º semestre de 2014, a transferir ao Tesouro Nacional, em montante menor do que o apurado em igual período do exercício anterior.

11 - CRÉDITOS A RECEBER EM MOEDA LOCAL

Em 30.6.2014

	Custo Amortizado	Ajuste a Valor Justo	Contabilidade
Valor Justo por Meio do Resultado - Designação	41.703.602	(15.607.023)	26.096.579
Banco Nacional - Em Liquidação Extrajudicial	29.860.923	(10.422.469)	19.438.454
Banco Econômico - Em Liquidação Extrajudicial	13.316.438	(3.961.027)	9.355.411
Banco Bamerindus - Em Liquidação Extrajudicial	2.085.385	(845.178)	1.240.207
Banco Bradesco - Em Liquidação Extrajudicial	436.852	(348.349)	88.503
Empréstimos e Recebíveis	13.057.521	-	13.057.521
Transferência de recursos vinculados a crédito rural	12.275.615	-	12.275.615
Centros	642.855	-	642.855
Outros	139.051	-	139.051
Total	54.761.123	(15.607.023)	39.154.100

BANCO CENTRAL DO BRASIL

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SINTÉTICAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2014

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

R\$ 20

Em 31.12.2013

	Custo Amortizado	Ajuste a Valor Justo	Contabilidade
Valor Justo por Meio do Resultado - Designação	41.971.681	(16.009.267)	25.962.414
Banco Nacional - Em Liquidação Extrajudicial	28.669.456	(10.844.773)	18.124.683
Banco Econômico - Em Liquidação Extrajudicial	10.581.866	(3.905.790)	6.476.076
Banco Bamerindus - Em Liquidação Extrajudicial	2.164.830	(858.926)	1.275.904
Banco Barorte - Em Liquidação Extrajudicial	455.529	(369.778)	65.751
Empréstimos e Recebíveis	12.900.831	-	12.900.831
Transferência de recursos vinculados a crédito rural	11.223.351	-	11.223.351
Centros	1.538.119	-	1.538.119
Outros	139.361	-	139.361
Total	54.872.512	(16.009.267)	38.863.245

11.1. Valor Justo por Meio do Resultado – Designação

Referem-se basicamente aos créditos do BCB com as instituições em liquidação, originários de operações de assistência financeira (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional – Proer) e de outras operações, como saques a descoberto na conta Reservas Bancárias, saldo negativo em operações do CCR e *Time Deposit*.

Com base na Lei nº 12.249, de 1º de junho de 2010, os créditos do BCB com as instituições em liquidação foram objeto de pagamento à vista ou parcelado, mediante requerimento do devedor, com descontos de 25% a 45% incidentes sobre os encargos. O saldo existente em 30 de junho de 2014 corresponde ao valor justo dos créditos que foram objeto de parcelamento na forma do referido instrumento legal.

Para os contratos originários do Proer, o valor das prestações pactuadas é atualizado mediante a incidência dos encargos contratuais, na forma da legislação de regência do Programa. De acordo com o previsto nos contratos, esses encargos correspondem ao custo médio dos títulos e direitos creditórios dados em garantia, acrescidos de 2% ao ano. No caso dos contratos relativos às demais dívidas, o valor de cada prestação mensal é atualizado exclusivamente mediante a aplicação da TR acumulada mensalmente, conforme dispõe o art. 9º, caput, da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, com a redação dada pela Lei nº 8.218, de 29 de agosto de 1991. Caso seja cessado o regime de liquidação extrajudicial, seja caracterizada massa superavitária ou haja outro fundamento legal para afastar a incidência da TR, as prestações mensais passarão a ser atualizadas pela taxa Selic.

O termo de parcelamento firmado não implica novação da dívida, cabendo destacar que a inadimplência do devedor pode ensejar a rescisão do termo, com a dívida retornando à situação original. A efetivação do parcelamento também não implica automático encerramento do regime especial, que pode ser avaliado em momento oportuno, se for o caso, de acordo com as condições estabelecidas na Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974.

Esses créditos são classificados na categoria Valor Justo por Meio do Resultado, por designação da administração do BCB. O valor justo dos créditos corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa contratados, apurado por meio da utilização de taxas de mercado equivalentes.

11.2. Empréstimos e Recebíveis

Representados, principalmente, pelas transferências de recursos provenientes do recolhimento compulsório das deficiências de aplicação em crédito rural. Tais transferências ocorrem mediante solicitação das instituições financeiras e são limitadas ao valor do próprio recolhimento compulsório, devendo ser aplicados em operações de crédito rural.

Essas transferências têm prazo máximo de doze meses e, no caso de recursos de poupança rural, estão sujeitos à incidência de encargos financeiros representados pela TR. O recebimento desses valores ocorre de maneira independente à liquidação do recolhimento compulsório.

BANCO CENTRAL DO BRASIL

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SINTÉTICAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2014
(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

IL 21

12 - DEPÓSITOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS EM MOEDA LOCAL

	30.6.2014	31.12.2013
Recursos à Vista	99.315.291	45.457.358
Recursos a Prazo	88.369.032	73.962.145
Depósitos de Poupança	122.292.925	116.213.827
Exigibilidade Adicional	125.116.896	119.993.673
Outros	13.351.605	13.448.043
Total	387.445.689	369.065.050

Os depósitos de instituições financeiras em moeda local constituem-se principalmente, dos recolhimentos compulsórios, os quais representam tradicional instrumento de política monetária, desempenhando função de estabilizadores da liquidez da economia.

Esses depósitos são calculados sobre o saldo médio diário dos valores captados pelos bancos e podem ser exigidos em espécie ou em títulos públicos federais, sendo que os depósitos constituídos em espécie representam um passivo à vista do BCB.

A variação no saldo de depósitos de instituições financeiras está associada, basicamente, à flutuação dos valores sujeitos a recolhimento e à diminuição das deduções permitidas no recolhimento compulsório sobre recursos a prazo no período.

13 - MEIO CIRCULANTE

O Meio Circulante representa o saldo de papel-moeda e moedas metálicas em circulação, em poder do público e das instituições financeiras, registrado pelo valor de emissão.

A redução do saldo do Meio Circulante deve-se ao comportamento usualmente verificado na demanda por moeda nesse período, qual seja, a reversão de movimento sazonal típico de final de ano, combinada com a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) nominal e com a desaceleração registrada na expansão das operações de crédito.

14 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	30.6.2014	31.12.2013
Patrimônio	24.675.451	24.675.451
Reserva de Resultados	6.624.205	6.624.205
Reserva de Reavaliação	438.156	441.299
Ganhos (Perdas) Reconhecidos Diretamente no Patrimônio	(13.840.665)	(13.144.551)
Participação em organismos financeiros internacionais	(2.552.924)	(1.685.878)
Títulos públicos federais	2.057.179	1.886.267
Remensurações de planos de benefícios definidos	(13.341.920)	(13.344.820)
Total	17.887.147	18.596.394

Nas contas representativas de patrimônio líquido, as principais variações decorreram do ajuste a valor justo negativo das participações em organismos financeiros internacionais, em função da apreciação do Real frente ao DES (Nota 3.3) no período.

15 - RESULTADO LÍQUIDO COM JUROS

Referem-se a receitas e despesas com juros dos ativos e passivos financeiros do BCB não classificados na categoria Valor Justo por Meio do Resultado.

BANCO CENTRAL DO BRASIL

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SINTÉTICAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2014

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

fl. 22

	1º sem/2014	1º sem/2013
Receitas com Juros	66.179.887	48.467.315
Em Moedas Estrangeiras	39.571	46.128
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 4)	12.869	12.194
Depósitos a Prazo em Instituições Financeiras (Nota 5)	18.354	21.933
Compromisso de Revenda (Nota 7)	2.632	4.150
Empréstimos	-	1.239
Outras	5.236	5.612
Em Moeda Local	55.140.116	48.422.187
Títulos (Nota 9)	54.769.121	47.688.248
Governo Federal (Nota 10)	33.324	531.675
Outras	317.661	202.264
Despesas com Juros	(81.020.484)	(59.949.861)
Em Moedas Estrangeiras	(1.186.060)	(97.396)
Compromisso de Recompra (Nota 7)	(1.150.162)	(93.217)
Empréstimos	(5.336)	(3.318)
Outras	(562)	(861)
Em Moeda Local	(79.824.424)	(69.862.466)
Depósitos de Instituições Financeiras (Nota 12)	(14.213.636)	(9.713.595)
Compromisso de Recompra (Nota 7)	(34.418.298)	(23.947.054)
Governo Federal (Nota 10)	(29.953.270)	(26.116.247)
Outras	(1.234.220)	(1.075.568)
Resultado líquido com juros	(25.840.797)	(11.482.546)

A variação do resultado líquido com juros deve-se, principalmente, ao aumento da taxa Selic efetiva, em comparação ao mesmo período do ano anterior, associada à elevação dos saldos médios das operações com títulos em moeda local, dos depósitos de instituições financeiras, das operações de venda com compromisso de recompra e das operações com o Governo Federal.

16 - GANHOS (PERDAS) COM INSTRUMENTOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS COMO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO – DESTINADOS À NEGOCIAÇÃO

Referem-se à variação de preço dos instrumentos financeiros classificados nessa categoria e incluem a correção cambial, os juros e o ajuste a valor justo.

	1º sem/2014	1º sem/2013
Em Moedas Estrangeiras	(37.909.238)	44.972.381
Títulos (Nota 9)	(37.993.562)	44.004.552
Recursos sob Administração Externa (Nota 6)	(237.476)	613.313
Outros	(283.200)	154.526
Em Moeda Local	71.496.218	(16.291.161)
Derivativos (Nota 8)	71.496.227	(16.291.153)
Outros	(9)	(3)
Total	33.388.980	28.631.230

A variação observada é decorrente, principalmente, dos efeitos da apreciação do Real frente ao dólar estadunidense no 1º semestre de 2014 (Nota 3.3), moeda na qual está denominada grande parte da carteira de títulos, enquanto que no 1º semestre de 2013 verificou-se um movimento contrário das taxas

BANCO CENTRAL DO BRASIL

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SINTÉTICAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2014

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, e não ser quando declarado de maneira diferente)

fl. 23

de câmbio. Outra variação relevante é verificada nos derivativos em moeda local, o que é explicado pelo comportamento da operação de equalização cambial entre o Tesouro Nacional e o BCB (Nota 22.1).

17 - GANHOS (PERDAS) COM INSTRUMENTOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS COMO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO – POR DESIGNAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Incluem os juros e o ajuste a valor justo dos créditos com as instituições em liquidação extrajudicial (Nota 11.1).

18 - GANHOS (PERDAS) COM MOEDAS ESTRANGEIRAS

Registra o resultado de correção cambial dos ativos e passivos, exceto o ouro, em moedas estrangeiras e em moeda local, vinculados às variações das taxas de câmbio e não classificados na categoria Valor Justo por Meio do Resultado.

	1º sem/2014	1º sem/2013
Ganhos (perdas) com moedas estrangeiras		
Caixa e Equivalentes de Caixa	(2.896.472)	752.632
Depósitos a Prazo em Instituições Financeiras	(2.574.868)	2.476.129
Operações Compromissadas	(318.125)	230.465
Créditos a Receber	(230.349)	223.996
Operações Contratadas a Liquidar	166.353	(178.106)
Créditos a Pagar	585.506	(553.338)
Depósitos de Organismos Financeiros Internacionais	693.585	(658.229)
Outras	1.736	(2.939)
Total	(4.572.634)	2.290.608

O resultado apresentado decorre do efeito da apreciação do Real frente às principais moedas estrangeiras no 1º semestre de 2014 (Nota 3.3), enquanto que no 1º semestre de 2013 verificou-se um movimento contrário das taxas de câmbio.

19 - GANHOS (PERDAS) COM OURO MONETÁRIO

Referem-se à variação de preço do ouro (Nota 3.3) e incluem a correção cambial e o ajuste a valor justo. A variação do saldo no período se justifica pelo ajuste a valor justo positivo do ouro no 1º semestre de 2014, enquanto que no 1º semestre de 2013 esse ajuste foi negativo, compensado em parte pelos efeitos da variação cambial decorrente da apreciação do Real frente ao dólar estadunidense (Nota 3.3).

BANCO CENTRAL DO BRASIL

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SINTÉTICAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2014

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

II, 24

20 - OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	1º sem/2014	1º sem/2013
Outras Receitas	1.572.650	1.649.627
Multas	8.613	241.385
Repasse do Tesouro Nacional	1.380.404	1.217.772
Precatórios	166	9.061
Reversão de provisão para ações judiciais	9.308	29.391
Tarifas	106.430	104.509
Outras	67.429	47.509
Outras Despesas	(1.306.919)	(1.533.367)
Pessoal	(772.314)	(827.209)
Fabricação e distribuição de numerário	(73.414)	(519.082)
Provisão para ações judiciais	(96.672)	(63.070)
Depreciação	(19.012)	(17.623)
Outras	(346.007)	(212.073)

21 - RESULTADO

21.1. Resultado no semestre

O resultado no semestre foi positivo em R\$5.271.503 (R\$17.688.071 no 1º semestre de 2013), conforme demonstrado no quadro a seguir:

	1º sem/2014	1º sem/2013
Operações com Reservas Internacionais e Swaps		
Rentabilidade das Reservas Cambiais	(44.452.854)	43.526.675
Derivativos Cambiais - Swaps em Moeda Local	20.274.619	(524.651)
Equalização de Reservas e Derivativos Cambiais (Rentabilidade)	24.177.735	(43.002.024)
Outras operações em moedas estrangeiras	1.016.028	2.208.498
Operações em moeda local	3.989.862	15.467.011
Receitas com Juros	55.140.116	48.422.187
Despesas com Juros	(49.824.424)	(59.852.465)
Equalização de Reservas Cambiais (Custo de Captação)	27.045.873	27.236.522
Instituições em Liquidação (Ajuste a Valor Justo)	1.628.267	(336.233)
Outras operações em moeda local	265.622	11.562
Resultado no semestre	5.271.503	17.688.071

Como a rentabilidade obtida com a administração das reservas internacionais e com os derivativos (swaps) cambiais (Nota 8.2.1) é neutralizada por meio da operação de equalização cambial, o resultado do BCB é explicado basicamente pelas operações em moeda local, onde se destaca o reembolso do custo de captação dos recursos empregados nas reservas internacionais – a segunda ponta do mecanismo de equalização cambial. Também contribuem para a composição do resultado as receitas e despesas com juros das operações em moeda local e com o ajuste a valor justo dos créditos a receber das instituições em liquidação.

De acordo com a legislação aplicável, o resultado do 1º semestre de 2014 será transferido ao Tesouro Nacional até o 10º dia útil após a aprovação dessas demonstrações financeiras pelo CMN (Nota 1).

BANCO CENTRAL DO BRASIL

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SINTÉTICAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2014

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

fl. 25

21.2. Resultado abrangente

A Demonstração do Resultado Abrangente (DRA) tem como objetivo a evidenciação do resultado econômico de uma entidade, ampliando o nível de divulgação dos resultados para além do conceito de resultado contábil, usualmente evidenciado por meio da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).

Com vistas a propiciar maior transparência aos resultados, na DRA são evidenciados os ganhos e perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, cujos itens estão demonstrados na Nota 14.

Referente ao ajuste a valor justo dos títulos públicos federais classificados na categoria Disponíveis para Venda, quando da sua reclassificação para outra categoria, o valor de Ganhos (Perdas) Reconhecidos Diretamente no Patrimônio (Nota 14) é amortizado na demonstração de resultado durante a vida remanescente dos papéis reclassificados.

22 - PARTES RELACIONADAS**22.1. Governo Federal**

O quadro a seguir apresenta as principais operações ocorridas no período entre o BCB e o Governo Federal:

BANCO CENTRAL DO BRASIL

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SINTÉTICAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2014

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

R\$ 2o

	1º sem/2014	2º sem/2013
Conta Única do Tesouro Nacional (Nota 10)		
Saldo inicial	655.965.327	520.186.169
(+) remuneração	29.360.832	24.816.818
(+/-) depósitos/saques	(75.640.182)	79.147.200
(+) transferência de resultado positivo	30.778.887	31.816.140
Saldo final	640.464.884	655.965.327
Títulos de emissão do Tesouro Nacional (Nota 9.2)		
Saldo inicial	953.068.070	914.047.176
(+/-) aquisição líquida (resgate líquido)	(11.924.562)	(5.794.743)
(+) remuneração	54.789.121	46.495.015
(+/-) ajuste a valor justo	(81.109)	(1.679.378)
Saldo final	995.971.520	953.068.070
Resultado a transferir ao Tesouro Nacional (Nota 10)		
Saldo inicial	14.270.953	15.463.844
(+) resultado positivo a ser transferido	5.274.646	4.270.953
(+) remuneração	278.426	290.058
(-) transferências	(14.549.379)	(15.763.902)
Saldo final	5.274.646	14.270.953
Equalização Cambial		
Saldo inicial	-	-
(+/-) ajustes	51.223.608	(15.918.931)
(+/-) transferências para crédito a pagar (receber)	(51.223.608)	15.918.931
Saldo final	-	-
Crédito a receber decorrente de resultado de equalização cambial (Nota 10)		
Saldo inicial	10.970.069	10.432.267
(+) resultado de equalização cambial	51.223.608	-
(+) remuneração	33.262	537.802
(-) recebimentos	(11.003.331)	-
Saldo final	51.223.608	10.970.069
Crédito a pagar decorrente de resultado de equalização cambial (Nota 10)		
Saldo inicial	(15.918.931)	(15.766.502)
(-) resultado de equalização cambial	-	(15.918.931)
(-) remuneração	(310.577)	(295.736)
(+) pagamentos	16.229.508	16.062.238
Saldo final	-	(15.918.931)
Repasse do Orçamento Geral da União (Nota 20)	1.380.404	894.188

22.2. Centrus

As principais transações ocorridas entre o BCB e a Centrus foram as seguintes:

BANCO CENTRAL DO BRASILNOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SINTÉTICAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2014
(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

R. 27

	1º sem/2014	2º sem/2013
Superávit Atuarial		
Saldo inicial	1.261.008	766.746
(+/-) remensurações de planos de benefícios definidos	-	- 400.150
(+) juros	127.187	94.112
Saldo final	1.376.195	1.251.008
Crédito a receber (Nota 11)		
Saldo inicial	1.538.119	1.067.285
(-) juros	53.473	121.787
(+) distribuição de superávit	-	546.639
(-) recebimentos	(948.737)	(197.792)
Saldo final	642.855	1.538.119

23 - EVENTO SUBSEQUENTE

Em 15 de julho de 2014, o Banco Bamerindus – Em Liquidação Extrajudicial efetuou a quitação de sua dívida junto ao DCD, que havia sido objeto de parcelamento no âmbito da Lei nº 12.249, de 2010 (Nota 11.1). Cabe salientar que a operação foi precedida de análise pela procuradoria do BCB, que se manifestou, em 10 de julho de 2014, pela possibilidade jurídica, indicando a metodologia de cálculo aplicável nos termos da referida lei.

O valor atualizado do crédito na data do recebimento foi de R\$1.969.632, o que gerou um efeito financeiro positivo de R\$729.421 no resultado da autarquia, decorrente basicamente da reversão do ajuste a valor justo – uma vez que representava o ajuste a valor presente dos fluxos de caixa apurado com base no diferencial entre as taxas contratuais e as taxas de mercado para o prazo do parcelamento –, compensada em parte pelo desconto concedido em função da antecipação das parcelas vincendas.

24 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – INFORMAÇÕES EXIGIDAS**a) Impacto e o custo fiscal das operações – Lei de Responsabilidade Fiscal, § 2º do art. 7º:**

O parágrafo único do art. 6º da Lei nº 4.595, de 1954, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 2.376, de 25 de novembro de 1987, prevê que “os resultados obtidos pelo Banco Central, consideradas as receitas e despesas de todas as suas operações, serão, a partir de 1º de janeiro de 1988, apurados pelo regime de competência e transferidos para o Tesouro Nacional, após compensados eventuais prejuízos de exercícios anteriores”.

Esse dispositivo foi parcialmente alterado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000):

“Art. 7º O resultado do Banco Central do Brasil, apurado após a constituição ou reversão de reservas, constitui receita do Tesouro Nacional e será transferido até o décimo dia útil subsequente à aprovação dos balanços semestrais.

§ 1º O resultado negativo constituirá obrigação do Tesouro para com o Banco Central e será consignado em dotação específica no orçamento.”

De acordo com o inciso II do art. 2º da Medida Provisória nº 2.179-36, de 24 de agosto de 2001, esse resultado negativo deverá ser objeto de pagamento até o 10º dia útil do exercício subsequente ao da aprovação do balanço pelo CIMN.

Assim, temos que:

- I - o resultado do BCB considera as receitas e despesas de todas as suas operações;
- II - os resultados positivos são transferidos como receitas e os negativos são cobertos como despesas do Tesouro Nacional;
- III - tais resultados são contemplados no orçamento à conta do Tesouro Nacional.

BANCO CENTRAL DO BRASIL

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SINTÉTICAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2014

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

fl. 28

O BCB apresentou resultado positivo de R\$1.404.563 no 1º trimestre e de R\$3.866.940 no 2º trimestre, totalizando um resultado positivo de R\$5.271.503 no 1º semestre de 2014, que, após a realização de reservas, será transferido ao Tesouro Nacional até o 10º dia útil subsequente à aprovação das demonstrações financeiras pelo CMN. Em conformidade com o § 5º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, no prazo de noventa dias após o encerramento do semestre, o BCB apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes ao Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.

b) Custo da remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional – Lei de Responsabilidade Fiscal, § 3º do art. 7º:

O custo correspondente à remuneração dos depósitos do Tesouro Nacional atingiu o montante de R\$14.079.175 no 1º trimestre e de R\$15.285.087 no 2º trimestre, totalizando R\$29.364.262 no 1º semestre de 2014.

c) Custo da manutenção das reservas cambiais – Lei de Responsabilidade Fiscal, § 3º do art. 7º:

O custo da manutenção das reservas cambiais é calculado diariamente pela diferença entre a taxa de rentabilidade das reservas internacionais, incluindo a variação cambial, e a taxa média de captação apurada pelo BCB.

Em 30 de junho de 2014, 91,45% dos ativos de reserva eram compostos por títulos, conforme divulgado na Nota para Imprensa do Setor Externo (quadro 49), disponível no site do BCB na internet (www.bcb.gov.br).

No 1º trimestre de 2014, as reservas internacionais apresentaram rentabilidade negativa de 3,17%. Considerando-se o custo de captação desta Autarquia, o resultado líquido das reservas foi negativo em 4,61% (R\$40.979.129). No 2º trimestre, a rentabilidade das reservas alcançou 1,93% negativos, totalizando 3,62% negativos (R\$30.519.098) quando considerado o custo de captação.

	Reservas Internacionais		Custo de Captação (%)	Custo de Manutenção das Reservas Internacionais	
	Saldo Médio (R\$ mil)	Rentabilidade (%)		(%)	(R\$ mil)
1º Trimestre/2014	838.162.786	(3,17)	(1,44)	(4,61)	(40.979.129)
2º Trimestre/2014	844.034.226	(1,93)	(1,69)	(3,62)	(30.519.098)
Total do 1º Semestre/2014					(71.498.227)

Deve-se salientar que a correção cambial representa variação decorrente da tradução dos valores dos ativos de reserva para o Real, não se configurando resultado realizado do ponto de vista financeiro. Excluindo-se essa correção, portanto, as reservas internacionais apresentaram, no 1º trimestre de 2014, rentabilidade positiva de 0,24%, sendo composta pela incorporação de juros (0,12%) e pelo resultado positivo da marcação a mercado dos ativos (0,12%). Deduzindo-se o custo de captação, o resultado líquido das reservas foi negativo em 1,20% (R\$10.653.837). No 2º trimestre, a rentabilidade das reservas foi positiva em 0,49% (0,15% pela incorporação de juros e 0,34% pelo resultado positivo da marcação a mercado dos ativos), totalizando 1,20% negativos (R\$10.111.783) quando considerado o custo de captação.

	Reservas Internacionais		Custo de Captação (%)	Custo de Manutenção das Reservas Internacionais	
	Saldo Médio (R\$ mil)	Rentabilidade, exclusive correção cambial (%)		(%)	(R\$ mil)
1º Trimestre/2014	838.162.786	0,24	(1,44)	(1,20)	(10.653.837)
2º Trimestre/2014	844.034.226	0,49	(1,69)	(1,20)	(10.111.783)
Total do 1º Semestre/2014					(20.765.620)

BANCO CENTRAL DO BRASIL

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SINTÉTICAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2014
(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

fl. 29

d) Rentabilidade da carteira de títulos – Lei de Responsabilidade Fiscal, § 3º do art. 7º:

A rentabilidade da carteira de títulos do BCB, composta exclusivamente por títulos de emissão da União, foi de R\$26.852.644 no 1º trimestre e de R\$27.936.477 no 2º trimestre, totalizando R\$54.789.121 no 1º semestre de 2014.

Presidente: Alexandre Antonio Tombini

Diretores: Aldo Luiz Mendes, Altamir Lopes, Anthero de Moraes Meirelles, Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, Luiz Awazu Pereira da Silva, Luiz Edson Feltrim e Sidnei Corrêa Marques

Chefe do Departamento de Contabilidade e Execução Financeira: Eduardo de Lima Rocha

Contador – CRC-DF 12.005/O-9

Banco Central do Brasil

**Relatório sobre a revisão das
demonstrações financeiras
sintéticas intermediárias.
30 de junho de 2014**



Relatório sobre a revisão das demonstrações financeiras sintéticas intermediárias

Aos Administradores
Banco Central do Brasil

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial sintético intermediário do Banco Central do Brasil ("BCB"), em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações sintéticas intermediárias do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa de moeda estrangeira do semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas:

A administração do BCB é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras sintéticas intermediárias de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras sintéticas intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – *Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade* e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações financeiras sintéticas intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras sintéticas intermediárias acima referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o IAS 34 – *Interim Financial Reporting*.



Banco Central do Brasil

Outros assuntos

Informações suplementares

Revisamos, também, as informações suplementares apresentadas na Nota 24 às demonstrações financeiras sintéticas intermediárias, as quais não são requeridas pelo IAS 34, mas estão sendo apresentadas em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal. Essas informações suplementares foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras sintéticas intermediárias tomadas em conjunto.

Brasília, 20 de agosto de 2014

A handwritten signature in dark ink, appearing to read "Ricardo Augusto Lopes".

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" DF

A handwritten signature in dark ink, appearing to read "Giovanni da Silva Fagundes".

Giovanni da Silva Fagundes
Contador CRC IMC051926/O-0 "S" DF

(À Comissão de Assuntos Econômicos)

AVISO DO MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA**AVISO
Nº 56, DE 2014**

Aviso nº 259 /GMF/MF-DF-

Brasília, 28 de agosto de 2014.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Assunto: Art. 41 e §§ 1º e 2º do art. 24 da Resolução do Senado Federal nº 43/2001.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

1. Em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal (RSF) nº 43/2001, encaminho documentação anexa contendo, além de relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito deste Ministério no mês de **julho de 2014**, tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Informo que os dados relativos às dívidas consolidadas foram extraídos pela Caixa Econômica Federal dos Relatórios de Gestão Fiscal, publicados no Sistema de Coleta de Dados Contábeis dos Entes da Federação – SISTN e elaborados pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, em cumprimento ao art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).

2. Quanto ao atendimento ao disposto no § 2º do art. 24 da RSF 43/2001, editou-se a Portaria STN nº 227, de 11 de abril de 2011, que estabelece procedimentos de comunicação pelo Ministério da Fazenda ao Poder Legislativo local, ao Tribunal de Contas competente e ao Senado Federal em caso de constatação de irregularidades na instrução de processos de autorização regidos pela RSF 43/2001. As irregularidades constatadas no período são comunicadas por meio do Anexo 4, para atendimento ao § 2º art. 24 da RSF 43/2001.

3. Destaco que informações detalhadas acerca de cada operação de crédito enquadrada na situação descrita no parágrafo anterior, tais como Ente Federativo, Instituição Credora, valor, tipo de operação e condições financeiras, constarão de relatório anexo a este Ofício.

4. Esclareço que as informações ora encaminhadas estão dispostas nos seguintes anexos:

- **Anexo 1** – Tabela demonstrativa da posição de endividamento dos Estados e do Distrito Federal, em atendimento ao inciso I, artigo 41 da RSF 43/2001;
- **Anexo 2** – Tabela contendo a posição de endividamento dos Municípios, em atendimento ao inciso I, artigo 41 da RSF 43/2001;
- **Anexo 3** – Tabela contendo cada uma das operações de crédito deferidas e não deferidas no período, bem como o número de instituições financeiras participantes das operações de crédito autorizadas no período, classificadas por tipo de operação em atendimento aos incisos II e III, artigo 41 da RSF 43/2001;
- **Anexo 4** – Tabela contendo informações sobre as irregularidades constatadas de que trata o § 2º artigo 24 da RSF 43/2001 no período; e
- **Anexo 5** – Tabela contendo informações sobre a situação das irregularidades passíveis de regularização (artigo 24 da RSF 43/2001 e §§ 1º e 3º artigo 33 da LRF) ou passíveis de cancelamento (artigos 35 ou 37 da LRF) no período.

5. Informo que o trâmite das operações de crédito neste Ministério é atualizado diariamente em www.tesouro.fazenda.gov.br/operacoesdecredito-estados-municipios, no link “Consultar Operações de Crédito”. Nesse mesmo endereço, poderão ser encontradas as planilhas eletrônicas com os dados que compõem os Anexos 1 e 2 deste Ofício.

Atenciosamente,



GUIDO MANTEGA
Ministro de Estado da Fazenda

ANEXO 1

Tabela demonstrativa da posição de endividamento dos Estados e do Distrito Federal, em atendimento ao inc. I, art. 41 da RSF nº 43/2001.

Dívida Consolidada Líquida dos Estados

Atualizado: 1/09/2014

UF	31/12/2002	31/12/2003	31/12/2004	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011	30/04/12	31/03/12	30/09/12	31/03/13	31/03/14
AC	760.454	652.295	703.247	694.081	718.119	844.423	794.933	533.262	856.478	1.423.013	1.233.515	1.072.189	1.485.532	1.181.200	1.896.265
AL	2.670.510	2.651.313	3.691.744	4.482.250	5.932.820	5.927.271	6.218.123	6.555.422	6.579.456	7.069.747	6.754.218	7.105.246	7.105.246	7.402.771	7.908.416
AM	1.522.639	1.558.219	1.810.140	1.076.915	1.581.235	1.916.156	1.611.166	810.690	1.436.103	2.005.928	733.123	61.573	1.470.389	1.916.695	2.370.923
AP	31.016	31.023	206.277	260.454	273.370	172.481	184.009	97.230	746.208	440.436	495.101	595.232	46.555	164.134	957.533
BA	8.161.037	9.718.867	12.138.457	12.246.638	12.878.412	11.616.483	10.170.217	10.283.133	9.236.617	9.817.002	7.396.537	8.326.006	10.617.350	4.155.412	7.170.390
CE	2.711.644	3.462.000	4.243.190	4.441.874	4.276.357	3.641.266	3.512.079	1.845.023	2.690.112	3.221.715	2.303.116	2.732.240	3.240.380	2.430.180	3.443.062
DF	1.133.478	1.302.018	1.593.518	1.667.462	1.677.862	3.278.013	1.531.249	1.541.096	2.001.263	2.048.849	1.106.781	1.432.031	607.779	1.142.079	2.547.047
ES	1.128.037	2.325.018	2.593.871	3.385.641	3.011.090	1.422.059	1.210.436	800.397	636.022	1.445.501	821.438	1.212.335	1.633.943	1.609.433	2.547.047
GO	3.269.311	9.829.903	10.611.259	10.948.731	11.784.077	11.334.203	11.478.328	11.697.404	13.080.116	12.770.815	12.902.124	12.813.323	14.378.603	13.906.925	14.104.812
MA	4.631.266	4.453.327	5.782.011	5.548.932	5.141.413	5.644.291	4.478.328	4.478.167	4.339.646	3.303.114	2.776.694	2.645.234	6.098.478	2.381.235	3.404.544
MG	13.043.594	26.753.537	32.931.741	34.723.247	37.454.487	41.267.013	44.692.767	34.510.659	60.497.407	67.770.813	65.477.048	68.075.983	70.461.771	69.282.127	70.111.023
MS	4.333.609	4.997.019	5.682.201	6.601.214	6.601.214	6.601.214	6.601.214	6.601.214	6.601.214	6.601.214	6.601.214	6.601.214	6.601.214	6.601.214	6.601.214
MT	4.376.020	4.107.311	3.993.535	3.993.535	3.993.535	3.993.535	3.993.535	3.993.535	3.993.535	3.993.535	3.993.535	3.993.535	3.993.535	3.993.535	3.993.535
PA	1.313.302	1.273.314	1.173.948	1.173.948	1.173.948	1.173.948	1.173.948	1.173.948	1.173.948	1.173.948	1.173.948	1.173.948	1.173.948	1.173.948	1.173.948
PB	2.634.037	1.977.908	2.526.145	2.634.037	2.634.037	2.634.037	2.634.037	2.634.037	2.634.037	2.634.037	2.634.037	2.634.037	2.634.037	2.634.037	2.634.037
PE	3.964.247	4.253.025	4.493.023	5.429.048	5.429.048	5.429.048	5.429.048	5.429.048	5.429.048	5.429.048	5.429.048	5.429.048	5.429.048	5.429.048	5.429.048
PI	2.032.176	2.141.189	2.402.340	2.561.376	2.711.157	2.561.376	2.561.376	2.561.376	2.561.376	2.561.376	2.561.376	2.561.376	2.561.376	2.561.376	2.561.376
PR	7.332.797	8.393.765	9.260.301	8.293.680	9.951.827	9.951.827	9.951.827	9.951.827	9.951.827	9.951.827	9.951.827	9.951.827	9.951.827	9.951.827	9.951.827
RJ	23.878.044	28.240.551	31.410.514	38.571.089	42.928.196	45.391.520	45.391.520	45.391.520	45.391.520	45.391.520	45.391.520	45.391.520	45.391.520	45.391.520	45.391.520
RN	1.443.316	944.036	1.201.902	1.157.033	992.837	1.001.335	992.837	992.837	992.837	992.837	992.837	992.837	992.837	992.837	992.837
RO	1.003.194	1.075.042	1.743.581	1.791.627	1.607.928	1.607.928	1.607.928	1.607.928	1.607.928	1.607.928	1.607.928	1.607.928	1.607.928	1.607.928	1.607.928
RR	146.480	171.209	257.377	282.171	35.909	122.993	168.810	209.489	406.109	73.668	429.373	377.488	466.622	389.837	587.291
RS	12.740.010	18.335.143	23.406.851	27.686.812	30.453.246	33.743.981	33.743.981	33.743.981	33.743.981	33.743.981	33.743.981	33.743.981	33.743.981	33.743.981	33.743.981
SC	6.018.189	5.608.612	6.511.184	6.511.184	9.314.464	8.010.912	8.010.912	8.010.912	8.010.912	8.010.912	8.010.912	8.010.912	8.010.912	8.010.912	8.010.912
SE	1.065.723	1.065.723	1.065.723	1.065.723	1.065.723	1.065.723	1.065.723	1.065.723	1.065.723	1.065.723	1.065.723	1.065.723	1.065.723	1.065.723	1.065.723
SP	62.847.293	70.308.506	89.210.044	97.876.054	110.310.975	118.335.919	120.441.026	133.910.618	139.420.446	162.578.123	162.578.123	177.517.847	154.418.700	154.418.700	183.000.210
TO	323.214	351.812	412.265	407.239	667.264	310.144	331.439	348.810	314.937	524.493	665.000	1.018.309	650.008	700.242	1.353.010
Totais	181.836.635	273.241.938	271.775.952	290.279.444	315.613.908	333.246.516	335.246.037	364.816.599	353.170.438	421.038.116	408.311.134	423.990.197	462.122.218	532.015.869	497.877.964

Fonte: Relatório Fiscal das Homologações no SISPA em cumprimento à Portaria STN nº 82/2011 e Relatório Fiscal disponibilizado na Internet em atendimento às Leis 9.492/96 e 9.494/96.

Obs: 1 - Os dados referentes a 2004-2014 foram extraídos exclusivamente dos Relatórios de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre de cada homologação e publicados no SISPA em 14/04/2014 ao SISPA.

2 - Os dados referentes aos quadrimestres anteriores não contemplam eventual alteração estrutural anteriormente à primeira homologação e publicação no SISPA.

n.d. - Informação não disponível

Receita Corrente Líquida dos Estados

Atualizado: 12/09/2014

UF	Receita Corrente Líquida - RCL														R\$ mil
	31/12/2001	31/12/2002	31/12/2003	31/12/2004	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014	
AC	613.082	784.792	1.013.480	1.156.660	1.466.590	1.633.475	1.935.477	2.433.000	2.648.959	3.076.580	3.415.538	3.881.195	3.338.304	3.700.351	3.987.784
AL	1.104.875	1.376.355	1.816.021	1.918.255	2.413.519	3.074.902	3.495.503	3.979.965	4.293.265	4.935.115	4.601.099	5.053.801	5.266.953	5.465.256	5.703.613
AM	1.925.171	2.228.212	3.054.641	3.251.416	4.194.590	4.670.314	5.351.531	6.439.595	6.161.011	8.712.384	8.511.332	9.239.817	9.974.274	10.329.762	11.078.183
AP	678.300	760.103	940.819	1.210.000	1.444.006	1.594.227	1.917.133	2.404.178	1.233.652	3.160.688	2.392.411	3.344.164	3.766.636	3.555.052	3.667.051
BA	5.106.140	5.715.508	7.506.550	9.075.419	10.329.111	11.360.178	12.381.607	14.231.786	14.671.427	19.216.916	19.981.807	21.024.184	21.658.700	23.000.814	24.355.120
CE	3.101.121	3.628.078	4.369.678	4.671.442	5.309.310	6.102.606	6.959.807	8.171.686	9.636.476	12.159.142	12.401.432	13.312.486	14.751.862	15.811.905	16.744.277
DF	3.205.332	3.419.966	4.067.483	5.109.061	6.149.518	6.959.807	8.171.686	10.254.989	11.445.148	13.758.411	14.312.486	16.295.357	15.811.905	17.244.870	18.284.277
ES	2.176.246	3.565.412	4.067.483	4.172.214	4.533.242	5.309.310	6.102.606	7.731.520	7.486.192	9.772.994	10.254.989	10.612.221	10.312.486	11.171.552	12.044.277
GO	2.671.633	3.208.272	4.533.242	4.533.242	5.309.310	6.102.606	6.959.807	8.171.686	10.254.989	12.776.497	12.776.497	13.758.411	14.651.331	15.609.901	16.694.060
MA	4.794.116	5.171.935	6.102.606	6.959.807	8.171.686	9.636.476	11.445.148	13.758.411	14.312.486	16.295.357	16.295.357	18.278.228	18.278.228	20.261.553	21.771.553
MG	9.628.196	11.412.858	14.361.936	16.692.579	19.356.335	22.063.399	25.810.078	29.521.489	33.178.152	37.284.184	38.431.212	42.721.093	43.622.069	45.141.299	46.951.573
MS	1.333.344	1.531.116	1.786.433	2.121.510	2.579.044	3.047.883	3.637.592	4.265.180	4.940.235	5.876.926	6.861.450	8.009.587	9.135.662	9.513.573	10.131.200
MT	1.246.543	2.082.571	3.136.432	3.872.936	4.516.921	5.950.293	6.322.298	7.591.163	8.189.655	9.405.679	8.865.450	10.272.720	10.272.720	11.717.070	12.717.070
PA	2.313.543	2.706.165	3.380.104	4.058.167	4.842.313	5.950.293	6.322.298	7.591.163	8.189.655	9.405.679	8.865.450	10.272.720	10.272.720	11.717.070	12.717.070
PB	1.959.214	2.802.357	3.380.104	4.058.167	4.842.313	5.950.293	6.322.298	7.591.163	8.189.655	9.405.679	8.865.450	10.272.720	10.272.720	11.717.070	12.717.070
PE	3.035.407	3.200.314	3.637.592	4.265.180	4.940.235	5.876.926	6.861.450	8.009.587	9.135.662	10.272.720	10.272.720	11.717.070	11.717.070	13.200.985	14.200.985
PI	1.155.352	1.200.314	1.366.858	1.540.451	1.744.666	1.995.524	2.313.543	2.671.043	3.047.883	3.637.592	4.265.180	4.940.235	5.876.926	6.861.450	7.846.102
PR	5.106.576	6.246.845	7.490.807	8.865.450	10.453.939	12.446.920	14.842.343	17.602.440	19.973.310	23.712.428	23.712.428	27.721.115	27.721.115	31.995.227	34.995.227
RJ	11.240.000	12.608.618	15.100.316	17.602.440	20.849.127	24.842.343	29.521.489	34.931.994	40.487.539	46.613.415	53.395.466	60.475.102	68.275.102	76.825.102	85.375.102
RN	1.628.144	1.784.266	2.045.524	2.313.543	2.671.043	3.047.883	3.637.592	4.265.180	4.940.235	5.876.926	6.861.450	8.009.587	9.135.662	9.513.573	10.131.200
RO	902.255	1.022.129	1.166.858	1.340.451	1.540.451	1.744.666	1.995.524	2.313.543	2.671.043	3.047.883	3.637.592	4.265.180	4.940.235	5.876.926	6.861.450
RR	517.609	604.174	712.306	841.917	984.917	1.166.858	1.340.451	1.540.451	1.744.666	1.995.524	2.313.543	2.671.043	3.047.883	3.637.592	4.265.180
RS	6.657.846	7.571.394	8.865.450	10.453.939	12.446.920	14.842.343	17.602.440	19.973.310	23.712.428	27.721.115	31.995.227	36.475.102	41.208.341	46.195.227	51.182.341
SC	2.888.096	3.011.461	3.438.511	4.058.167	4.842.313	5.950.293	6.322.298	7.591.163	8.189.655	9.405.679	8.865.450	10.272.720	10.272.720	11.717.070	12.717.070
SE	1.209.261	1.595.043	1.674.710	1.895.461	2.105.461	2.313.543	2.671.043	3.047.883	3.637.592	4.265.180	4.940.235	5.876.926	6.861.450	7.846.102	8.831.202
SP	31.838.817	35.681.659	39.672.808	43.693.168	49.679.272	56.732.073	63.848.354	70.957.961	78.111.449	86.300.246	94.521.351	102.781.770	111.211.770	119.721.651	128.231.651
TO	922.233	1.084.234	1.304.421	1.540.451	1.744.666	1.995.524	2.313.543	2.671.043	3.047.883	3.637.592	4.265.180	4.940.235	5.876.926	6.861.450	7.846.102
Total	104.133.953	123.170.201	139.958.223	158.653.585	181.502.171	209.187.924	238.187.924	269.187.924	300.187.924	331.187.924	362.187.924	393.187.924	424.187.924	455.187.924	486.187.924

Fonte: Relatórios Filiais disponibilizados no SFTN em cumprimento à Portaria SFTN nº 182/2017 e Relatórios Filiais disponibilizados no SFTN em cumprimento à Portaria SFTN nº 182/2017.

Fonte: Relatórios Fiscais homologados no SISFN em cumprimento à Portaria STN nº 842/12 e Relatórios Fiscais disponibilizados no sistema de encaminhamento pelos Estados.

Obs:

- 1 - Os dados referentes a 30/09/2014 foram extraídos automaticamente dos Relatórios de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre de 2014 homologados e publicados até 11/08/2014 no SISFN.
- 2 - Os dados referentes aos quadrimestres anteriores não consideram eventuais alterações decorrentes de ajustes contábeis e publicações no SISFN.

Relação DCL / RCL dos Estados

Atualizado: 11/09/2014

UF	Relação DCL / RCL															
	31/12/00	31/12/01	31/12/02	31/12/03	31/12/04	31/12/05	31/12/06	31/12/07	31/12/08	31/12/09	31/12/10	31/12/11	30/04/12	30/06/12	31/12/12	31/12/13
AC	1,04	0,83	0,70	0,68	0,62	0,55	0,51	0,41	0,28	0,37	0,54	0,59	0,44	0,17	0,38	0,55
AL	2,23	1,78	2,36	2,77	2,69	2,33	2,22	2,00	1,97	1,81	1,62	1,48	1,37	1,43	1,50	1,42
AM	1,90	0,69	0,67	0,56	0,55	0,37	0,33	0,19	0,13	0,24	0,27	0,19	0,09	0,01	0,15	0,16
AP	0,05	0,03	0,28	0,28	0,23	0,11	0,41	0,10	0,04	0,11	0,18	0,12	-0,03	-0,01	0,16	0,17
BA	1,64	1,71	1,82	1,63	1,42	1,17	1,02	0,81	0,72	0,65	0,52	0,46	0,37	0,40	0,49	0,32
CE	0,87	0,94	1,18	1,06	0,92	0,73	0,60	0,38	0,26	0,17	0,28	0,29	0,24	0,24	0,28	0,33
DF	0,36	0,35	0,40	0,36	0,28	0,33	0,33	0,10	0,16	0,17	0,18	0,16	0,09	0,03	0,10	0,14
ES	0,08	0,03	1,16	1,02	0,70	0,44	0,34	0,49	0,10	0,08	0,17	0,14	0,08	0,11	0,13	0,22
GO	3,13	2,81	2,77	2,40	2,21	1,55	1,42	1,61	1,40	1,28	1,30	1,01	1,01	0,93	1,02	0,91
MA	2,48	2,10	2,73	2,21	1,74	1,33	1,15	0,91	0,74	0,68	0,64	0,47	0,33	0,31	0,41	0,39
MG	1,41	2,34	2,63	2,43	2,34	2,00	1,89	1,88	1,76	1,79	1,82	1,82	1,70	1,74	1,73	1,71
MS	3,10	2,94	3,10	2,67	2,33	2,01	1,81	1,48	1,15	1,43	1,20	1,13	1,02	1,03	1,03	0,94
MT	2,50	1,97	1,59	1,76	1,30	1,11	1,10	0,84	0,70	0,94	0,53	0,60	0,29	0,24	0,30	0,37
PA	0,17	0,63	0,67	0,61	0,60	0,46	0,44	0,35	0,31	0,34	0,29	0,19	0,12	0,10	0,11	0,08
PB	1,33	1,10	1,42	1,17	1,08	0,89	0,76	0,60	0,48	0,34	0,36	0,25	0,20	0,18	0,26	0,27
PE	0,86	1,12	1,35	1,37	1,04	0,83	0,67	0,53	0,42	0,43	0,34	0,39	0,31	0,35	0,46	0,45
PI	1,23	1,74	1,64	1,52	1,82	1,69	0,85	0,78	0,60	0,60	0,54	0,57	0,49	0,47	0,50	0,59
PR	1,20	1,34	1,34	1,05	1,08	1,29	1,36	1,16	1,19	1,12	0,89	0,76	0,66	0,63	0,60	0,55
RJ	2,09	1,90	2,23	2,01	2,04	1,90	1,72	1,73	1,60	1,63	1,56	1,46	1,31	1,30	1,68	1,56
RN	0,71	0,54	0,63	0,53	0,38	0,32	0,26	0,22	0,19	0,17	0,20	0,13	0,14	0,07	0,11	0,08
RO	1,11	1,05	1,43	1,21	1,00	0,85	0,72	0,64	0,50	0,53	0,54	0,50	0,42	0,44	0,45	0,46
RR	0,31	0,28	0,35	0,43	0,04	0,15	0,10	-0,13	-0,13	0,31	0,04	-0,10	-0,18	0,00	0,20	0,21
RS	2,66	2,51	2,79	2,80	2,50	2,58	2,53	2,54	2,34	2,20	2,14	2,14	2,10	2,15	2,18	2,08
SC	1,83	1,45	1,95	1,67	1,64	1,19	1,09	0,90	0,77	0,61	0,63	0,46	0,38	0,44	0,41	0,39
SE	0,88	0,78	0,73	0,68	0,66	0,55	0,57	0,42	0,22	0,27	0,33	0,49	0,45	0,48	0,53	0,48
SP	1,93	1,97	2,27	2,24	2,23	1,97	1,89	1,71	1,63	1,50	1,53	1,46	1,44	1,43	1,54	1,37
TO	0,35	0,27	0,27	0,26	0,33	0,11	0,13	0,08	0,10	0,11	0,14	0,21	0,14	0,14	0,21	0,19
Total	1,70	1,73	1,65	1,60	1,74	1,53	1,43	1,30	1,19	1,13	1,12	1,04	0,93	0,99	1,05	0,95

Fontes: Relatórios Fiscais homologados no SISTIN em cumprimento à Portaria STN nº 58/2011 e Relatórios Fiscais disponibilizados na Internet em encaminhados pelos Estados.

Obs: n.d. - Informação não disponível

1 - Os dados referentes a 30/04/2014 foram extraídos exclusivamente dos Relatórios de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre de 2014 homologados e publicados até 11/05/2014 no SISTIN.

2 - Os dados referentes aos quadrimestres anteriores não consideram eventuais alterações efetuadas pelos entes posteriormente à praxeia homologação e publicação no SISTIN.

ANEXO 2

Tabela contendo a posição de endividamento dos Municípios, em atendimento ao inciso I, art. 41 da RSF nº 43/2001.

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

DCL/RCL - RGF 1º Quadrimestre de 2014

data-base 30/04/2014

Dados extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal homologados no SISTIN

Posição: 11/08/2014

UF	Nome do Município	Cód. IBGE Estado	Cód. IBGE Município	DV IBGE Município	DCL 1º Quadrimestre 2014	RCL 1º Quadrimestre 2014	% DCL/RCL
AC	FEIJÓ	12	30	2	-5.994.612,54	36.781.795,81	-
AC	RIO BRANCO	12	40	1	76.811.042,83	563.230.570,50	13,64
AL	CAMPO ALEGRE	27	140	7	0,00	52.549.005,28	0,00
AL	MACEIO	27	430	2	-6.982.447,28	1.411.161.725,10	-
AL	PALMEIRA DOS INDIOS	27	630	7	-6.121.497,48	111.370.997,21	-
AL	SÃO MIGUEL DOS MILAGRES	27	870	9	-1.037.704,28	17.615.404,23	-
AM	MANAUS	13	260	3	-721.694.891,93	3.435.599.729,83	-
AP	MACAPÁ	16	30	3	0,00	543.223.388,73	0,00
AP	TARTARUGALZINHO	16	70	9	0,00	19.213.546,57	0,00
BA	ABARE	29	20	7	-2.701.670,70	28.249.917,56	-
BA	ADUSTINA	29	35	5	-188.247,81	23.774.094,81	-
BA	ALAGOINHAS	29	70	2	16.354.057,63	238.264.293,45	6,86
BA	ALCOBACA	29	80	1	9.287.720,03	42.384.009,59	21,91
BA	AMÉRICA DOURADA	29	115	5	4.764.805,88	28.906.215,73	16,48
BA	ANDORINHA	29	135	3	1.658.072,05	29.784.149,05	5,57
BA	ANGICAL	29	140	3	21.336.968,25	24.819.355,68	85,97
BA	ANTÔNIO CARDOSO	29	170	0	0,00	18.553.953,70	0,00
BA	ANTÔNIO GONÇALVES	29	180	9	-1.297.695,36	17.327.238,35	-
BA	ARACAS	29	205	4	0,00	35.532.279,71	0,00
BA	ARAMARI	29	220	3	2.555.121,61	18.979.000,90	13,46
BA	AURELINO LEAL	29	240	1	-1.916.720,27	22.375.708,93	-
BA	BAIANÓPOLIS	29	250	0	5.826.141,67	25.078.093,22	23,23
BA	BAIXA GRANDE	29	260	9	3.315.569,29	31.952.237,31	10,38
BA	BARRA	29	270	8	1.827.776,05	81.976.980,20	2,23
BA	BARRA DO ROCHA	29	310	2	10.254.176,33	13.797.664,67	74,32
BA	BARREIRAS	29	320	1	223.104.614,48	258.901.041,01	86,17
BA	BARROCAS	29	327	6	-2.328.707,59	30.222.405,89	-
BA	BELMONTE	29	340	9	42.900.962,50	42.045.553,99	102,03
BA	BOM JESUS DA LAPA	29	380	4	25.475.817,61	105.403.403,56	24,17
BA	BOQUIRA	29	410	0	13.567.734,68	33.527.309,77	40,47
BA	BOTUPORÁ	29	420	9	7.180.691,50	24.559.114,16	29,24
BA	BREJOES	29	430	8	-1.686.819,70	50.890.415,97	-
BA	BREJOLÂNDIA	29	440	7	5.781.873,71	18.445.195,90	31,35
BA	BROTAS DE MACAUBAS	29	450	6	435.112,13	26.804.428,76	1,69
BA	BRUMADO	29	460	5	-5.440.439.662,15	115.933.346,73	-
BA	CAATIBA	29	480	3	17.719.497,59	17.272.320,86	102,59
BA	CACHOEIRA	29	490	2	0,00	4.073.301,19	0,00
BA	CACULE	29	500	8	7.334.644,91	31.763.899,81	23,09
BA	CAEM	29	510	7	3.967.368,27	19.790.621,38	20,05
BA	CAETANOS	29	515	6	-5.990.333,33	19.164.563,14	-
BA	CAETITE	29	520	8	48.495.408,00	86.809.614,41	55,86
BA	CAIRU	29	540	4	4.330.173,59	70.653.853,73	6,13
BA	CAMACAN	29	560	2	29.983.574,90	44.397.044,32	67,54
BA	CAMACARI	29	570	1	267.667.328,22	808.336.843,93	33,11
BA	CANAVIEIRAS	29	630	3	19.104.972,42	41.054.904,46	46,54
BA	CANDEIAS	29	650	1	284.951.740,35	231.282.965,33	123,20
BA	CANUDOS	29	682	4	997.229,45	26.993.504,45	3,69
BA	CAPIM GROSSO	29	687	3	33.447.403,86	42.582.190,31	78,55
BA	CASTRO ALVES	29	730	1	26.688.070,86	42.259.396,76	63,15
BA	CATOLÂNDIA	29	740	0	2.715.765,60	9.650.734,04	28,14
BA	CATU	29	750	9	28.341.628,93	90.067.073,25	31,46
BA	CATURAMA	29	755	8	7.796.307,40	14.844.316,88	52,52
BA	CENTRAL	29	760	8	17.360.912,83	28.643.920,39	60,19
BA	CICERO DANTAS	29	780	5	-7.555.249,84	57.129.325,73	-
BA	COCOS	29	810	1	1.282.793,08	37.057.405,78	3,46
BA	CONCEIÇÃO DA FEIRA	29	820	0	11.454.816,44	31.467.454,32	36,40
BA	CONCEIÇÃO DO COITE	29	840	8	50.405.288,55	24.596.032,78	204,93
BA	CORIBE	29	910	9	7.030.288,64	30.363.879,97	23,15
BA	CORONEL JOÃO SA	29	920	8	20.087.947,61	32.449.916,25	61,90
BA	CORRENTINA	29	930	7	9.529.825,32	79.635.910,63	11,94
BA	COTEGIPE	29	940	6	-522.810,05	28.835.697,50	-
BA	CRISTÓPOLIS	29	970	3	402.288,72	22.482.828,34	1,79
BA	DOM BÁSILIO	29	1010	7	3.141.463,88	20.435.235,32	15,37
BA	ESPLANADA	29	1060	2	38.012.557,82	77.354.196,38	49,14
BA	FATIMA	29	1075	0	0,00	3.049.510,94	0,00
BA	FEIRA DE SANTANA	29	1080	0	7.514.982,40	764.557.532,68	1,00

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

BA	FILADELFIA	29	1085	9	-4.061.086,92	29.346.054,38	-
BA	FORMOSA DO RIO PRETO	29	1110	5	-8.708.183,11	71.759.684,85	-
BA	GANDU	29	1120	4	31.177.029,55	43.705.076,38	71,34
BA	GOVERNADOR MANGABEIRA	29	1160	0	11.291.762,40	33.391.604,76	33,82
BA	GUANAMBI	29	1170	9	22.358.085,66	119.309.395,11	18,74
BA	IACU	29	1190	7	0,00	47.030.771,31	0,00
BA	IBIPITANGA	29	1250	9	6.259.429,85	25.140.999,25	24,90
BA	IBIRAPUA	29	1280	6	0,00	22.894.750,54	0,00
BA	IBITITA	29	1310	1	-1.759.570,83	-1.759.570,83	100,00
BA	IBOTIRAMA	29	1320	0	20.701.954,08	43.436.481,26	47,66
BA	ICHU	29	1330	9	5.012.615,79	1.260.090,24	397,80
BA	IGAPORA	29	1340	8	13.482.764,30	29.647.031,72	45,51
BA	ILHEUS	29	1360	6	0,00	263.772.167,30	0,00
BA	IPACAETA	29	1380	4	19.833.414,82	27.470.444,02	72,20
BA	IPIAU	29	1390	3	15.383.848,40	32.775.384,06	46,94
BA	IRARA	29	1450	5	7.024.274,60	45.627.620,38	15,39
BA	ITABERABA	29	1470	3	10.858.102,90	94.554.756,11	11,48
BA	ITAGI	29	1510	6	14.663.594,46	20.928.298,60	70,07
BA	ITAGIBA	29	1520	5	13.495.404,89	42.992.004,97	31,39
BA	ITAMARAJU	29	1560	1	0,00	8.972.952,59	0,00
BA	ITAMBE	29	1580	9	34.705.232,79	34.203.742,84	101,47
BA	ITANHEM	29	1600	5	0,00	30.068.899,58	0,00
BA	ITAPARICA	29	1610	4	13.396.714,32	36.761.287,78	36,44
BA	ITAPICURU	29	1650	0	-777.199,54	51.605.469,23	-
BA	ITARANTIM	29	1680	7	24.695.123,06	30.676.390,13	79,98
BA	ITIRUCU	29	1690	6	19.058.139,99	20.739.107,53	91,89
BA	ITUACU	29	1720	1	2.396.675,36	33.914.574,55	7,07
BA	ITUBERA	29	1730	0	6.673.648,25	44.223.337,33	15,54
BA	JACARACI	29	1740	9	5.630.744,77	23.732.485,58	24,57
BA	JAGUARARI	29	1770	6	-49.504,00	60.471.978,27	-
BA	JEREMOCABO	29	1810	0	26.179.509,56	65.168.207,87	40,17
BA	JOAO DOURADO	29	1835	7	5.617.576,73	38.328.953,43	14,66
BA	JUAZEIRO	29	1840	7	150.274.338,31	359.857.887,08	41,76
BA	JUSSIAPE	29	1860	5	-1.395.016,22	13.760.856,90	-
BA	LAGOA REAL	29	1875	3	17.563.434,23	24.653.857,99	71,24
BA	LAJEDAO	29	1880	2	3.078.720,01	13.334.398,96	23,10
BA	LAPAO	29	1915	7	-4.162.489,21	32.183.950,27	-
BA	LAURO DE FREITAS	29	1920	7	11.325.817,81	367.868.030,31	3,08
BA	LENCOIS	29	1930	6	-1.634.121,34	20.321.058,63	-
BA	LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA	29	1950	4	831.654,73	58.646.624,32	1,59
BA	LUIS EDUARDO MAGALHAES	29	1955	3	-1.570.478,38	173.880.668,22	-
BA	MACAJUBA	29	1960	3	4.858.383,60	21.686.733,86	22,97
BA	MACAUBAS	29	1980	1	51.031.660,17	68.527.037,89	74,47
BA	MACURURE	29	1990	0	5.104.948,64	15.124.587,18	33,75
BA	MADRE DE DEUS	29	1992	6	16.854.883,43	133.034.800,94	12,67
BA	MANSIDAO	29	2045	2	7.454.820,20	23.725.289,07	31,42
BA	MASCOTE	29	2090	8	23.215.772,62	26.483.228,99	87,67
BA	MATA DE SAO JOAO	29	2100	5	-3.942.001,33	130.947.039,39	-
BA	MEDEIROS NETO	29	2110	4	40.773.514,18	49.176.974,68	82,91
BA	MIRANGABA	29	2140	1	3.522.054,75	32.965.284,33	10,68
BA	MULUNGU DO MORRO	29	2205	2	10.288.803,41	21.652.685,44	47,52
BA	MUNIZ FERREIRA	29	2220	1	639.066,93	12.972.384,52	4,93
BA	MUQUEM DE SAO FRANCISCO	29	2225	0	-1.272.926,57	23.087.467,75	-
BA	MURITIBA	29	2230	0	-1.917.482,46	13.695.206,88	-
BA	NOVA IBIA	29	2275	5	2.201.417,90	14.076.376,30	15,64
BA	NOVA ITARANA	29	2280	5	5.039.851,31	13.666.179,18	36,88
BA	NOVA REDENCAO	29	2285	4	-1.030.001,96	14.124.151,56	-
BA	NOVA VICOSA	29	2300	1	0,00	73.409.405,69	0,00
BA	NOVO HORIZONTE	29	2303	5	6.089.675,71	18.576.771,98	32,78
BA	OLIVEIRA DOS BREJINHOS	29	2320	9	26.581.905,66	35.685.916,16	74,52
BA	PARATINGA	29	2370	4	3.767.022,99	46.951.993,68	8,02
BA	PAULO AFONSO	29	2400	9	-24.038.743,27	205.722.188,66	-
BA	PEDRAO	29	2410	8	0,00	1.387.897,34	0,00
BA	PEDRO ALEXANDRE	29	2420	7	0,00	27.448.569,05	0,00
BA	PIATA	29	2430	6	3.410.810,49	31.069.179,75	10,98
BA	PINDAI	29	2450	4	14.040.284,64	27.746.393,16	50,60
BA	PINDOBACU	29	2460	3	7.311.492,10	54.940.906,43	13,31
BA	PIRAI DO NORTE	29	2467	8	9.980.487,66	16.631.403,20	60,01
BA	PIRITIBA	29	2480	1	4.366.826,39	29.432.125,80	14,84
BA	POJUCA	29	2520	4	48.161.184,53	85.626.312,53	55,80

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

BA	POTIRAGUA	29	2540	2	-2.305.891,85	15.472.376,99	50,61
BA	PRESIDENTE JANIO QUADROS	29	2570	9	11.159.151,00	22.048.384,99	50,61
BA	PRESIDENTE TANCREDO NEVES	29	2575	8	-3.887.472,40	16.144.109,92	-
BA	QUIJINGUE	29	2590	7	101.747,05	29.505.890,48	0,34
BA	REMANSO	29	2600	4	8.747.807,89	62.184.938,01	14,07
BA	RIACHÃO DAS NEVES	29	2620	2	8.943.429,45	44.428.526,15	20,13
BA	RIACHO DE SANTANA	29	2640	0	23.831.191,76	51.442.510,85	46,52
BA	RIBEIRA DO POMBAL	29	2680	8	66.978.838,53	70.098.859,04	95,55
BA	RODELAS	29	2710	1	6.281.602,57	17.764.857,15	35,36
BA	RUY BARBOSA	29	2720	0	32.098.212,05	46.624.021,12	68,84
BA	SALINAS DA MARGARIDA	29	2730	9	-4.395.575,88	31.462.288,31	-
BA	SALVADOR	29	2740	8	1.106.228.223,69	4.193.643.051,59	26,38
BA	SANTA BARBARA	29	2760	7	13.044.864,03	27.308.940,38	47,77
BA	SANTA BRIGIDA	29	2760	6	-1.153.637,70	26.809.186,78	-
BA	SANTA CRUZ CABRALIA	29	2770	5	0,00	52.052.523,35	0,00
BA	SANTA INES	29	2790	3	8.730.902,09	16.883.455,17	51,71
BA	SANTA LUZIA	29	2805	9	30.810.931,74	20.696.743,60	148,67
BA	SANTA MARIA DA VITORIA	29	2810	9	9.033.051,39	72.063.074,81	12,53
BA	SANTA RITA DE CASSIA	29	2840	6	24.584.756,93	42.338.235,16	58,02
BA	SANTALUZ	29	2800	0	0,00	5.997.398,89	0,00
BA	SANTO AMARO	29	2860	4	41.475.790,39	84.841.995,27	48,89
BA	SANTO ESTEVAO	29	2880	2	-10.866.190,73	70.033.436,95	-
BA	SAO DESIDERIO	29	2890	1	1.194.327,06	107.332.650,74	1,11
BA	SAO DOMINGOS	29	2895	0	0,00	16.446.386,91	0,00
BA	SAO FELIX DO CORIBE	29	2905	7	-3.412.730,34	26.915.807,80	-
BA	SAO FRANCISCO DO CONDE	29	2920	6	84.758.773,02	407.549.239,53	20,60
BA	SAO GABRIEL	29	2925	5	-1.098.438,72	62.336.703,34	-
BA	SAPEACU	29	2960	2	8.459.622,60	28.699.162,39	29,48
BA	SAUDE	29	2980	0	6.376.334,95	19.666.951,52	32,42
BA	SEBASTIAO LARANJEIRAS	29	3000	6	7.976.531,33	21.038.612,90	37,91
BA	SENTO SE	29	3020	4	38.920.024,12	62.761.146,21	62,01
BA	SOBRADINHO	29	3077	4	13.354.567,32	38.401.509,77	34,78
BA	TABOAS DO BREJO VELHO	29	3090	7	-1.639.994,09	21.015.060,85	-
BA	TANQUE NOVO	29	3105	3	951.959,47	27.819.506,51	3,42
BA	TANQUINHO	29	3110	3	-1.894.612,75	12.981.602,58	-
BA	TAPEROA	29	3120	2	20.679.043,13	34.493.451,86	59,96
BA	TEODORO SAMPAIO	29	3140	0	1.754.111,48	16.508.110,91	11,31
BA	TEOLANDIA	29	3160	8	28.638.500,16	28.085.020,40	101,97
BA	TERRA NOVA	29	3170	7	15.239.449,16	20.224.001,61	75,36
BA	UBAIRA	29	3210	1	2.211.812,90	32.152.933,40	6,88
BA	UIBAI	29	3240	8	5.710.990,62	21.717.048,28	26,30
BA	URANDI	29	3260	6	9.081.701,83	27.133.016,18	33,47
BA	VALENCA	29	3290	3	24.473.546,44	120.106.686,75	20,38
BA	VARZEA DO POÇO	29	3310	9	-1.729.811,38	14.354.199,73	-
BA	VARZEA NOVA	29	3315	8	-450.804,06	21.798.193,40	-
BA	VEREDA	29	3325	7	2.327.646,59	16.641.618,15	13,99
BA	VITORIA DA CONQUISTA	29	3330	7	92.603.951,51	476.233.026,44	19,45
BA	WANDERLEY	29	3345	5	502.495,45	22.695.857,46	2,21
CE	ACOIARA	23	30	9	27.293.012,09	71.147.179,90	38,36
CE	AQUIRAZ	23	100	0	235.215,53	145.118.973,10	0,16
CE	ARACATI	23	110	9	15.880.645,65	109.284.710,17	14,53
CE	ARACOIABA	23	120	8	1.981.057,34	44.082.090,53	4,45
CE	ARATUBA	23	140	6	8.923.375,24	22.796.577,73	39,14
CE	BANABUIU	23	185	1	-2.105.798,15	31.745.345,75	-
CE	BARBALHA	23	190	1	-6.979.964,07	135.771.888,03	-
CE	CANINDE	23	280	0	68.831.259,40	128.321.697,66	53,64
CE	CAPISTRANO	23	290	9	9.852.555,11	33.364.050,62	29,53
CE	CASCADEL	23	350	1	10.564.712,49	94.551.942,48	11,17
CE	CAUCAIA	23	370	9	35.771.786,75	462.275.604,42	7,74
CE	CRATO	23	420	2	12.129.911,92	177.343.686,14	6,84
CE	FORTALEZA	23	440	0	239.227.047,79	4.092.734.095,26	5,85
CE	FORTIM	23	445	9	1.814.617,48	28.063.232,73	6,47
CE	HORIZONTE	23	523	3	8.050.337,67	126.514.643,44	6,36
CE	ICAPUI	23	535	7	17.093.552,02	39.630.640,75	43,13
CE	IGUATU	23	550	6	38.004.510,78	150.242.365,19	25,30
CE	IRACEMA	23	600	9	4.017.348,50	27.472.881,67	14,62
CE	IRAUCUBA	23	610	8	996.709,88	38.927.103,33	2,56
CE	ITAICABA	23	620	7	7.948.840,86	14.736.418,58	53,94
CE	ITAPIPOCA	23	640	5	27.066.453,46	171.463.460,37	15,80
CE	LAVRAS DA MANGABEIRA	23	750	2	19.371.114,14	47.201.288,99	41,04

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

CE	MILHA	23	835	1	-2.955,56	23.453.814,50	-
CE	MOMBACA	23	850	0	25.910.443,16	52.489.438,82	49,38
CE	OCARA	23	945	8	16.467.201,06	44.061.925,56	37,37
CE	PACAJUS	23	960	7	36.659.792,35	91.520.421,16	40,06
CE	PACOTI	23	980	5	3.296.187,17	20.347.037,46	16,20
CE	PARACURU	23	1020	9	26.645.574,62	66.861.274,40	39,85
CE	PINDORETAMA	23	1085	2	5.200.534,24	32.631.596,47	15,94
CE	RUSSAS	23	1180	1	14.476.809,49	108.480.433,17	13,35
CE	SAO LUIS DO CURU	23	1280	1	643.531,64	22.663.434,30	2,84
CE	SOBRAL	23	1290	8	-43.911.740,17	428.009.098,11	-
CE	TIANGUA	23	1340	1	38.678,81	109.742.838,59	0,04
ES	ALTO RIO NOVO	32	35	9	1.532.202,73	20.948.299,48	7,31
ES	BOM JESUS DO NORTE	32	110	0	-5.099.983,52	20.922.319,29	-
ES	BREJETUBA	32	115	9	-6.841.392,34	29.932.168,59	-
ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	32	120	9	-43.933.039,00	327.291.427,00	-
ES	CARIACICA	32	130	8	-88.524.384,23	494.877.495,79	-
ES	COLATINA	32	150	8	-16.914.003,41	249.534.583,65	-
ES	LINHARES	32	320	5	-71.128.576,81	459.718.696,61	-
ES	SERRA	32	500	2	209.779.413,34	868.487.805,35	24,15
ES	SOORETAMA	32	501	0	-13.635.914,39	56.235.942,80	-
ES	VIANA	32	510	1	-7.187.594,69	135.643.440,99	-
ES	VILA VELHA	32	520	0	117.107.627,58	666.837.252,99	17,56
ES	VITORIA	32	630	9	27.025.307,77	1.346.343.835,14	2,01
GO	ALEXANIA	52	30	8	22.966.629,54	47.863.988,78	47,98
GO	ANAPOLIS	52	110	8	51.047.619,66	633.128.315,82	8,06
GO	APARECIDA DE GOIANIA	52	140	5	-72.538.938,17	619.776.260,63	-
GO	APORE	52	150	4	21.575.259,82	45.821.924,62	47,09
GO	ARAGUAPAZ	52	215	5	1.733.346,45	15.185.534,50	11,41
GO	AURILANDIA	52	260	1	-808.088,78	6.787.396,92	-
GO	BARRO ALTO	52	320	3	9.999.743,40	34.089.701,20	29,33
GO	BOM JESUS DE GOIAS	52	350	0	-4.370.725,37	43.092.957,35	-
GO	BURITI ALEGRE	52	390	6	8.091.940,39	20.522.951,58	29,68
GO	CAIAPONIA	52	440	9	-5.709.212,38	36.399.549,33	-
GO	CALDAS NOVAS	52	450	8	-7.363.275,75	177.842.195,36	-
GO	CAMPOS BELOS	52	490	4	37.585.103,44	35.103.052,17	107,07
GO	CAVALCANTE	52	530	7	5.080.447,15	26.684.408,00	19,04
GO	CERES	52	540	6	-7.221.078,54	63.914.857,45	-
GO	CORUMBA DE GOIAS	52	580	2	5.553.408,74	17.756.147,38	31,28
GO	CRISTALINA	52	620	6	991.595,42	105.986.641,46	0,94
GO	FAZENDA NOVA	52	760	0	11.370.021,45	13.006.852,49	67,42
GO	FIRMINOPOLIS	52	780	8	-181.615,95	12.698.615,60	-
GO	GOIANESIA	52	860	8	-17.499.758,48	103.068.469,17	-
GO	GOIANIRA	52	880	6	-9.952.233,64	58.007.227,41	-
GO	GUAPÓ	52	920	0	8.599.660,63	26.037.542,57	33,03
GO	GUARANI DE GOIAS	52	940	8	439.852,69	10.744.571,72	4,09
GO	HIDROLANDIA	52	970	5	-4.137.140,22	38.186.121,84	-
GO	IPIRANGA DE GOIAS	52	1015	8	936.552,32	8.951.052,28	10,46
GO	IPORA	52	1020	8	9.328.651,48	44.416.371,06	21,00
GO	ITABERAÍ	52	1040	6	14.828.261,43	65.890.382,32	22,20
GO	JARAGUA	52	1180	0	14.158.849,67	60.542.324,64	23,39
GO	JATAÍ	52	1190	9	518.687,21	211.282.656,17	0,29
GO	JAUPACI	52	1200	6	1.822.572,93	10.317.227,77	17,67
GO	JESUPOLIS	52	1205	5	-3.708.992,21	8.723.161,96	-
GO	JUSSARA	52	1220	4	7.510.273,42	37.511.181,34	20,02
GO	LUZIANIA	52	1250	1	-60.779.001,75	251.118.704,30	-
GO	MAIRIPOTABA	52	1260	0	2.307.479,32	9.210.663,00	25,05
GO	MAURILANDIA	52	1300	4	-2.619.225,50	17.757.535,88	-
GO	MINEIROS	52	1310	3	71.056,12	142.343.766,81	0,05
GO	MONTIVÍDIU	52	1375	6	-2.311.524,42	300.113.184,00	-
GO	MUTUNOPOLIS	52	1410	1	1.132.290,72	11.614.400,35	9,75
GO	NOVA AMERICA	52	1470	5	-399.176,65	9.682.656,16	-
GO	NOVA GLORIA	52	1486	1	1.380.654,19	12.260.052,26	11,26
GO	PALMEIRAS DE GOIAS	52	1570	2	29.662.125,61	54.128.083,15	54,80
GO	PALMINOPOLIS	52	1590	0	1.099.291,81	12.078.795,46	9,10
GO	PROFESSOR JAMIL	52	1639	1	3.293.145,32	9.700.590,26	33,95
GO	QUIRINOPOLIS	52	1850	8	1.151.737,15	108.216.850,50	1,06
GO	RIALMA	52	1860	7	2.961.513,53	19.544.984,80	15,15
GO	RIANAPOLIS	52	1870	6	-146.667,75	12.110.025,37	-
GO	RIO VERDE	52	1880	5	-391.081.087,65	544.623.348,82	-
GO	RUBIATABA	52	1890	4	3.396.959,99	35.833.586,23	9,49

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

GO	SANTA ISABEL	52	1935	7	622.203,75	12.124.192,16	5,13
GO	SANTA RITA DO ARAGUAIA	52	1940	7	-1.258.669,39	13.850.959,36	-
GO	SAO FRANCISCO DE GOIAS	52	1990	2	4.045.647,92	12.421.720,13	32,57
GO	SAO LUIS DE MONTES BELOS	52	2010	8	4.781.914,38	53.774.357,03	8,91
GO	SAO MIGUEL DO ARAGUAIA	52	2020	7	38.370.411,12	38.370.411,12	100,00
GO	SAO SIMAO	52	2040	5	7.208.771,69	22.658.403,18	31,82
GO	SENADOR CANEDO	52	2045	4	-112.159.467,92	204.508.410,59	-
GO	TERESINA DE GOIAS	52	2108	0	5.398.373,65	9.855.365,69	54,78
GO	TRINDADE	52	2140	3	-11.876.961,77	124.284.949,97	-
GO	VIANOPOLIS	52	2200	5	-997.990,56	26.775.491,68	-
MA	IMPERATRIZ	21	530	2	53.217.294,07	442.316.225,90	12,03
MA	SAO JOSE DE RIBAMAR	21	1120	1	-9.105.689,83	200.434.663,69	-
MA	SAO LUIS	21	1130	0	388.381.773,54	1.977.149.399,31	19,64
MG	ALFENAS	31	160	7	39.358.869,34	168.011.946,59	23,43
MG	ALTO JEQUITIBA	31	5350	9	-159.186,42	13.007.262,63	-
MG	ARAGUARI	31	350	4	-42.844.088,72	203.784.188,46	-
MG	ARICANDUVA	31	445	2	-750.317,17	10.536.444,09	-
MG	BANDEIRA DO SUL	31	530	1	0,00	12.149.494,97	0,00
MG	BARBACENA	31	560	8	15.088.742,54	238.104.154,47	6,31
MG	BELO HORIZONTE	31	620	0	1.817.948.739,19	6.928.839.292,54	26,24
MG	BETIM	31	670	5	412.033.999,91	1.281.881.831,02	32,14
MG	CABECEIRA GRANDE	31	945	1	2.667.882,82	18.650.327,92	14,15
MG	CABO VERDE	31	950	1	343.920,34	20.997.123,48	1,64
MG	CAMPESTRE	31	1100	2	6.416.299,75	29.130.479,42	22,03
MG	CAMPO BELO	31	1120	0	12.138.304,16	90.202.090,16	13,46
MG	CAMPO DO MEIO	31	1130	9	-2.052.799,39	21.388.897,75	-
MG	CAMPOS GERAIS	31	1160	6	-564.815,02	39.182.525,68	-
MG	CARMO DA CACHOEIRA	31	1390	9	-1.802.589,33	21.898.435,42	-
MG	CATAGUASES	31	1530	0	8.442,45	106.704.744,94	0,01
MG	CAXAMBU	31	1550	8	-3.086.675,62	33.338.467,54	-
MG	CLAUDIO	31	1680	5	-7.426.216,67	45.392.027,93	-
MG	CONCEICAO DAS ALAGOAS	31	1730	6	9.853.353,51	16.414.626,15	60,03
MG	CONCEICAO DO RIO VERDE	31	1770	2	-3.313.524,85	18.488.660,60	-
MG	CONGONHAS	31	1800	7	-54.929.683,55	297.148.485,89	-
MG	CONSELHEIRO LAFAIETE	31	1830	4	0,00	159.856.569,87	0,00
MG	CONSELHEIRO PENA	31	1840	3	-1.411.969,30	35.245.200,65	-
MG	CONTAGEM	31	1860	1	274.644.843,07	1.166.168.762,26	23,55
MG	CORONEL FABRICIANO	31	1940	1	-27.141.393,75	130.151.723,88	-
MG	CURVELO	31	2090	4	-20.235.085,15	115.560.804,25	-
MG	DELFINOPOLIS	31	2120	9	0,00	22.813.524,43	0,00
MG	DIVINOPOLIS	31	2230	6	38.709.824,16	355.510.929,02	10,89
MG	ESMERALDAS	31	2410	4	-7.745.302,98	82.401.261,32	-
MG	FORMIGA	31	2610	9	-3.607.247,80	105.267.646,81	-
MG	FORTALEZA DE MINAS	31	2630	7	-11.263.078,56	14.629.095,32	-
MG	FRUTAL	31	2710	7	3.183.775,45	102.037.928,41	3,12
MG	GOVERNADOR VALADARES	31	2770	1	68.881.023,26	553.937.243,29	12,43
MG	GUAPE	31	2810	5	-1.919.680,07	28.580.250,61	-
MG	GUARACIABA	31	2820	4	-4.963.492,52	15.965.374,99	-
MG	GUAXUPE	31	2870	9	-13.645.817,01	84.883.435,66	-
MG	IBIRITE	31	2980	6	7.666.250,00	245.562.546,87	3,12
MG	INHAPIM	31	3090	3	-4.284.283,29	31.681.644,26	-
MG	IPATINGA	31	3130	7	-20.418.966,25	578.558.820,86	-
MG	ITAJUBA	31	3240	4	-23.960.125,11	134.793.252,05	-
MG	ITAUNA	31	3380	8	-1.479.135,32	175.319.585,19	-
MG	ITINGA	31	3400	4	-1.470.473,72	21.720.110,75	-
MG	ITUUTABA	31	3420	2	-17.175.320,00	192.469.821,00	-
MG	JOAO MONLEVADE	31	3620	7	-13.567.489,00	155.966.532,00	-
MG	JUIZ DE FORA	31	3670	2	-140.757.214,49	1.040.392.482,73	-
MG	LAGOA SANTA	31	3760	1	-19.967.406,87	143.738.758,23	-
MG	LAVRAS	31	3820	3	28.439.656,69	188.518.023,76	15,09
MG	LEOPOLDINA	31	3840	1	-15.884.126,38	68.344.499,63	-
MG	MACHADO	31	3900	3	-11.573.752,98	62.285.849,14	-
MG	MANHUACU	31	3940	9	-13.978.568,15	124.108.458,69	-
MG	MARTINS SOARES	31	4053	0	13.114,06	12.959.959,45	0,10
MG	MOEMA	31	4240	3	0,00	12.986.196,34	0,00
MG	MONTES CLAROS	31	4330	2	34.326.615,61	598.711.399,18	5,73
MG	NOVA ERA	31	4470	6	-10.665.444,56	38.761.499,62	-
MG	NOVA LIMA	31	4480	5	-65.869.283,91	596.600.636,91	-
MG	NOVA SERRANA	31	4520	8	30.645.047,79	118.582.978,83	25,84
MG	ORATORIOS	31	4585	1	42.940,74	12.544.723,61	0,34

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MG	OURO BRANCO	31	4590	1	1.608.067,37	100.781.646,23	1,60
MG	PARA DE MINAS	31	4710	5	-1.898.899,26	138.311.090,66	-
MG	PARACATU	31	4700	6	-21.822.567,30	173.799.859,94	-
MG	PARAISÓPOLIS	31	4730	3	-2.975.148,91	33.765.573,16	-
MG	PASSA QUATRO	31	4760	0	-788.543,81	24.073.981,30	-
MG	PASSOS	31	4790	7	-290.001,33	158.566.122,31	-
MG	PATROCÍNIO	31	4810	3	6.483.707,92	171.077.850,08	3,79
MG	PEDRO LEOPOLDO	31	4930	9	-33.797.951,90	127.464.913,78	-
MG	PIRACEMA	31	5060	4	-487.955,67	11.965.089,46	-
MG	PIRAPORA	31	5120	8	-7.566.547,12	117.395.603,70	-
MG	PONTE NOVA	31	5210	5	-5.759.004,70	137.564.796,15	-
MG	POUSO ALEGRE	31	5250	1	3.738.934,69	270.226.701,91	1,38
MG	POUSO ALTO	31	5260	0	-1.996.894,87	13.493.458,62	-
MG	PRATINHA	31	5300	4	-466.940,29	10.444.451,27	-
MG	RIBEIRAO DAS NEVES	31	5480	8	76.359.708,27	281.865.618,69	27,09
MG	RIBEIRAO VERMELHO	31	5470	5	0,00	9.871.801,51	0,00
MG	ROSARIO DA LIMEIRA	31	5645	2	-478.850,16	9.833.545,42	-
MG	SABARA	31	5670	0	-23.977.984,83	179.539.110,97	-
MG	SANTA CRUZ DE MINAS	31	5733	6	-2.906.682,32	10.539.773,79	-
MG	SANTA LUZIA	31	5780	7	-107.269.725,49	271.343.503,68	-
MG	SANTA RITA DO SAPUCAI	31	5960	5	-13.791.560,96	62.970.460,12	-
MG	SANTO ANTONIO DO MONTE	31	6040	5	-6.707.954,69	43.262.953,97	-
MG	SÃO DOMINGOS DAS DORES	31	6095	9	0,00	12.468.940,69	0,00
MG	SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO	31	6190	6	-108.077.343,66	221.218.180,10	-
MG	SÃO JOÃO DEL REI	31	6250	0	36.465,00	137.427.556,20	0,03
MG	SÃO SEBASTIÃO DO ANTA	31	6447	2	-2.531.065,88	13.217.381,07	-
MG	SÃO SEBASTIÃO DO PARAISO	31	6470	4	-983.425,51	122.513.536,95	-
MG	SAPUCAI-MIRIM	31	6540	4	0,00	13.146.017,14	0,00
MG	SERRA AZUL DE MINAS	31	6660	1	55.019,95	10.258.816,69	0,54
MG	SETE LAGOAS	31	6720	2	63.963.725,18	446.799.503,90	14,32
MG	TACUARACU DE MINAS	31	6830	9	2.463.687,83	11.644.604,94	21,16
MG	TEÓFILO OTONI	31	6860	6	-41.172.103,85	231.312.303,13	-
MG	TIMÓTEO	31	6870	5	122.012.779,69	147.412.311,70	82,77
MG	TIROS	31	6890	3	-2.631.245,10	15.422.212,40	-
MG	TRES CORAÇÕES	31	6930	7	11.839.291,97	113.814.605,54	10,23
MG	TRES PONTAS	31	6940	6	-29.054.404,00	90.798.757,91	-
MG	TURMALINA	31	6970	3	246.668,32	30.051.124,34	0,82
MG	TURVOLÂNDIA	31	6980	2	-1.184.205,64	11.443.980,70	-
MG	UBA	31	6990	1	-89.584.057,46	140.608.633,25	-
MG	UBERLÂNDIA	31	7020	6	-147.241.167,79	1.392.176.386,07	-
MG	UNAI	31	7040	4	-15.773.297,80	148.131.185,48	-
MG	VARGINHA	31	7070	1	-19.384.667,10	236.706.996,64	-
MG	VARZEÁ DA PALMA	31	7080	0	9.969.160,30	53.944.589,90	18,48
MG	VESPASIANO	31	7120	4	-3.333.749,30	177.597.575,33	-
MS	CAARAPO	50	240	7	-6.764.074,70	58.302.511,27	-
MS	CAMPO GRANDE	50	270	4	-332.259.350,96	2.240.223.150,00	-
MS	CORUMBÁ	50	320	7	-147.606.343,09	354.565.936,88	-
MS	DOURADOS	50	370	2	-86.284.059,79	548.705.523,13	-
MS	NAVIRAÍ	50	570	7	-9.320.902,33	121.177.503,56	-
MS	TRES LAGOAS	50	830	6	-25.883.312,11	325.086.332,24	-
MT	ÁGUA BOA	51	20	1	-19.509.925,67	49.421.144,25	-
MT	ALTA FLORESTA	51	25	0	-29.102.347,52	79.315.083,38	-
MT	ALTO ARAGUAIA	51	30	0	-32.725.532,18	62.999.214,41	-
MT	ALTO TAQUARI	51	60	7	-1.979.234,88	37.475.882,74	-
MT	APIACÁS	51	80	5	-9.856.913,90	18.424.035,69	-
MT	ARAGUAINHÁ	51	120	9	4.991.629,87	3.117.075,47	160,14
MT	BARRA DO GARCAS	51	180	3	-1.701.927,31	109.293.906,06	-
MT	BRASNORTE	51	190	2	-7.582.842,92	39.777.232,21	-
MT	CAMPOS DE JÚLIO	51	268	6	-5.344.631,18	29.793.456,18	-
MT	CARLINDA	51	279	3	-3.327.932,49	19.662.745,91	-
MT	CLAUDIA	51	305	6	-2.063.084,30	21.799.615,58	-
MT	COLIDER	51	320	5	-30.745.465,08	45.472.105,80	-
MT	CONFRESA	51	335	3	2.088.910,92	43.924.301,93	4,76
MT	CONQUISTA D'OESTE	51	336	1	-8.830.893,21	13.714.067,99	-
MT	CUIABÁ	51	340	3	418.217.709,29	1.268.043.716,02	32,98
MT	DENISE	51	345	2	-2.106.275,58	14.214.269,84	-
MT	DIAMANTINO	51	350	2	-4.793.899,59	52.895.976,85	-
MT	FELIZ NATAL	51	370	0	-2.188.088,54	25.181.002,43	-
MT	GAUCHA DO NORTE	51	385	8	-6.115.978,56	20.956.762,19	-
MT	GUARANTA DO NORTE	51	410	4	-4.927.506,22	52.079.896,09	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MT	GUIRATINGA	51	420	3	413.603,14	20.288.322,32	2,04
MT	JANGADA	51	490	6	0,00	11.706.981,26	0,00
MT	LUCAS DO RIO VERDE	51	525	9	-52.775.249,01	135.551.683,49	-
MT	MARCELÂNDIA	51	558	0	-14.099.288,45	23.741.370,63	-
MT	MATUPA	51	560	6	-14.236.070,50	30.845.961,58	-
MT	NOBRES	51	590	3	-7.693.463,91	42.988.574,94	-
MT	NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO	51	610	9	-5.078.617,09	23.344.931,83	-
MT	NOVA BANDEIRANTES	51	615	8	-3.637.287,70	8.954.816,85	-
MT	NOVA BRASILÂNDIA	51	620	8	-3.154.198,83	13.914.284,37	-
MT	NOVA CANAÃ DO NORTE	51	621	6	-5.140.962,03	28.322.561,19	-
MT	NOVA GUARITA	51	680	8	-4.049.072,78	11.294.906,52	-
MT	NOVA MARINGÁ	51	690	7	-1.700.524,15	18.625.792,15	-
MT	NOVA MONTE VERDE	51	695	6	-3.761.769,36	16.637.697,78	-
MT	NOVA MUTUM	51	622	4	-21.373.213,45	92.950.835,53	-
MT	NOVA SANTA HELENA	51	619	0	-4.745.419,07	12.190.998,23	-
MT	PARANAÍTA	51	628	9	-13.410.167,85	39.943.585,73	-
MT	PARANATINGA	51	630	7	-8.613.522,79	46.029.744,32	-
MT	PONTAL DO ARAGUAIA	51	665	3	-2.097.592,88	12.472.673,67	-
MT	PORTO DOS GAUCHOS	51	680	2	-344.425,00	17.628.206,00	-
MT	QUERÊNCIA	51	706	5	-4.607.520,41	46.590.050,59	-
MT	SALTO DO CÉU	51	775	0	961.066,06	3.774.555.654,40	0,03
MT	SANTA CARMEM	51	724	8	-670.083,93	14.349.405,70	-
MT	SANTA RITA DO TRIVELATO	51	776	8	-7.907.675,31	16.286.071,57	-
MT	SÃO JOSÉ DO POVO	51	729	7	-1.481.393,56	8.879.039,58	-
MT	SÃO JOSÉ DO RIO CLARO	51	730	5	-19.527.468,54	31.673.279,17	-
MT	SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS	51	710	7	-20.761.096,87	12.348.702,38	-
MT	SERRA NOVA DOURADA	51	786	3	-810.150,26	8.564.208,72	-
MT	SINOP	51	790	9	-37.778.615,02	229.238.252,44	-
MT	SORRISO	51	792	5	-66.156.022,92	172.892.920,77	-
MT	TANGARÁ DA SERRA	51	795	8	-30.862.192,29	154.231.722,15	-
MT	TAPURAH	51	800	6	-3.593.436,28	31.591.638,90	-
MT	TERRA NOVA DO NORTE	51	805	5	915.286,32	22.734.296,85	4,03
MT	TESOURO	51	810	5	-34.136,73	556.167,29	-
MT	VARZEA GRANDE	51	840	2	44.217.221,57	356.382.360,17	12,41
MT	VERA	51	850	1	-2.245.815,56	16.005.869,52	-
MT	VILA RICA	51	860	0	-8.132.958,86	32.975.063,27	-
PA	ANANINDEUA	15	60	0	69.097.320,69	469.362.260,14	14,72
PA	BELEM	15	140	2	58.590.991,00	2.011.055.380,00	2,81
PA	IPIXUNA DO PARA	15	345	7	5.505.000,96	67.074.416,97	8,36
PA	MARABÁ	15	420	8	-53.011.572,33	528.748.795,09	-
PA	PARAGOMINAS	15	550	2	0,00	202.635.928,53	0,00
PA	PARAUPEBAS	15	553	6	-122.342.719,68	1.034.503.067,19	-
PA	PRIMAVERA	15	610	4	-1.328.054,69	18.692.711,90	-
PA	REDENÇÃO	15	613	8	-46.282.688,41	115.423.158,35	-
PA	SANTAREM	15	680	7	-39.491.866,61	395.094.426,74	-
PA	TAILÂNDIA	15	795	3	463.159,63	105.013.477,51	0,44
PB	CAMPINA GRANDE	25	400	9	132.797.562,00	566.366.046,87	23,45
PB	JOÃO PESSOA	25	750	7	-202.692.173,58	1.536.294.631,85	-
PB	JUNCO DO SERIDO	25	780	4	0,00	10.806.783,83	0,00
PB	MONTEIRO	25	970	1	-7.032.233,51	44.397.857,85	-
PB	PATOS	25	1080	8	40.012.164,27	129.812.932,33	30,82
PB	POMBAL	25	1210	1	9.988.748,52	45.822.425,01	21,80
PE	ABREU E LIMA	26	5	4	20.105.483,17	116.458.067,52	17,26
PE	AFRÂNIO	26	20	3	2.811.999,69	36.393.391,34	7,73
PE	AGRESTINA	26	30	2	-5.163.866,16	37.382.377,58	-
PE	ÁGUA PRETA	26	40	1	6.102.827,78	51.186.900,74	15,83
PE	AGUAS BELAS	26	50	0	30.015.418,70	57.023.515,45	52,64
PE	ALAGOINHA	26	60	9	3.315.449,29	25.170.970,67	13,17
PE	ALIANÇA	26	70	8	0,00	50.174.247,73	0,00
PE	ALTINHO	26	80	7	-255,64	30.160.597,47	-
PE	AMARAJI	26	90	6	15.958.458,03	32.449.550,78	49,18
PE	ANGELIM	26	100	3	0,00	19.378.119,01	0,00
PE	ARCOVERDE	26	120	1	-20.881.099,69	93.875.041,47	-
PE	BARRA DE GUABIRABA	26	130	0	0,00	20.255.838,00	0,00
PE	BARREIROS	26	140	9	-2.892.540,20	57.895.032,55	-
PE	BELEM DE MARIA	26	150	8	-857.148,08	-857.148,08	100,00
PE	BELEM DE SÃO FRANCISCO	26	160	7	-1.783.491,16	33.800.422,41	-
PE	BELO JARDIM	26	170	6	-6.638.283,20	109.622.782,55	-
PE	BEZERROS	26	180	4	-17.382.063,95	76.316.085,69	-
PE	BOM CONSELHO	26	210	0	-17.397.250,87	52.735.228,51	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PE BOM JARDIM	26	220	9	-3.866.825,81	48.146.993,96	-
PE BONITO	26	230	8	-5.847.381,89	55.573.063,84	-
PE BREJÃO	26	240	7	-2.270.854,89	19.852.531,61	-
PE BREJO DA MADRE DE DEUS	26	260	5	-40.921,17	62.801.593,61	-
PE BUENOS AIRES	26	270	4	-2.552.000,90	20.015.727,29	-
PE BUIQUE	26	280	3	-5.786.898,82	55.231.910,25	-
PE CABROBO	26	300	9	9.505.069,29	55.336.706,20	17,18
PE CACHOEIRINHA	26	310	8	-2.769.694,80	28.432.337,79	-
PE CAETES	26	320	7	-6.163.927,38	40.003.944,01	-
PE CALÇADO	26	330	6	0,00	19.330.561,44	0,00
PE CALUMBI	26	340	5	-1.242.108,57	13.026.748,81	-
PE CAMARAGIBE	26	345	4	-17.902.414,63	180.054.617,80	-
PE CAMOCIM DE SÃO FELIX	26	350	4	-1.602.751,66	28.013.799,48	-
PE CAPOEIRAS	26	380	1	3.703.012,49	31.992.008,78	11,57
PE CARNAUBEIRA DA PENHA	26	392	6	0,00	20.140.834,47	0,00
PE CARPINA	26	400	7	2.239.140,96	89.119.622,46	2,51
PE CARUARU	26	410	6	-662.355.340,35	447.318.458,63	-
PE CASINHAS	26	415	5	5.441.909,00	25.689.555,78	21,18
PE CATENDE	26	420	5	14.085.385,15	52.089.548,73	27,04
PE CEDRO	26	430	4	1.975.947,51	8.551.235,50	23,11
PE CHA DE ALEGRIA	26	440	3	3.457.741,62	21.194.463,03	16,31
PE CHA GRANDE	26	450	2	5.425.943,88	36.883.529,11	14,71
PE CONDADO	26	460	1	-3.697.307,78	34.757.505,83	-
PE CORRENTES	26	470	0	0,00	28.095.561,61	0,00
PE CORTES	26	480	9	-201.469,88	35.237.932,03	-
PE CUMARU	26	490	8	6.293.876,27	26.312.709,92	23,92
PE CUPIRA	26	500	4	0,00	34.240.344,26	0,00
PE CUSTODIA	26	510	3	0,00	49.825.666,84	0,00
PE DORMENTES	26	515	2	7.614.351,05	29.797.229,49	25,55
PE ESCADA	26	520	2	0,00	83.909.090,06	0,00
PE EXU	26	530	1	-4.565.323,04	47.430.702,60	-
PE FEIRA NOVA	26	540	0	-2.295.281,07	29.730.667,87	-
PE FERREIROS	26	550	9	-295.815,34	19.413.488,01	-
PE FLORES	26	560	8	-5.619.674,40	32.258.848,00	-
PE FLORESTA	26	570	7	-8.866.843,51	56.731.324,66	-
PE FREI MIGUELINHO	26	580	6	4.619.679,73	22.322.116,57	20,70
PE GARANHUNS	26	600	2	-19.343.059,97	176.274.356,42	-
PE GLÓRIA DO GOIÁ	26	610	1	6.551.939,47	37.404.966,71	17,52
PE GOIANA	26	620	0	34.930.778,75	138.475.055,01	25,23
PE GRAVATA	26	640	8	36.898.630,10	107.390.195,98	34,36
PE IATI	26	650	7	2.391.939,14	34.888.003,16	6,90
PE IBIMIRIM	26	660	8	-1.508,94	40.380.656,86	-
PE IBIRAJUBA	26	670	5	0,00	15.321.019,20	0,00
PE IGARASSU	26	680	4	-33.652.666,84	137.985.178,90	-
PE IPOJUCA	26	720	8	-184.628.028,94	509.020.367,22	-
PE ITAMBE	26	765	3	18.682.859,59	41.680.956,49	44,87
PE ITAPISSUMA	26	775	2	0,00	54.546.406,09	0,00
PE ITAQUITINGA	26	780	2	0,00	37.074.052,22	0,00
PE JABOATÃO DOS GUARARAPES	26	790	1	50.711.922,74	839.132.736,13	6,04
PE JAQUEIRA	26	795	0	-1.249.265,93	25.426.724,14	-
PE JATAUBA	26	800	8	0,00	27.766.238,49	0,00
PE JATOBA	26	805	7	-10.291.051,33	26.963.114,24	-
PE JOÃO ALFREDO	26	810	7	5.939.070,71	43.038.405,65	13,80
PE JOAQUIM NABUCO	26	820	6	-1.793.174,21	29.946.897,15	-
PE JUCATI	26	825	5	-2.860.924,22	21.497.652,63	-
PE JUREMA	26	840	4	-703.322,23	24.767.959,42	-
PE LAGOA DO CARRO	26	845	3	9.113.928,25	24.542.827,48	37,14
PE LAGOA DO ITAENGA	26	850	3	17.994.007,83	34.361.584,43	62,37
PE LAGOA DO OURO	26	860	2	1.160.014,25	25.122.381,79	4,62
PE LAGOA DOS GATOS	26	870	1	-1.835.188,19	25.325.027,43	-
PE LAGOA GRANDE	26	875	0	4.842.384,22	37.377.851,98	12,96
PE LAJEDO	26	880	0	-19.243,88	58.010.218,96	-
PE LIMOEIRO	26	890	9	26.688.854,23	73.310.308,82	36,41
PE MACAPARANA	26	900	6	1.929.555,02	34.678.507,48	5,56
PE MANARI	26	915	4	-803.329,05	32.645.929,98	-
PE MARAIAL	26	920	4	-6.676.083,38	20.622.185,59	-
PE MIRANDIBA	26	930	3	-3.401.611,04	22.781.785,45	-
PE MOREILÂNDIA	26	1430	3	-426.645,03	20.513.589,10	-
PE MORENO	26	940	2	606.827,82	68.306.912,55	0,74
PE NAZARÉ DA MATA	26	950	1	31.437.839,10	38.908.934,44	80,80

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PE	OLINDA	26	960	0	-9.609.664,69	454.377.002,55	-
PE	OROCO	26	980	8	1.275.689,49	23.964.021,91	5,32
PE	OURICURI	26	990	7	-89.328,46	84.985.712,55	-
PE	PALMARES	26	1000	4	-675.622,62	118.453.821,43	-
PE	PANELAS	26	1020	2	0,00	49.610.117,39	0,00
PE	PARANATAMA	26	1030	1	1.715.236,35	25.474.540,37	6,73
PE	PARNAMIRIM	26	1040	0	-1.454.442,72	34.433.202,66	-
PE	PASSIRA	26	1050	9	8.775.152,65	38.582.357,70	22,17
PE	PAUDALHO	26	1060	8	34.831.505,45	70.533.184,14	49,38
PE	PAULISTA	26	1070	7	-12.237.178,17	297.161.562,38	-
PE	PEDRA	26	1080	6	-4.989.557,08	32.502.054,21	-
PE	PESQUEIRA	26	1090	5	31.357.401,22	81.674.063,30	38,39
PE	PETROLANDIA	26	1100	2	-14.317.663,75	78.595.634,88	-
PE	PETROLINA	26	1110	1	78.396.068,91	406.880.736,68	19,27
PE	POCAO	26	1120	0	0,00	19.417.634,77	0,00
PE	POMBOS	26	1130	9	0,00	36.258.080,28	0,00
PE	RECIFE	26	1160	6	103.415.784,22	3.359.889.801,95	3,08
PE	RIACHO DAS ALMAS	26	1170	5	-815.474,64	34.375.542,85	-
PE	RIBEIRAO	26	1180	4	-2.100.098,04	58.735.693,12	-
PE	RIO FORMOSO	26	1190	3	18.605.158,20	42.745.551,64	43,52
PE	SAIRE	26	1200	0	-173.064,15	21.150.737,16	-
PE	SALGADINHO	26	1210	9	2.566.538,79	14.664.396,42	17,65
PE	SALGUEIRO	26	1220	8	-4.394.305,17	86.175.812,14	-
PE	SALOA	26	1230	7	2.106.355,04	27.822.314,73	7,54
PE	SANHARO	26	1240	6	5.841.880,31	32.039.002,82	18,23
PE	SANTA CRUZ	26	1245	5	0,00	27.490.243,39	0,00
PE	SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE	26	1247	1	0,00	19.222.681,21	0,00
PE	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	26	1250	5	25.177.004,42	108.198.042,69	23,27
PE	SANTA FILOMENA	26	1255	4	4.433.465,74	23.158.980,02	19,14
PE	SANTA MARIA DA BOA VISTA	26	1260	4	10.557.919,11	58.393.909,85	18,08
PE	SANTA MARIA DO CAMBUCA	26	1270	3	-238.883,91	21.542.910,27	-
PE	SÃO BENEDITO DO SUL	26	1290	1	-544.343,94	22.732.546,52	-
PE	SÃO BENTO DO UNA	26	1300	8	4.963.352,48	66.842.731,04	7,43
PE	SÃO CAITANO	26	1310	7	0,00	44.194.166,57	0,00
PE	SÃO JOAO	26	1320	6	-5.841.804,70	34.655.554,90	-
PE	SÃO JOAQUIM DO MONTE	26	1330	5	8.810.128,08	33.076.643,10	20,59
PE	SÃO JOSE DO BEL MONTE	26	1350	3	-1.892.380,07	43.907.765,43	-
PE	SÃO LOURENÇO DA MATA	26	1370	1	2.104.371,27	122.460.426,01	1,72
PE	SÃO VICENTE FERRER	26	1380	0	990.801,07	26.800.918,34	3,70
PE	SERRA TALHADA	26	1390	9	22.760.840,80	106.848.328,91	21,30
PE	SERRITA	26	1400	6	2.657.800,00	33.624.758,74	7,90
PE	SERTANIA	26	1410	5	-4.394.691,29	42.992.045,79	-
PE	SIRINHAEM	26	1420	4	20.234.093,83	54.707.352,83	36,99
PE	SOLIDAO	26	1440	2	1.416.988,92	14.157.768,42	10,01
PE	SURUBIM	26	1450	1	-4.400.572,75	73.325.188,99	-
PE	TABIRA	26	1460	0	-1.851.237,92	34.542.332,52	-
PE	TACAIMBO	26	1470	9	-3.119.556,18	19.974.675,58	-
PE	TACARATU	26	1480	8	-7.600.529,36	39.290.921,48	-
PE	TAQUARITINGA DO NORTE	26	1500	3	20.563.732,16	35.523.098,47	57,89
PE	TEREZINHA	26	1510	2	-53.700,19	14.995.343,40	-
PE	TERRA NOVA	26	1520	1	-2.494.753,54	15.837.419,98	-
PE	TIMBAUBA	26	1530	0	7.146.813,89	78.127.545,14	9,39
PE	TORITAMA	26	1540	9	13.563.767,31	52.501.807,64	25,83
PE	TRACUNHAEM	26	1550	8	0,00	18.671.834,73	0,00
PE	TRINDADE	26	1560	7	589.803,97	43.648.399,10	1,35
PE	TUPANATINGA	26	1580	5	768.805,76	42.862.954,46	1,79
PE	TUPARETAMA	26	1590	4	-533.020,54	16.516.567,93	-
PE	VENTUROSA	26	1600	1	-2.176.344,61	27.758.290,68	-
PE	VERDEJANTE	26	1610	0	-1.186.745,68	18.403.824,47	-
PE	VERTENTE DO LERIO	26	1618	3	-568.988,54	15.818.974,55	-
PE	VERTENTES	26	1620	9	-4.111.061,59	30.675.206,21	-
PE	VICENCIA	26	1630	8	0,00	46.650.832,88	0,00
PE	VITORIA DE SANTO ANTAO	26	1640	7	-8.095.536,41	194.886.287,11	-
PE	XEXEU	26	1650	6	-206.811,39	26.997.588,48	-
PI	TERESINA	22	1100	1	-341.829.926,43	1.690.006.256,38	-
PR	ABATIA	41	10	3	1.851.497,20	13.884.529,72	13,33
PR	ALMIRANTE TAMANDARE	41	40	0	21.084.280,26	105.194.333,34	20,04
PR	ALVORADA DO SUL	41	80	6	2.880.813,76	25.491.636,38	11,30
PR	ANTONINA	41	120	0	5.572.280,20	35.374.283,00	15,75
PR	ARAPONGAS	41	150	7	-23.072.681,33	175.443.687,47	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PR	ARAUCARIA	41	180	4	-82.172.516,67	588.107.411,57	-
PR	CAMPO LARGO	41	420	4	-11.238.113,07	178.142.135,29	-
PR	CAMPO MOURAO	41	430	3	-28.570.778,12	168.897.119,00	-
PR	CASCAVEL	41	480	8	-118.076.573,72	483.878.315,38	-
PR	CASTRO	41	490	7	-14.290.282,90	131.740.839,10	-
PR	CIANORTE	41	550	8	-33.377.768,58	154.351.291,10	-
PR	COLOMBO	41	580	5	-51.883.270,82	234.284.449,05	-
PR	FOZ DO IGUAÇU	41	830	4	59.638.123,08	572.278.432,86	10,42
PR	GUARAPUAVA	41	940	1	-26.806.236,22	254.003.322,75	-
PR	IRATI	41	1070	6	-16.048.725,88	85.153.846,67	-
PR	LONDRINA	41	1370	0	8.078.123,72	1.082.244.498,01	0,76
PR	MIRASELVA	41	1800	0	-810.712,08	9.350.231,46	-
PR	NOVA ALIANÇA DO IVAÍ	41	1850	5	-2.897.293,96	8.645.428,89	-
PR	NOVA LONDRINA	41	1710	7	7.913.568,56	25.131.189,37	31,49
PR	PARANAVAI	41	1840	2	11.131.187,28	132.442.738,81	8,40
PR	PEROBA	41	1885	7	-152.139,36	16.630.334,38	-
PR	PEROLA D'OESTE	41	1900	4	177.686,14	14.407.552,83	1,23
PR	PINHAIS	41	1915	2	-12.173.335,23	245.514.134,73	-
PR	PIRAQUARA	41	1950	9	-11.508.391,00	143.082.791,78	-
PR	PONTA GROSSA	41	1990	5	179.145.576,37	496.468.713,55	36,08
PR	QUARTO CENTENARIO	41	2065	5	-1.629.914,96	15.258.983,98	-
PR	ROLANDIA	41	2240	4	-73.858,91	102.215.214,37	-
PR	SANTA INES	41	2380	0	831.090,79	9.573.148,34	6,59
PR	SANTA TEREZA DO OESTE	41	2402	0	1.796.311,52	22.392.743,19	8,02
PR	SARANDI	41	2625	6	-22.584.902,49	115.082.566,18	-
PR	TOLEDO	41	2770	0	-26.984.338,27	255.227.035,87	-
PR	TOMAZINA	41	2780	9	-5.464.334,38	11.846.934,20	-
PR	UMUARAMA	41	2810	4	-5.059.585,87	197.038.018,25	-
PR	UNIAO DA VITORIA	41	2820	3	-43.598.759,78	107.316.682,06	-
PR	VERE	41	2860	9	-1.811.822,90	16.994.891,12	-
RJ	ANGRA DOS REIS	33	10	0	64.158.784,80	746.468.057,20	8,59
RJ	BARRA DO PIRAI	33	30	8	-1.534.835,50	158.751.664,50	-
RJ	BARRA MANSÁ	33	40	7	-12.875.789,50	380.759.663,10	-
RJ	BELFORD ROXO	33	45	6	131.389.255,00	540.492.737,00	24,31
RJ	BOM JARDIM	33	50	6	0,00	65.004.672,10	0,00
RJ	CAMPOS DOS GOYTACAZES	33	100	9	395.385.542,60	2.289.251.787,10	17,27
RJ	COMENDADOR LEVY GASPARIAN	33	95	1	10.578.528,70	31.882.821,80	33,18
RJ	DUQUE DE CAXIAS	33	170	2	151.366.745,20	1.713.370.093,30	8,83
RJ	IGUABA GRANDE	33	187	6	-17.853.976,30	73.733.919,70	-
RJ	ITABORAÍ	33	190	0	-123.281.748,70	640.034.044,20	-
RJ	ITAGUAÍ	33	200	7	-140.685.196,50	527.567.846,80	-
RJ	ITALVA	33	205	6	-3.697.487,90	42.687.706,93	-
RJ	MACAÉ	33	240	3	-322.059.315,70	1.931.851.082,20	-
RJ	MANGARATIBA	33	260	1	-7.690.983,00	268.529.422,70	-
RJ	MARICÁ	33	270	0	-41.857.940,00	396.128.829,00	-
RJ	NILÓPOLIS	33	320	3	-16.038.627,20	219.131.686,20	-
RJ	NITERÓI	33	330	2	-243.372.371,80	1.535.514.070,00	-
RJ	NOVA FRIBURGO	33	340	1	-106.484.877,70	352.392.709,30	-
RJ	NOVA IGUAÇU	33	350	0	-91.716.288,70	991.296.635,60	-
RJ	PARACAMBI	33	360	9	0,00	108.524.357,10	0,00
RJ	PETROPOLIS	33	390	6	-88.594.374,50	735.369.777,00	-
RJ	RESENDE	33	420	1	72.931.513,40	388.459.762,90	18,77
RJ	RIO DE JANEIRO	33	455	7	5.207.811.492,01	18.384.929.305,25	33,77
RJ	SÃO JOÃO DA BARRA	33	500	0	0,00	373.983.224,30	0,00
RJ	SÃO JOÃO DE MERITI	33	510	9	-110.535.918,70	433.025.284,90	-
RJ	TANGUÁ	33	575	2	-11.307.604,80	72.996.851,50	-
RJ	TERESOPOLIS	33	580	2	52.749.108,80	366.199.558,60	14,40
RJ	TRÊS RIOS	33	600	8	-4.986.637,20	205.448.930,10	-
RJ	VARRE-SAI	33	615	8	-4.136.571,10	35.611.948,70	-
RN	ACU	24	20	8	-5.551.528,41	-417.678.658,92	1,33
RN	MACAIBA	24	710	4	12.928.115,43	115.463.791,24	11,20
RN	MOSSORÓ	24	800	3	76.047.650,23	456.085.231,08	16,67
RN	NATAL	24	810	2	121.841.165,61	1.533.228.045,21	7,95
RO	ARIQUEMES	11	2	3	-43.207.131,67	151.610.448,38	-
RO	CACOAL	11	4	9	-25.910.676,92	129.093.113,42	-
RO	ITAPUÁ DO OESTE	11	110	4	-3.882.121,11	19.444.469,24	-
RO	JARU	11	11	4	12.948.272,80	79.377.618,29	16,31
RO	JI-PARANA	11	12	2	-35.492.671,23	159.051.312,63	-
RO	MONTE NEGRO	11	140	1	-4.524.833,70	27.876.480,91	-
RO	NOVA MAMORE	11	33	8	-4.260.940,90	33.815.415,18	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RO	OURO PRETO DO OESTE	11	15	5	-13.053.331,54	57.974.738,10	1,76
RO	PIMENTA BUENO	11	18	9	-2.728.959,78	54.497.840,13	-
RO	PORTO VELHO	11	20	5	-69.871.028,15	919.577.011,90	-
RO	PRESIDENTE MEDICI	11	25	4	-615.280,44	34.188.650,33	-
RO	ROLIM DE MOURA	11	28	8	-15.252.792,53	82.651.843,32	-
RO	VALE DO ANARI	11	175	7	1.564.244,04	15.598.762,06	10,03
RO	VILHENA	11	30	4	23.514.727,24	163.553.058,71	14,38
RS	ALEGRETE	43	40	6	-26.917.497,63	123.160.580,02	-
RS	ALPESTRE	43	50	5	-5.441.064,95	24.706.031,45	-
RS	ALTO ALEGRE	43	55	4	0,00	11.346.455,65	0,00
RS	ALVORADA	43	60	4	4.534.867,95	215.496.148,26	2,10
RS	ARROIO DOS RATOS	43	110	7	-9.382.959,04	29.065.461,28	-
RS	BAGE	43	160	2	-298.067,50	219.722.532,93	-
RS	BENTO GONCALVES	43	210	5	-46.773.766,80	282.701.669,07	-
RS	CACHOEIRA DO SUL	43	300	4	-10.713.903,51	140.710.986,60	-
RS	CACHOEIRINHA	43	310	3	9.161.795,01	262.800.445,21	3,49
RS	CAMAQUA	43	350	9	-7.939.266,27	104.722.639,88	-
RS	CAMPO BOM	43	390	5	-25.405.609,58	157.162.969,13	-
RS	CANGUCU	43	450	7	-14.911.927,17	92.871.286,15	-
RS	CANOAS	43	460	6	-43.134.093,13	913.056.751,19	4,72
RS	CAPAO DO LEAO	43	466	3	-5.638.157,59	42.515.427,53	-
RS	CARAZINHO	43	470	5	-21.309.348,27	117.853.583,52	-
RS	CAXIAS DO SUL	43	510	8	-83.609.372,98	1.274.748.539,39	-
RS	CRISTAL DO SUL	43	607	2	-2.015.534,95	9.646.816,95	-
RS	CRUZ ALTA	43	610	6	-13.672.358,21	104.292.236,41	-
RS	ERECHIM	43	700	5	-32.177.243,56	172.523.751,76	-
RS	ESTEIO	43	770	8	-36.006.079,90	154.986.593,05	-
RS	FARROUPILHA	43	780	6	-21.663.986,88	146.549.879,15	-
RS	GRAVATAI	43	920	9	199.068.941,51	477.095.302,62	41,72
RS	GUAIBA	43	930	8	13.054.758,39	166.192.817,03	7,85
RS	IJUI	43	1020	7	-55.827.720,17	205.306.889,46	-
RS	IMBE	43	1033	0	46.792.265,54	69.124.583,23	67,68
RS	ITAQUI	43	1060	3	-2.577.557,80	74.496.840,60	-
RS	LAGOAO	43	1125	4	-1.855.294,36	12.946.124,74	-
RS	LAJEADO	43	1140	3	-45.471.852,14	191.182.021,18	-
RS	MANOEL VIANA	43	1175	9	-1.324.120,81	16.874.950,30	-
RS	MAXIMILIANO DE ALMEIDA	43	1220	3	-1.685.920,64	12.411.334,44	-
RS	MONTENEGRO	43	1240	1	37.569.660,58	125.780.446,35	29,87
RS	MORRINHOS DO SUL	43	1244	3	-127.606,34	9.180.440,13	-
RS	NOVA BRESCIA	43	1300	3	-691.223,75	13.051.810,65	-
RS	NOVA SANTA RITA	43	1337	5	-10.784.246,88	57.155.617,31	-
RS	NOVO HAMBURGO	43	1340	9	80.779.596,30	599.544.072,19	13,47
RS	NOVO MACHADO	43	1342	5	-2.176.548,25	12.773.446,79	-
RS	PAROBE	43	1405	0	7.197.437,90	87.928.014,25	8,19
RS	PASSO FUNDO	43	1410	0	-53.558.523,11	351.236.066,38	-
RS	PEDRO OSORIO	43	1420	9	-2.797.692,19	14.820.230,60	-
RS	PELOTAS	43	1440	7	56.094.965,95	566.364.631,38	9,87
RS	PINHAL GRANDE	43	1447	2	-1.928.731,71	18.131.890,00	-
RS	PINHEIRO MACHADO	43	1450	6	16.803,53	34.319.491,91	0,05
RS	PINTO BANDEIRA	43	1454	8	-779.743,39	10.142.252,34	-
RS	PORTO ALEGRE	43	1490	2	278.451.767,67	4.191.293.169,90	8,64
RS	RIO GRANDE	43	1560	2	-113.834.795,30	425.201.698,06	-
RS	RIOZINHO	43	1575	0	-633.643,56	12.645.977,20	-
RS	ROLANTE	43	1600	6	-995.338,95	36.989.076,64	-
RS	SAGRADA FAMILIA	43	1642	8	0,00	11.981.017,25	0,00
RS	SALTO DO JACUI	43	1645	1	0,00	28.279.652,36	0,00
RS	SANTA CRUZ DO SUL	43	1680	8	-1.120.099,33	294.447.867,67	-
RS	SANTA MARGARIDA DO SUL	43	1697	2	-1.350.648,70	13.304.594,70	-
RS	SANTA MARIA	43	1890	7	-80.373.559,76	377.079.053,91	-
RS	SANTA VITORIA DO PALMAR	43	1730	1	5.989.753,49	65.811.661,80	9,07
RS	SANTANA DA BOA VISTA	43	1700	4	-1.727.801,13	16.434.580,16	-
RS	SANTIAGO	43	1740	0	-7.251.100,89	77.648.387,76	-
RS	SANTO ANGELO	43	1750	9	-13.199.531,74	113.243.626,93	-
RS	SAO BORJA	43	1800	2	-6.225.283,31	123.830.451,32	-
RS	SAO GABRIEL	43	1830	9	-4.395.214,23	91.698.001,53	-
RS	SAO JOSE DOS AUSENTES	43	1862	2	-441.920,84	15.119.767,53	-
RS	SAO LEOPOLDO	43	1870	5	183.402.844,23	513.634.792,06	35,71
RS	SAO MARCOS	43	1900	0	-5.124.159,55	48.773.475,66	-
RS	SAPIRANGA	43	1990	1	-23.392.419,98	136.666.802,67	-
RS	SAPUCAIA DO SUL	43	2000	8	0,00	215.138.367,91	0,00
RS	SETE DE SETEMBRO	43	2057	8	0,00	9.168.846,25	0,00
RS	SOLEDADE	43	2090	0	4.051.906,62	48.840.772,08	8,30
RS	TAQUARA	43	2120	4	3.701.266,05	86.117.203,16	4,30

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	TORRES	43	2150	1	-9.810.110,32	89.428.600,05	-
RS	URUGUAIANA	43	2240	0	94.806.431,61	182.767.340,30	51,87
RS	VACARIA	43	2250	9	-14.456.597,96	127.734.080,73	-
RS	VENANCIO AIRES	43	2260	8	-14.267.218,92	121.739.494,74	-
RS	VILA FLORES	43	2330	9	-3.042.618,09	14.075.294,71	-
SC	ANCHIETA	42	80	4	-2.927.584,19	13.610.770,89	-
SC	ANITA GARIBALDI	42	100	0	1.032.325,91	19.090.072,99	5,41
SC	ARARANGUA	42	140	6	-10.793.346,67	101.222.218,77	-
SC	BALNEARIO ARROIO DO SILVA	42	195	0	-5.140.452,57	21.524.537,04	-
SC	BALNEARIO CAMBORIU	42	200	8	-198.960.579,82	507.155.632,67	-
SC	BIGUACU	42	230	5	-2.373.788,40	115.166.404,77	-
SC	BLUMENAU	42	240	4	40.401.609,48	888.641.699,23	4,55
SC	BRACO DO NORTE	42	280	0	711.368,01	53.593.324,18	1,33
SC	BRUNOPOLIS	42	287	5	-1.926.504,49	10.063.023,43	-
SC	BRUSQUE	42	290	9	1.436.594,56	257.502.334,72	0,56
SC	CACADOR	42	300	6	-4.446.543,44	122.965.005,12	-
SC	CALMON	42	315	4	-499.945,38	13.341.031,76	-
SC	CAMBORIU	42	320	4	-25.936.650,05	132.697.904,76	-
SC	CAMPO ERE	42	350	1	-2.631.167,47	19.548.281,23	-
SC	CANOINHAS	42	380	8	-13.507.331,87	97.850.695,96	-
SC	CAPIVARI DE BAIXO	42	395	6	-2.922.200,42	58.457.695,54	-
SC	CELSO RAMOS	42	415	2	147.217,49	12.524.931,30	1,18
SC	CHAPECO	42	420	2	23.413.088,95	458.709.859,33	5,10
SC	CONCORDIA	42	430	1	-29.976.076,40	172.072.659,10	-
SC	CRICIUMA	42	460	8	50.482.333,01	438.690.646,81	11,51
SC	FAXINAL DOS GUEDES	42	530	8	-2.916.007,43	28.420.815,47	-
SC	FLORIANOPOLIS	42	540	7	242.703.912,96	1.114.430.441,39	21,78
SC	GALVAO	42	560	5	-914.269,10	11.367.796,82	-
SC	GRAO PARA	42	610	8	1.133.467,81	14.928.702,74	7,59
SC	HERVAL D'OESTE	42	670	2	-897.203,82	38.160.799,95	-
SC	IBIAM	42	675	1	-976.120,03	9.682.005,34	-
SC	INDAIAL	42	750	2	-8.239.762,26	123.406.373,98	-
SC	IPIRA	42	760	1	-1.594.448,30	13.773.868,69	-
SC	IRANI	42	780	9	-1.640.887,15	20.294.921,53	-
SC	ITAJAI	42	820	3	-107.672.907,81	836.632.103,54	-
SC	ITAPEMA	42	830	2	-21.839.032,72	142.895.028,93	-
SC	ITAPOA	42	845	0	-18.801.693,81	61.408.463,21	-
SC	JABORA	42	860	9	-1.451.858,82	14.655.748,56	-
SC	JAGUARUNA	42	880	7	1.701.742,70	38.222.352,40	4,70
SC	JARAGUA DO SUL	42	890	6	-62.622.755,47	493.541.224,83	-
SC	JOACABA	42	900	3	-21.687.534,16	92.261.161,10	-
SC	JOINVILLE	42	910	2	535.588.584,79	1.341.252.667,64	39,93
SC	LAGES	42	930	0	41.629.567,31	356.438.409,95	11,33
SC	LAGUNA	42	940	9	-8.062.413,17	79.023.127,20	-
SC	LEBON REGIS	42	970	6	-2.173.089,94	21.650.773,65	-
SC	NAVEGANTES	42	1130	6	-19.838.483,31	166.956.404,51	-
SC	NOVA VENEZA	42	1160	3	-2.858.033,89	31.761.648,94	-
SC	PALHOCA	42	1180	0	-73.684.778,75	277.484.770,39	-
SC	PETROLANDIA	42	1270	0	-2.192.027,12	13.965.456,04	-
SC	PLANALTO ALEGRE	42	1315	3	-478.873,16	10.676.908,52	-
SC	PONTE ALTA DO NORTE	42	1335	1	-2.485.701,63	11.439.580,72	-
SC	RIO DO OESTE	42	1460	7	0,00	15.930.931,49	0,00
SC	RIO DO SUL	42	1480	5	-21.852.051,21	177.307.181,92	-
SC	RIO NEGRINHO	42	1500	0	-694.885,56	90.610.369,00	-
SC	SALETE	42	1530	7	-1.236.891,80	15.076.328,60	-
SC	SANTA ROSA DE LIMA	42	1560	4	-2.484.176,44	9.565.977,53	-
SC	SANTA TEREZINHA	42	1567	9	-3.629.172,73	15.591.229,53	-
SC	SAO BENTO DO SUL	42	1580	2	-7.470.671,91	187.642.643,04	-
SC	SAO CARLOS	42	1600	8	1.427.674,09	22.443.505,98	6,36
SC	SAO CRISTOVAO DO SUL	42	1605	7	-114.296,12	13.342.578,00	-
SC	SAO FRANCISCO DO SUL	42	1620	6	-11.352.547,42	190.767.913,00	-
SC	SAO JOSE	42	1660	2	-41.718.103,89	409.221.007,69	-
SC	SCHROEDER	42	1740	2	-5.594.046,50	34.582.585,59	-
SC	SIDEROPOLIS	42	1760	0	1.311.094,76	24.268.331,90	5,40
SC	TAIO	42	1780	8	-3.578.111,24	36.682.947,26	-
SC	TREVISÓ	42	1835	0	-81.255,50	17.738.419,91	-
SC	TREZE ILIAS	42	1850	9	-4.174.113,02	21.340.351,33	-
SC	TUBARAO	42	1870	7	-14.647.607,39	161.985.572,73	-
SC	URUBICI	42	1890	5	150.122,19	21.593.113,65	0,70
SC	VARGEAO	42	1910	1	-3.391.526,18	12.981.181,22	-
SC	VIDAL RAMOS	42	1920	0	-1.950.236,71	16.865.298,30	-
SC	XANXERE	42	1950	7	-2.258.477,67	96.433.551,89	-
SC	XAXIM	42	1970	5	4.413.151,77	60.365.295,65	7,31

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SE	ARACAJU	28	30	8	89.915.878,92	1.232.161.757,76	7,30
SE	ITABAIANA	28	290	8	4.132.211,68	118.401.765,93	3,49
SE	LAGARTO	28	350	0	-8.032.204,84	52.550.138,13	-
SP	ADAMANTINA	35	10	5	-12.656.811,95	95.485.271,32	-
SP	AGUAI	35	30	3	-1.405.351,22	65.660.279,98	-
SP	AGUAS DE LINDOIA	35	50	1	-2.657.842,12	54.239.792,90	-
SP	ALAMBARI	35	75	8	-4.911.302,01	16.832.543,09	-
SP	ALTAIR	35	90	7	-214.913,30	15.078.885,62	-
SP	ALTO ALEGRE	35	110	3	-2.471.717,34	13.620.476,56	-
SP	ALUMINIO	35	115	2	1.666.833,91	47.938.910,12	3,48
SP	ALVINLANDIA	35	150	9	0,00	10.952.791,00	0,00
SP	AMPARO	35	190	5	-29.610.966,84	186.383.573,41	-
SP	ANALANDIA	35	200	2	-2.380.138,07	20.847.797,13	-
SP	ANDRADINA	35	210	1	-14.309.973,93	117.918.537,49	-
SP	ANGATUBA	35	220	0	-57.755,00	59.762.975,00	-
SP	APARECIDA	35	250	7	16.121.573,92	95.257.404,47	16,92
SP	APIAI	35	270	5	8.384.385,93	51.666.361,77	16,22
SP	ARACATUBA	35	280	4	157.515.118,80	390.730.197,77	40,31
SP	ARANDU	35	310	9	290.905,42	19.009.554,40	1,53
SP	ARARAQUARA	35	320	8	44.016.270,12	567.729.311,33	7,49
SP	ARARAS	35	330	7	-113.902.816,30	337.080.096,31	-
SP	ARUJA	35	390	1	-32.215.571,62	193.714.765,03	-
SP	ASSIS	35	400	8	-4.431.406,03	201.140.395,19	-
SP	ATIBAIA	35	410	7	-68.283.288,87	331.871.603,67	-
SP	AURIFLAMA	35	420	6	-1.335.246,80	28.125.443,67	-
SP	AVANHANDAVA	35	440	4	-1.103.337,19	26.953.506,19	-
SP	AVARE	35	450	3	15.526.142,00	190.370.385,00	8,16
SP	BARAO DE ANTONINA	35	500	5	0,00	12.494.227,35	0,00
SP	BARBOSA	35	510	4	3.901.527,82	15.521.178,52	23,62
SP	BARIRI	35	520	3	0,00	74.311.237,91	0,00
SP	BARRA BONITA	35	530	2	-8.570.372,87	82.973.587,63	-
SP	BARRETOS	35	550	0	34.245.760,02	335.084.989,98	10,22
SP	BASTOS	35	580	7	-287.284,01	42.515.091,88	-
SP	BAURU	35	600	3	95.122.399,30	744.368.728,49	12,78
SP	BEBEDOURO	35	610	2	-8.199.781,45	169.786.516,29	-
SP	BERNARDINO DE CAMPOS	35	630	0	-2.731.020,59	23.585.766,33	-
SP	BERTIOGA	35	635	9	12.297.569,49	286.289.519,10	4,30
SP	BIRIGUI	35	650	8	-19.238.472,90	235.025.102,66	-
SP	BIRITIBA-MIRIM	35	660	7	0,00	48.464.675,11	0,00
SP	BOFETE	35	690	4	-3.483.550,97	28.683.545,52	-
SP	BOITUVA	35	700	1	-4.895.262,42	140.899.010,50	-
SP	BOM JESUS DOS PERDOES	35	710	0	-2.794.263,33	52.431.602,53	-
SP	BOM SUCESSO DE ITARARE	35	715	9	-180.537,00	11.886.617,00	-
SP	BORACEIA	35	730	8	-3.624.348,37	17.867.995,18	-
SP	BORBOREMA	35	740	7	1.354.913,58	38.152.973,80	3,55
SP	BOTUCATU	35	750	6	-77.645.135,52	274.650.355,18	-
SP	BRAGANCA PAULISTA	35	760	5	-94.091.136,89	343.434.107,31	-
SP	BREJO ALEGRE	35	775	3	-1.855.517,20	15.562.002,48	-
SP	BRODOWSKI	35	780	3	28.433.900,16	51.888.531,05	54,80
SP	CABREUVA	35	840	5	-21.617.357,40	126.076.195,10	-
SP	CACAPAVA	35	850	4	3.749.532,09	197.323.492,05	1,90
SP	CAFELANDIA	35	880	1	-2.538.134,98	40.861.465,74	-
SP	CAIABU	35	890	0	-1.828.423,97	12.822.269,93	-
SP	CAIEIRAS	35	900	7	-31.758.636,72	190.693.364,92	-
SP	CAIUA	35	910	6	188.353,17	19.178.243,24	0,98
SP	CAJAMAR	35	920	5	69.530.464,91	325.431.344,17	21,37
SP	CAJATI	35	925	4	-9.266.002,81	74.515.599,55	-
SP	CAJURU	35	940	3	-9.724.162,18	50.318.342,12	-
SP	CAMPINAS	35	950	2	1.001.776.557,86	3.279.371.575,35	30,55
SP	CAMPO LIMPO PAULISTA	35	960	1	9.973.478,31	149.759.855,43	6,66
SP	CAPAO BONITO	35	1020	3	10.670.308,69	93.534.791,03	11,41
SP	CAPELA DO ALTO	35	1030	2	-7.999.448,16	40.774.480,64	-
SP	CAPIVARI	35	1040	1	-54.034.552,72	137.230.894,22	-
SP	CARAPICUIBA	35	1080	9	-21.466.035,67	391.090.318,81	-
SP	CASTILHO	35	1100	3	0,00	74.459.205,51	0,00
SP	CATANDUVA	35	1110	2	-165.571.096,52	308.804.128,85	-
SP	CERQUEIRA CESAR	35	1140	9	-2.160.031,52	45.172.453,46	-
SP	CESARIO LANGE	35	1160	7	-3.673.146,77	40.032.194,75	-
SP	CHARQUEADA	35	1170	6	-1.950.528,47	34.744.283,54	-
SP	CONCHAL	35	1220	9	5.704.135,05	64.914.586,31	8,79
SP	CORDEIROPOLIS	35	1240	7	-5.500.490,16	102.443.318,21	-
SP	CORONEL MACEDO	35	1260	5	594.370,00	14.563.943,79	4,08
SP	CORUMBATAI	35	1270	4	-2.488.677,54	18.677.855,99	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SP	COSMOPOLIS	35	1280	3	59.996.853,26	134.114.512,61	44,74
SP	COTIA	35	1300	9	-13.812.660,44	607.468.031,26	-
SP	CRAVINHOS	35	1310	8	9.385.322,80	85.602.869,00	10,96
SP	CRUZALIA	35	1330	6	-168.777,59	12.719.781,94	-
SP	CRUZEIRO	35	1340	5	51.070.879,28	143.040.281,75	35,70
SP	DIADEMA	35	1380	1	181.768.368,22	939.117.063,25	19,36
SP	DOBRADA	35	1400	7	-2.173.502,43	15.621.639,24	-
SP	DOURADO	35	1430	4	-3.738.728,78	20.297.420,60	-
SP	ELIAS FAUSTO	35	1490	8	-5.374.160,32	44.385.941,42	-
SP	EMBU DAS ARTES	35	1500	4	5.747.618,33	416.358.127,76	1,38
SP	ESPIRITO SANTO DO PINHAL	35	1518	6	-14.672.173,11	79.420.961,03	-
SP	FERNANDO PRESTES	35	1580	8	-2.101.665,19	16.437.221,17	-
SP	FERNANDOPOLIS	35	1550	9	-9.342.934,26	121.630.066,19	-
SP	FLORINIA	35	1610	1	-1.276.594,94	16.780.398,51	-
SP	FRANCA	35	1620	0	-161.747.133,26	512.769.526,32	-
SP	FRANCO DA ROCHA	35	1640	8	-20.643.566,35	195.314.793,37	-
SP	GENERAL SALGADO	35	1690	3	56.730.491,70	27.923.313,91	203,17
SP	GLICERIO	35	1710	9	-1.757.773,98	16.966.163,40	-
SP	GUAIRA	35	1740	6	0,00	117.589.603,40	0,00
SP	GUAPIACU	35	1750	5	-7.029.660,86	43.828.889,92	-
SP	GUARACAI	35	1780	2	-3.112.262,28	23.216.637,51	-
SP	GUARACI	35	1790	1	2.689.464,90	35.996.304,99	7,47
SP	GUARAREMA	35	1830	5	-25.713.465,95	153.357.892,32	-
SP	GUARATINGUETA	35	1840	4	9.888.969,90	238.682.949,96	4,18
SP	GUAREI	35	1850	3	-3.000.393,21	29.786.833,91	-
SP	GUARUJA	35	1870	1	283.026.476,30	1.011.057.946,08	26,01
SP	GUARULHOS	35	1880	0	1.386.957.801,31	3.247.063.511,23	42,71
SP	GUZOLANDIA	35	1890	9	-4.958.821,85	14.043.015,81	-
SP	HORTOLANDIA	35	1907	1	-105.739.686,00	553.496.620,00	-
SP	IBIRAREMA	35	1950	1	-3.146.008,35	20.804.099,55	-
SP	IBITINGA	35	1960	0	0,00	99.397.672,84	0,00
SP	IBIUNA	35	1970	9	17.861.395,00	127.576.242,00	14,00
SP	IEPE	35	1990	7	-3.205.839,26	24.972.999,29	-
SP	IGUAPE	35	2030	1	-4.571.226,58	72.271.145,17	-
SP	ILHABELA	35	2040	0	-45.164.762,67	170.133.051,95	-
SP	INDAIALUBA	35	2050	9	-1.005.307.558,55	697.602.383,51	-
SP	INUBIA PAULISTA	35	2080	6	-2.677.539,68	12.899.996,67	-
SP	IPAUSSU	35	2090	5	502.414,32	34.133.834,87	1,47
SP	IPERO	35	2100	2	-6.090.721,22	68.308.651,04	-
SP	IPEUNA	35	2110	1	-4.515.402,68	23.699.229,11	-
SP	IPIGUA	35	2115	0	0,00	13.938.205,85	0,00
SP	IPUA	35	2130	9	-10.096.905,61	43.712.064,88	-
SP	ITABERA	35	2170	5	-1.510.504,15	37.033.830,58	-
SP	ITAI	35	2180	4	-5.660.695,31	61.089.966,54	-
SP	ITAJOBÍ	35	2190	3	-4.071.691,22	40.514.612,87	-
SP	ITAJU	35	2200	0	-1.385.863,08	14.018.233,09	-
SP	ITAPECERICA DA SERRA	35	2220	8	-86.492.212,25	322.498.044,34	-
SP	ITAPETININGA	35	2230	7	141.213,83	298.960.568,42	0,05
SP	ITAPEVA	35	2240	6	8.479.704,65	215.613.915,35	3,93
SP	ITAPEVI	35	2250	5	-34.267.829,38	429.283.620,92	-
SP	ITAPIRA	35	2260	4	20.226.406,23	164.469.334,34	12,30
SP	ITAPOLIS	35	2270	3	4.303.113,75	83.292.863,83	5,17
SP	ITAPORANGA	35	2280	2	0,00	29.957.527,63	0,00
SP	ITAQUAQUECETUBA	35	2310	7	103.490.842,00	432.091.300,30	23,95
SP	ITARARE	35	2320	6	6.755.405,07	89.302.953,61	7,56
SP	ITATIBA	35	2340	4	-42.148.336,92	274.172.140,00	-
SP	ITIRAPINA	35	2360	2	-6.537.609,36	47.101.394,24	-
SP	ITOSI	35	2380	0	-239.772,80	12.799.253,03	-
SP	ITU	35	2390	9	-112.740.215,77	432.129.030,87	-
SP	ITUPEVA	35	2400	6	5.426.151,42	168.701.508,15	3,22
SP	JABOTICABAL	35	2430	3	-71.778.343,96	179.805.322,34	-
SP	JACAREI	35	2440	2	-71.974.556,67	556.242.337,28	-
SP	JACUPIRANGA	35	2460	0	-1.482.066,81	36.087.698,28	-
SP	JALES	35	2480	8	22.975.047,20	85.485.204,29	26,88
SP	JANDIRA	35	2500	3	-93.846.337,04	197.550.310,44	-
SP	JARDINOPOLIS	35	2510	2	-18.969.858,40	96.335.551,13	-
SP	JAU	35	2530	0	28.580.306,00	296.132.049,00	9,65
SP	LEME	35	2670	4	26.701.375,62	211.821.981,30	12,61
SP	LENCOIS PAULISTA	35	2680	3	-36.325.227,75	160.686.909,17	-
SP	LIMEIRA	35	2690	2	-59.539.937,24	658.098.847,26	-
SP	LINDOIA	35	2700	9	-4.335.945,89	21.135.937,55	-
SP	LINS	35	2710	8	-12.711.088,89	144.820.251,79	-
SP	LOURDES	35	2725	6	0,00	11.263.443,53	0,00

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SP	LOUVEIRA	35	2730	6	-328.155.525,32	392.512.501,69	1,19
SP	LUCÉLIA	35	2740	5	-2.833.081,20	42.146.657,78	1,5
SP	LUCIANÓPOLIS	35	2750	4	0,00	11.789.724,31	0,00
SP	LUIS ANTONIO	35	2760	3	-3.071.091,08	51.580.756,07	-
SP	MAGDA	35	2830	4	-2.485.955,50	15.486.328,46	-
SP	MAIRIPORA	35	2850	2	-25.769.371,28	166.807.703,50	-
SP	MARACÁ	35	2880	9	-2.248.150,81	36.369.099,75	-
SP	MARIÁPOLIS	35	2890	8	-1.835.845,85	11.926.482,58	-
SP	MARILIA	35	2900	5	117.894.243,22	564.567.942,85	20,86
SP	MARTINÓPOLIS	35	2920	3	4.501.010,46	57.459.911,49	7,83
SP	MATÃO	35	2930	2	47.349.519,27	173.456.962,74	27,30
SP	MAUA	35	2940	1	822.534.744,74	778.339.021,94	105,68
SP	MENDONÇA	35	2950	0	0,00	17.934.198,96	0,00
SP	MIGUELÓPOLIS	35	2970	8	-1.601.229,46	81.317.149,69	-
SP	MINEIROS DO TIETE	35	2980	7	882.421,46	23.537.080,06	3,75
SP	MOGI DAS CRUZES	35	3060	7	-59.746.215,43	886.951.939,58	-
SP	MOGI GUACU	35	3070	6	75.412.013,05	363.126.908,47	20,77
SP	MOJI MIRIM	35	3080	5	27.699.848,18	283.496.672,21	9,77
SP	MONGAGUA	35	3110	0	-9.571.536,57	154.064.034,39	-
SP	MONTE AZUL PAULISTA	35	3150	6	-4.742.826,24	46.669.116,46	-
SP	MORUNGABA	35	3200	9	-7.925.637,21	31.180.668,88	-
SP	NAZARE PAULISTA	35	3240	5	3.768.457,51	35.739.408,98	10,54
SP	NHADEARA	35	3280	3	-901.965,73	28.398.691,74	-
SP	NOVA CAMPINA	35	3282	7	-4.052.589,04	23.753.289,47	-
SP	NOVA CASTILHO	35	3286	8	0,00	11.101.842,32	0,00
SP	NOVA GUATAPORANGA	35	3310	6	-671.933,94	10.200.937,90	-
SP	NOVA LUZITANIA	35	3330	4	-3.905.945,72	11.577.413,67	-
SP	NOVA ODESSA	35	3340	3	-5.490.765,06	134.543.618,66	-
SP	NOVO HORIZONTE	35	3350	2	-11.711.451,47	89.016.171,91	-
SP	OLIMPIA	35	3390	8	-55.836.560,11	136.718.289,32	-
SP	ONDA VERDE	35	3400	5	-8.010.368,69	16.279.268,54	-
SP	ORINDIÚVA	35	3420	3	-8.448.442,51	27.680.430,89	-
SP	OURINHOS	35	3470	6	31.512.269,54	249.613.193,15	12,62
SP	PACAEMBU	35	3480	6	6.040,49	28.401.981,54	0,02
SP	PARAGUACU PAULISTA	35	3550	7	-3.294.271,42	102.676.562,39	-
SP	PARANAPANEMA	35	3580	4	0,00	20.842.553,24	0,00
SP	PAULO DE FARIA	35	3660	4	-5.738.381,31	24.812.957,52	-
SP	PEDERNEIRAS	35	3670	3	-15.883.577,57	93.231.870,89	-
SP	PEDRANÓPOLIS	35	3690	1	-912.167,79	12.064.662,80	-
SP	PEDREGULHO	35	3700	8	-4.430.373,40	41.669.090,07	-
SP	PEDREIRA	35	3710	7	11.278.615,90	100.407.794,18	11,23
SP	PEDRO DE TOLEDO	35	3720	5	-2.699.616,22	25.845.515,21	-
SP	PENÁPOLIS	35	3730	5	25.357.600,54	147.454.545,50	17,20
SP	PEREIRA BARRETO	35	3740	4	6.040.321,16	73.911.650,70	8,17
SP	PEREIRAS	35	3750	3	0,00	18.556.428,86	0,00
SP	PERUIBE	35	3760	2	-89.339.204,55	171.653.812,72	-
SP	PIEDADE	35	3780	0	-13.705.921,81	90.001.884,06	-
SP	PILAR DO SUL	35	3790	9	-7.784.488,52	51.221.187,28	-
SP	PINDAMONHANGABA	35	3800	6	-77.245.147,04	332.147.549,03	-
SP	PIQUEROBI	35	3830	3	-1.780.005,00	14.641.413,00	-
SP	PIQUETE	35	3860	1	-4.403.173,38	22.486.393,01	-
SP	PIRACAJÁ	35	3860	0	-392.107,08	55.823.432,21	-
SP	PIRACICABA	35	3870	9	-138.341.891,83	1.093.724.585,70	-
SP	PIRASSUNUNGA	35	3930	1	-38.220.323,58	173.595.402,21	-
SP	PITANGUEIRAS	35	3950	8	-7.038.549,65	83.917.078,42	-
SP	PLATINA	35	3970	7	-2.355.236,68	13.819.542,26	-
SP	POA	35	3980	6	-51.061.240,69	314.948.898,63	-
SP	PORTO FELIZ	35	4060	6	0,00	151.423.044,05	0,00
SP	PORTO FERREIRA	35	4070	5	-4.170.196,84	117.502.183,23	-
SP	PRADÓPOLIS	35	4090	3	-8.692.820,29	53.921.578,65	-
SP	PRATÂNIA	35	4105	9	-1.957.067,22	14.582.151,93	-
SP	PRESIDENTE PRUDENTE	35	4140	6	-175.762.990,32	452.268.007,90	-
SP	PRESIDENTE VENCESLAU	35	4150	5	18.964.041,94	95.112.096,79	19,94
SP	PROMISSÃO	35	4160	4	-10.675.102,87	84.969.352,04	-
SP	RAFARD	35	4210	7	-4.154.959,92	25.541.285,04	-
SP	REGINÓPOLIS	35	4250	3	-1.713.978,05	19.326.262,27	-
SP	REGISTRO	35	4260	2	-15.022.365,34	125.219.656,97	-
SP	RIBEIRÃO BONITO	35	4290	9	129.624,84	30.067.044,53	0,43
SP	RIBEIRÃO PIRES	35	4330	3	40.945.822,89	218.015.664,02	18,78
SP	RIBEIRÃO PRETO	35	4340	2	274.018.867,78	1.688.168.327,39	16,23
SP	RIO CLARO	35	4390	7	142.363.119,39	539.011.147,56	26,42
SP	RIO DAS PEDRAS	35	4400	4	8.783.240,05	84.979.601,90	10,34
SP	RIO GRANDE DA SERRA	35	4410	3	37.329.859,46	53.831.780,80	69,35

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SP	RIOLANDIA	35	4420	2	-4.213.853,51	28.445.888,11	-
SP	RIVERSUL	35	4350	1	2.300.649,80	13.799.078,14	16,67
SP	ROSEIRA	35	4430	1	-748.530,92	24.877.458,15	-
SP	SALTO	35	4520	8	-3.961.686,90	93.313.029,57	-
SP	SALTO DE PIRAPORA	35	4530	8	-23.917.382,80	93.287.993,34	-
SP	SALTO GRANDE	35	4540	7	2.242.164,28	20.697.222,05	10,89
SP	SANTA BARBARA D'OESTE	35	4580	3	-37.344.318,49	370.572.363,32	-
SP	SANTA CRUZ DA CONCEICAO	35	4620	7	-2.139.728,15	16.914.979,76	-
SP	SANTA CRUZ DA ESPERANCA	35	4625	6	-276.755,08	12.855.048,34	-
SP	SANTA CRUZ DO RIO PARDO	35	4640	5	-17.129.400,16	101.001.612,14	-
SP	SANTA GERTRUDES	35	4670	2	-6.329.925,65	75.335.467,01	-
SP	SANTA ISABEL	35	4680	1	-17.595.325,82	111.682.799,55	-
SP	SANTA RITA DO PASSA QUATRO	35	4750	2	-19.944.518,38	71.926.019,34	-
SP	SANTA ROSA DE VITERBO	35	4760	1	-2.528.640,40	47.891.567,37	-
SP	SANTO ANASTACIO	35	4770	0	0,00	38.952.970,45	0,00
SP	SANTO ANDRE	35	4780	9	582.895.645,55	1.729.896.377,98	33,70
SP	SANTO ANTONIO DA ALEGRIA	35	4790	8	-2.658.676,11	16.626.198,09	-
SP	SANTO ANTONIO DO ARACANGUA	35	4805	4	-4.289.259,22	36.035.034,11	-
SP	SANTOS	35	4850	0	19.996.225,00	1.701.821.198,50	1,17
SP	SAO BENTO DO SAPUCAI	35	4860	9	348.685,57	23.550.685,49	1,48
SP	SAO BERNARDO DO CAMPO	35	4870	6	722.586.842,28	2.781.375.335,61	25,96
SP	SAO CAETANO DO SUL	35	4880	7	143.925.760,43	1.081.870.400,60	13,31
SP	SAO JOAO DA BOA VISTA	35	4910	2	-127.412.754,30	296.597.627,63	-
SP	SAO JOAO DE IRACEMA	35	4925	0	0,00	10.031.438,64	0,00
SP	SAO JOAQUIM DA BARRA	35	4940	9	2.518.422,30	97.353.986,54	2,59
SP	SAO JOSE DO RIO PARDO	35	4970	6	3.937.045,73	143.579.310,69	2,74
SP	SAO JOSE DO RIO PRETO	35	4980	5	-110.216.216,79	1.070.344.473,86	-
SP	SAO JOSE DOS CAMPOS	35	4990	4	-120.622.947,81	1.882.498.996,29	-
SP	SAO MANUEL	35	5010	0	-52.257.838,80	85.265.577,01	-
SP	SAO MIGUEL ARCANJO	35	5020	9	-17.240.193,20	55.840.793,82	-
SP	SAO PEDRO DO TURVO	35	5050	6	-3.078.439,19	21.295.529,89	-
SP	SAO ROQUE	35	5060	5	-72.763.161,77	202.435.018,07	-
SP	SAO SEBASTIAO	35	5070	4	15.074.446,52	439.120.892,98	3,43
SP	SAO VICENTE	35	5100	9	449.559.924,61	670.628.218,93	67,04
SP	SERRA NEGRA	35	5160	3	5.944.498,81	69.000.018,21	8,62
SP	SERTAOZINHO	35	5170	2	-40.796.504,59	327.939.456,22	-
SP	SILVEIRAS	35	5200	7	-1.519.321,88	21.339.531,60	-
SP	SOROCABA	35	5220	5	-13.854.414,30	1.753.545.113,81	-
SP	SUD MENUCCI	35	5230	4	-2.512.867,88	28.595.046,37	-
SP	SUMARE	35	5240	3	321.373.456,07	532.482.032,01	60,35
SP	SUZANAPOLIS	35	5255	1	-1.761.038,62	18.179.908,90	-
SP	SUZANO	35	5250	2	1.301.679,48	501.777.761,25	0,26
SP	TAIUA	35	5320	3	-809.010,00	15.657.419,00	-
SP	TAMBAU	35	5330	2	-5.894.778,42	55.608.336,56	-
SP	TAPIRAI	35	5350	0	-5.329.624,41	20.319.723,67	-
SP	TAQUARUNA	35	5385	6	-3.418.512,90	17.793.655,37	-
SP	TARUMA	35	5395	5	-5.017.109,58	43.297.034,57	-
SP	TATUI	35	5400	3	-25.196.628,35	226.850.254,15	-
SP	TAUBATE	35	5410	2	-127.726.409,71	746.910.076,91	-
SP	TIETE	35	5450	8	-13.522.619,06	110.054.413,25	-
SP	TORRINHA	35	5470	6	-2.129.809,52	21.918.745,39	-
SP	TREMEMBE	35	5480	5	38.050.215,54	83.582.390,50	45,52
SP	TUPA	35	5500	0	-16.797.224,20	117.794.025,34	-
SP	TUPI PAULISTA	35	5510	9	0,00	33.779.553,45	0,00
SP	UBATUBA	35	5540	6	7.591.759,33	207.378.375,73	3,66
SP	UCHOA	35	5560	4	13.992.331,66	25.810.074,62	54,21
SP	UNIAO PAULISTA	35	5570	3	-5.288.450,73	11.110.808,63	-
SP	URUPES	35	5600	8	0,00	29.668.202,29	0,00
SP	VALENTIM GENTIL	35	5610	7	-5.023.221,72	25.360.804,35	-
SP	VARGEM GRANDE DO SUL	35	5640	4	-16.874.958,45	22.862.260,62	-
SP	VARZEA PAULISTA	35	5650	3	45.874.441,19	175.887.518,91	26,08
SP	VINHEDO	35	5670	1	-7.049.285,77	360.166.132,11	-
SP	VIRADOURO	35	5680	0	-3.217.965,61	38.492.789,37	-
SP	VISTA ALEGRE DO ALTO	35	5690	9	-3.435.305,89	22.377.557,88	-
SP	VITORIA BRASIL	35	5695	8	-2.154.834,04	8.586.287,69	-
SP	VOTUPORANGA	35	5710	5	-16.673.115,31	188.741.199,52	-
TO	ARAGUAINA	17	210	8	0,00	248.391.469,69	-
TO	COLINAS DO TOCANTINS	17	550	8	-7.320.136,38	56.915.057,12	-
TO	PALMAS	17	2100	0	-185.530.097,98	652.187.759,57	-
TO	PORTO NACIONAL	17	1820	4	7.649.638,05	77.463.058,95	9,88

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

DCL/RCL - RGF 1º Semestre de 2014

data-base 30/06/2014

Municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes que optaram por divulgar semestralmente o Relatório de Gestão Fiscal, nos termos do artigo 63 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)

Dados extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal homologados no SISTIN

Posição: 11/08/2014

UF	Nome do Município	Cod. IBGE Estado	Cod. IBGE Município	QV IBGE Município	DCL - 1º Semestre 2014	RCL - 1º Semestre 2014	DCL/RCL
BA	INHAMBUPE	29	1370	5	33.830.333,39	66.667.791,02	59,80
ES	AFONSO CLAUDIO	32	10	2	-14.541.283,93	64.995.161,73	-
ES	ALEGRE	32	20	1	-13.130.947,02	64.205.218,27	-
ES	CASTELO	32	140	7	-17.953.361,99	74.977.550,12	-
ES	CONCEICAO DO CASTELO	32	170	4	-11.627.338,99	31.853.267,24	-
ES	MANTENOPOLIS	32	330	4	-2.102.549,44	32.210.097,67	-
ES	MARATAIZES	32	332	0	-96.679.940,00	149.688.854,00	-
ES	PEDRO CANARIO	32	405	4	-17.148.624,48	47.129.673,42	-
ES	SANTA TERESA	32	460	9	-10.461.997,30	56.028.895,83	-
ES	SÃO ROQUE DO CANAÃ	32	495	5	-8.543.576,12	26.456.990,73	-
ES	VARGEM ALTA	32	503	6	0,00	49.851.442,07	0,00
ES	VENDA NOVA DO IMIGRANTE	32	506	9	-12.490.825,36	49.293.330,98	-
MG	ANDRADAS	31	260	5	-3.782.466,52	60.530.148,74	-
MG	ARAUJOS	31	390	0	-3.614.148,86	16.430.632,05	-
MG	ARGIRITA	31	440	3	0,00	10.094.621,31	0,00
MG	BIAS FORTES	31	680	4	-866.540,97	9.040.103,62	-
MG	BOA ESPERANCA	31	710	9	21.636.899,52	63.702.712,58	33,97
MG	BOM JESUS DO AMPARO	31	770	3	-917.594,49	11.432.079,70	-
MG	BOM REPOUSO	31	790	1	-21.708,43	17.640.824,73	-
MG	BRASOPOLIS	31	890	9	-2.918.307,56	20.391.087,10	-
MG	BUENO BRANDAO	31	910	5	-5.438.192,78	15.634.918,45	-
MG	CACHOEIRA DE MINAS	31	970	9	-5.979.632,06	18.146.971,50	-
MG	CAETANOPOLIS	31	990	7	-2.339.302,42	16.866.676,97	-
MG	CAMANDUCAIA	31	1050	9	-7.007.061,62	39.280.485,59	-
MG	CAMBUI	31	1060	8	-33.052.720,14	48.721.901,22	-
MG	CANA VERDE	31	1190	3	2.064.820,70	11.935.458,09	17,30
MG	CAPARAO	31	1210	9	0,00	10.917.796,29	0,00
MG	CAPITOLIO	31	1280	2	-4.324.231,01	23.430.388,87	-
MG	CARMO DE MINAS	31	1410	5	2.442.508,26	22.176.753,54	11,01
MG	CARNEIRINHO	31	1455	0	1.291.243,13	36.366.481,69	3,55
MG	CARRANCAS	31	1460	0	-1.480.059,35	11.524.498,94	-
MG	CARVALHOPOLIS	31	1470	9	-4.260.168,53	11.077.474,93	-
MG	COLINA	31	1680	3	0,00	13.240.266,06	0,00
MG	CONSOLACAO	31	1850	2	-1.828.975,88	8.255.071,01	-
MG	COROMANDEL	31	1930	2	0,00	50.504.176,07	0,00
MG	CORREGO DO BOM JESUS	31	1990	6	-2.964.664,90	9.287.491,00	-
MG	CRISTINA	31	2050	8	-1.471.320,84	16.584.104,05	-
MG	DELFIN MOREIRA	31	2110	0	-3.235.558,73	13.579.727,61	-
MG	DIVISA NOVA	31	2240	5	-3.678.781,98	11.583.792,56	-
MG	DOM SILVERIO	31	2270	2	-2.422.111,39	11.235.099,50	-
MG	DOM VICOSO	31	2280	1	-1.078.115,89	8.478.412,09	-
MG	DONA EUSEBIA	31	2290	0	2.229.399,79	13.881.148,79	16,06
MG	DORES DE GUANHAES	31	2310	6	-3.649.564,35	15.368.369,63	-
MG	ESPIRITO SANTO DO DOURADO	31	2440	1	-1.112.686,97	10.956.142,61	-
MG	FARIA LEMOS	31	2530	9	0,00	9.213.828,70	0,00
MG	GUARACIAMA	31	2825	3	-1.263.207,79	10.645.336,32	-
MG	GUARANESIA	31	2830	3	-5.708.493,22	32.731.754,41	-
MG	IBIRACI	31	2970	7	-3.759.183,94	24.948.486,67	-
MG	IBITIURA DE MINAS	31	2990	5	854.412,53	9.301.379,62	9,19
MG	INCONFIDENTES	31	3060	6	-2.028.404,83	12.830.463,72	-
MG	IPUIUNA	31	3150	5	1.713.345,10	15.504.256,43	11,05
MG	ITANHANDU	31	3310	5	-4.737.138,59	27.558.077,38	-
MG	ITAPAGIPE	31	3340	2	5.294.616,65	34.383.282,94	15,40
MG	ITAPECERICA	31	3350	1	-8.434.186,42	29.578.294,92	-
MG	ITAPEVA	31	3360	0	1.731.058,05	20.309.184,81	8,52
MG	MARIA DA FE	31	3990	4	-3.008.343,33	22.595.341,97	-
MG	MARIO CAMPOS	31	4016	9	-6.301.231,97	22.874.708,44	-
MG	MARMELOPOLIS	31	4040	7	0,00	8.858.281,81	0,00
MG	MONTE CARMELO	31	4310	4	0,00	74.871.260,45	0,00
MG	MORADA NOVA DE MINAS	31	4350	0	211.476,56	25.794.090,19	0,82

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MG	MUNHOZ	31	4380	7	810.143,85	11.178.492,08	7,25
MG	NATERCIA	31	4440	9	-537.929,60	10.437.467,27	-
MG	OLIVEIRA	31	4560	4	-11.779.259,83	68.071.113,64	-
MG	OURO FINO	31	4600	8	-12.363.002,86	49.066.738,40	-
MG	PAPAGAIOS	31	4690	9	-1.102.052,33	24.562.471,23	-
MG	PARAGUACU	31	4720	4	-8.117.712,58	32.842.698,64	-
MG	PIMENTA	31	5050	5	-65.219,94	17.822.956,83	-
MG	PIRANGUINHO	31	5100	8	666.747,65	14.248.197,88	4,67
MG	POÇO FUNDO	31	5170	1	-19.929.372,40	23.339.021,78	-
MG	POMPEU	31	5200	6	2.549.606,80	51.680.637,60	4,93
MG	PONTO DOS VOLANTES	31	5217	0	0,00	24.672.952,13	0,00
MG	RIO DOCE	31	5500	8	-645.926,52	10.358.350,68	-
MG	RIO PARDO DE MINAS	31	5550	3	2.187.890,94	40.125.022,00	5,48
MG	RODEIRO	31	5630	4	-5.345.943,51	14.835.050,15	-
MG	SACRAMENTO	31	5690	8	-3.820.065,63	89.179.241,48	-
MG	SANTA MARIA DE ITABIRA	31	5800	3	-5.948.793,00	19.888.160,66	-
MG	SANTA RITA DE CALDAS	31	5820	9	-231.356,02	14.911.752,30	-
MG	SANTA VITORIA	31	5880	3	14.951.303,81	75.910.450,91	19,70
MG	SÃO GONÇALO DO SAPUCAÍ	31	6200	5	-3.384.358,23	34.980.522,14	-
MG	SÃO PEDRO DA UNIAO	31	6390	4	-971.703,73	11.824.235,74	-
MG	SÃO TOMÁS DE AQUINO	31	6510	7	285.910,19	15.221.074,50	1,89
MG	SENADOR JOSE BENTO	31	6580	0	-768.204,66	8.555.442,89	-
MG	SENHORA DE OLIVEIRA	31	6600	6	-2.367.035,39	11.090.183,51	-
MG	SENHORA DOS REMÉDIOS	31	6620	4	-1.832.054,89	13.478.657,08	-
MG	SERICITA	31	6630	3	-1.867.558,65	12.605.095,36	-
MG	SERITINGA	31	6640	2	909.849,87	8.746.105,97	10,40
MG	TOLEDO	31	6910	9	-2.440.834,94	12.429.677,34	-
MG	TUPACIGUARA	31	6960	4	-1.571.187,84	48.250.352,01	-
MG	UNIAO DE MINAS	31	7043	8	1.279.616,59	14.391.831,42	8,89
MG	VARGEM BONITA	31	7080	2	1.565.218,51	9.886.656,86	15,83
MS	ALCINOPOLIS	50	25	2	-2.814.065,58	28.379.843,10	-
MS	BONITO	50	220	9	-16.651.472,01	58.457.390,76	-
MS	CARACOL	50	280	3	8.041.580,99	17.973.803,48	44,74
MS	COSTA RICA	50	325	6	-30.105.286,62	77.317.437,26	-
MS	COXIM	50	330	6	0,00	70.428.733,81	0,00
MS	FIGUEIRAO	50	390	0	-2.046.717,11	15.331.197,24	-
MS	IGUATEMI	50	430	4	-4.950.365,76	37.912.693,25	-
MS	ITAQUIRAI	50	480	1	-1.454.636,31	40.170.579,36	-
MS	JAPORA	50	480	9	-1.815.724,73	23.374.086,72	-
MS	JUTI	50	515	2	-2.193.789,84	19.132.267,26	-
MS	NOVA ALVORADA DO SUL	50	600	2	-5.512.841,03	54.127.081,80	-
MS	NOVO HORIZONTE DO SUL	50	625	9	-1.649.390,40	15.840.422,27	-
MS	PARAISO DAS AGUAS	50	627	5	-2.155.575,80	20.738.910,61	-
MS	RIEAS DO RIO PARDO	50	710	9	-4.084.447,69	70.477.312,34	-
MS	SANTA RITA DO PARDO	50	755	4	-2.760.948,89	24.877.050,40	-
MT	CAMPO NOVO DO PARECIS	51	263	7	-15.912.445,80	93.781.958,25	-
MT	ITIQUEIRA	51	460	9	295.483,94	46.624.505,26	0,63
PE	AFOGADOS DA INGAZEIRA	26	10	4	-4.213.507,02	54.389.090,04	-
PE	BODOCO	26	200	1	0,00	54.685.811,87	0,00
PE	BREJINHO	26	250	6	0,00	10.610.511,66	0,00
PE	CARNAIBA	26	390	0	1.481.070,81	34.337.986,82	4,31
PE	GRANITO	26	630	9	-3.793.941,95	16.967.517,17	-
PE	IGUARACI	26	690	3	-2.277.748,85	18.952.480,40	-
PE	INGAZEIRA	26	710	9	543.173,03	14.475.723,22	3,75
PE	ITACURUBA	26	740	6	6.134.756,64	23.355.658,96	26,27
PE	MACHADOS	26	910	5	-6.501.910,03	24.013.606,34	-
PE	QUIXABA	26	1153	3	614.805,23	16.451.130,75	3,74
PE	SANTA TEREZINHA	26	1280	2	3.110.608,13	19.048.733,89	16,33
PE	SÃO JOSE DA COROA GRANDE	26	1340	4	1.229.001,64	33.100.590,34	3,71
PE	SÃO JOSE DO EGITO	26	1360	2	-770.935,68	47.915.547,97	-
PE	TAMANDARÉ	26	1485	7	20.018.470,18	45.541.632,33	43,96
PE	TRIUNFO	26	1570	6	-5.912.171,36	26.506.363,01	-
PR	ARARUNA	41	170	5	533.202,28	25.365.465,13	2,10
PR	ASSIS CHATEAUBRIAND	41	200	0	-7.829.199,83	63.411.644,23	-
PR	BALSA NOVA	41	230	7	-10.530.376,15	35.364.718,45	-
PR	BARBOSA FERRAZ	41	250	5	871.373,61	21.581.075,30	4,04
PR	BARRAÇAO	41	260	4	-1.332.126,49	19.824.905,70	-
PR	BOA ESPERANÇA	41	300	8	414.921,31	14.381.495,78	2,89
PR	BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	41	302	4	-1.605.129,29	11.929.619,19	-
PR	BOA VISTA DA APARECIDA	41	305	7	-2.115.550,86	20.409.080,85	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PR	BOM SUCESSO	41	320	6	-671.976,26	14.523.987,52	1,26
PR	BOM SUCESSO DO SUL	41	322	2	0,00	12.913.532,78	0,00
PR	CAFELÂNDIA	41	345	3	-4.852.864,76	41.341.505,32	-
PR	CALIFORNIA	41	350	3	-3.736.101,89	15.592.858,12	-
PR	CAMPO MAGRO	41	425	3	-1.362.103,63	48.362.733,54	-
PR	CAPANEMA	41	450	1	-4.872.603,75	41.689.587,19	-
PR	CARAMBEI	41	465	9	-9.407.291,28	56.274.727,26	-
PR	CARLÓPOLIS	41	470	9	2.574.214,41	26.383.949,81	9,76
PR	CEU AZUL	41	530	0	-5.017.850,77	31.753.386,55	-
PR	CHOPINZINHO	41	540	9	0,00	54.660.643,13	0,00
PR	CLEVELÂNDIA	41	570	6	-2.122.226,80	29.963.657,24	-
PR	CORONEL VÍVIDA	41	650	6	-2.612.204,78	43.117.749,81	-
PR	CRUZEIRO DO IGUAÇU	41	657	1	-4.774.827,21	15.318.479,22	-
PR	ENEAS MARQUES	41	740	5	-3.168.083,62	16.209.618,49	-
PR	ENTRE RIOS DO OESTE	41	753	8	-2.211.978,89	21.131.916,95	-
PR	ESPERANÇA NOVA	41	752	0	-1.705.998,89	9.531.094,31	-
PR	FERNANDES PINHEIRO	41	773	5	-2.710.471,28	18.189.695,62	-
PR	FLOR DA SERRA DO SUL	41	785	0	-3.718.270,35	15.312.734,70	-
PR	FLORAI	41	780	1	180.404,09	13.124.511,38	1,37
PR	GODOY MOREIRA	41	855	1	-1.352.177,12	10.031.003,32	-
PR	GUAPOREMA	41	910	4	-485.821,40	9.955.001,19	-
PR	GUARANIACU	41	930	2	-4.424.980,65	30.810.651,47	-
PR	HONÓRIO SERPA	41	965	8	-749.963,72	12.976.091,60	-
PR	IGUATU	41	1005	2	-175.891,26	5.226.205,73	-
PR	IRETAMA	41	1080	5	3.009.502,76	21.832.394,57	13,78
PR	ITAPERUCU	41	1125	8	276.414,64	35.067.637,22	0,77
PR	IVAIPORA	41	1150	6	-4.338.865,34	48.490.552,99	-
PR	JABOTI	41	1170	4	-2.645.207,60	12.058.483,37	-
PR	JARDIM ALEGRE	41	1250	4	-16.359.856,07	21.524.285,81	-
PR	LARANJEIRAS DO SUL	41	1330	4	-752.983,83	52.956.439,70	-
PR	LIDIANÓPOLIS	41	1342	9	-1.041.213,07	10.345.982,46	-
PR	LUNARDELLI	41	1375	9	1.953.532,02	13.599.186,53	14,37
PR	MARIALVA	41	1480	7	-3.840.038,10	58.538.786,78	-
PR	MARILUZ	41	1510	1	1.184.138,72	21.916.188,55	5,40
PR	MARUMBI	41	1550	7	554.864,51	12.509.631,19	4,44
PR	MATINHOS	41	1570	5	-16.438.793,41	82.928.379,93	-
PR	MAUA DA SERRA	41	1575	4	-7.000.049,02	20.313.980,83	-
PR	MEDIANEIRA	41	1580	4	1.528.372,59	79.841.994,24	1,91
PR	MERCEDES	41	1585	3	-2.177.838,91	19.574.596,38	-
PR	MIRADOR	41	1590	3	5.428.430,55	10.982.804,11	49,43
PR	MISSAL	41	1605	9	0,00	32.870.588,79	0,00
PR	MOREIRA SALES	41	1810	9	-899.419,57	23.444.131,50	-
PR	MUNHOZ DE MELO	41	1830	7	245.092,97	11.790.923,46	2,08
PR	NOVA AURORA	41	1870	3	4.037.814,99	27.701.326,63	14,58
PR	NOVA ESPERANÇA	41	1890	1	206.329,92	41.960.252,88	0,46
PR	NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE	41	1895	0	1.112.506,37	13.783.068,75	8,07
PR	NOVA TEBAS	41	1727	1	-1.450.483,63	16.350.938,97	-
PR	OURO VERDE DO OESTE	41	1745	3	-5.749.407,05	15.967.935,40	-
PR	PALMITAL	41	1780	0	799.339,08	25.858.490,17	3,09
PR	PARAÍSO DO NORTE	41	1800	6	-3.205.442,07	22.625.775,46	-
PR	PEROLA	41	1890	7	-2.416.198,61	23.151.985,55	-
PR	PINHÃO	41	1930	1	-20.939.326,66	57.999.853,92	-
PR	PITANGUEIRAS	41	1985	7	0,00	9.928.106,68	0,00
PR	PLANALTINA DO PARANÁ	41	1970	7	-2.209.605,19	12.417.725,16	-
PR	PLANALTO	41	1980	6	-6.685.177,68	25.025.693,74	-
PR	PORTO BARREIRO	41	2015	0	-2.592.399,92	14.680.894,78	-
PR	QUEDAS DO IGUAÇU	41	2090	3	3.032.325,79	53.045.755,89	5,72
PR	RAMILÂNDIA	41	2125	7	-1.278.487,70	12.564.154,46	-
PR	RENASCENÇA	41	2180	4	-1.478.526,96	17.638.710,41	-
PR	RIO BOM	41	2210	7	3.950.316,50	10.158.096,61	38,89
PR	RIO BRANCO DO SUL	41	2220	6	17.101.350,47	64.561.439,79	26,49
PR	ROSÁRIO DO IVAÍ	41	2265	1	-649.381,63	12.735.194,94	-
PR	SALGADO FILHO	41	2280	0	77.557,02	12.321.188,36	0,63
PR	SALTO DO LONTRA	41	2300	6	2.050.404,19	26.916.432,39	7,62
PR	SANTA HELENA	41	2350	1	-40.070.348,18	101.220.182,61	-
PR	SANTA IZABEL DO OESTE	41	2380	8	1.839.932,25	24.680.387,98	7,40
PR	SANTA MARIANA	41	2390	7	-941.758,72	22.772.828,12	-
PR	SANTO ANTONIO DA PLATINA	41	2410	3	0,00	66.551.935,37	0,00
PR	SANTO ANTONIO DO SUDOESTE	41	2440	0	-3.786.085,28	33.826.708,66	-
PR	SAO CARLOS DO IVAÍ	41	2480	8	-337.142,72	18.499.015,46	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PR	SAO JERONIMO DA SERRA	41	2470	7	2.789.495,35	20.155.341,10	13,84
PR	SAO JOAO DO IVAI	41	2500	1	-237.196,23	21.505.091,37	-
PR	SAO JORGE D'OESTE	41	2520	9	-5.932.905,51	33.259.065,52	-
PR	SAO JORGE DO PATROCINIO	41	2535	7	-1.648.641,22	21.048.799,85	-
PR	SAO MIGUEL DO IGUAÇU	41	2570	4	-6.005.758,81	72.907.181,45	-
PR	SAUDADE DO IGUAÇU	41	2627	2	70.608,51	32.169.497,89	0,22
PR	SENES	41	2630	6	-13.164.556,43	34.666.923,89	-
PR	SERRANOPOLIS DO IGUAÇU	41	2635	5	0,00	18.660.883,12	0,00
PR	SERTANEJA	41	2640	5	-2.670.789,05	20.121.008,76	-
PR	TAPEJARA	41	2680	1	4.064.693,86	31.136.209,13	13,05
PR	TIJUCAS DO SUL	41	2760	1	11.034.801,71	27.716.987,43	39,70
PR	VITORINO	41	2870	8	-3.984.804,73	16.945.415,86	-
PR	XAMBRE	41	2880	7	2.527.777,11	13.550.092,06	18,66
RJ	CANTAGALO	33	110	8	-3.105.127,30	71.793.090,20	-
RJ	ITATIAIA	33	225	4	5.505.768,80	128.256.268,00	4,29
RJ	PORTO REAL	33	411	0	-10.421.189,30	202.469.420,60	-
RJ	QUATIS	33	412	8	-10.661.631,40	50.149.027,00	-
RN	JARDIM DO SERIDO	24	570	2	-2.188.491,33	17.466.695,65	-
RN	PARELHAS	24	890	4	1.665.751,64	29.861.849,03	5,24
RO	ALTO PARAISO	11	40	3	-5.381.574,35	26.581.642,47	-
RO	CACAULANDIA	11	60	1	-4.799.575,64	15.912.890,44	-
RO	COLORADO DO OESTE	11	6	4	-6.554.931,64	27.863.398,29	-
RO	ESPIGAO D'OESTE	11	9	8	0,00	47.752.653,60	0,00
RO	URUPA	11	170	8	0,00	20.541.363,25	0,00
RO	VALE DO PARAISO	11	180	7	-4.551.775,09	17.825.218,10	-
RS	ACEGUA	43	3	4	-4.742.559,89	19.730.201,78	-
RS	AGUA SANTA	43	5	9	-360.280,99	14.142.644,47	-
RS	AJURICABA	43	20	8	-4.054.978,07	17.160.486,37	-
RS	ALECRIM	43	30	7	-3.277.568,64	13.583.988,37	-
RS	ALEGRIA	43	45	5	-1.333.926,43	11.804.088,95	-
RS	ALMIRANTE TAMANDARE DO SUL	43	47	1	-1.843.188,93	10.388.391,54	-
RS	ALTO FELIZ	43	57	0	-1.673.423,25	11.013.781,21	-
RS	AMARAL FERRADOR	43	63	8	384.712,80	13.539.555,44	2,69
RS	AMETISTA DO SUL	43	64	6	-15.511.619,00	18.680.862,00	-
RS	ANDRE DA ROCHA	43	66	1	-1.695.209,91	9.806.813,91	-
RS	ARAMBARE	43	65	1	-2.704.055,02	13.448.691,24	-
RS	ARARICA	43	87	7	-2.482.802,92	15.630.675,60	-
RS	ARATIBA	43	90	1	0,00	37.337.070,15	0,00
RS	ARROIO GRANDE	43	130	5	0,00	38.060.292,28	0,00
RS	AUGUSTO PESTANA	43	150	3	-5.426.311,14	18.143.330,10	-
RS	BARAO	43	165	1	284.580,58	15.544.701,86	1,83
RS	BARRA DO QUARAI	43	187	5	-2.193.955,70	15.632.743,00	-
RS	BARRA FUNDA	43	195	8	-1.099.548,12	11.480.957,77	-
RS	BARRACAO	43	180	0	-374.381,03	16.132.774,82	-
RS	BENJAMIN CONSTANT DO SUL	43	205	5	-2.072.049,61	10.415.033,60	-
RS	BOA VISTA DO BURICA	43	220	4	-4.865.352,94	16.212.531,92	-
RS	BOA VISTA DO CADEADO	43	222	0	-1.288.279,25	14.397.000,43	-
RS	BOM JESUS	43	233	3	9.898.030,66	28.014.692,46	34,62
RS	BOQUEIRAO DO LEAO	43	245	1	-1.424.623,02	14.399.228,88	-
RS	BOSSOROCA	43	250	1	-1.027.251,76	18.294.214,47	-
RS	BOZANO	43	258	4	-1.295.030,14	9.135.602,94	-
RS	BRAGA	43	260	0	575.623,69	10.975.852,03	5,25
RS	BROCHIER	43	265	9	-1.348.807,15	13.041.209,89	-
RS	BUZIA	43	270	9	5.992.618,84	36.138.476,80	19,35
RS	CACAPAVA DO SUL	43	280	8	999.441,56	55.142.219,49	1,81
RS	CACEQUI	43	290	7	440.749,56	26.236.615,76	1,68
RS	CACIQUE DOBLE	43	320	2	-680.809,87	11.735.089,21	-
RS	CAIBATE	43	330	1	-1.954.716,99	12.993.978,75	-
RS	CAICARA	43	340	0	-848.035,59	13.572.949,28	-
RS	CAMARGO	43	355	8	-2.245.303,88	12.562.545,49	-
RS	CAMPESTRE DA SERRA	43	367	3	-734.689,93	13.262.381,12	-
RS	CAMPINA DAS MISSOES	43	370	7	-2.826.340,49	13.996.767,77	-
RS	CAMPINAS DO SUL	43	380	6	-6.189.492,62	15.744.131,29	-
RS	CAMPO NOVO	43	400	2	-1.584.467,08	13.888.417,54	-
RS	CANDELARIA	43	420	0	-6.366.212,23	55.143.086,15	-
RS	CANDIDO GODOI	43	430	9	-2.630.282,84	15.225.829,46	-
RS	CANELA	43	440	6	-10.797.504,95	100.463.262,94	-
RS	CANUDOS DO VALE	43	461	4	-1.815.037,00	9.349.864,29	-
RS	CAPAO BONITO DO SUL	43	462	2	-851.888,11	10.981.785,88	-
RS	CAPAO DO CIPÓ	43	465	5	-3.873.114,27	14.781.035,87	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	CAPIVARI DO SUL	43	467	1	-4.563.284,83	15.950.164,40	-
RS	CARLOS BARBOSA	43	480	4	-10.298.901,73	71.177.540,98	-
RS	CARLOS GOMES	43	485	3	-862.514,39	8.208.768,94	-
RS	CASEIROS	43	495	2	-2.733.211,42	11.067.763,46	-
RS	CATUIPE	43	500	9	-3.562.489,57	20.056.361,04	-
RS	CENTENARIO	43	511	6	-1.847.679,39	10.896.567,76	-
RS	CERRO GRANDE	43	515	7	-9.757.966,00	9.118.106,00	-
RS	CERRO GRANDE DO SUL	43	517	3	-11.857.597,64	19.249.757,39	-
RS	CHAPADA	43	530	6	-920.728,54	22.537.886,92	-
RS	CHARRUA	43	537	1	-2.084.221,13	9.713.282,15	-
RS	CHIAPETTA	43	540	5	-759.105,38	14.376.545,37	-
RS	COLINAS	43	558	7	119.860,78	11.031.618,33	1,09
RS	COLORADO	43	560	3	-10.115.386,76	12.876.905,78	-
RS	CONSTANTINA	43	580	1	-3.731.307,39	21.866.462,15	-
RS	COQUEIRO BAIXO	43	583	5	-1.396.189,61	9.115.076,50	-
RS	COQUEIROS DO SUL	43	585	0	-2.018.576,17	10.819.481,10	-
RS	CORONEL BARROS	43	587	1	-3.062.753,95	12.715.905,91	-
RS	CORONEL BICACO	43	590	0	461.824,29	18.030.171,88	2,56
RS	CORONEL PILAR	43	593	4	-2.795.594,08	9.058.542,62	-
RS	COTIPORA	43	595	9	-2.774.599,00	13.793.828,00	-
RS	CRISIUMAL	43	600	7	-2.338.677,19	27.723.753,55	-
RS	CRISTAL	43	605	6	-7.834.268,87	16.225.750,38	-
RS	CRUZEIRO DO SUL	43	620	5	-3.290.142,32	23.381.308,71	-
RS	DAVID CANABARRO	43	630	4	-1.017.571,15	12.523.588,11	-
RS	DOIS IRMAOS	43	640	3	-15.748.253,55	62.121.196,63	-
RS	DOM FELICIANO	43	650	2	-5.926.758,24	28.441.841,62	-
RS	DOM PEDRITO	43	660	1	-6.547.695,25	70.634.037,58	-
RS	DOM PEDRO DE ALCANTARA	43	655	1	0,00	9.040.271,06	0,00
RS	DOUTOR RICARDO	43	675	9	-746.332,40	9.405.827,21	-
RS	ELDORADO DO SUL	43	676	7	-8.334.339,02	79.182.942,78	-
RS	ENTRE RIOS DO SUL	43	695	7	-4.612.050,59	15.162.845,75	-
RS	ENTRE-IJUIS	43	693	2	-3.045.146,44	19.432.344,93	-
RS	ERNESTINA	43	705	4	673.459,46	13.506.981,30	4,99
RS	ERVAL GRANDE	43	720	3	-229.293,82	14.425.107,05	-
RS	ESMERALDA	43	740	1	0,00	14.135.191,64	0,00
RS	ESTRELA	43	780	7	-12.356.906,93	70.494.962,24	-
RS	EUGENIO DE CASTRO	43	783	1	-548.257,88	12.313.764,16	-
RS	FAGUNDES VARELA	43	786	4	-2.470.183,90	12.576.330,21	-
RS	FAXINALZINHO	43	805	2	-2.076.582,12	10.510.650,28	-
RS	FAZENDA VILANOVA	43	807	6	-1.707.650,00	13.786.920,00	-
RS	FELIZ	43	810	2	-6.754.881,78	31.732.873,39	-
RS	FLORES DA CUNHA	43	820	1	-16.838.644,81	68.937.431,83	-
RS	FLORIANO PEIXOTO	43	825	0	-8.350.805,16	9.321.413,83	-
RS	FORQUETINHA	43	843	3	-2.533.004,84	9.924.777,05	-
RS	GARIBALDI	43	860	7	-22.818.100,47	77.204.801,93	-
RS	GAURAMA	43	870	6	-7.043.450,34	15.903.438,23	-
RS	GIRUA	43	900	1	-3.800.159,49	45.314.231,22	-
RS	GRAMADO XAVIER	43	915	9	-2.325.542,27	11.253.340,06	-
RS	GUABIJU	43	925	8	-2.435.153,01	9.019.475,09	-
RS	HARMONIA	43	955	5	-5.107.124,02	16.809.838,23	-
RS	HERVEIRAS	43	957	1	-1.804.241,74	9.986.756,63	-
RS	HORIZONTINA	43	960	5	-10.058.518,24	51.243.978,34	-
RS	HUMAITA	43	970	4	-18.912.527,63	13.937.766,09	-
RS	IBIACA	43	980	3	-2.826.815,31	15.332.623,62	-
RS	IBIRAIARAS	43	990	2	-1.221.621,99	16.789.023,92	-
RS	IBIRAPUITA	43	995	1	0,00	13.346.323,58	0,00
RS	IBIRUBA	43	1000	9	-2.496.592,89	44.736.937,08	-
RS	IGREJINHA	43	1010	8	7.667.237,41	73.778.642,94	10,39
RS	ILOPOLIS	43	1030	6	-2.617.921,79	12.180.450,38	-
RS	INDEPENDENCIA	43	1040	5	-4.335.035,62	15.627.878,63	-
RS	INHACORA	43	1041	3	1.325.367,97	9.965.054,15	13,30
RS	IPIRANGA DO SUL	43	1046	2	-3.454.459,97	10.932.791,14	-
RS	IRAÍ	43	1050	4	-1.212.144,70	14.232.280,21	-
RS	ITACURUBI	43	1055	3	-2.737.266,13	12.951.966,21	-
RS	ITATIBA DO SUL	43	1070	2	-1.580.592,07	12.154.109,36	-
RS	IVOTI	43	1080	1	-5.344.933,97	49.345.610,02	-
RS	JACUIZINHO	43	1087	6	-1.333.407,12	10.411.076,74	-
RS	JAGUARI	43	1110	6	-1.256.186,26	25.752.342,97	-
RS	JARI	43	1113	0	-2.746.352,69	12.634.647,79	-
RS	JOIA	43	1115	5	-3.496.006,57	23.131.193,89	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	LAGOA BONITA DO SUL	43	1123	9	-2.402.339,51	9.429.158,53	-
RS	LAGOA DOS TRES CANTOS	43	1127	0	-1.476.006,56	10.295.446,02	-
RS	LAJEADO DO BUGRE	43	1142	9	-423.883,91	9.896.920,25	-
RS	LAVRAS DO SUL	43	1150	2	-2.298.606,15	21.069.249,75	-
RS	LIBERATO SALZANO	43	1160	1	-3.577.848,13	14.309.432,21	-
RS	LINDOLFO COLLOR	43	1162	7	-1.366.332,43	14.444.181,52	-
RS	MACHADINHO	43	1170	0	-4.104.852,29	15.696.186,98	-
RS	MARATA	43	1179	1	-3.461.097,78	11.354.659,80	-
RS	MARAU	43	1180	9	-7.765.166,54	87.369.394,89	-
RS	MARCELINO RAMOS	43	1190	8	-3.978.528,58	13.783.780,38	-
RS	MARIANO MORO	43	1200	5	-1.602.039,10	10.571.676,40	-
RS	MATA	43	1210	4	83.077,87	12.848.389,66	0,65
RS	MATO LEITAO	43	1215	3	-3.294.365,82	13.609.726,20	-
RS	MINAS DO LEAO	43	1225	2	-4.782.556,95	17.262.288,92	-
RS	MIRAGUAI	43	1230	2	940.725,63	11.176.992,31	8,42
RS	MONTE BELO DO SUL	43	1238	5	-3.214.236,35	11.727.909,64	-
RS	MORMACO	43	1242	7	-1.080.736,01	10.703.675,54	-
RS	MORRO REDONDO	43	1245	0	-4.079.571,47	13.743.859,06	-
RS	MORRO REUTER	43	1247	6	-1.482.032,06	14.132.985,97	-
RS	MOSTARDAS	43	1250	0	494.751,29	30.297.800,01	1,63
RS	MUCUM	43	1260	9	-1.090.074,42	13.285.495,40	-
RS	MUITOS CAPOES	43	1261	7	0,00	15.628.542,74	0,00
RS	MULITERNO	43	1262	5	-862.315,98	10.587.962,79	-
RS	NAO-ME-TOQUE	43	1265	8	-5.210.943,16	43.427.710,94	-
RS	NONOAI	43	1270	8	4.341.355,32	24.593.089,27	17,65
RS	NOVA ALVORADA	43	1275	7	-2.230.842,84	13.312.069,94	-
RS	NOVA ARACA	43	1280	7	-2.195.762,47	14.871.339,68	-
RS	NOVA BASSANO	43	1290	6	-8.435.856,97	25.297.003,09	-
RS	NOVA BOA VISTA	43	1295	5	-2.108.574,95	10.243.775,90	-
RS	NOVA CANDELARIA	43	1301	1	-4.140.198,49	11.384.243,90	-
RS	NOVA ESPERANCA DO SUL	43	1303	7	-764.240,21	11.846.910,53	-
RS	NOVA PADUA	43	1308	6	-2.110.815,39	10.932.049,42	-
RS	NOVA PALMA	43	1310	2	-248.911,78	16.422.354,70	-
RS	NOVA PETROPOLIS	43	1320	1	-16.743.612,95	48.718.910,25	-
RS	NOVA PRATA	43	1330	0	-14.045.819,66	58.696.883,74	-
RS	NOVA ROMA DO SUL	43	1335	9	0,00	14.860.998,80	0,00
RS	NOVO CABRAIS	43	1339	1	-2.619.232,37	12.908.386,39	-
RS	NOVO TIRADENTES	43	1344	1	-1.532.539,37	9.852.772,88	-
RS	OSORIO	43	1350	8	-71.001.230,23	170.322.202,49	-
RS	PAIM FILHO	43	1360	7	-1.669.563,23	12.210.697,21	-
RS	PALMARES DO SUL	43	1365	6	-4.519.535,06	28.260.872,10	-
RS	PANAMBI	43	1390	4	-14.565.267,37	93.270.759,93	-
RS	PANTANO GRANDE	43	1395	3	901.927,78	20.252.347,18	4,45
RS	PARAI	43	1400	1	-5.265.504,57	19.678.362,38	-
RS	PARAISO DO SUL	43	1402	7	-985.760,93	14.979.842,26	-
RS	PASSA SETE	43	1408	8	0,00	13.165.105,31	0,00
RS	PASSO DO SOBRADO	43	1407	6	-3.797.778,93	15.112.449,98	-
RS	PAULO BENTO	43	1413	4	-1.898.320,43	9.594.701,91	-
RS	PAVERAMA	43	1415	9	-1.492.477,00	15.178.389,82	-
RS	PEDRAS ALTAS	43	1417	5	-4.909.521,71	15.757.851,44	-
RS	PEJUCARA	43	1430	8	-980.583,46	15.330.686,02	-
RS	PICADA CAFE	43	1442	3	-3.668.978,37	18.995.102,95	-
RS	PINHAL DA SERRA	43	1445	4	-3.143.277,51	18.262.504,14	-
RS	PINHEIRINHO DO VALE	43	1449	8	-900.035,74	12.694.132,55	-
RS	PIRAPO	43	1455	5	-2.001.569,63	9.939.680,52	-
RS	PIRATINI	43	1460	5	196.059,08	36.699.864,79	0,53
RS	PLANALTO	43	1470	4	-3.039.112,95	18.803.057,85	-
RS	POÇO DAS ANTAS	43	1475	3	-2.685.075,86	10.403.455,95	-
RS	PORTAO	43	1480	3	-8.284.718,57	62.017.389,76	-
RS	PORTO MAUA	43	1505	7	-7.225.893,57	10.537.253,31	-
RS	PORTO VERA CRUZ	43	1507	3	-179.549,29	9.721.404,26	-
RS	PORTO XAVIER	43	1510	7	-1.053.833,88	20.538.011,50	-
RS	PRESIDENTE LUCENA	43	1514	9	-1.986.563,02	10.465.817,35	-
RS	PROGRESSO	43	1515	6	-3.928.943,56	14.041.306,96	-
RS	PUTINGA	43	1520	6	-3.625.200,70	12.494.270,35	-
RS	QUATRO IRMAOS	43	1531	3	-1.547.906,74	9.629.116,87	-
RS	QUINZE DE NOVEMBRO	43	1535	4	-2.183.273,58	14.890.089,58	-
RS	REDENTORA	43	1540	4	2.222.013,49	17.635.281,37	12,50
RS	RELVADO	43	1545	3	-1.562.044,54	9.829.509,76	-
RS	RESTINGA SECA	43	1550	3	-2.525.473,84	30.033.817,89	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	RIO DOS INDIOS	43	1555	2	-428.365,20	12.138.261,99	-
RS	RIO PARDO	43	1570	1	-4.363.678,49	73.006.638,97	-
RS	ROCA SALES	43	1580	0	-386.196,44	22.858.442,14	-
RS	RODEIO BONITO	43	1590	9	-2.004.965,02	14.411.777,78	-
RS	ROLADOR	43	1595	8	-3.745.814,05	12.517.360,50	-
RS	RONDA ALTA	43	1610	5	-1.532.175,78	21.778.124,19	-
RS	RONDINHA	43	1620	4	-768.058,75	13.266.516,10	-
RS	SALVADOR DAS MISSOES	43	1647	7	-2.323.054,19	12.584.624,71	-
RS	SALVADOR DO SUL	43	1650	1	-2.378.200,39	19.126.049,95	-
RS	SANANDUVA	43	1660	0	-2.730.890,49	31.574.838,78	-
RS	SANTA BARBARA DO SUL	43	1670	9	1.190.972,23	24.321.245,10	4,90
RS	SANTA TEREZA	43	1725	1	-1.829.267,09	8.909.720,33	-
RS	SANTO ANTONIO DA PATRULHA	43	1760	8	-10.420.864,03	74.758.573,67	-
RS	SANTO ANTONIO DO PALMA	43	1755	8	-1.588.722,29	11.081.554,43	-
RS	SANTO EXPEDITO DO SUL	43	1795	4	-643.078,04	10.490.580,41	-
RS	SAO DOMINGOS DO SUL	43	1805	1	-1.728.114,84	11.041.656,00	-
RS	SAO FRANCISCO DE ASSIS	43	1810	1	-3.526.821,50	39.651.923,16	-
RS	SAO FRANCISCO DE PAULA	43	1820	0	-8.101.456,35	40.537.830,47	-
RS	SAO JORGE	43	1844	0	-2.200.004,52	9.948.543,43	-
RS	SAO JOSE DO HORTENCIO	43	1848	1	-6.479.174,05	13.355.386,09	-
RS	SAO JOSE DO INHACORA	43	1849	9	0,00	10.431.427,75	0,00
RS	SAO JOSE DO OURO	43	1860	6	-2.067.511,02	15.413.038,20	-
RS	SAO LOURENCO DO SUL	43	1880	4	-21.579.895,97	81.112.520,05	-
RS	SAO MARTINHO	43	1910	9	135.237,58	14.599.189,94	0,93
RS	SAO MARTINHO DA SERRA	43	1912	5	-1.003.988,32	10.310.671,89	-
RS	SAO MIGUEL DAS MISSOES	43	1915	8	-5.159.324,47	23.079.862,51	-
RS	SAO PEDRO DA SERRA	43	1935	6	-1.874.908,80	13.172.691,08	-
RS	SAO PEDRO DAS MISSOES	43	1936	4	-255.658,68	9.848.953,15	-
RS	SAO PEDRO DO SUL	43	1940	6	-8.134.973,93	35.290.816,40	-
RS	SAO SEBASTIAO DO CAI	43	1950	5	790.580,33	46.768.948,08	1,69
RS	SAO VALENTIM	43	1970	3	-1.740.865,12	11.806.399,33	-
RS	SAO VALENTIM DO SUL	43	1971	1	-1.775.557,13	9.698.081,56	-
RS	SAO VALERIO DO SUL	43	1973	7	-2.083.216,22	9.243.174,05	-
RS	SAO VENDELINO	43	1975	2	-2.965.867,09	11.821.168,18	-
RS	SAO VICENTE DO SUL	43	1980	2	-2.659.915,88	19.844.568,68	-
RS	SARANDI	43	2010	7	-9.253.694,79	42.195.928,27	-
RS	SEBERI	43	2020	6	-1.735.177,84	22.077.543,73	-
RS	SEDE NOVA	43	2023	0	-2.642.844,48	11.478.212,74	-
RS	SEGREDO	43	2026	3	-3.220.186,01	16.367.134,92	-
RS	SELBACH	43	2030	5	-1.156.910,52	15.468.422,79	-
RS	SENADOR SALGADO FILHO	43	2032	1	-1.349.100,69	10.233.674,95	-
RS	SERAFINA CORREA	43	2040	4	-4.054.798,75	38.059.761,94	-
RS	SERIO	43	2045	3	-2.056.498,49	10.207.828,50	-
RS	SEVERIANO DE ALMEIDA	43	2060	2	-1.362.448,39	12.675.131,86	-
RS	SILVEIRA MARTINS	43	2065	1	-360.691,72	9.670.084,87	-
RS	SINIMBU	43	2067	7	-6.497.245,69	19.949.427,49	-
RS	SOBRADINHO	43	2070	1	-13.403.560,40	29.185.501,61	-
RS	TABAI	43	2085	9	-1.521.215,19	11.611.182,07	-
RS	TAPEJARA	43	2090	9	-7.099.475,63	43.374.517,00	-
RS	TAPERÁ	43	2100	6	-746.512,10	24.484.123,75	-
RS	TAPES	43	2110	5	-3.576.301,96	32.051.948,41	-
RS	TAQUARI	43	2130	3	-4.377.995,43	43.034.893,37	-
RS	TAQUARUCU DO SUL	43	2132	9	-634.083,46	10.879.617,84	-
RS	TAVARES	43	2135	2	117.112,91	12.525.177,75	0,94
RS	TEUTONIA	43	2145	1	-2.171.019,18	63.846.558,04	-
RS	TIO HUGO	43	2148	9	775.518,03	10.943.587,01	7,09
RS	TIRADENTES DO SUL	43	2147	7	-2.710.031,38	13.341.389,20	-
RS	TRAMANDAI	43	2160	0	-11.758.381,78	140.641.258,14	-
RS	TRES ARROIOS	43	2163	4	-864.944,36	11.776.002,55	-
RS	TRES CACHOEIRAS	43	2165	7	-5.443.376,86	19.834.964,10	-
RS	TRES DE MAIO	43	2180	8	-6.048.936,61	41.058.601,63	-
RS	TRES PALMEIRAS	43	2185	7	-1.128.413,75	13.754.358,21	-
RS	TRES PASSOS	43	2190	7	-9.135.928,52	47.318.193,70	-
RS	TRINDADE DO SUL	43	2195	6	2.058.199,81	13.567.894,91	15,17
RS	TUCUNDUVA	43	2210	3	-1.297.694,50	12.625.401,28	-
RS	TUPANCI DO SUL	43	2218	8	-1.185.853,31	9.609.194,18	-
RS	TUPANDI	43	2225	1	-1.284.009,33	22.522.468,66	-
RS	TUPARENDI	43	2230	1	119.042,97	17.721.042,52	0,67
RS	TURUCU	43	2232	7	-3.820.714,21	12.816.907,01	-
RS	UBIRETAMA	43	2234	3	-1.693.656,80	9.403.794,48	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	VALE DO SOL	43	2253	3	-2.031.394,60	21.641.246,25	-
RS	VALE REAL	43	2254	1	-2.104.539,17	13.711.480,59	-
RS	VALE VERDE	43	2252	5	-2.227.251,14	11.408.764,44	-
RS	VANINI	43	2255	8	-1.259.110,78	10.079.608,91	-
RS	VERA CRUZ	43	2270	7	-5.907.108,59	49.895.677,39	-
RS	VERANOPOLIS	43	2280	6	-12.101.069,09	63.564.890,38	-
RS	VESPASIANO CORREA	43	2285	5	-2.497.050,99	10.315.065,25	-
RS	VIADUTOS	43	2290	5	-2.809.136,05	13.176.038,46	-
RS	VICENTE DUTRA	43	2310	1	-2.526.176,54	11.987.386,97	-
RS	VILA LANGARO	43	2335	8	-75.845,32	10.744.980,04	-
RS	VILA MARIA	43	2340	8	-1.642.978,95	16.729.441,37	-
RS	VILA NOVA DO SUL	43	2345	7	-2.102.240,08	12.033.432,93	-
RS	VISTA ALEGRE	43	2350	7	-2.683.733,95	10.788.836,58	-
RS	VISTA ALEGRE DO PRATA	43	2360	6	-868.737,33	11.561.372,33	-
RS	VISTA GAUCHA	43	2370	5	-659.548,46	12.395.687,46	-
RS	WESTFALIA	43	2377	0	1.707.389,68	14.950.591,68	11,42
SC	ABELARDO LUZ	42	10	1	-5.511.131,13	47.493.176,94	-
SC	AGROLANDIA	42	20	0	-2.781.907,84	19.326.193,16	-
SC	AGRONOMICA	42	30	9	-1.086.711,78	13.220.358,13	-
SC	AGUA DOCE	42	40	8	-8.358.979,84	20.805.042,65	-
SC	AGUAS DE CHAPECO	42	50	7	-1.119.135,54	13.413.578,26	-
SC	AGUAS FRIAS	42	55	6	-3.586.137,42	10.612.240,41	-
SC	AGUAS MORNAS	42	60	6	-1.055.548,51	14.099.287,12	-
SC	APIUNA	42	126	7	-2.305.837,63	25.249.271,81	-
SC	ARABUTA	42	127	3	-1.213.458,08	14.501.903,95	-
SC	ARAQUARI	42	130	7	1.273.226,56	50.799.972,66	2,09
SC	ARVOREDO	42	165	3	-387.246,00	11.511.074,00	-
SC	ASCURRA	42	170	3	-2.610.357,90	15.412.400,29	-
SC	AURORA	42	190	1	-774.370,84	13.744.270,79	-
SC	BALNEARIO GAIVOTA	42	207	3	-3.889.154,79	22.584.914,96	-
SC	BARRA VELHA	42	210	7	-7.974.481,55	58.776.271,39	-
SC	BELA VISTA DO TOLDO	42	213	1	-2.042.412,54	17.225.102,82	-
SC	BELMONTE	42	215	6	-1.620.266,45	10.242.600,46	-
SC	BENEDITO NOVO	42	220	6	-3.052.612,28	19.441.248,82	-
SC	BOCAINA DO SUL	42	243	8	-1.151.402,22	11.337.256,88	-
SC	BOM JESUS DO OESTE	42	257	8	-1.401.129,84	9.684.620,99	-
SC	BOTUVERA	42	270	1	-5.369.783,84	12.948.943,58	-
SC	BRACO DO TROMBUDO	42	285	9	-2.296.284,25	13.825.652,40	-
SC	CAMPO ALEGRE	42	330	3	-3.002.952,37	27.484.827,97	-
SC	CAPAO ALTO	42	325	3	-790.508,41	14.104.523,54	-
SC	CAXAMBU DO SUL	42	410	3	-535.971,77	16.304.458,16	-
SC	COCAL DO SUL	42	426	1	-4.071.226,84	38.477.540,40	-
SC	CORDILHEIRA ALTA	42	436	0	-2.792.348,08	15.938.484,49	-
SC	CORONEL FREITAS	42	440	0	-4.657.873,42	23.193.567,16	-
SC	CORONEL MARTINS	42	445	9	-584.831,04	10.196.300,19	-
SC	CORUPA	42	450	9	-444.107,58	34.366.232,84	-
SC	CURITIBANOS	42	480	6	-14.356.342,38	66.906.939,60	-
SC	DIONISIO CERQUEIRA	42	500	1	-5.678.060,88	30.993.466,20	-
SC	DONA EMMA	42	510	0	-1.743.096,64	11.298.968,97	-
SC	DOUTOR PEDRINHO	42	515	9	-1.081.325,83	10.673.497,74	-
SC	ENTRE RIOS	42	517	5	-1.720.128,17	10.224.763,70	-
SC	ERMO	42	519	1	0,00	9.787.396,24	0,00
SC	ERVAL VELHO	42	520	9	-3.019.730,47	13.454.629,07	-
SC	FORMOSA DO SUL	42	543	1	-1.366.730,98	10.130.794,17	-
SC	FRAIBURGO	42	550	6	-8.754.948,36	75.877.395,47	-
SC	FREI ROGERIO	42	555	5	-1.919.345,56	9.666.262,34	-
SC	GAROPABA	42	570	4	-4.738.184,65	44.683.790,04	-
SC	GARUVA	42	580	3	-5.634.782,57	43.375.533,91	-
SC	GOVERNADOR CELSO RAMOS	42	600	9	-5.331.477,23	36.648.425,47	-
SC	GUABIRUBA	42	630	6	-7.435.488,89	44.534.391,72	-
SC	GUARAMIRIM	42	650	4	-7.584.654,15	93.987.565,15	-
SC	GUARUJA DO SUL	42	660	3	-2.031.816,11	13.181.688,18	-
SC	IBIRAMA	42	690	0	-5.157.433,17	39.630.915,96	-
SC	IMBITUBA	42	730	4	-7.075.693,57	80.832.065,41	-
SC	IONERE	42	757	7	-844.692,04	12.696.125,47	-
SC	IPORA DO OESTE	42	765	0	-2.592.799,45	19.389.655,34	-
SC	IPUMIRIM	42	770	0	-2.857.106,30	21.767.386,36	-
SC	IRACEMINHA	42	775	9	-1.400.197,45	11.749.999,44	-
SC	IRATI	42	785	8	874.950,34	9.544.261,24	9,17
SC	IRINEOPOLIS	42	790	8	-704.136,71	23.291.345,35	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SC	ITA	42	800	5	2.654.161,50	31.831.256,25	8,34
SC	ITAIOPOLIS	42	810	4	-6.957.070,22	41.431.571,27	-
SC	ITUPORANGA	42	850	0	-2.200.560,07	46.086.567,90	-
SC	JACINTO MACHADO	42	870	8	-1.341.835,11	20.444.265,50	-
SC	JARDINOPOLIS	42	885	5	-893.765,69	9.235.850,04	-
SC	JOSE BOITEUX	42	915	1	-2.010.262,64	12.559.884,89	-
SC	JUPIÁ	42	917	7	-1.221.205,74	9.638.334,84	-
SC	LAJEADO GRANDE	42	945	8	-2.238.613,07	9.733.095,40	-
SC	LAURENTINO	42	950	8	-1.020.132,33	14.649.556,03	-
SC	LEOBERTO LEAL	42	980	5	-235.135,47	10.889.088,30	-
SC	LINDOIA DO SUL	42	985	4	-2.087.775,03	14.030.896,15	-
SC	LONTRAS	42	990	4	-2.152.575,61	22.412.160,55	-
SC	LUZERNA	42	1003	5	-4.168.750,24	16.852.343,86	-
SC	MACIEIRA	42	1005	0	-2.339.068,09	10.142.066,29	-
SC	MARAVILHA	42	1050	6	-4.447.287,00	60.754.217,75	-
SC	MAREMA	42	1055	5	-1.116.256,04	10.825.171,56	-
SC	MASSARANDUBA	42	1060	5	-3.139.689,21	33.589.782,48	-
SC	MATOS COSTA	42	1070	4	-376.745,91	10.798.217,87	-
SC	MELEIRO	42	1080	3	-2.260.425,49	17.768.698,20	-
SC	MIRIM DOCE	42	1085	2	-1.559.185,07	10.450.737,19	-
SC	MONTI CASTELO	42	1110	8	-1.310.605,05	15.666.058,87	-
SC	MORRO DA FUMACA	42	1120	7	-1.116.519,99	36.204.491,37	-
SC	NOVA ERECHIM	42	1140	5	-499.622,36	14.312.152,58	-
SC	NOVA ITABERABA	42	1145	4	-1.423.847,16	13.486.889,11	-
SC	NOVA TRENTO	42	1150	4	-3.903.119,63	29.737.563,59	-
SC	NOVO HORIZONTE	42	1165	2	-931.973,91	11.674.902,34	-
SC	ORLEANS	42	1170	2	-5.956.207,64	49.363.065,37	-
SC	OURO	42	1180	1	-2.838.123,88	15.912.991,38	-
SC	OURO VERDE	42	1185	0	-841.111,81	11.231.510,21	-
SC	PALMITOS	42	1210	6	-4.413.213,23	32.173.585,78	-
SC	PAPANDUVA	42	1220	5	1.201.616,88	36.181.885,13	3,32
SC	PASSOS MAIA	42	1227	0	-3.121.113,31	14.730.546,10	-
SC	PAULO LOPES	42	1230	4	365.712,72	13.940.894,52	2,62
SC	PENHA	42	1250	2	-9.016.478,54	67.946.439,64	-
SC	PINHALZINHO	42	1290	8	-4.560.551,08	40.370.677,01	-
SC	PINHEIRO PRETO	42	1300	5	514.180,06	12.525.773,17	4,10
SC	POMERODE	42	1320	3	-18.804.403,71	90.287.508,94	-
SC	PONTE SERRADA	42	1340	1	-5.423.430,78	24.309.598,50	-
SC	PORTO BELO	42	1350	0	-12.652.703,66	47.987.214,77	-
SC	PORTO UNIAO	42	1360	9	-2.936.236,48	54.555.086,51	-
SC	PRAIA GRANDE	42	1380	7	-956.585,34	14.910.575,19	-
SC	PRESIDENTE CASTELO BRANCO	42	1390	5	-512.689,71	10.298.872,47	-
SC	PRESIDENTE GETULIO	42	1400	3	-1.953.789,91	35.143.210,28	-
SC	PRESIDENTE NEREU	42	1410	2	-952.920,79	9.411.888,26	-
SC	QUILOMBO	42	1420	1	-3.992.549,33	24.411.123,69	-
SC	RIO DAS ANTAS	42	1440	9	-1.061.658,28	16.099.868,70	-
SC	RIO DO CAMPO	42	1450	8	-380.504,73	14.193.946,33	-
SC	RIO DOS CEDROS	42	1470	6	-4.360.167,89	22.313.102,96	-
SC	RIO FORTUNA	42	1490	4	-2.478.210,53	11.505.923,46	-
SC	RIQUEZA	42	1507	5	-2.985.782,75	12.327.994,79	-
SC	RODEIO	42	1510	9	-2.259.197,78	20.417.848,15	-
SC	ROMELANDIA	42	1520	8	1.032.663,72	11.738.554,58	8,80
SC	SANGAO	42	1545	5	-377.693,57	21.021.961,28	-
SC	SANTA CECILIA	42	1550	5	2.113.643,74	32.315.118,39	6,54
SC	SANTA HELENA	42	1555	4	-1.566.058,86	10.171.369,04	-
SC	SANTA ROSA DO SUL	42	1565	3	3.395,53	14.206.308,71	0,02
SC	SANTIAGO DO SUL	42	1589	5	-2.088.732,83	9.238.601,56	-
SC	SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	42	1570	3	-4.482.116,65	42.022.680,40	-
SC	SAO BERNARDINO	42	1575	2	-1.587.439,82	10.809.261,12	-
SC	SAO BONIFACIO	42	1690	1	-1.797.433,41	10.066.341,80	-
SC	SAO DOMINGOS	42	1610	7	-5.316.524,83	20.012.081,91	-
SC	SAO JOAO BATISTA	42	1630	5	-8.041.177,77	55.272.088,36	-
SC	SAO JOAO DO OESTE	42	1625	5	-2.716.302,13	16.834.675,42	-
SC	SAO JOSE DO CEDRO	42	1670	1	-2.002.993,39	27.200.146,00	-
SC	SAO JOSE DO CERRITO	42	1680	0	-1.139.155,43	15.747.898,17	-
SC	SAO LOURENÇO DO OESTE	42	1690	8	-6.473.822,95	51.592.178,67	-
SC	SAO LUDGERO	42	1700	6	-6.201.230,08	27.841.685,04	-
SC	SAO MARTINHO	42	1710	5	-766.069,51	10.221.936,45	-
SC	SAO MIGUEL DO OESTE	42	1720	4	2.331.720,25	72.801.675,92	3,20
SC	SAO PEDRO DE ALCANTARA	42	1725	3	-2.424.319,27	12.302.106,92	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SC	SAUDADES	42	1730	3	191.248,38	19.047.287,98	1,00
SC	SEARA	42	1750	1	-4.570.605,19	40.285.050,08	-
SC	SERRA ALTA	42	1755	0	-153.868,57	10.544.888,54	-
SC	SOMBRIO	42	1770	9	1.424.485,85	48.462.464,07	2,94
SC	TIGRINHOS	42	1795	6	-1.079.745,73	9.111.619,71	-
SC	TIMBE DO SUL	42	1810	3	-2.547.802,72	12.407.857,77	-
SC	TIMBO	42	1820	2	-24.211.784,89	103.062.972,82	-
SC	TREZE DE MAIO	42	1840	0	-4.479.186,05	13.998.183,08	-
SC	TUNAPOLIS	42	1875	6	-1.522.053,98	14.432.887,50	-
SC	TURVO	42	1880	6	-7.036.884,30	27.683.233,81	-
SC	UNIAO DO OESTE	42	1885	5	-585.514,76	11.008.034,76	-
SC	URUPEMA	42	1895	4	-2.130.657,39	9.195.348,15	-
SC	URUSSANGA	42	1900	2	-1.240.245,71	47.889.659,62	-
SC	VARGEM BONITA	42	1917	6	-3.097.615,88	18.528.306,13	-
SC	VIDEIRA	42	1930	9	-18.733.782,13	112.199.743,13	-
SC	VITOR MEIRELES	42	1935	8	-1.807.438,79	12.880.034,21	-
SC	WITMARSUM	42	1940	8	-2.787.058,42	11.769.961,13	-
SC	XAVANTINA	42	1980	8	-835.250,50	15.310.975,83	-
SC	ZORTEA	42	1985	3	-1.684.700,55	12.879.512,03	-
SP	AGUAS DE SAO PEDRO	35	80	0	1.263.405,69	17.407.684,24	7,26
SP	AGUDOS	35	70	9	4.248.620,89	114.266.379,42	3,72
SP	ALVARES FLORENCE	35	120	2	-1.033.557,59	15.026.130,62	-
SP	AMERICO BRASILIENSE	35	170	7	-9.530.050,97	75.577.067,75	-
SP	ARIRANHA	35	370	3	165.808,78	34.937.335,95	0,47
SP	ASPASIA	35	395	0	-886.176,55	10.577.865,95	-
SP	BADY BASSITT	35	460	2	4.198.218,13	38.428.134,38	10,92
SP	BOCAINA	35	680	5	-5.214.126,84	29.840.855,38	-
SP	BURITAMA	35	810	8	-1.038.447,89	44.270.204,04	-
SP	CAJOBI	35	930	4	450.083,61	23.258.070,28	1,98
SP	CEDRAL	35	1130	0	-3.314.585,33	24.566.807,02	-
SP	CLEMENTINA	35	1190	4	-2.829.531,62	20.499.866,27	-
SP	CRISTAIS PAULISTA	35	1320	7	576.495,66	21.933.706,78	2,63
SP	DIRCE REIS	35	1385	0	-1.409.093,59	9.507.613,40	-
SP	ECHAPORA	35	1470	0	-2.507.850,95	17.760.982,62	-
SP	GABRIEL MONTEIRO	35	1650	7	-889.138,85	10.520.978,26	-
SP	GARÇA	35	1670	5	-9.549.642,99	104.107.695,91	-
SP	GASTAO VIDIGAL	35	1680	4	-51.840,26	13.032.145,30	-
SP	GUATAPARA	35	1885	9	-28.444,04	24.258.633,69	-
SP	IACRI	35	1920	4	-1.788.470,20	16.412.262,89	-
SP	IBATE	35	1930	3	-2.290.883,98	66.442.176,99	-
SP	IBIRA	35	1940	2	71.339,00	28.824.553,00	0,25
SP	IGARAPAVA	35	2010	3	28.794.181,78	65.329.559,07	44,08
SP	IRACEMAPOLIS	35	2140	8	-2.917.659,66	51.011.610,11	-
SP	JOAO RAMALHO	35	2560	7	-2.838.819,11	16.681.292,25	-
SP	JOSE BONIFACIO	35	2570	6	-13.508.244,81	72.732.281,58	-
SP	JUMIRIM	35	2585	4	-1.252.387,61	12.865.079,76	-
SP	JUNQUEIROPOLIS	35	2600	1	1.002.458,22	47.316.503,94	2,12
SP	LARANJAL PAULISTA	35	2840	7	-11.049.721,85	65.199.804,41	-
SP	IMACATUBA	35	2800	7	-6.570.837,91	21.661.441,02	-
SP	IMACAUHAL	35	2810	6	336.678,09	17.817.992,26	1,89
SP	MACEDONIA	35	2820	5	-1.529.321,58	6.920.657,16	-
SP	MAIRINQUE	35	2840	3	-4.765.728,29	111.772.858,71	-
SP	MERIDIANO	35	2960	9	3.655.261,11	16.891.620,74	21,64
SP	MESOPOLIS	35	2965	8	-406.316,48	11.978.232,14	-
SP	MONTE CASTELO	35	3180	5	-3.228.258,33	14.703.114,91	-
SP	NIPOA	35	3270	2	440.375,00	12.945.246,00	3,40
SP	NOVA ALIANCA	35	3280	1	-1.559.342,48	17.069.717,89	-
SP	ORIENTE	35	3410	4	-1.023.213,56	14.063.657,89	-
SP	PARDINHO	35	3610	9	-1.207.539,97	22.101.888,88	-
SP	PARIQUERA-ACU	35	3620	8	-8.816.752,57	35.103.840,23	-
SP	PARISI	35	3625	7	-1.240.801,48	11.808.661,07	-
SP	PORANGABA	35	4050	7	0,00	19.387.502,04	0,00
SP	POTIRENDABA	35	4080	4	-4.048.245,52	44.330.431,31	-
SP	QUATA	35	4170	3	-2.344.826,50	31.613.947,24	-
SP	RIBEIRAO GRANDE	35	4325	3	-18.227.906,92	23.344.271,30	-
SP	RINOPOLIS	35	4380	8	-2.250.686,39	20.828.290,86	-
SP	SALMOURAO	35	4510	0	-831.616,64	11.808.136,27	-
SP	SALTINHO	35	4515	9	-2.110.064,98	20.208.341,76	-
SP	SANTA ADELIA	35	4560	5	-3.619.937,16	35.116.870,41	-
SP	SANTA CLARA D'OESTE	35	4610	8	-1.147.052,29	11.789.809,46	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SP	SANTA SALETE	35	4765	0	-1.191.156,00	10.823.518,48	-
SP	SANTO ANTONIO DO PINHAL	35	4820	3	-5.868.450,34	20.188.796,79	-
SP	SANTOPOLIS DO AGUAPEI	35	4840	1	-2.265.582,69	12.211.358,50	-
SP	SÃO JOÃO DAS DUAS PONTES	35	4920	1	-198.591,87	10.874.364,64	-
SP	SÃO PEDRO	35	5040	7	-30.926.670,67	78.830.385,13	-
SP	TABATINGA	35	5270	0	-10.198.431,68	30.685.406,33	-
SP	UBARANA	35	5535	6	-2.683.026,61	19.537.291,86	-
SP	URANIA	35	5580	2	-3.525.776,24	18.043.203,74	-
SP	VALPARAISO	35	5630	5	-3.962.005,00	53.138.771,00	-
TO	BRASILÂNDIA DO TOCANTINS	17	360	2	-302.699,15	7.481.865,16	-

Cap
Yge
na
4

ANEXO 3

Tabela contendo cada uma das operações de crédito deferidas e não deferidas no período, bem como o número de instituições financeiras participantes das operações de crédito autorizadas no período, classificadas por tipo de operação em atendimento aos incisos II e III, art. 41 da RSF nº 43/2001.



MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/07/2014 a 31/07/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001852/2013-90	<u>Ente:</u> Governo do Estado do Ceará	<u>UF:</u> CE	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna (com garantia)	<u>Prazo:</u> 120 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 2,1% a.a. acrescidos de T.JLP
	<u>Credor:</u> Banco do Brasil S/A		<u>Data:</u> 01/07/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO PELA RESOLUÇÃO 48 -	
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001282/2013-38	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Aracá	<u>UF:</u> RS	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 60 meses	<u>Juros Efetivos:</u> até 4% a.a. acrescidos da SELIC
	<u>Credor:</u> BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS		<u>Data:</u> 01/07/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO	
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.000043/2014-41	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Biguaçu	<u>UF:</u> SC	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 48 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 5% a.a. acrescidos de T.JLP
	<u>Credor:</u> Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A		<u>Data:</u> 01/07/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO	
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.000785/2014-77	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de São Pedro das Missões	<u>UF:</u> RS	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 60 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 4% a.a. acrescidos da Selic
	<u>Credor:</u> BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS		<u>Data:</u> 01/07/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO	

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/07/2014 a 31/07/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001789/2013-91	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Bocaina do Sul	<u>UF:</u> SC	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 48 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 2,5% a.a. acrescidos da TJLP
	<u>Credor:</u> Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A	<u>Data:</u> 02/07/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.000893/2014-40	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Três Pontas	<u>UF:</u> MG	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 72 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 2% a.a. acrescidos de TJLP
	<u>Credor:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	<u>Data:</u> 02/07/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001928/2013-87	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Capim Branco	<u>UF:</u> MG	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 258 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 6% a.a. acrescidos de taxa igual à da atualização das contas do FGTS (atualmente, a Taxa Referencial - TR)
	<u>Credor:</u> Caixa Econômica Federal	<u>Data:</u> 03/07/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001176/2013-54	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Gavião Peixoto	<u>UF:</u> SP	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 54 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 4,0% a.a. e TJLP
	<u>Credor:</u> Banco do Brasil S/A	<u>Data:</u> 03/07/2014	<u>Status:</u> ARQUIVADO		



MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/07/2014 a 31/07/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.000076/2014-91	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Tramandal <u>Credor:</u> Banco do Brasil S/A	<u>UF:</u> RS	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 72 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 2% a.a. acrescidos da T.JLP
		<u>Data:</u> 03/07/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001752/2013-83	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Boa Vista do Buricá <u>Credor:</u> Banco do Brasil S/A	<u>UF:</u> RS	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 72 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 2% a.a., acrescido da T.JLP
		<u>Data:</u> 04/07/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.000775/2014-31	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Matão <u>Credor:</u> Companhia Paulista de Força e Luz	<u>UF:</u> SP	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 24 meses	<u>Juros Efetivos:</u> IGPM
		<u>Data:</u> 07/07/2014	<u>Status:</u> ARQUIVADO - REGULARIZADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001034/2014-78	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Rolândia <u>Credor:</u> Agência de Fomento do Paraná S/A	<u>UF:</u> PR	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 120 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 4% a.a. acrescidos de T.JLP
		<u>Data:</u> 07/07/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO		



MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/07/2014 a 31/07/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001035/2014-12	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Rolândia	<u>UF:</u> PR	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 60 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 4% a.a. acrescidos de TJLP
	<u>Credor:</u> Agência de Fomento do Paraná S/A	<u>Data:</u> 07/07/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001033/2014-23	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Rolândia	<u>UF:</u> PR	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 96 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 4% a.a. acrescidos de TJLP
	<u>Credor:</u> Agência de Fomento do Paraná S/A	<u>Data:</u> 07/07/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001019/2014-20	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Araucária	<u>UF:</u> PR	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 96 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 4,5% a.a. acrescidos de TJLP
	<u>Credor:</u> Agência de Fomento do Paraná S/A	<u>Data:</u> 08/07/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.000813/2014-56	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Matão	<u>UF:</u> SP	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 0 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 17.153.563,85
	<u>Credor:</u> Companhia Matonense de Saneamento	<u>Data:</u> 08/07/2014	<u>Status:</u> ARQUIVADO - REGULARIZADO		



MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/07/2014 a 31/07/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.000701/2014-03	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes	<u>UF:</u> SP	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 256 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 6,00% ao ano acrescido de TR
	<u>Credor:</u> Caixa Econômica Federal		<u>Data:</u> 08/07/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO	
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.000700/2014-51	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes	<u>UF:</u> SP	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 280 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 6,00% ao ano acrescido de TR
	<u>Credor:</u> Caixa Econômica Federal		<u>Data:</u> 08/07/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO	
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001010/2014-19	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Caseiros	<u>UF:</u> RS	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 60 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 4% a.a. acrescidos de Selic
	<u>Credor:</u> BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS		<u>Data:</u> 09/07/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO	
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001041/2014-70	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Unai	<u>UF:</u> MG	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 72 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 8% a.a. acrescidos de IPCA
	<u>Credor:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		<u>Data:</u> 09/07/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO	



MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/07/2014 a 31/07/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001605/2013-93	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto	<u>UF:</u> SP	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna (com garantia)	<u>Prazo:</u> 246 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 6% a.a. acrescidos de atualização monetária igual às contas do FGTS (atualmente a TR)
	<u>Credor:</u> Caixa Econômica Federal	<u>Data:</u> 10/07/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO PELA RESOLUÇÃO 48 -		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001680/2008-97	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Brasília de Minas	<u>UF:</u> MG	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 360 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 1% a.m. acrescidos de IGP-M
	<u>Credor:</u> Companhia de Saneamento de Minas Gerais	<u>Data:</u> 11/07/2014	<u>Status:</u> ARQUIVADO - REGULARIZADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.000360/2013-19	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz	<u>UF:</u> SC	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 48 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 5% a.a. acrescidos de TJLP
	<u>Credor:</u> Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A	<u>Data:</u> 11/07/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.000060/2014-89	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Brasília de Minas	<u>UF:</u> MG	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 288 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 6% a.a. acrescidos de atualização monetária igual às contas do FGTS (atualmente a TR)
	<u>Credor:</u> Caixa Econômica Federal	<u>Data:</u> 14/07/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO		



MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/07/2014 a 31/07/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.000955/2014-13	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Loanda	<u>UF:</u> PR	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 60 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 4% a.a. acrescidos de TJLP
	<u>Credor:</u> Agência de Fomento do Paraná S/A		<u>Data:</u> 14/07/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO	
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001611/2013-41	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto	<u>UF:</u> SP	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna (com garantia)	<u>Prazo:</u> 256 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 6% a.a. acrescidos de TR
	<u>Credor:</u> Caixa Econômica Federal		<u>Data:</u> 14/07/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO PELA RESOLUÇÃO 48 --	
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.000938/2013-03	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto	<u>UF:</u> SP	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna (com garantia)	<u>Prazo:</u> 256 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 6% a.a. acrescidos de TR
	<u>Credor:</u> Caixa Econômica Federal		<u>Data:</u> 14/07/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO PELA RESOLUÇÃO 48 --	
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001612/2013-95	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto	<u>UF:</u> SP	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna (com garantia)	<u>Prazo:</u> 254 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 6,00% a.a. acrescidos de atualização monetária igual às contas do FGTS (atualmente a TR)
	<u>Credor:</u> Caixa Econômica Federal		<u>Data:</u> 14/07/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO PELA RESOLUÇÃO 48 --	



MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/07/2014 a 31/07/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.000963/2013-89	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto	<u>UF:</u> SP	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna (com garantia)	<u>Prazo:</u> 288 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 6% a.a. acrescidos de TR, 0,3% a.a. de taxa de risco de crédito e 2% a.a. de taxa de administração
	<u>Credor:</u> Caixa Econômica Federal		<u>Data:</u> 14/07/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO PELA RESOLUÇÃO 48 -	
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.000794/2014-58	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Sobral	<u>UF:</u> CE	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 54 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 4,0% a.a. acrescidos da TJLP
	<u>Credor:</u> Banco do Brasil S/A		<u>Data:</u> 16/07/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO	
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.000610/2013-89	<u>Ente:</u> Governo do Estado do Acre	<u>UF:</u> AC	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna (com garantia)	<u>Prazo:</u> 180 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 1,9% a.a. acrescidos de TJLP
	<u>Credor:</u> Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social		<u>Data:</u> 17/07/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO PELA RESOLUÇÃO 48 -	
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.000162/2014-02	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Bauru	<u>UF:</u> SP	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 270 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 6% a.a. acrescidos de TR
	<u>Credor:</u> Caixa Econômica Federal		<u>Data:</u> 17/07/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO	



MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/07/2014 a 31/07/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.000163/2014-49	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Bauru	<u>UF:</u> SP	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 270 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 6% a.a. acrescidos de TR
	<u>Credor:</u> Caixa Econômica Federal		<u>Data:</u> 17/07/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO	
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.000161/2014-50	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Bauru	<u>UF:</u> SP	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 270 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 6% a.a. acrescidos de TR
	<u>Credor:</u> Caixa Econômica Federal		<u>Data:</u> 17/07/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO	
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.000766/2014-41	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Dom Pedrito	<u>UF:</u> RS	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 60 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 4% a.a. acrescidos de SELIC
	<u>Credor:</u> BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS		<u>Data:</u> 17/07/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO	
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.000937/2014-31	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Jariópolis	<u>UF:</u> PR	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 60 meses	<u>Juros Efetivos:</u> T.JLP, devido à subvenção de 100% da margem prevista de 4% a.a. referente ao PROMAP II, conforme PVL
	<u>Credor:</u> Agência de Fomento do Paraná S/A		<u>Data:</u> 18/07/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO	



MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/07/2014 a 31/07/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001651/2013-92	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Montes Claros	<u>UF:</u> MG	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 72 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 2,44% a.a. acrescidos de TJLP
	<u>Credor:</u> Banco do Nordeste do Brasil S/A		<u>Data:</u> 18/07/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO	
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.000630/2014-31	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de São Luiz Gonzaga	<u>UF:</u> RS	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 60 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 4% a.a. acrescidos de Selic
	<u>Credor:</u> BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS		<u>Data:</u> 18/07/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO	
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.000840/2014-29	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Limeira	<u>UF:</u> SP	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 96 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 4,074% ao ano acrescido de TJLP
	<u>Credor:</u> Caixa Econômica Federal		<u>Data:</u> 21/07/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO	
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.000069/2014-90	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Paracatu	<u>UF:</u> MG	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 72 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 8% a.a. acrescidos do IPCA
	<u>Credor:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		<u>Data:</u> 21/07/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO	



MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/07/2014 a 31/07/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.000935/2014-42	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Farol	<u>UF:</u> PR	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 96 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 3,5% a.a. acrescidos de TJLP
	<u>Credor:</u> Agência de Fomento do Paraná S/A		<u>Data:</u> 22/07/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO	
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001703/2013-14	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Ibiarama	<u>UF:</u> SC	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 48 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 5% a.a. acrescidos de TJLP
	<u>Credor:</u> Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A		<u>Data:</u> 22/07/2014	<u>Status:</u> ARQUIVADO	
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.000814/2014-09	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Ibirama	<u>UF:</u> SC	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 96 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 4,074% acrescidos de TJLP
	<u>Credor:</u> Caixa Econômica Federal		<u>Data:</u> 22/07/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO	
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001066/2013-52	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Ituporanga	<u>UF:</u> SC	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 48 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 5% a.a. acrescidos de TJLP
	<u>Credor:</u> Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A		<u>Data:</u> 22/07/2014	<u>Status:</u> ARQUIVADO	

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/07/2014 a 31/07/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.000067/2014-09	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Paracatu <u>Credor:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	<u>UF:</u> MG	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 84 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 7% a.a. acrescidos do IPCA
		<u>Data:</u> 22/07/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.0000919/2014-50	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto <u>Credor:</u> Banco do Brasil S/A	<u>UF:</u> SP	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 120 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 3,4% a.a. acrescidos de TJLP
		<u>Data:</u> 22/07/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO	<u>Valor:</u> 10.878.520,29	
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001062/2014-50	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Brusque <u>Credor:</u> Caixa Econômica Federal	<u>UF:</u> SC	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 96 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 4,074% a.a. acrescidos da TJLI
		<u>Data:</u> 23/07/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO	<u>Valor:</u> 5.908.930,00	
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.000052/2014-32	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Embu das Artes <u>Credor:</u> Agência de Fomento do Estado de São Paulo	<u>UF:</u> SP	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 72 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 8,00% a.a. acrescidos de IPC-FIPE
		<u>Data:</u> 23/07/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO	<u>Valor:</u> 10.534.202,00	



MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/07/2014 a 31/07/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
7944.000735/2013-12	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Pomerode	<u>UF:</u> SC	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 48 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 5% a. a. acrescidos da TJLP
	<u>Credor:</u> Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A	<u>Data:</u> 23/07/2014	<u>Status:</u> ARQUIVADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
7944.000735/2014-43	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Urupema	<u>UF:</u> SC	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 45 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 5% a. a. acrescidos da TJLP
	<u>Credor:</u> Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A	<u>Data:</u> 23/07/2014	<u>Status:</u> ARQUIVADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
7944.000874/2014-13	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Capela do Alto	<u>UF:</u> SP	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 36 meses	<u>Juros Efetivos:</u> Juros: não há; Atualização Monetária: IPCA/IBGE
	<u>Credor:</u> Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo	<u>Data:</u> 24/07/2014	<u>Status:</u> ARQUIVADO - REGULARIZADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
7944.000735/2013-17	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Irineópolis	<u>UF:</u> SC	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 48 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 5% a. a. acrescidos da TJLP
	<u>Credor:</u> Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A	<u>Data:</u> 24/07/2014	<u>Status:</u> ARQUIVADO		



MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/07/2014 a 31/07/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
944.001904/2013-28	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Cacoal	<u>UF:</u> RO	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 270 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 6% a.a. acrescidos de TR
	<u>Credor:</u> Caixa Econômica Federal		<u>Data:</u> 25/07/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO	
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
944.000777/2014-21	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Camaçari	<u>UF:</u> BA	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 114 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 3,4% a.a. acrescidos de TJLP
	<u>Credor:</u> Caixa Econômica Federal		<u>Data:</u> 25/07/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO	
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
944.000996/2009-42	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Matão	<u>UF:</u> SP	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 54 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 4% a.a. acrescidos de TJLP
	<u>Credor:</u> Banco do Brasil S/A		<u>Data:</u> 25/07/2014	<u>Status:</u> ARQUIVADO	
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
44.000087/2014-71	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Rolândia	<u>UF:</u> PR	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 288 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 6% a.a. acrescidos de TR
	<u>Credor:</u> Caixa Econômica Federal		<u>Data:</u> 25/07/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO	



MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/07/2014 a 31/07/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001160/2014-22	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Araucária <u>Credor:</u> Agência de Fomento do Paraná S/A	<u>UF:</u> PR	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Data:</u> 28/07/2014	<u>Prazo:</u> 60 meses <u>Valor:</u> 2.800.000,00	<u>Juros Efetivos:</u> 4,5% a.a. + TJLP
17944.000633/2014-74	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Bebedouro <u>Credor:</u> Caixa Econômica Federal	<u>UF:</u> SP	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Data:</u> 28/07/2014	<u>Prazo:</u> 268 meses <u>Valor:</u> 19.614.033,26	<u>Juros Efetivos:</u> 6% ao ano acrescidos de TR
17944.000961/2013-90	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Caucaia <u>Credor:</u> Caixa Econômica Federal	<u>UF:</u> CE	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Data:</u> 28/07/2014	<u>Prazo:</u> 288 meses <u>Valor:</u> 150.000.000,00	<u>Juros Efetivos:</u> 6,00% a.a acrescidos de TR
17944.001512/2013-69	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Quatro Irmãos <u>Credor:</u> BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS	<u>UF:</u> RS	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Data:</u> 28/07/2014	<u>Prazo:</u> 54 meses <u>Valor:</u> 1.000.000,00	<u>Juros Efetivos:</u> 4,00% a.a. acrescidos de TJLP



MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/07/2014 a 31/07/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES		
		<u>Tipo de Operação:</u>	<u>Prazo:</u>	<u>Juros Efetivos:</u>
17844.001151/2014-31	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Oeste <u>Credor:</u> Agência de Fomento do Estado de São Paulo	Operação Contratual Interna	72 meses	5,0% a.a. acrescidos do IPC/FIPE
		<u>Data:</u> 28/07/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO	
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES		
		<u>Tipo de Operação:</u>	<u>Prazo:</u>	<u>Juros Efetivos:</u>
17944.000793/2014-13	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Tucunduba <u>Credor:</u> BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS	Operação Contratual Interna	54 meses	4% a.a. acrescidos de TJLP
		<u>Data:</u> 28/07/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO	
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES		
		<u>Tipo de Operação:</u>	<u>Prazo:</u>	<u>Juros Efetivos:</u>
17944.001171/2014-11	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Nova Petrópolis <u>Credor:</u> BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS	Operação Contratual Interna	54 meses	4% a.a. acrescidos da Selic
		<u>Data:</u> 29/07/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO	
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES		
		<u>Tipo de Operação:</u>	<u>Prazo:</u>	<u>Juros Efetivos:</u>
7944.000993/2014-31	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Porto Alegre <u>Credor:</u> Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	Operação Contratual Interna	180 meses	2% a.a. acrescidos da TJLP
		<u>Data:</u> 29/07/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO	



MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/07/2014 a 31/07/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
		<u>Tipo de Operação:</u>	<u>Prazo:</u>	<u>Valor:</u>	<u>Juros Efetivos:</u>
17944.000694/2014-31	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Resende	Operação Contratual Interna	266 meses	22.724.188,55	6% a.a. acrescidos de TR
	<u>Credor:</u> Caixa Econômica Federal	<u>Data:</u> 29/07/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
		<u>Tipo de Operação:</u>	<u>Prazo:</u>	<u>Valor:</u>	<u>Juros Efetivos:</u>
17944.000866/2014-77	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de São João do Rio Preto	Operação Contratual Interna	72 meses	5.248.568,46	8% a.a. atualizado pelo IPC-FIPE
	<u>Credor:</u> Agência de Fomento do Estado de São Paulo	<u>Data:</u> 29/07/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
		<u>Tipo de Operação:</u>	<u>Prazo:</u>	<u>Valor:</u>	<u>Juros Efetivos:</u>
17944.000665/2013-99	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Andaraí	Operação Contratual Interna	96 meses	3.100.000,00	até 6% a.a. acrescidos de TJLP
	<u>Credor:</u> Agência de Fomento do Paraná S/A	<u>Data:</u> 30/07/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
		<u>Tipo de Operação:</u>	<u>Prazo:</u>	<u>Valor:</u>	<u>Juros Efetivos:</u>
17944.001051/2014-13	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Camacari	Operação Contratual Interna	96 meses	11.402.384,00	4,074% a.a. acrescidos de TJLP
	<u>Credor:</u> Caixa Econômica Federal	<u>Data:</u> 30/07/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO		



MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/07/2014 a 31/07/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.000960/2013-45	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Caucaia	<u>UF:</u> CE	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 54 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 4,0% a.a. acrescidos de TJLP
	<u>Credor:</u> Banco do Brasil S/A	<u>Data:</u> 30/07/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.000740/2014-01	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Governador Valadares	<u>UF:</u> MG	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna (com garantia)	<u>Prazo:</u> 228 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 1,2% a.a. acrescidos da TJLP
	<u>Credor:</u> Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	<u>Data:</u> 30/07/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO PELA RESOLUÇÃO 48 -		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.000549/2014-51	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Petrolina	<u>UF:</u> PE	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 240 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 6% a.a. acrescidos de TR
	<u>Credor:</u> Caixa Econômica Federal	<u>Data:</u> 30/07/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.000962/2014-96	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Porto Alegre	<u>UF:</u> RS	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 180 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 2% a.a. acrescidos da TJLP
	<u>Credor:</u> Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	<u>Data:</u> 30/07/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO		



MINISTÉRIO DA FAZENDA - MIF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS		Período de 01/07/2014 a 31/07/2014		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES		
17944.000984/2014-85	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Porto Alegre <u>Credor:</u> Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	<u>UF:</u> RS <u>Data:</u> 30/07/2014 <u>Status:</u> AUTORIZADO	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Prazo:</u> 180 meses <u>Valor:</u> 22.069.411,82	<u>Juros Efetivos:</u> 2% a.a. acrescidos da TJLP
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES		
17944.000985/2014-20	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Porto Alegre <u>Credor:</u> Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	<u>UF:</u> RS <u>Data:</u> 30/07/2014 <u>Status:</u> AUTORIZADO	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Prazo:</u> 180 meses <u>Valor:</u> 11.396.659,59	<u>Juros Efetivos:</u> 2% a.a. acrescidos da TJLP
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES		
17944.001175/2014-91	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Salvador das Missões <u>Credor:</u> BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS	<u>UF:</u> RS <u>Data:</u> 30/07/2014 <u>Status:</u> AUTORIZADO	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Prazo:</u> 60 meses <u>Valor:</u> 700.000,00	<u>Juros Efetivos:</u> 4% a.a. acrescidos de Selic
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES		
17944.001045/2014-58	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Teresina <u>Credor:</u> Caixa Econômica Federal	<u>UF:</u> PI <u>Data:</u> 30/07/2014 <u>Status:</u> AUTORIZADO	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Prazo:</u> 113 meses <u>Valor:</u> 64.885.378,83	<u>Juros Efetivos:</u> 3,4% a.a acrescidos da TR



MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/07/2014 a 31/07/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.000688/2014-84	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Recife	<u>UF:</u> PE	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 113 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 3,40% a.a. acrescidos de TJLP
	<u>Credor:</u> Caixa Econômica Federal	<u>Data:</u> 31/07/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO	<u>Valor:</u> R\$ 583.735,20	
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.000688/2014-29	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Recife	<u>UF:</u> PE	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 113 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 3,4% a.a. acrescidos de TJLP
	<u>Credor:</u> Caixa Econômica Federal	<u>Data:</u> 31/07/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO	<u>Valor:</u> R\$ 756.149,66	



MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/07/2014 a 31/07/2014

REQUIVADO

TIPO DE ENTE	CREDOR	NÚMERO DE OPERAÇÕES	VALOR (R\$)
Município	Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A	5	6.780.000,00
Município	Banco do Brasil S/A	2	2.520.000,00
	Total de operações - Municípios	7	9.300.000,00
	Total de operações	7	9.300.000,00

REQUIVADO - REGULARIZADO

TIPO DE ENTE	CREDOR	NÚMERO DE OPERAÇÕES	VALOR (R\$)
Município	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo	1	35.921,28
Município	Companhia de Saneamento de Minas Gerais	1	1.022.168,42
Município	Companhia Matonense de Saneamento	1	17.153.563,85
Município	Companhia Paulista de Força e Luz	1	1.286.243,80
	Total de operações - Municípios	4	19.477.897,35
	Total de operações	4	19.477.897,35

UTILIZADO

TIPO DE ENTE	CREDOR	NÚMERO DE OPERAÇÕES	VALOR (R\$)
Município	Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A	3	6.785.000,00
Município	Agência de Fomento do Estado de São Paulo	3	18.414.066,10
Município	Agência de Fomento do Paraná S/A	9	24.692.000,00
Município	BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS	9	9.640.000,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/07/2014 a 31/07/2014

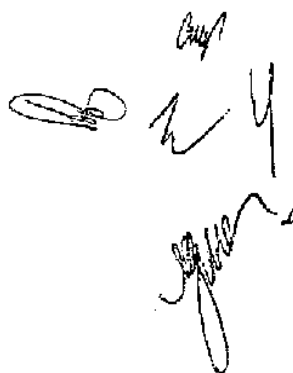
Município	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	4	7.961.000,00
Município	Banco do Brasil S/A	5	18.522.020,29
Município	Banco do Nordeste do Brasil S/A	1	4.870.300,00
Município	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	4	68.179.522,45
Município	Caixa Econômica Federal	21	684.219.110,29
	Total de operações - Municípios	59	843.283.019,13
	Total de operações	59	843.283.019,13

ORIZADO PELA RESOLUÇÃO 48 – OPERAÇÃO CONTRATUAL INTERNA (COM GARANTIA)

DO DE ENTE	CREDOR	NÚMERO DE OPERAÇÕES	VALOR (R\$)
Estado	Banco do Brasil S/A	1	68.253.400,00
Estado	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	1	240.662.000,00
	Total de operações - Estados	2	308.915.400,00
Município	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	1	87.330.000,00
Município	Caixa Econômica Federal	5	346.482.099,77
	Total de operações - Municípios	6	433.812.099,77
	Total de operações	8	742.727.499,77

Status das Operações de Crédito analisadas (Integrante do Anexo 3)

Status	Descrição
Arquivado	O pleito foi arquivado em conformidade com a RSF nº 43/2001, tendo em vista o não envio dos documentos e informações solicitados
Arquivado – A Regularizar	O pleito foi arquivado em conformidade com a RSF nº 43/2001, tendo em vista o não envio dos documentos e informações solicitados. A contratação de novas operações de crédito fica condicionada à regularização da operação de crédito em questão
Arquivado – Regularizado	O pleito foi arquivado em conformidade com a RSF nº 43/2001, tendo em vista o recebimento documentos e informações solicitados necessários para sua regularização ou comprovante de quitação (PGFN/CAFNº 1.252, de 22/06/2006)
Autorizado	O pleito atendeu os requisitos prévios à contratação da operação de crédito, conforme dispõe o art. 32 da LRF
Autorizado pela Resolução 48 – Operação Contratual Interna (com garantia)	Não há nada a opor à concessão da pleiteada garantia da União, desde que, previamente à assinatura do contrato de garantia, seja: <ul style="list-style-type: none">i) verificada pelo Ministério da Fazenda a adimplência do Ente com a União e suas entidades controladas;ii) formalizado o respectivo contrato de contragarantia.
Indeferido	O pleito sob exame não atende os requisitos mínimos previstos no art. 32 da RSF nº 43/2001



ANEXO 5

Tabela contendo informações sobre a situação das análises de irregularidades concluídas no período, passíveis de regularização (artigo 24 da RSF nº 43/2001 e §§ 1º e 3º artigo 33 da LRF) ou passíveis de cancelamento (artigos 35 ou 37 da LRF).

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional – STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS (Anexo 5)

Passíveis de regularização (art. 24 da RSF 43/2001 e §§ 1º e 3º artigo 33 da LRF)

Arquivados - a Regularizar						
Nº de processo	Ente	Credor	Nº operações	Valor (R\$) (*)	Data	Observações
-	-	-	-	-	-	-
Total de operações			-	-	-	-

Passíveis de regularização (art. 24 da RSF 43/2001)

Arquivados – Regularizado						
Nº de processo	Ente	Credor	Nº operações	Valor (R\$) (*)	Data	Observações
17944.000775/2014-31	Matão - SP	Companhia Paulista de Força e Luz	1	1.266.243,80	07/07/2014	
17944.000813/2014-56	Matão - SP	Companhia Matonense de Saneamento	1	17.153.563,85	08/07/2014	
17.944.001680/2008-97	Brasília de Minas - MG	Companhia de Saneamento de Minas Gerais	1	1.022.168,42	11/07/2014	
17.944.000874/2014-13	Capela do Alto – SP	Companhia de Saneamento de São Paulo	1	35.921,28	24/07/2014	
Total de operações			4	19.477.897,35		

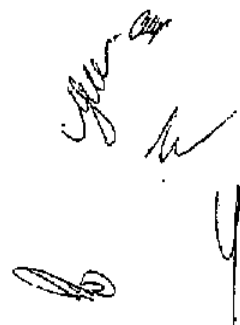
Passíveis de cancelamento (artigos 35 ou 37 da LRF)

TIPO DE ENTE	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/NÃO-FINANCEIRA	NÚMERO DE OPERAÇÕES	VALOR (R\$) (*)
-	-	-	-
Total de operações		-	-

(*) Os valores apresentados referem-se aos montantes originais das dívidas. Eventuais consultas sobre os saldos devedores atuais dessas dívidas poderão ser feitas junto aos respectivos entes.

Status das Operações de Crédito analisadas (Integrante do Anexo 5)

Status	Descrição
Arquivado	O pleito foi arquivado em conformidade com a RSF nº 43/2001, tendo em vista o não envio dos documentos e informações solicitados
Arquivado – A Regularizar	O pleito foi arquivado em conformidade com a RSF nº 43/2001, tendo em vista o não envio dos documentos e informações solicitados. A contratação de novas operações de crédito fica condicionada à regularização da operação de crédito em questão
Arquivado – Regularizado	O pleito foi arquivado em conformidade com a RSF nº 43/2001, tendo em vista o recebimento dos documentos e informações solicitados necessários para sua regularização ou comprovante de quitação (PGFN/CAF/Nº 1.252, de 22/06/2006)
Autorizado	O pleito atendeu os requisitos prévios à contratação da operação de crédito, conforme dispõe o art. 32 da LRF
Autorizado pela Resolução 48 – Operação Contratual Interna (com garantia)	Não há nada a opor à concessão da pleiteada garantia da União, desde que, previamente à assinatura do contrato de garantia, seja: i) verificada pelo Ministério da Fazenda a adimplência do Ente com a União e suas entidades controladas; ii) formalizado o respectivo contrato de contragarantia.
Indeferido	O pleito sob exame não atende os requisitos mínimos previstos no art. 32 da RSF nº 43/2001



ANEXO 4

Tabela contendo informações sobre as irregularidades constatadas de que trata o § 2º art. 24 da RSF nº 43/2001.



MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

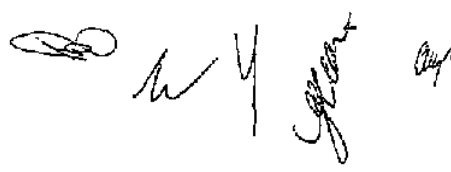
RESUMO DO DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS – complemento (Anexo 4)

OPERAÇÕES INTERNAS - informações sobre a comunicação de que trata o § 2º art. 24 da RSF 43/2001

TIPO DE ENTE	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/NÃO-FINANCEIRA	NÚMERO DE OPERAÇÕES	VALOR (R\$)
Capela do Alto - SP	Companhia Piratininga de Força e Luz	2	318.291,25
Mauá - SP	Petrobrás Distribuidora S/A	1	14.881.145,27
Total de operações		3	15.199.436,52

Status das Operações de Crédito analisadas (Integrante do Anexo 4)

Status	Descrição
Arquivado	O pleito foi arquivado em conformidade com a RSF nº 43/2001, tendo em vista o não envio dos documentos e informações solicitados
Arquivado – A Regularizar	O pleito foi arquivado em conformidade com a RSF nº 43/2001, tendo em vista o não envio dos documentos e informações solicitados. A contratação de novas operações de crédito fica condicionada à regularização da operação de crédito em questão
Arquivado – Regularizado	O pleito foi arquivado em conformidade com a RSF nº 43/2001, tendo em vista o recebimento documentos e informações solicitados necessários para sua regularização ou comprovante de quitação (PGFN/CAF/Nº 1.252, de 22/06/2006)
Autorizado	O pleito atendeu os requisitos prévios à contratação da operação de crédito, conforme dispõe o art. 32 da LRF
Autorizado pela Resolução 48 – Operação Contratual Interna (com garantia)	Não há nada a opor à concessão da pleiteada garantia da União, desde que, previamente à assinatura do contrato de garantia, seja: i) verificada pelo Ministério da Fazenda a adimplência do Ente com a União e suas entidades controladas; ii) formalizado o respectivo contrato de contragarantia.
Indeferido	O pleito sob exame não atende os requisitos mínimos previstos no art. 32 da RSF nº 43/2001



(À Comissão de Assuntos Econômicos)

PROJETOS DE LEI DO SENADO**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 256, DE 2014****Autoriza a aquisição de leite, por meio de leilões públicos, no âmbito das aquisições do Governo Federal, de pequenos produtores dos Municípios da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica a Companhia Nacional de Abastecimento – Conab autorizada a adquirir, de pequenos produtores dos Municípios da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, até 100 (cem) litros de leite por dia, por meio das aquisições do Governo Federal, com utilização de leilões públicos, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, de que trata a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011.

Art. 2º Para as aquisições de que trata o artigo anterior, o regulamento definirá:

I - a quantidade mensal de leite a ser adquirida;

II - a metodologia a ser utilizada nos leilões de aquisição;

III - o cronograma de aquisição dos leilões públicos;

IV - a divulgação dos parâmetros a serem adotados nos leilões públicos de aquisição;

V - os limites e condições da distribuição do produto adquirido; e

VI - outras disposições necessárias à sua implementação.

Parágrafo único. Fica autorizada a inclusão, nos leilões de que trata o artigo anterior desta Lei, dos custos relativos ao preço da remoção do produto para as localidades de entrega definidas pela Conab.

Art. 3º Fica a Conab autorizada a doar o leite adquirido nos termos do art. 1º desta Lei ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae, de que trata a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para utilização, prioritariamente, no âmbito dos Municípios da área de atuação da Sudene em situação de emergência ou em estado de calamidade pública.

Parágrafo único. A situação de emergência ou estado de calamidade pública deverá ser reconhecida pelo Poder Executivo federal, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 3º da Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010.

Art. 4º O leite doado, referido no caput do art. 3º, será repassado pelo Pnae ao Município em situação de emergência ou estado de calamidade pública.

§ 1º A doação deverá ser feita nos exatos limites e condições estabelecidos pelo Poder Executivo federal, definidos ao amparo do inciso V do caput do art. 2º desta Lei.

§ 2º A entrega do leite será feita na sede do Município de destino designado pelo Gestor do Pnae, ficando a cargo da Conab os custos de remoção, distribuição e outros necessários ao cumprimento da destinação prevista no art. 3º desta Lei.

Art. 5º Para as doações de que trata o art. 4º, o Conselho Interministerial de Estoques Públicos de Alimentos, criado pelo Decreto nº 7.920, de 15 de fevereiro de 2013, definirá:

I - a quantidade de leite mensal a ser doada;

II - as condições de transferência a cada Município;

III - a forma de entrega;

IV - o limite quantitativo por Município;

V - a forma de prestação de contas; e

VI - outras disposições necessárias à sua implementação.

Art. 6º As doações de que trata o art. 4º somente poderão ser efetivadas após celebração de convênio entre o Poder Executivo federal e a Prefeitura correspondente, contemplados os elementos definidos nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 4º e do art. 5º desta Lei.

Art. 7º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto no inciso II do caput do art. 5º e no art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante do benefício decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal, que acompanhará o projeto de lei orçamentária cuja apresentação se der após decorridos 60 (sessenta) dias da publicação desta Lei.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A seca prolongada e persistente que a Região Nordeste enfrenta desde 2011 legitima o Estado brasileiro a tomar uma série de medidas para atenuação das sérias consequências econômicas, políticas e sociais que os

cidadãos estão enfrentando, sobretudo os pequenos produtores rurais que são diretamente afetados, devido à perda de produtividade das lavouras e dizimação dos rebanhos.

Dados da Carta de João Pessoa – SOS SECA indicam que o Nordeste brasileiro vive a maior e mais devastadora seca dos últimos 40 anos, uma das mais rigorosas de todas as 73 já registradas desde 1559. Pela primeira vez de 1912 até aqui, mais de um século, portanto, muito pouco choveu nos meses seguidos de março, abril, maio e junho.

O documento completa o quadro desesperador informando que, no semiárido dos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e no Norte de Minas, municípios estão em estado de emergência. Isso acarreta que mais de 20 milhões de nordestinos estão sendo castigados, o que corresponde a 91% da população de todo o semiárido. Desse total, mais de 8 milhões vivem na zona rural, sofrem sede e o desespero de verem seus rebanhos dizimados.

Dado esse cenário, entende-se que é necessário dar continuidade a programas de estímulo e apoio à recuperação dos rebanhos (bovino, caprino e ovino) e à retomada de atividades agrícolas, com ênfase em culturas adaptadas e resistentes à seca.

De fato, os produtores de leite Cabra da Paraíba, por exemplo, em face da limitação do estabelecimento de cota de 13 litros/dia, estão sofrendo com a falta de opção para venda do produto e, em consequência, estão amargando sérios prejuízos. Com preço de comercialização de R\$ 1,65, o produtor recebe R\$ 643,50, ou seja, menos de um salário mínimo por mês. Tal situação impede a possibilidade de investimento e melhoramento do rebanho e prejudica o tão almejado desenvolvimento sustentável e equilibrado preconizado em nossa Carta Magna.

Destaca-se que, com uma cota tão baixa que foi drasticamente reduzida de 100 litros para os atuais 13 litros por dia por produtor, houve um retrocesso na produção, prejudicando muito o já sofrido produtor de leite de cabra. A Paraíba destacou-se no cenário nacional como maior produtor de leite de cabra do Brasil, graças ao Programa do Leite e aos investimentos feitos pelos produtores: melhoria nas instalações, melhoramento dos rebanhos, suporte forrageiro e aplicação das boas práticas agropecuárias.

Nesse sentido, entendemos ser oportuna a apresentação de proposição para autorizar a Conab a comprar leite e doá-lo para o Pnae. Para resgatar a estratégia adequada de apoio ao desenvolvimento agropecuário sustentável e tendo em conta a forte crise de estiagem da Região, estamos propondo que a Conab adquira 100 litros de leite por dia por produtor e os direcione aos municípios que estão sendo afetados pela crise. Seria uma forma de corrigir dois problemas: apoiar o setor produtivo leiteiro, que teve fortes perdas, e, por outro lado, incentivar a melhoria da merenda das escolas atendidas pelo Pnae.

Por todas essas razões, rogamos apoio dos Senhores Senadores para este importante projeto para o Nordeste brasileiro.

Sala das Sessões, – Senador **Cássio Cunha Lima**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 12.512, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011.

Conversão da Medida Provisória nº 535, de 2011

Regulamento

Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006.

A Presidenta da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - PAA

Art. 16. Podem fornecer produtos ao Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, de que trata o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, os agricultores familiares e os demais beneficiários que se enquadrem nas disposições da Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006.

§ 1º As aquisições dos produtos para o PAA poderão ser efetuadas diretamente dos beneficiários de que trata o caput ou, indiretamente, por meio de suas cooperativas e demais organizações formais.

§ 2º Nas aquisições realizadas por meio de cooperativas dos agricultores familiares e dos demais beneficiários que se enquadrem nas disposições da Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006, a transferência dos produtos do associado para a cooperativa constitui ato cooperativo, previsto na Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

§ 3º O Poder Executivo federal poderá estabelecer critérios e condições de prioridade de atendimento pelo PAA, de forma a contemplar as especificidades de seus diferentes segmentos e atendimento dos beneficiários de menor renda.

§ 4º A aquisição de produtos na forma do caput somente poderá ser feita nos limites das disponibilidades orçamentárias e financeiras.

Art. 17. Fica o Poder Executivo federal, estadual, municipal e do Distrito Federal autorizado a adquirir alimentos produzidos pelos beneficiários descritos no art. 16, dispensando-se o procedimento licitatório, obedidas, cumulativamente, as seguintes exigências:

I - os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado, em âmbito local ou regional, aferidos e definidos segundo metodologia instituída pelo Grupo Gestor do PAA; e

II - seja respeitado o valor máximo anual ou semestral para aquisições de alimentos, por unidade familiar, cooperativa ou por demais organizações formais da agricultura familiar, conforme definido em regulamento.

Parágrafo único. Produtos agroecológicos ou orgânicos poderão ter um acréscimo de até 30% (trinta por cento) em relação aos preços estabelecidos para produtos convencionais, observadas as condições definidas pelo Grupo Gestor do PAA.

Art. 18. Os alimentos adquiridos pelo PAA serão destinados a ações de promoção de segurança alimentar e nutricional ou à formação de estoques, podendo ser comercializados, conforme o regulamento.

.....

LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009.

Conversão da Medida Provisória nº 455, de 2008

Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências.

O Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Para os efeitos desta Lei, entende-se por alimentação escolar todo alimento oferecido no ambiente escolar, independentemente de sua origem, durante o período letivo.

.....

LEI Nº 12.340, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres e de resposta e de recuperação em áreas atingidas por desastres e sobre o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil; e dá outras providências. (Redação dada pela Lei nº 12.983, de 2014)

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 3º O Poder Executivo federal apoiará, de forma complementar, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios em situação de emergência ou estado de calamidade pública, por meio dos mecanismos previstos nesta Lei.

§ 1º O apoio previsto no caput será prestado aos entes que tiverem a situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos pelo Poder Executivo federal.

§ 2º O reconhecimento previsto no § 1º dar-se-á mediante requerimento do Poder Executivo do Estado, do Distrito Federal ou do Município afetado pelo desastre.

(Às Comissões de Agricultura e Reforma Agrária; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 257, DE 2014

Regulamenta o inciso V do art. 37 da Constituição, para prever os casos, condições e percentuais mínimos de preenchimento, por servidores de carreira, dos cargos em comissão na administração pública federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei regulamenta o inciso V do art. 37 da Constituição, para prever os casos, condições e percentuais mínimos de preenchimento, por servidores de carreira, dos cargos em comissão na administração pública federal.

§ 1º Aplica-se o disposto nesta Lei aos cargos em comissão da administração direta, autárquica e fundacional dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, do Ministério Público da União e do Tribunal de Contas da União.

§ 2º Consideram-se servidores de carreira, para os efeitos desta Lei, os que possuem plano de carreira estruturado em classes, níveis ou padrões e:

I – foram admitidos ao serviço público mediante prévia aprovação em concurso público, na forma do art. 37, II, da Constituição;

II – são considerados estáveis em razão do art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 2º Os cargos em comissão serão preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos nesta Lei.

Parágrafo único. Os cargos em comissão destinam-se exclusivamente às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

Art. 3º Os cargos em comissão serão preenchidos exclusivamente por servidores de carreira nos seguintes casos:

I – cargos cuja lei específica exija o preenchimento por servidores de carreira;

II – cargos administrativos cujas atribuições representem atividades exclusivas de Estado;

III – cargos vagos em Poder ou órgão independente cujo total de servidores exclusivamente comissionados tenha atingido o percentual de:

a) 40% (quarenta por cento) do total de servidores de carreira, no Poder Legislativo;

b) 20% (vinte por cento) do total de servidores de carreira, no Poder Judiciário;

c) 5% (cinco por cento) do total de servidores de carreira, no Poder Executivo, no Ministério Público da União e no Tribunal de Contas da União.

Art. 4º Como condição para a nomeação em cargo público em comissão, ressalvadas as situações constituídas, será exigido o nível de escolaridade compatível com a complexidade e as atribuições do cargo, sendo obrigatório o nível superior para os de direção ou chefia.

§ 1º Será condição também para a nomeação a demonstração da qualificação profissional do nomeado para o adequado desempenho das funções do cargo em comissão.

§ 2º Aplica-se o disposto neste artigo aos servidores exclusivamente comissionados.

Art. 5º Um percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) dos cargos em comissão de cada Poder ou órgão independente será preenchido por servidores de carreira do respectivo quadro de pessoal. SF/14574.92484-39

Art. 6º É nula a investidura em cargo em comissão realizada em desrespeito a esta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Constituição Federal de 1988 (CF/88) prevê que o acesso aos cargos públicos ocorre, em regra, mediante aprovação em concurso público, admitindo, como exceção, a livre nomeação e exoneração no caso dos cargos em comissão (art. 37, II, CF/88), cuja investidura, não obstante, deve ocorrer com observância aos princípios constitucionais que regem a Administração Pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, caput, CF/88).

Por sua vez, o inciso V do art. 37 da CF/88 prevê que “as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento”.

Diante desse quadro normativo-constitucional, oferecemos esta proposição, que se destina especificamente a regulamentar o citado inciso V, em atenção, também, aos princípios administrativos supramencionados, estabelecendo os casos, condições e percentuais mínimos de preenchimento, por servidores de carreira,

dos cargos em comissão na administração pública federal, sem perder de vista a realidade de cada Poder ou órgão independente.

O art. 3º do projeto define os casos em que cargos em comissão serão preenchidos exclusivamente por servidores de carreira: cargos para os quais haja lei específica exigindo esse preenchimento; cargos administrativos cujas atribuições representem atividades exclusivas de Estado; e cargos em Poder ou órgão independente cujo total de servidores comissionados tenha atingido certo percentual do total de seus servidores efetivos, definido conforme as peculiaridades do respectivo órgão ou Poder.

O art. 4º da proposição prevê as condições de que os ocupantes de cargos em comissão deverão possuir formação e qualificação profissional adequadas ao desempenho das funções do cargo, sendo exigido o nível superior para os cargos de direção ou chefia. Vale ressaltar que tais regras não ofendem o caráter de livre nomeação dos cargos em comissão, pois essa liberdade se refere à desnecessidade de investidura mediante concurso público, sendo a exigência de padrões mínimos de qualificação profissional para o exercício de cargos públicos, efetivos ou comissionados, condizente com os princípios administrativos da moralidade e da eficiência, razão pela qual tais exigências devem ser aplicadas também aos servidores exclusivamente comissionados.

Finalmente, o art. 5º do projeto expressa que o percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) do total de cargos em comissão será preenchido por servidores de carreira do respectivo quadro de pessoal. Trata-se de patamar razoável, já adotado, inclusive, pelo Poder Judiciário da União, por força do art. 5º da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006.

Destaque-se que o projeto não se refere ao tema regime jurídico de servidores públicos, cuja iniciativa é reservada ao Executivo (art. 61, § 1º, II, c, CF/88). Trata-se, na verdade, de critérios e condições para se chegar à investidura em cargo em comissão, que é momento anterior ao do início do vínculo jurídico do servidor com o Estado.

Nesse sentido já decidiu o Supremo Tribunal Federal (STF), o qual declarou, na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 2672/ES, que a matéria sobre concursos públicos não se insere no âmbito daquelas de iniciativa privativa do Poder Executivo, por se tratar de assunto relativo à condição para se chegar à investidura em cargo público, que é momento anterior ao da caracterização do candidato como servidor. Esse mesmo raciocínio da Suprema Corte, estabelecido para o acesso aos cargos efetivos, pode ser também aplicado, por evidente analogia, ao acesso aos cargos em comissão.

Além disso, regras semelhantes já são hoje aplicadas ao Poder Judiciário, nos termos do art. 5º da Lei nº 11.416, de 2006, tendo sido o projeto dessa Lei apresentado ao Congresso Nacional pelo STF, o que é outra evidência de que o assunto em tela não se refere a regime jurídico dos servidores, a ser regulado apenas mediante lei de iniciativa do Executivo.

Em conclusão, ressaltamos que as regras previstas no presente projeto serão capazes de dar maior efetividade aos princípios constitucionais da administração pública, notadamente os da impessoalidade, moralidade e eficiência.

Diante do exposto, exorto os nobres Pares a votarem a favor da presente proposição.

Sala das Sessões, – Senador **Cássio Cunha Lima**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Emendas Constitucionais Emendas Constitucionais de Revisão

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

Atos decorrentes do disposto no § 3º do art. 5º

ÍNDICE TEMÁTICO

Texto compilado

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

.....

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

III - o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

IV - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;

V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)

OFÍCIO DO GRUPO PARLAMENTAR BRASIL-AZERBAIJÃO

Of. nº 2/14/GP-BR/AZ

Brasília, 13 de agosto de 2014

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, tenho a honra de informar a Vossa Excelência que foi instalado no Senado Federal, em 6 do corrente, o Grupo PARLAMENTAR BRASIL – AZERBAIJÃO. Na mesma oportunidade, foi eleita e empossada a sua Diretoria, da qual Vossa Excelência, como Presidente do Senado Federal, faz parte como Presidente de Honra.

Este Grupo Parlamentar foi criado pela Resolução nº 4/14, de 11 de abril de 2014, do Senado Federal. O Projeto de Resolução nº 32/13, de minha autoria, visava criar o referido Grupo Parlamentar com o serviço de cooperação interparlamentar e tinha por objetivo intensificar o relacionamento entre as Casas Legislativas do Brasil e da República do Azerbaijão. O Grupo é formado por 43 Senadores.

Encaminho, em anexo, para os devidos registros, a Ata da Reunião de Instalação do Grupo Parlamentar Brasil – Azerbaijão, a relação dos Parlamentares que o integram e a composição de sua Diretoria. Tive a satisfação de ser escolhido pelos meus pares do Senado Federal para presidir este importante Grupo Parlamentar.

Na certeza de que Vossa Excelência dará o necessário apoio às ações que serão desenvolvidas para aprimorar o relacionamento entre nosso Parlamento, antecipo os meus agradecimentos.

Respeitosamente, - Senador **Cristovam Buarque**, Presidente do Grupo Parlamentar Brasil – Azerbaijão

* Vide item 2.1 do Sumário.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoría/PSDB - MS) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, o eminente Senador Odacir Soares.

O SR. ODACIR SOARES (Bloco Maioria/PP - RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, minhas senhoras e meus senhores, venho a esta tribuna abordar assunto polêmico, mas de imensa relevância na atualidade. Trata-se da proposta de unificação das polícias civis e militares, consoante regulado na Proposta de Emenda à Constituição nº 102, de 2011, do eminente Senador Blairo Maggi. A relevância do tema se revela bastando, para tanto, refletir em dois aspectos que se intercomunicam: a questão cada vez mais grave da política de segurança pública no Brasil e a ausência de efetivo enfrentamento ao crescimento da violência urbana, que vem aumentando exponencialmente em todo Território nacional.

A segurança pública é matéria que ocupa em boa medida a maior parte das notícias veiculadas pela mídia. Basta a qualquer um ouvir, não mais que alguns minutos, fontes da mídia especializadas em notícias, para perceber o destaque absoluto que é dado a informações alusivas a assaltos, sequestros, latrocínios, em

qualquer que seja a região do País. Dados recentes apresentam uma configuração alarmante nas estatísticas da insegurança pública no Brasil. Hoje não se pode mais limitar a discussão sobre a violência urbana apenas às maiores cidades do País, a exemplo de Rio de Janeiro e São Paulo – a questão assumiu proporções dantescas.

O Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime apresentou relatório que concluiu que o Brasil tem 11 das 30 cidades mais violentas do mundo. Os resultados desse relatório foram divulgados pela mídia nacional, a exemplo de *O Globo*, em 10 de abril de 2014, e pela *Gazeta do Povo*, em 11 de julho de 2014 também. Sr^{as} e Srs. Senadores, esse número estarrecedor diz que 40% do número total de centros urbanos violentos encontram-se no Brasil.

E, para ilustrar que o descontrole da política urbana no Brasil já ultrapassou o território das grandes metrópoles, como Rio e São Paulo, o relatório da ONU aqui citado aponta Maceió como a quinta cidade em homicídios por cada 100 mil habitantes; Fortaleza está na sétima posição; e João Pessoa em nono lugar. Trata-se de macabra liderança em face das outras nações, mesmo aquelas marcadas por conflitos e guerras, como os países do Oriente Médio e de partes da Ásia. Liderança nefasta e aterrorizante que depõe contra o futuro do Brasil e o relega, cada vez mais, à margem de um desenvolvimento e crescimento regular e estável, capaz de garantir a inserção mais efetiva do País na comunidade internacional.

Nesse sentido, os governos de vários países que disputaram a Copa do Mundo, em 2014, no Brasil, deram destaque à péssima situação da segurança pública em nosso País e aconselharam cautela aos seus cidadãos. O governo do México recomendou, abre aspas, “medidas extremas de segurança”, fecha aspas, durante a estada no País da Copa, como a cuidadosa seleção de atrações turísticas para visitar, evitando ostentação de joias e dinheiro em público e interação com estranhos durante a passagem dos visitantes. A página pede ainda que, entre aspas, “os mexicanos evitem, na medida do possível, utilizar os transportes públicos no País”.

Já o governo da França sugeriu, do mesmo modo, que os visitantes franceses trouxessem consigo iscas para os ladrões em caso de assalto, entre aspas, “uma segunda carteira com dinheiro e/ou uma segunda bolsa”. No site oficial do governo da Alemanha constou o alerta para que o turista, abre aspas, “fique de olho na sua bagagem e nos seus objetos de valor quando estiver em espaços públicos, recepções de hotel, aeroportos e estações de ônibus”, fecha aspas.

Sr^{as} e Srs. Senadores, não é possível conviver com essa imagem aviltante do Brasil diante de nações importantes e com as quais mantemos tradicionais vínculos de cooperação internacional. O enfrentamento da violência urbana, a luta contra o alastramento deste mal antissocial e antieconômico em todo o Território nacional é tarefa que não pode ser adiada. O País perde credibilidade internacional, é visto como terra de ninguém, isso sem contar milhares de vidas inocentes que são ceifadas pelo mortal rolo compressor desta violência estarrecidora.

Assim é que venho a esta tribuna para trazer à discussão e reflexão a Proposta de Emenda à Constituição nº 102/2011, que altera dispositivos da Constituição Federal brasileira para permitir a criação de polícia única no Brasil, do Senador Blairo Maggi. E a matéria deste meu discurso é a sonhada e necessária unificação das polícias civis e militares, ferramenta fundamental para o efetivo avanço ao horizonte por todos desejado de uma eficiente, profissional e motivada força policial, que, assim, garantirá a todos os brasileiros e aos que nos visitam, um ambiente seguro e de normalidade social. Realmente, na consecução de uma política garantidora dos direitos humanos, os instrumentos e as organizações a quem são confiados a segurança da população assumem papel relevante, e essa segurança deveria encontrar, nos órgãos policiais, que constituem a primeira linha no combate à criminalidade, o seu principal ponto de apoio. O cidadão brasileiro de hoje, independentemente da classe social a que pertença, vem se manifestando reiteradamente, quer em manifestações populares, nas redes sociais ou nos meios de imprensa, pelo direito de que seus filhos possam ir à escola, e ele não tenha que se preocupar se voltarão vivos ou não; pelo direito de ir para o trabalho ou desfrutar do lazer sem estar permanentemente dominado por uma angústia com a sua segurança ou a dos seus familiares.

Entretanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, diante das reconhecidas omissões do Estado nesse setor, as classes alta e média alta enclausuram-se nos condomínios fechados, há falta de meios para se socorrer de uma despreparada segurança privada. Os demais setores da sociedade se expõem aos riscos da violência armada pelo desemprego e pela miséria, quando não pela própria polícia, o que não é incomum. E a inação estatal revela-se em dois ângulos inquietantes: a omissão dos Estados em alocar recursos públicos para a construção de penitenciárias que possam suportar o número sempre crescente da população carcerária em todo o País e a falta e/ou má alocação e administração de recursos por parte do Governo Federal em investir decisivamente em um sistema penitenciário eficaz e que preserve, de um lado, a proteção social e, de outro, o respeito mínimo à dignidade humana dos presos.

A soma desses percalços inequívocos resulta em uma flexibilização cada vez maior das penas aplicadas em ações penais contra crimes de enorme potencial ofensivo, gerando, principalmente, o retorno quase ime-

diato ao convívio social de perigos facínoras, aumentando uma disseminada sensação de insegurança e a impressão cada vez mais enraizada da impunidade no País. A raiz desta permissividade penal não é outra senão a inércia, o corporativismo estático de uma ordem estatal inerme para responder às graves demandas de segurança pública e o comodismo irresponsável que prefere, na preservação de interesses anacrônicos, manter vivo o que já está morto faz muito tempo.

Assim, diante deste quadro caótico e sem perspectiva nenhuma de evolução, por que não abraçar a idéia de uma Força Policial única, forte, bem estruturada, e, acima de tudo, motivada? Por que adiar a inadiável discussão acerca da unificação das polícias civis e militares?

Concedo um aparte ao nobre Senador Fleury.

O Sr. Fleury (Bloco Minoridade/DEM - GO) – Senador Odacir Soares, eu tenho visto vários pronunciamentos de V. Ex^a, no sentido da preocupação com a nossa segurança, considerando que o que já morreu, já aconteceu é superior a uma guerra. Eu queria sugerir a nós e a V. Ex^a, que, semanalmente, quando estivermos aqui, déssemos o número de quantos assaltos houve e quantos faleceram na semana que passou. Eu acho que seria um dos jeitos de sensibilizar as autoridades para segurança que, como V. Ex^a falou, já extrapolou Rio de Janeiro e São Paulo.

Esse era o meu aparato, obrigado pelo tempo que me permitiu.

O SR. ODACIR SOARES (Bloco Maioria/PP - RO) – Nobre Senador Fleury, o indicador bastante elucidativo dessa questão da violência no Brasil é essa conclusão da ONU de que, das 30 cidades mais violentas do mundo, 11 estão no Brasil. Esse dado é uma síntese perfeita da situação de insegurança em que nos encontramos, em que o povo brasileiro se encontra. E dois agravantes assumem uma posição bastante elucidativa da questão: primeiro, a ausência de construção de penitenciárias no Brasil, são pouquíssimos os Governos estaduais que constroem penitenciárias; e, por outro lado, a flexibilização para menos das penas pelas quais são condenados hoje aqueles que infringem a lei, se nós pegarmos o diagnóstico carcerário no Brasil hoje, 80% dos presos são reincidentes; se foram soltos ontem, já estão presos novamente e condenados – é um exemplo claro dessa situação de insegurança no Brasil.

Assim, diante desse quadro caótico e sem perspectiva nenhuma de evolução, por que não abraçar, como eu estava dizendo, a ideia de uma força policial única, forte, bem estruturada e, acima de tudo, motivada? Por que adiar a inadiável discussão acerca da unificação das polícias civis e militares? E é justamente isto o que nos oferece a Emenda Constitucional nº 102/2011, do Senador Blairo Maggi, que preserva, inclusive, no sistema por ela introduzido, a faculdade aos Estados-membros do Brasil de optar pela unificação das suas polícias civis e militares, sendo, portanto, alteração que respeita as particularidades locais em um país de dimensão constitucional como o Brasil.

Essa emenda do Senador Blairo Maggi, na realidade, ela desconstitucionaliza a questão, ela transfere para a competência dos Estados a capacidade ou não de unificar as suas polícias. O Estado que desejar fazê-lo, o faz, e aquele que não desejar fazê-lo, não o faz. Vai considerar as suas peculiaridades, o ambiente de segurança existente em cada Estado da Federação brasileira.

Neste sentido e por força da Emenda Constitucional nº 102 fica assentado que o §10º do art. 144 da Constituição Federal passará a ter a seguinte redação:

É facultado à União, ao Distrito Federal e Territórios, e aos Estados a adoção de polícia única, no seu respectivo âmbito, cujas atribuições congregam as funções de polícia judiciária, a apuração de infrações penais, de polícia ostensiva, administrativa e a preservação da ordem pública.

Deve-se dizer, inclusive, sobre essa questão da segurança pública, que nós temos hoje uma lei complementar que outorga às Forças Armadas brasileiras o poder de polícia nas fronteiras brasileiras. Infelizmente até hoje, essa lei complementar não foi posta em prática, porque as Forças Armadas não assumiram, como deveriam ter feito, essas atribuições. Então, esse é outro aspecto dessa omissão do Governo Federal em relação a essa questão da segurança pública.

Mais adiante, ofereceremos um breve panorama histórico e político sobre a bipartição das forças policiais no Brasil, para deixar livre de dúvidas o caráter anacrônico, autocrático, centralizador e antidemocrático do sistema atual, contra o qual a Emenda Constitucional nº 102 afigura-se como eficaz ferramenta de reforma. Para ilustrar o tema, é de todo interessante relembrar como o Brasil, historicamente, chegou à situação atual, de duas polícias: uma militar, encarregada do policiamento ostensivo; e outra civil, com atribuições de polícia judiciária. No início do século 20, com a República e o modelo federativo, as antigas províncias, que se constituíram em estados autônomos, trataram desde logo de organizar-se, para preservar o modelo de autonomia conquistada.

Neste quadro político ainda por se consolidar, as Forças Armadas eram vistas pelas lideranças regionais como corporações a serviço da União. Temia-se, portanto, uma ação desagregadora por parte das Forças, crian-

do-se, com este temor, a tentativa de criação de dispositivos de resistência, capazes de dificultar ou mesmo impedir que o poder central investisse contra a autonomia das unidades federadas.

Foi assim que se constituíram pequenos exércitos estaduais chamados “Forças Públicas”, “Brigadas”, das quais a mais conhecida é a Força Pública do Estado de São Paulo.

Contra a organização militar da Força Pública e de sua utilização limitada aos problemas relativos à manutenção das instituições ou à defesa da dignidade da Pátria, encontram-se interessantes manifestações, como a destacada pelo jurista Hélio Bicudo, acerca de uma carta endereçada por um leitor ao jornal *O Estado de S. Paulo*, publicada em 19 de março de 1898, para se ver como a questão é antiga no Brasil.

Nesta carta, o missivista, mesmo não se dizendo contrário à organização militar dos batalhões da Força Pública, porque – abro aspas – “a organização militar pressupõe disciplina, sem a qual não há polícia”, sentia-se, entretanto, um contribuinte ludibriado, não compreendendo e não admitindo “que toda a Força Pública esteja por aí aquartelada, como se fosse um exército em tempo de paz, enquanto nós, cá fora” – são termos da carta –, “andamos expostos à sanha dos assassinos e à ousadia sempre crescente dos ladrões” – fecho aspas.

Vejam, Srs e Srs. Senadores, esta carta, que já data de mais de cem anos, traz preocupações e insatisfações com a segurança pública que bem poderiam ter sido escritas nos tempos atuais.

Os efetivos da Força Pública de São Paulo atingiram níveis superiores ao do próprio Exército em 1930. Em 1930, São Paulo tinha mais membros na sua Força Pública do que o Exército brasileiro – contava com 14.224 homens, ao passo que o Exército dispunha apenas de 3.675 homens –, chegando a ter artilharia de campo e até mesmo a dispor de aviões de combate. Serviu ela de núcleo de base aos movimentos contra o poder central deflagrados em 1924 e 1932.

Depois da derrota paulista na chamada Revolução Constitucionalista, começa o declínio da Força Pública, pois, diante do Estado unitário que se ia formando e que encontrou sua definição em 1937 como “Estado Novo”, não havia mais como falar em autonomia dos Estados, o que permanece até hoje. Nós somos uma Federação unitária, o que é um paradoxo, mas é verdade.

Foi ainda no governo Jânio Quadros que se chegou a constituir um grupo de trabalho que, sob a coordenação de um membro do Ministério Público, esteve na Inglaterra, em estudo e pesquisa que se estendeu por vários meses na Scotland Yard. Esse grupo de trabalho ofereceu detalhado e bem fundamentado relatório sobre as observações feitas e apresentou uma proposta de unificação das polícias que, por questões corporativas, não pôde prosperar.

O golpe de 1964 resolveu o problema, segundo as concepções da ideologia da segurança nacional, buscando a criação de uma força militar auxiliar, adestrada para responder aos atos da guerrilha desencadeada por organizações que contestavam, pela via da luta armada, a ditadura então estabelecida.

A centralização das Polícias Militares, com sua subordinação direta ao Exército, foi uma decisão diretamente ligada às dificuldades das Polícias Cíveis em lidarem com as tarefas impostas pela consolidação do regime autoritário, bem como ao desempenho das antigas forças policiais estaduais – Forças Públicas ou Brigadas – na luta armada posta em cena por alguns setores da oposição.

O governo militar, a partir de 1964, tratou de transformar as antigas milícias em forças auxiliares do Exército brasileiro, em obediência mesmo, repita-se, aos preceitos insertos na ideologia da segurança nacional. Assim, o comando geral das Polícias Militares passou a ser exercido por oficiais superiores do Exército, em todos os Estados brasileiros, praticamente, e só excepcionalmente, desde que houvesse anuência do Ministro do Exército, por oficial da própria tropa, conforme dispõe o §5º do art. 6º do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, ainda em vigor.

Já o Regulamento 200, aprovado pelo Decreto nº 66.862, de 8 de julho de 1970, determina que as Polícias Militares, para emprego em suas atribuições específicas ou como participantes da defesa interna ou da defesa territorial, ficarão diretamente subordinadas aos comandantes do Exército ou a comandantes militares da área.

Toda a legislação posterior a 1964 teve como tônica a preocupação de subordinar as milícias estaduais, as polícias militares estaduais ao comando geral e central das Forças Armadas, donde se pode concluir, ainda hoje, que as Polícias Militares não são corporações subordinadas aos Governos estaduais, mas diretamente sujeitas, hierárquica e operacionalmente, ao Exército; que o Estado Maior do Exército exerce, ainda, fiscalização administrativa sobre as Polícias Militares, mediante a atuação da Inspetoria Geral das Polícias Militares (art. 23 e §3º do Regulamento 200); e mais: que esses vínculos de subordinação hierárquica, operacional e administrativa são permanentes.

Em preciso comentário sobre o papel das Polícias Militares e a carga histórica que o antecede, diz ainda, com felicidade, o jurista Hélio Bicudo, escrevendo na última década do século passado, que tal papel – abro aspas – “aparece, portanto, bastante claro, qualificando as populações marginalizadas, as mais expostas a essa

guerra, com o conceito – advindo ainda da ideologia da segurança nacional – de inimigo interno, que cumpre eliminar” – fecho aspas.

Sr^{as} e Srs. Senadores, é impressionante que, 30 anos depois da democratização do Brasil, não se tenha conseguido, por razões corporativistas e pela pressão de interesses anacrônicos, avançar nem um passo na democratização das forças policiais para que, enfim, possam efetivamente servir ao povo e não ao Estado.

Não podemos mais fechar os olhos à realidade nacional. E falo da realidade de hoje, de um mundo complexo, competitivo, de demandas multidisciplinares, e não daquela realidade de meio século atrás, quando o que era nacional estava definido pelos ditames de um governo autocrático que se sobrepunha às reais necessidades da comunidade.

Desse modo, conclamo todos os Srs. Parlamentares, principalmente as Sr^{as} e os Srs. Senadores, para este passo de coragem, de determinada intenção de oferecer um passo decisivo contra o imobilismo, a inércia e a falta de projetos objetivos para a necessária preservação da segurança pública no Brasil. Estamos congelados no século XX, que já se foi, e não ousamos avançar, temerosos de contrariar interesses corporativistas e de enfrentar estruturas arcaicas e ineficazes, que só interessam a quem delas se alimenta.

Discutamos, pois, com urgência, a boa nova que é a Proposta de Emenda à Constituição nº 102/2011, e que esta Legislatura deixe para a Nação brasileira, como uma herança inolvidável, se não o remédio definitivo, uma atitude firme e consciente de mudança do terrível quadro da segurança pública nacional, com a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 102, de 2011.

Desse modo, Sr^{as} e Srs. Senadores, cada um de nós nesta Alta Casa Parlamentar estará escrevendo, assim, um novo capítulo na história deste País. E não duvidem: a história nos dirá “Muito obrigado!”.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB - MS) – Receba, eminente Senador Odacir Soares, meus cumprimentos pela oportunidade e precisão dos argumentos do seu pronunciamento, que traz à baila e à discussão do Senado da República uma questão que preocupa imensamente a população brasileira, que é a segurança pública.

Espero que o pronunciamento de V. Ex^a tenha repercussão sobretudo nas áreas que definem a política de segurança pública do nosso País.

Com essa manifestação de respeito ao discurso de V. Ex^a, permito-me convidá-lo para assumir a Presidência, para que eu possa fazer um pronunciamento da tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB - MS) – Mas, antes disso, Sr. Senador Odacir Soares, eu me permito também dizer que a Presidência recebeu a **Mensagem nº 251, de 2014**, na origem, da Excelentíssima Senhora Presidente da República, encaminhando o Projeto de Lei nº 13 de 2014-CN, que “*estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015*”.

O projeto lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O calendário de tramitação do Projeto de Lei do Congresso Nacional, estabelecido nos termos do art. 82 da Resolução nº 1, de 2006-CN, será publicado.

É o seguinte o calendário:

Calendário do PLN 13/2014 (art. 82 da Res. 1 de 2006-CN)

Leitura: 1º-9-2014

até 6/9	-	prazo para publicação e distribuição em avulsos;
até 6/10	-	prazo para realização de audiências públicas;
até 21/9	-	prazo para apresentação de emendas à receita e de renúncia de receitas ao projeto;
até 24/9	-	prazo para publicação e distribuição de avulsos das emendas à receita e de renúncia de receitas;
até 11/10	-	prazo para apresentação, publicação e distribuição do Relatório da Receita;
até 14/10	-	prazo para votação do Relatório da Receita e suas emendas;
até 19/10	-	prazo para apresentação, publicação e distribuição do Relatório Preliminar;
até 22/10	-	prazo para apresentação de emendas ao Relatório Preliminar;
até 25/10	-	prazo para votação do Relatório Preliminar e suas emendas;
até 4/11	-	prazo para apresentação de emendas ao projeto;
até 9/11	-	prazo para publicação e distribuição de avulsos das emendas;
até 28/11	-	prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação dos relatórios setoriais;
até 15/12	-	prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório do Relator-Geral;
até 20/12	-	prazo para encaminhamento do Parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional;
3 dias	-	prazo para implantação das decisões do Plenário do Congresso Nacional e geração de autógrafos, a partir da aprovação do parecer pelo Congresso Nacional.

A matéria será publicada em suplemento ao *Diário do Senado Federal* e disponibilizada em meio eletrônico no Portal do Congresso Nacional. **(vide item 4.1 do Sumário)**

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB - MS) – Convido, pois, o eminente Senador Odacir Soares para assumir a Presidência...

O SR. ODACIR SOARES (Bloco Maioria/PP – RO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só quero agradecer a V. Exª pelas palavras que acaba de pronunciar e lembrar a esta Casa e ao País, em função da notícia publicada na imprensa, nesse final de semana, de que o Supremo Tribunal Federal encaminhou mensagem ao Congresso Nacional propondo elevação dos subsídios dos Srs. Ministros da Suprema Corte brasileira, que tramita nesta Casa uma PEC dos magistrados brasileiros e do Ministério Público que cria a figura da verba indenizatória para estimular a participação dos advogados nos concursos públicos destinados a preenchimento de vagas na Justiça brasileira e também no Ministério Público. Nós não a apreciamos até hoje, apesar de a matéria já estar pronta para ser votada em primeiro turno.

Na Câmara dos Deputados, tramita na Comissão de Constituição e Justiça um projeto de lei também, oriundo do Supremo Tribunal Federal, de 2013, Srs. Senadores, que propõe um reajustamento salarial dos servidores do Poder Judiciário brasileiro. Até hoje, esse projeto não foi votado e se encontra lá dormitando, enquanto o salário da Justiça brasileira está defasado, não havendo também, da mesma maneira, estímulo para que as pessoas concorram aos diversos cargos do serviço público do Judiciário brasileiro.

Desse modo, agradeço a V. Exª a palavra, lembrando ao Congresso que nós temos a responsabilidade de atualizar a remuneração dos juízes brasileiros de maneira efetiva e permanente, e não apenas quando atualizamos o salário dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB - MS) – Reitero a V. Exª os meus cumprimentos pelo adendo que acaba de fazer.

O Sr. Ruben Figueiró deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Odacir Soares.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares. Bloco Maioria/PP - RO) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Odacir Soares, Srªs e Srs. Senadores, senhores ouvintes da Rádio Senado, senhores telespectadores da TV Senado, senhoras e senhores que nos honram com a sua presença neste plenário, a campanha eleitoral começou. Com ela, os *slogans* criados por marqueteiros competentes surgem para encantar o eleitorado – aspas: “Mais mudança, mais futuro”; “A nova política”; “Bem-vindo a um novo jeito de governar”; “Muda Brasil”; “Não vamos desistir do Brasil”; “O povo acordou por mais direitos”; “Seguir mudando”.

Enfim, uma série de frases de efeito que carregam, em sua maioria, a semântica da necessidade de o País sentir outros ventos, inclusive nas proferidas pela candidata governista. Em seu próprio programa de governo está expresso que é – abre aspas – “preciso inaugurar um novo ciclo de mudanças para superar problemas estruturais e seculares que ainda impedem o desenvolvimento pleno do País”. Ou seja, Srs. Senadores, o próprio PT reconhece que deixou por fazer muita coisa ao longo dos últimos 12 anos.

Na campanha, de um lado, é mostrado o Brasil cinematográfico, cor de rosa, com índices positivos, escamoteando muitas vezes uma realidade que não está tão boa quanto se quer fazer crer, Senador Fleury. De outro lado, radiografa-se o Brasil cinza, com índices negativos tanto na economia quanto na área social.

Na cabeça do cidadão que tem no horário eleitoral uma das principais fontes de informação para decidir o seu voto, fica o grande ponto de interrogação: quem está falando a verdade?

Imagino que alguns pensem: “realmente, pude comprar um carro financiado a perder de vista e com juros, mas antes eu não conseguia me dar ao luxo nem de sonhar em tê-lo”.

Por outro lado, Senador Odacir Soares: “continuo sem atendimento médico digno para a minha família; estou vendo o preço dos alimentos aumentar paulatinamente; tenho medo da violência” – conforme V. Exª acaba de ressaltar com tanta propriedade, Sr. Senador Presidente Odacir Soares –; “medo de perder meu emprego e, à minha volta, convivo com várias pessoas desempregadas”.

No frigir dos ovos, para muitos eleitores ainda está instalada a dúvida, mesmo que estejamos a pouco mais de um mês da eleição.

Por isso, a melhor alternativa é realmente buscar informações fidedignas, corretas e reais. Diferentes daquelas exibidas com lente multicolor.

Isso foi muito bem ressaltado em artigo publicado recentemente na *Folha de S.Paulo* pelo ex-Presidente do Banco Central, o Sr. Armínio Fraga. Sob o título – aspas – “Mitos do PT”, o futuro ministro da Fazenda de Aé-

cio Neves desconstruiu sete argumentos do Partido dos Trabalhadores para justificar o baixo desempenho da economia brasileira durante a gestão Dilma e ainda criticou a retórica agressiva e populista do PT. Para o economista, é preciso melhorar a qualidade do debate político com fatos e dados – aspas –: “Populismo e mentira são inimigos da democracia”, afirmou no artigo.

Armínio Fraga foi preciso na sua análise ao destacar que as desculpas da Senhora Presidente são “furdadas”. Trouxe contra-argumentos para justificativas do PT como “a culpa do baixo crescimento é da economia internacional”. Ele lembrou que, nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula, o Brasil cresceu a taxas médias muito próximas às da América Latina. Já na gestão da Senhora Presidente, o crescimento projetado ficou 2% abaixo do da região, o que demonstra que o problema é de gestão interna, e não externo.

Sr. Presidente, o economista Armínio Fraga ainda prossegue, criticando a premissa governista de que “os problemas da indústria são pontuais”. Na verdade, não são. Falta investimento em infraestrutura, que gira em torno de apenas 18% do PIB, quando deveria ser de 24%, conforme meta estabelecida pelo PSDB, o nosso Partido, Senador Fleury, para ser atingida até 2018. Armínio Fraga citou ainda outro mito: o de que o PSDB vai fazer – entre aspas – um “tarifaço”.

Diz ele – aspas –:

Aqui cabe perguntar, antes de mais nada, que situação é essa e como chegamos nela. Falo do irresponsável represamento dos preços de combustíveis e de energia e da taxa de câmbio. No campo dos combustíveis, sofre a Petrobras asfixiada em seu fluxo de caixa, sofre o setor de etanol, onde as falências crescem, e sofre o meio ambiente, com o absurdo subsídio implícito a combustíveis fósseis.

No setor elétrico, um movimento voluntarista de redução de tarifas saiu pela culatra, e vem gerando uma dívida bilionária com as distribuidoras de energia. Por último, a repressão da taxa de câmbio desestimula as exportações e pressiona ainda mais o déficit em contas correntes, hoje em 3,5% do PIB. [fecha aspas]

Este excelente artigo – repito, do eminente economista Armínio Fraga – só me fez confirmar que a decisão do presidenciável Aécio Neves de já anunciar o seu Ministro da Fazenda foi uma demonstração de seriedade e respeito ao cidadão. Além disso, provocou os adversários a já indicarem seus possíveis postulantes ao cargo para que a população tenha com mais clareza o que pretende cada candidato para a economia do País.

Sr. Presidente, Senador Odacir Soares, no primeiro debate entre os presidenciáveis, realizado pela Rede Bandeirantes na semana passada, ficou bem clara a posição de todos os candidatos. Ressaltaram-se os radicalismos de esquerda e direita. De um lado, Luciana Genro, do outro, Levy Fidelix, respectivamente, e a oposição mais centrada de Eduardo Jorge, do Partido Verde. Aécio Neves demonstrou segurança em suas posições e abertura ao diálogo. A Senhora Presidente manteve a estratégia de desfocalizar a realidade nacional.

Tanto que Aécio comentou na ocasião – aspas –: “O sonho de consumo do brasileiro é viver dentro da propaganda eleitoral do PT, onde não há inflação, não há desemprego, e o desemprego é pleno”. E Marina Silva demonstrou, em alguns momentos, posições inflexíveis.

Srs. Senadores, estudo recente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o mesmo que trata do IDH sobre a América Latina e o Caribe, destacou que houve redução da pobreza no Brasil, mas ressaltou que o maior responsável por isso não foram os programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, mas o crescimento econômico. Este, sim, responderia por 63% da queda da pobreza.

Talvez isso explique, Srs. Senadores, o clamor por mudanças por parte da população brasileira. E esse clamor explica o porquê de todos os principais candidatos à Presidência da República estarem batendo na mesma tecla da mudança, inclusive a própria Senhora Presidente. Pergunto, então, a V. Ex^{as}: é possível acreditar que quem já tem a oportunidade de dar uma guinada nos rumos da economia do País, e não o fez, o fará num segundo mandato? É uma indagação que todos nós eleitores deveremos fazer.

Em relação à candidata do Partido Socialista Brasileiro, a ex-Senadora Marina Silva, tenho respeito por sua trajetória de vida, mas vejo, em alguns momentos, incoerências entre sua palavra e suas ações. Inclusive, Excelências, eu ouvi em meu Estado, de onde regressei esta manhã, uma senhora dizer-me que a ex-Senadora Marina Silva é coerente com suas incoerências. É um dado muito importante, partindo de uma senhora tão simples a alertar-me e a todos nós de que essa expressão que parte, repito, de uma pessoa simples, deve ser analisado pelos eleitores que vão decidir os destinos de nossa Pátria no próximo dia 5 de outubro.

Agora, ela busca descolorir a condição de política de esquerda de sua origem por uma tinta mais próxima da cor alusiva ao centro. Nasceu com a defesa do meio ambiente e cresceu no PT. Encarou uma guerra com a atual Presidente Dilma, quando era Chefe da Casa Civil, entre o desenvolvimentismo e sustentabilidade, a qual saiu perdendo para a atual Presidente.

Talvez, por isso, me incomodem algumas incoerências que percebo na Sr^a Marina Silva. Como Ministra da gestão Lula, ela posicionou-se seriamente contrária à implantação das usinas de Santo Antônio, Belo Monte

e Jirau, sendo esses alguns dos motivos de sua saída do Governo. Agora, por interesses eleitorais, ela muda o discurso e diz que não é bem assim. Por interesses eleitorais, repito, ameniza algumas de suas posições radicais.

Aproveito aqui, Excelências, as palavras do colunista da *Folha de S.Paulo*, Luiz Fernando Vianna, que, na edição do dia 29 de agosto, disse – abre aspas –:

Marina está num partido do qual não gosta e que [também] não gosta dela. Voluntarista, indica que, estando em linha direta com Deus e com os eleitores, poderá esnobar o balcão de negócios que é a política brasileira. Verde de raiz, tem como vice um militante do agronegócio.

É também uma coerência dentro das incoerências que pratica.

Diz ainda o jornalista Luiz Fernando Vianna – não são expressões minhas, são dele, mas eu aqui as endosso – aspas –:

De passado inequivocadamente democrata, não tolera o contraditório, como mostrou em respostas impacientes ao Jornal Nacional. Fala em mudanças, mas não transige em posições que reforçam o pior conservadorismo, aquele que quer controlar a mais privada das esferas, que é o uso do próprio corpo (vide posições relacionadas ao aborto, casamento dentre pessoas do mesmo sexo e pesquisas com células-tronco)."

E finaliza o jornalista – aspas –: "Marina e seus eleitores precisam sair das sombras."

Sr. Presidente, Senador Odacir Soares, que nos honra ao presidir esta sessão neste instante, quero ressaltar que, neste panorama eleitoral, dentre todos os candidatos, está claro que o mais bem preparado, o que realmente representa uma mudança segura, pois deixa claro para a população brasileira quais são suas metas e objetivos reais para o Brasil, é o candidato do meu Partido, o PSDB, o Senador Aécio Neves. Tenho a plena convicção de que ele apresentará ao nosso País um jeito novo de governar e colocará a Nação no trilho certo rumo ao pleno desenvolvimento econômico e social do País.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, desta minha recente legislatura pelo meu Estado, visitando diversos Municípios, tentando levar, com a modéstia das minhas palavras, a opinião a respeito da atual conjuntura do nosso País e, particularmente, do nosso Estado, eu sinto, realmente, que há uma sensação muito grande de mudança, muito embora todos os partidos políticos não tenham, ainda, alcançado o verdadeiro sentimento do povo de um lado. E do outro lado, percebo, Sr. Presidente, até com certa desesperança, talvez, que há situações que não podem perdurar mais.

É a questão das finanças dos Municípios brasileiros, muito especialmente dos Municípios do meu Estado. Todos eles extremamente carentes de recursos; alguns, inclusive, sem recursos para pagar o seu funcionalismo, porque a União os deixou esqueléticos: transferiu-lhes responsabilidade e exauriu-lhes os recursos que eles tinham no FPM. É uma situação de muita calamidade e de extrema preocupação.

Espero que, decorrido este período eleitoral, as autoridades da República possam voltar os seus olhos para essa questão de penúria que penaliza os Municípios brasileiros. É uma expectativa que tenho, e a esperança sincera de que será possível, através desta convocação popular que se faz com as eleições, despertar nos homens que irão dirigir o Brasil amanhã que novas perspectivas precisam ser abertas, principalmente para os Municípios brasileiros.

Muito obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares. Bloco Maioria/PP - RO) – Nobre Senador Ruben Figueiró, ao abordar essa questão das eleições, V. Exª me lembra e chama atenção para o fato de que, a meu ver, estas eleições estão obrigando os candidatos à Presidência da República a explicitarem, de maneira clara e insofismável, os seus programas de governo.

Na minha modesta impressão, creio que quem vai ter mais dificuldade de fazer isso é exatamente a candidata do PSB, Marina Silva. A Presidente Dilma Rousseff já tem o programa de governo dela explicitado. O Senador Aécio Neves já explicitou o seu programa e o vem fazendo em todos os momentos da sua atividade como candidato, e, pelo que podemos observar das últimas notícias da imprensa brasileira, da *Folha de S.Paulo* e de *O Globo*, agora, quando da divulgação do programa de governo do PSB, já começaram a surgir modificações no programa, porque as matérias – segundo entrevistas de membros do PSB –, alguns assuntos inseridos no programa não deveriam estar no programa, porque não teriam sido suficientemente debatidos internamente.

Na realidade, tudo isso só está ocorrendo porque setores da sociedade brasileira que votariam na candidata Marina Silva reagiram pela e contra a inclusão de determinadas matérias no programa de governo da candidata.

Por outro lado, a *Folha de São Paulo* também publicou, na edição de ontem, a questão da consultoria que tem a ex-Senadora, através da qual ela realiza palestras em diversas partes do Brasil e até mesmo no exterior.

Ela está se negando a divulgar o nome dos seus clientes. Ora, eu entendo que um candidato à Presidência da República não pode se esconder sob o manto da proibição contratual de se divulgar nome de clientes que, no fundo, estão financiando a sua sobrevivência e no volume de quase R\$2 milhões. Acho que, nestes 30 dias que temos pela frente ainda, haverá momentos em que a sociedade brasileira vai exigir dos candidatos a explicitação correta dos seus programas de governo, sem deixar nenhuma dúvida quanto às suas posições.

Quero, terminando essa minha observação, cumprimentar V. Exª pela abordagem que faz com a mesma perspicácia, com o mesmo fundamento, com a mesma clareza na formulação das ideias, de modo que V. Exª honra o Senado Federal com a sua passagem por esta Casa.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Sr. Presidente, Senador Odacir Soares, registro como minhas as palavras de V. Exª. Realmente, essa incongruência no programa da Senadora Marina Silva representa uma preocupação que toda a população está começando a sentir, e creio que o quadro há de mudar em razão dessas manifestações feitas pelo seu Partido e pela própria candidata a presidente.

Muito obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares. Bloco Maioria/PP - RO) – Antes de passar a palavra para o Senador Fleury, a Presidência comunica o término do prazo de vigência, em 29 de agosto do corrente, da **Medida Provisória nº 644, de 2014**, que “*Altera os valores da tabela do imposto sobre a renda da pessoa física; altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e a Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007*”.

Nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, a Presidência da Mesa do Congresso Nacional comunicará o fato à Senhora Presidente da República e fará publicar, no *Diário Oficial da União*, ato declaratório de encerramento do prazo de vigência da referida Medida Provisória.

A matéria vai à Comissão Mista, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional. Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares. Bloco Maioria/PP - RO) – Com muita honra, concedo a palavra ao nobre Senador Fleury.

O SR. FLEURY (Bloco Minoria/DEM - GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ouvintes do sistema de comunicação desta Casa, do Senado Federal, é com grande satisfação que uso, mais uma vez, o direito de, neste momento, suplicar à nossa Presidenta o apoio às usinas deste País, que estão passando por grande dificuldade.

As usinas, que, no Governo anterior, eram a grande salvação do petróleo, eram a grande salvação da energia renovável, estão sendo hoje massacradas pelo Governo, que se esqueceu desse setor – é a terceira vez que toco neste assunto –, e não vimos nenhuma manifestação da Presidenta da República a respeito desse setor. Ela tem ignorado o setor que o ex-Presidente Lula sempre falava que era a salvação deste País; que o Brasil iria mostrar ao mundo uma energia renovável, limpa e condições de abastecer vários países.

Terra, gente para trabalhar e usineiros, nós temos. Agora, nós precisamos urgentemente, Senador, meu Presidente, que a Presidenta nos dê uma satisfação de por que ela se esqueceu e por que ela está pisando não apenas na goela dos usineiros, mas também na dos produtores de grãos.

Entramos agora numa nova safra. Vamos ter recordes, se Deus quiser, de produção, mas não teremos novamente lugar para armazenar o grão. Corremos risco – porque a indústria de grãos deste País é a céu aberto, temos no máximo 3% de pivôs, de lavoura irrigada – para produzir superávit para este País porque, a céu aberto, dependemos do tempo, da chuva, de São Pedro e de Deus. Nós temos que colocar os grãos no chão e, se chover ou se vier sol, vamos perder esse grão novamente, depois de tudo produzido.

Então, quero aqui mostrar a minha indignação com a falta de respeito deste Governo para com os produtores. Quando a Presidente sai do País, orgulha tanto os produtores, mas na hora em que chega aqui, esquece que este País tem usina, tem produtor de cana, tem produtor de álcool, tem produtor de grão e produtor de carne.

Mais uma vez, volto a esta Casa para falar e continuarei, em todas as sessões, a falar sobre a falta de respeito com os produtores deste País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares. Bloco Maioria/PP - RO) – V. Exª está se constituindo numa voz permanente nesta Casa em defesa do homem do campo, do produtor rural e também do agronegócio brasileiro. V. Exª faz bem quando traz essas questões para serem debatidas nesta Casa porque esta é a Casa da Federação. O agronegócio é uma atividade econômica majoritária no Brasil e V. Exª está de parabéns por ter feito, mais uma vez, uma abordagem no mesmo sentido sobre o mesmo tema.

Concedo a palavra ao nobre Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT - AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, telespectadores da TV, ouvintes da Rádio Senado, internautas que nos acompanham pela rede mundial de computadores, ocupo a tribuna neste momento para dar retorno do

excelente evento que realizamos na última sexta-feira, dia 29, juntamente com nosso colega Senador Walter Pinheiro, na cidade de Salvador, para discutir a ampliação e a qualidade do acesso à internet, avaliar os serviços e, principalmente, os desafios que estão colocados para efetiva execução do Programa Nacional de Banda Larga, o PNBL, criado pelo Governo Federal em maio de 2010, com o objetivo de fazer com que a internet seja acessível a todos, em todas as regiões do Brasil.

Esse programa tem por objetivo a democratização do acesso à internet de alta velocidade em todo o País. Por isso, é um programa que se reveste da maior importância. Exatamente por isso, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática do Senado (CCT) decidiu ficar com a responsabilidade de fazer o acompanhamento dessa política pública. A mim foi delegada a missão de conduzir esta discussão e de apresentar um relatório até o final de novembro. Estamos fazendo reuniões de avaliação, colocando frente a frente as operadoras do sistema Telebras, Anatel e outros organismos do Governo, como o Ministério das Comunicações, as operadoras e, do outro lado, os usuários, que têm manifestado de maneira clara, transparente, sem qualquer tipo de entrave, qual é a avaliação que têm do serviço de telefonia e também do Plano Nacional de Banda Larga no Brasil, como é que está a internet, hoje, nos mais diferentes pontos do Brasil.

A reunião em Salvador foi a segunda que realizamos para avaliar o Programa Nacional de Banda Larga, para ouvir a sociedade civil, os representantes do Governo, as empresas de telefonia e o maior interessado, o usuário, acerca das dificuldades enfrentadas no acesso e na cobertura da internet de alta velocidade, a chamada Banda Larga.

O primeiro encontro, realizado no Acre, aconteceu no dia 14 de agosto. A reunião em Salvador também discutiu o Marco Civil da Internet e as perspectivas de desenvolvimento de uma sociedade a partir da regulamentação do uso da rede mundial de computadores no Brasil. Promovido pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado, em parceria com a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, a Secretaria de Comunicação Social do Estado da Bahia, o Conselho Estadual de Comunicação do Estado da Bahia, o debate em Salvador contou com a presença da Secretária de Comunicação Social da Bahia, Marlupe Caldas; do Prof. Sérgio Amadeu, membro da Associação Brasileira de Pesquisadores de Cibercultura (Cidadania Digital e Internet); da advogada e especialista em Direito Digital Ana Paula de Moraes, que fez uma excelente interface com o Prof. Amadeu, e também contou com uma série de outros representantes das teles e do Governo; André Moura Gomes, representante do Ministério das Comunicações; Claudio Santana Laranjeira, representando a Telebras; Eduardo Levy, Diretor-Executivo do Sindicato das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações (SindiTelebrasil). Reuniu também a Prefeita Maria Quitéria, Presidente da União dos Prefeitos do Estado da Bahia, e teve uma participação, representando o conjunto dos prefeitos e das prefeituras, para externar qual é o sentimento que os Municípios isolados têm em relação aos serviços de telefonia e de internet no Brasil; e o representante do Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor), Prof. Nelson de Luca Pretto, que também representou a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) no encontro.

Também estiveram presentes nesse encontro o ex-Ministro das Comunicações, o engenheiro Juarez Quadros, que também teve uma participação de destaque, mostrando o quanto essa preocupação com a banda larga é um assunto atual e que tem um diálogo direto com todas as pessoas, em todas as regiões do Brasil, porque, hoje, praticamente tudo que acontece passa necessariamente pela necessidade de conexão.

Consideramos que esses dois temas, o Marco Civil da Internet e o Programa Nacional de Banda Larga, são fundamentais e os mais importantes da agenda das novas tecnologias da atualidade. São, inclusive, de vital importância para as localidades isoladas, tanto na Bahia quanto no Acre, e em outras regiões do Brasil. No entanto, no cenário atual, podemos considerar que um dos principais desafios do Plano Nacional de Banda Larga será justamente mudar o eixo de concentração de serviços mais satisfatórios, alterar a concentração que existe hoje no Sul e Sudeste e fazer esse serviço essencial chegar efetivamente a todos os cantos do Brasil. Para isso, é preciso aumentar o nível de investimento, a cobertura e a capacidade de uso por parte das pessoas, independentemente do seu poder econômico ou de sua localização geográfica.

A despeito dos argumentos apresentados no debate pelas operadoras de celular e pelo Governo, o debate apontou que as ações, na prática, ainda não foram suficientes para suprir as demandas e as necessidades dos usuários brasileiros. Na realidade, o que se tem é que a meta que se estabeleceu, lá nos idos de 2010, para ser atingida até 2014 está muito longe de ser atendida. Mesmo aqueles Municípios que são dados como Municípios onde o Plano Nacional de Banda Larga já tenha chegado, o nível de satisfação das pessoas, dos usuários, é muito baixo, exatamente porque falta um incremento a mais a garantir um serviço de qualidade.

As empresas de telefonia informaram um investimento de 29 bilhões apenas em 2013, de acordo com o Diretor-Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal, Eduardo Levy. Vivo, TIM, Oi, Embratel, segundo os dados apresentados, investem 80 milhões, por dia, nessa infraes-

trutura. No entanto, mesmo sendo expressivo, se comparado a outros setores do País, esse investimento ainda não garantiu um serviço bem avaliado.

A Telebrás, que foi recriada para ser mais uma força no mercado de internet, para ser mais uma opção de internet no mercado de atacado, e que ficou na centralidade da condução da implementação do Plano Nacional de Banda Larga, afirmou, no debate, que estão sendo cumpridas integralmente, e, em alguns casos, até superadas, as políticas de telecomunicações brasileiras.

Os objetivos da Telebrás, conforme foi destacado, estão centralizados no aumento da velocidade, na diminuição do preço de atacado, no aumento da cobertura. Entretanto, foi admitida a dificuldade que existe, hoje, para que a conexão possa chegar a pequenos Municípios, pequenos povoados, principalmente na região Amazônica. Um dos entraves seria o grande investimento necessário.

Já a Anatel, cuja atribuição é implementar as políticas públicas – e uma delas é o Programa Nacional de Banda Larga –, destacou um fato interessante: de fato, a sociedade não tem conhecimento nem informações suficientes sobre o que pode exigir. De um lado, as prestadoras de serviço dificultam a contratação dos serviços previstos no Plano Nacional de Banda Larga ou não informam o *link* com as informações sobre como contratar. É preciso que o usuário perceba essa dificuldade e reclame com a própria Anatel.

Há, ainda, outras dificuldades para o acesso precário. Nas escolas rurais, por exemplo, as informações apontam que 40% das escolas cadastradas no INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) estão com dados incorretos. Sobre a dificuldade de chegar à Região Norte, a Anatel informou que o serviço de banda larga tem de ser feito por demanda, mas nenhum dos 180 Municípios pediu acesso em banda larga. Direitos estão estabelecidos na regulamentação. Portanto, é preciso interação entre os quatro atores: Governo, Secretaria de Educação, escola e concessionária. Sem isso, o serviço não funciona.

O Governo também avaliou que os serviços estão dentro do contratado, mas que, por outro lado, os avanços na área são muito rápidos, gerando novas demandas. Na avaliação do representante do Ministério das Comunicações, o André Moura, será cumprida a meta do Plano Nacional de Banda Larga de levar internet rápida a 35 milhões de moradias até o final do ano, cobrando o valor de R\$35,00 mensais, pela velocidade de um giga. Mas, do outro lado da realidade, a percepção é outra.

Tanto o representante do IDEC (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor), o Prof. Nelson de Luca Pretto, quanto os usuários presentes na plateia foram contundentes nas críticas ao serviço de telefonia e internet, afirmando, inclusive, que não conseguiam um bom serviço de celular nem no local onde estávamos realizando aquele encontro.

Se há grande investimento por parte da iniciativa privada, o que falta para que tenhamos uma conexão de qualidade, uma conexão de boa velocidade?

Foi destacado que temos uma grande quantidade de aparelhos, mas com dificuldade grande do funcionamento do serviço. Aumentaram os acessos, mas a infraestrutura não acompanhou.

Hoje, a avaliação é que há passos tímidos para a disseminação da banda larga e que é preciso utilizar os recursos do FUST para avançar a passos largos com a banda larga no País.

O que podemos tirar desse debate é que, talvez, o grande desafio é que a banda larga tenha de ser pensada mais na ótica do cidadão brasileiro. Para a democratização da educação e da cultura, precisamos de um Plano Nacional de Banda Larga com rede pública, e a sociedade precisa exercitar seu direito à comunicação.

É preciso fortalecer a parceria com o Governo Federal, aumentar a competição e todos os *players* do mercado de internet, levar conexão para regiões onde há baixa competitividade.

Não há condições de atendermos todas as cidades do Brasil via fibra ótica, por isso a importância do uso do satélite para atingir áreas remotas.

Hoje, o Brasil possui 216 milhões de acessos a celulares, um crescimento, sem dúvida, expressivo, comparado aos 55 milhões de acessos em 2013. O problema é como difundir o acesso em todo o País, sem discriminar o interior, e manter uma qualidade aceitável.

Consideramos, portanto, que há a clara necessidade de estabelecermos uma política de prioridade de internet no País. Isso é fundamental.

Avaliamos que falta ao Governo criar um espaço de verdadeiro diálogo entre os atores envolvidos na implementação do Plano Nacional de Banda Larga. Sem isso, do jeito que está, essa intenção, que é uma excelente intenção, que dá um alento para todo o povo brasileiro, principalmente para os mais jovens que dependem de internet para tudo – para fazer suas pesquisas, para fazer cursos à distância, para fazer uma universidade aberta no Brasil e para buscar informações instantâneas sobre tudo... Os empresários também precisam de internet, é como um bem fundamental, hoje, indispensável.

Não se pode imaginar que esse plano vá acontecer a contento se não houver uma sala permanente de situação em que todos os problemas sejam discutidos e que haja uma tomada de decisão no sentido de fazer acontecer exatamente de acordo com aquilo que foi estabelecido no seu processo inicial.

Imaginem só a nossa Telebras. A Telebras assumiu a responsabilidade de comandar toda a infraestrutura necessária para a implantação do Plano Nacional de Banda Larga; logo, todas as redes de infraestrutura estarão a serviço ou devem estar a serviço da Telebras. No entanto, quem tem a rede de fibra ótica no Brasil, o órgão de Estado que tem, digamos assim, o poder sobre a rede de fibra ótica no Brasil, são exatamente as empresas do sistema elétrico – são as empresas do sistema elétrico que têm o poder sobre a rede de fibra ótica. E não há, a contento, um diálogo entre Telebras e Eletrobras para fazer com que essa infraestrutura seja utilizada. E, depois, mesmo que essa rede de fibra ótica esteja plenamente utilizada, que haja autorização de utilização dessa rede de fibra ótica, ela só vai atingir as capitais e alguns Municípios que ficam ao longo da passagem dessa rede de fibra ótica. E os outros Municípios que ficam fora desse eixo como serão atendidos?

Exatamente por isso, entra a necessidade de uma reunião permanente. O comitê gestor precisa se reunir e precisa fazer um levantamento de todos esses gargalos. O que está impedindo que a internet chegue lá no interior da Bahia? O que está impedindo que a internet chegue ao interior do Acre ou do Amazonas ou de Rondônia? O que pode ser feito para que as empresas operadoras sejam responsabilizadas, mas, ao mesmo tempo, que as condições sejam dadas para que elas possam prestar esse serviço?

Esse tipo de diagnóstico só vai acontecer quando o comitê gestor, quando uma sala de situação for efetivamente implementada para que esse debate seja feito de maneira permanente. Onde houver um problema tem de haver solução.

Porque, Senador Odacir Soares, eu não acredito na técnica isolada da vontade política. Eu acho que a mãe de todas as realizações é a vontade política. Quando há vontade política, reúnem-se as condições técnicas para fazer com que o projeto aconteça. E essa vontade política às vezes falta às pessoas que estão com a responsabilidade de conduzir o processo.

Nesse sentido, a Presidenta Dilma se deu conta de que o Plano Nacional de Banda Larga não avançou o que estava previsto ao longo de 2011 a 2014. Ela já se propôs a reformular a proposta. Isso está como um dos itens prioritários do seu plano de governo para o período de 2015 a 2018. Compete agora à equipe que está no Ministério das Comunicações e que está na Telebras. O próprio Ministério da Fazenda precisa também se sensibilizar para o tamanho do investimento que precisa ser feito.

A Telebras foi criada com o objetivo de ter um investimento de um bilhão/ano. Ao término de quase cinco anos de existência da Telebras, o investimento que foi feito não passou de 700 milhões. É claro que, se o aporte de recursos não é colocado à disposição da empresa, ela não vai poder cumprir com as suas finalidades.

Então, exatamente por isso, essas audiências públicas que estamos realizando são no sentido de nortear e de colher subsídios para que produzamos um relatório que contribua com o Ministério das Comunicações, que contribua com a Telebras, que contribua com o objetivo de fazer com que o Plano Nacional de Banda Larga verdadeiramente aconteça. Para isso, também tem de haver um trabalho de cobrança sério em cima das teles, em cima das empresas operadoras, porque elas precisam também manifestar total comprometimento com essa política pública.

É uma política pública que precisa ser levada a termo até os últimos detalhes. E, para isso, as operadoras precisam também ser solidárias com aquelas pessoas que procuram o Plano Nacional de Banda Larga e, às vezes, mesmo no *site* das operadoras, não encontram facilidade para aderir ao plano.

Essas facilidades têm de estar lá expostas. Se a pessoa quer o Plano Nacional de Banda Larga, ela não precisa se submeter a qualquer outra condição: ela quer o Plano Nacional de Banda Larga ao preço de R\$35,00 por um mega, ela tem de ter acesso a isso, porque está previsto, está garantido no plano. Então, esses aspectos todos estão sendo trabalhados.

A equipe técnica do Senado, a Consultoria do Senado está nos acompanhando nesses debates, bem como a equipe da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado. E eu tenho certeza de que nós vamos juntos produzir um relatório bem detalhado para expressar às pessoas e aos órgãos responsáveis pela condução dessa política no Brasil, pela implementação dessa política, para que elas possam ter uma noção exata, porque uma coisa é o relatório apresentado no papel.

O relatório apresentado no papel diz: “Mais de três mil Municípios já foram atendidos”. Aí a pergunta que não quer calar: com que qualidade? Os Municípios que estão atendidos já estão satisfeitos, plenamente satisfeitos com a qualidade do serviço que tem chegado até eles? Essa questão as operadoras têm de responder, a Telebras tem de responder, o Ministério das Comunicações tem de responder.

O fato é que uma vontade política expressa da nossa Presidenta Dilma não pode simplesmente esbarrar numa desarticulação dos órgãos que têm a responsabilidade de fazer o Plano Nacional de Banda Larga dar

certo. Eu digo isso com toda convicção, porque sei, Senador do Estado do Acre que sou, um Estado isolado, um Estado que passa por extremas dificuldades, Senador Odacir Soares. Imagine só que, no início deste ano, nós passamos quarenta dias completamente isolados, tendo de fazer transporte de víveres de primeira necessidade por via aérea. Imagine só o que será de um Estado desse se ele ficar completamente isolado também no que diz respeito à internet, se não tivermos possibilidade de fazer com que os programas educacionais aconteçam a contento.

Então, a internet hoje não é luxo, é necessidade, é um produto de primeira necessidade.

Durante a audiência pública que fizemos lá no Acre, nós tivemos a oportunidade de pegar o Sr. André, do Ministério das Comunicações, e levar ao núcleo de tecnologia da educação no Estado do Acre e pudemos sentir o quanto foi importante para ele sentir ali, na prática, a que se destina a internet. Ali os núcleos todos de educação a distância deixaram, de maneira cristalina, a sua reclamação, o seu apelo. Precisamos de internet de boa velocidade para poder chegar a todos os núcleos, para poder chegar a todos os nossos usuários, porque se as pessoas que estão lá nas localidades isoladas vão ter uma aula agendada para um determinado horário, e, naquele horário, a conexão cai, elas perdem a aula, é um prejuízo. Quem contabiliza esse prejuízo que está, digamos assim, causando danos a tantas pessoas no Brasil?

Então, exatamente por isso nós temos que considerar a internet, a necessidade de banda larga, como uma necessidade essencial, como um direito fundamental. Os cidadãos precisam desse direito. E exatamente por isso nós dedicamos tanta atenção a essa audiência pública.

Eu quero agradecer muito aqui, da tribuna do Senado, ao Senador Walter Pinheiro, que é um conhecedor profundo dessa temática. É uma pessoa muito comprometida com a causa das telecomunicações no Brasil, tem uma contribuição fantástica com o projeto de lei, a Lei das Teles. E várias outras propostas que passaram na Câmara dos Deputados e também aqui, no Senado, tiveram a contribuição direta do Senador Walter Pinheiro. Ele próprio tem uma crítica contundente a esse respeito. Tem uma crítica contundente porque falta aquilo que é o essencial para que as coisas aconteçam, que é a vontade política. Quando se tem vontade política, as outras condições são reunidas para que o projeto aconteça.

Então nós estamos completamente comprometidos no sentido de fazer com que o Plano Nacional de Banda Larga seja uma realidade. É uma proposta muito boa, é uma proposta includente, é uma proposta que vai contribuir para elevar econômica e socialmente o povo brasileiro, porque vai dar oportunidade de inclusão digital a milhões e milhões de brasileiros. Então, é uma proposta de altíssimo impacto e de altíssima relevância para o povo brasileiro, mas nós temos que juntar as peças desse quebra-cabeça e fazer com que o Plano Nacional de Banda Larga verdadeiramente aconteça, porque o povo brasileiro merece ter uma internet de boa velocidade para se comunicar com o mundo, para ter acesso ao conhecimento, à cultura, a uma infinidade de informações que estão disponibilizadas gratuitamente na rede mundial de computadores. E, agora, é por esse caminho que o desenvolvimento acontece.

Nós precisamos, para dar um salto de qualidade no nível educacional e cultural do povo brasileiro, ter acesso a essa tecnologia fantástica que é a internet, fazendo-a chegar a todos aqueles que querem crescer culturalmente, intelectualmente e também elevar o seu grau de cidadania para melhor contribuir com o avanço do Brasil, este Brasil fantástico que já deu tantos passos importantes até aqui. Tenho certeza de que a gente vai superar esse gargalo e fazer com que o Plano Nacional de Banda Larga... A internet de boa velocidade ainda vai ser uma realidade para a maioria absoluta do povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares. Bloco Maioria/PP - RO) – Senador Anibal Diniz, esse tema que V. Exª traz a esta Casa no dia de hoje é muito importante, porque eu acho que, no imaginário popular, está a ideia da má qualidade dos serviços da internet no Brasil e acho também que, no imaginário, está o fato de que isso resulta da insuficiência dos investimentos que as empresas executantes desse serviço deixaram de fazer.

Em qualquer parte do Brasil, mesmo em Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, o sinal de internet é ruim; nas regiões mais pobres do Brasil, pior ainda, e o telefone celular não funciona em todas as partes por falta de investimentos. O segredo é investimento. A vontade política à qual V. Exª se reporta é fundamental e essencial, mas a vontade política precisa estar acompanhada da fiscalização. Se não houver fiscalização, se continuarmos a multar as teles com multas vultosas, e se essas multas não forem cobradas pela agência de telecomunicações do Brasil, nós não vamos chegar nunca a essa qualidade da internet de que o povo brasileiro precisa. Nós compramos um serviço que é entregue a quem daquele pagamento que fazemos.

Eu louvo a abordagem que V. Exª faz nesta tarde sobre o assunto. V. Exª tem feito outras abordagens sobre o mesmo assunto relacionado com outros ministérios. É um assunto importantíssimo para o Brasil, mas se nós não avançarmos, se o Governo brasileiro não cobrar dos executantes, dos concessionários desses serviços

os investimentos que eles estão obrigados contratualmente a fazer, não vamos chegar a esse nível ideal que todos precisamos no Brasil.

Parabéns a V. Ex^a.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Obrigado, Senador Odacir. Gostaria também, para finalizar, agradecendo as observações de V. Ex^a, de dizer que, no final de semana, recebi uma cobrança de uma localidade que diz mais respeito ao Estado de Rondônia do que ao Estado do Acre, que é a localidade de Extrema.

Recebi a ligação de um grupo que estava reunido...

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares. Bloco Maioria/PP – RO) – Que faz parte da divisa de nossos Estados, não é?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Exatamente. Houve uma cobrança explícita sobre a justificativa do veto ao PLS 104, de 2014, aquele que prevê a regulamentação para a criação de novos Municípios no Brasil. Eu tive de dizer que também não tinha informação dessa justificativa. Talvez seja por razões econômicas...

Mas, Senador Odacir Soares, devo dizer que, antes de o PLS 104/2014 ser aprovado, foi aprovado o PLS 98, de 2002, e o PLS 98/2002 foi vetado por exatamente não apresentar as condições adequadas para a sua implementação.

No momento em que foi vetado o PLS 98/2002, quando havia grande movimento no Congresso Nacional para derrubar o veto, houve um acordo em que se envolvia diretamente a Liderança do Governo no Congresso, a Liderança do Governo no Senado e se construiu um caminho através do PLS 104 no sentido de não haver problema nenhum para o Executivo. Inclusive todas as ponderações postas pelo Executivo foram levadas em conta na formulação do PLS 104. Nós entendíamos que era um assunto absolutamente acordado, sem problema. Para nossa surpresa, essa matéria foi vetada pela Presidenta Dilma.

Então, estou aqui para dizer aos nossos telespectadores que lamento pelo veto, lamento que não tenha havido um diálogo com o Congresso para se chegar a esse entendimento. O próprio Líder do Governo na Casa, Senador José Pimentel, não foi consultado a esse respeito, e nós vamos ficar à espera de uma explicação por parte da assessoria política da Presidência da República, porque, verdadeiramente, eu não entendi o porquê do veto. Era uma situação absolutamente acordada e, depois, não se estava votando a criação de novos Municípios, mas apenas um regramento. Ou seja, a partir dessas regras estabelecidas, todas as localidades que reivindicam o direito de ser Município terão de obedecer a uma infinidade de critérios. Há um conjunto de critérios que deve ser estabelecido, desde população e viabilidade econômica e social a um plebiscito que aponte essa vontade do povo...

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares. Bloco Maioria/PP – RO) – A concordância do Município de origem.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – A concordância do Município de origem. A Assembleia Legislativa deve aprovar lei específica que ateste que aquela localidade tem condições de autossuficiência a partir das condições todas reunidas. Quer dizer, mesmo com a aprovação da lei, não significa que todas as localidades que querem se transformar em Municípios vão se transformar em Municípios. Então, verdadeiramente não entendi.

Acho que o momento não foi oportuno, não foi uma decisão feliz e fica aqui a minha observação a esse respeito. Acho que a assessoria política da Presidência da República precisa se comunicar imediatamente com as lideranças, tanto na Câmara quanto no Senado, para que saibamos quais foram os motivos que levaram a esse veto que frustrou a expectativa de centenas de localidades que estão pleiteando, a exemplo da Vila Extrema, na divisa entre Acre e Rondônia, da Vila Campinas, da Vila Santa Luzia, da Vila do V, lá em Porto Acre, e de várias outras localidades. Tenho certeza de que no Estado de Rondônia deve haver outras localidades e em outros Estados da Federação também há outras localidades pleiteando a possibilidade de ser Município, exatamente para fazer com que os serviços públicos fundamentais cheguem com maior eficiência aos cidadãos.

É um direito reivindicado, é um direito líquido e certo para aquelas localidades que apresentarem as condições adequadas para se tornar Municípios. Não vejo razão para que não criemos condições para que isso aconteça.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares. Bloco Maioria/PP - RO) – As razões foram de ordem econômica realmente e de ordem financeira, mas as razões foram erradas. São razões erradas, porque, como disse V. Ex^a, o projeto aprovado que foi para a sanção da Presidência da República só beneficiaria os distritos, as localidades que preenchessem os requisitos do projeto. Aqueles que não preenchessem ou não viessem a preencher evidentemente não seriam objeto de uma futura transformação de distrito em Município. Na realidade, o argumento econômico não se aplicaria aos distritos viáveis econômica e politicamente.

De modo que eu cumprimento V. Ex^a mais uma vez.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Obrigado, Senador Odacir.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares. Bloco Maioria/PP - RO) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 26 minutos.)

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DO GRUPO PARLAMENTAR BRASIL - AZERBAIJÃO

Aos seis dias do mês de agosto do ano dois mil e quatorze, às nove horas e trinta minutos, no Senado Federal - Ala Sen. Teotônio Vilela - Gab. 10, na cidade de Brasília - DF, reuniram-se os Parlamentares, cuja lista de presença segue anexa, integrantes da 54ª Legislatura, convidados pelo Senador Cristovam Buarque - PDT/DF, com o objetivo de instalar o Grupo Parlamentar Brasil - Azerbaijão. Este Grupo Parlamentar foi criado pela Resolução nº4/14, de 11 de abril de 2014, do Senado Federal. O Projeto de Resolução nº32/13, de autoria do Senador Cristovam Buarque - PDT/DF, visava criar o referido Grupo Parlamentar como serviço de cooperação interparlamentar, destinado a exercer a diplomacia parlamentar, com o objetivo intensificar o relacionamento entre as Casas Legislativas do Brasil e da República do Azerbaijão. Assumiu a presidência dos trabalhos o Senador Cristovam Buarque - PDT/DF. Após a verificação de quorum, o Presidente declarou aberta a reunião, agradeceu a presença de todos, e designou a Dra. Inubia Sfoggia para secretariar os trabalhos. Passando, a seguir, ao ITEM 1 da Pauta: APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO ESTATUTO. Apresentou proposta de Estatuto a qual, após examinada e discutida, foi aprovada, por unanimidade. Dando prosseguimento à Pauta, passou, de imediato, ao exame do assunto constante de seu ITEM 2: FILIAÇÃO DE SEUS MEMBROS E ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA. Informou que 43 Senadores aderiram ao GRUPO, dando as boas vindas aos mesmos. Apresentou a Chapa Única inscrita para a composição da Diretoria, a qual passou a ser examinada e discutida, sendo aprovada por aclamação. Após, declarou eleitos e empossou, imediatamente, os membros que comporão a Diretoria. **PRESIDENTE DE HONRA: Senador Renan Calheiros** - PMDB/AL, Presidente do Senado Federal. **COMISSÃO EXECUTIVA:** Presidente: **Senador Cristovam Buarque** - PDT/DF; Primeiro-Vice-Presidente: **Senador Sérgio Petecão** - PSD/AC; Segundo-Vice-Presidente: **Senador Flexa Ribeiro** - PSDB/PA; Primeiro-Secretário: **Senador Luiz Henrique da Silveira** - PMDB/SC; Segundo-Secretário: **Senador Randolfo Rodrigues** - PSOL/AP; Terceiro-Secretário: **Senador Cyro Miranda** - PSDB/GO e Quarto-Secretário: **Senador Acir Gurgacz** - PDT/RO. **CONSELHO CONSULTIVO:** Presidente: **Senador Humberto Costa** - PT/PE e Vice-Presidente: **Senador Jarbas Vasconcelos** - PMDB/PE, além do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal - CRE, **Senador Ricardo Ferraço** - PMDB/ES. A seguir, o Senador Cristovam Buarque, agora como Presidente eleito, agradeceu a confiança de seus colegas e manifestou o seu desejo de envidar todos os esforços para o fortalecimento dos laços de fraterna amizade e o incremento das relações políticas, comerciais e culturais com a República do Azerbaijão. Após, o Presidente designou a **Dra. Inubia A.C. Sfoggia** para Secretária Executiva do Grupo, determinando providências no sentido de comunicar às devidas autoridades sobre a instalação do Grupo e a constituição da sua Diretoria, e definir a Pauta para desenvolver os trabalhos a partir da próxima reunião, a ser agendada posteriormente.

ESTATUTO

O Estatuto do Grupo Parlamentar Brasil - Azerbaijão, aprovado na Reunião de Instalação do Grupo, realizada em 06 de agosto de 2014, passa a vigorar nos seguintes termos:

CAPÍTULO I DA CONSTITUIÇÃO, SEDE E OBJETIVOS

Art. 1º O Grupo Parlamentar Brasil - Azerbaijão, criado pela Resolução nº4/14, de 11 de abril de 2014, do Senado Federal, é reconhecido como serviço de cooperação interparlamentar, destinado a exercer a diplomacia parlamentar, com o objetivo de intensificar o relacionamento entre as Casas Legislativas da República Federativa do Brasil e da República do Azerbaijão, e reger-se-á pelo presente Estatuto.

Parágrafo único. O Grupo Parlamentar não tem objetivos político-partidários.

Art. 2º O Grupo Parlamentar será composto por parlamentares do Congresso Nacional no exercício do mandato.

Art. 3º O Grupo Parlamentar, com sede e foro em Brasília - DF, é constituído por prazo indeterminado e funcionará em dependências do edifício do Congresso Nacional.

§ 1º O fim da Legislatura não desativa o Grupo Parlamentar.

§ 2º No início de cada nova Legislatura, os membros do Grupo Parlamentar que tiverem sido reeleitos dele continuam a fazer parte, salvo expressa manifestação em contrário, e os novos Parlamentares serão convidados a nele ingressar.

Art. 4º A cooperação interparlamentar dar-se-á por meio de:

I - intercâmbio de experiências parlamentares de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, econômica e financeira, comercial, e do desenvolvimento sustentável, indispensáveis à análise, à compreensão, ao encaminhamento e à solução de problemas visando ao desenvolvimento das relações entre os Legislativos do Brasil e do Azerbaijão;

II - realização de congressos, seminários, simpósios, conferências, debates, estudos e encontros, de natureza multidisciplinar;

III - permuta periódica de publicações e trabalhos sobre matéria legislativa;

IV - visitas parlamentares;

V - outras atividades compatíveis com o objetivo do Grupo Parlamentar.

Parágrafo único. O Grupo Parlamentar poderá manter relações culturais e de intercâmbio, bem como de cooperação técnica, sob qualquer forma de auxílio e reciprocidade, com entidades nacionais e estrangeiras.

CAPÍTULO II DAS REUNIÕES DO GRUPO PARLAMENTAR

Art. 5º O Grupo Parlamentar reunir-se-á, no mínimo, duas vezes por ano, por convocação da Comissão Executiva ou a requerimento de, no mínimo, dez por cento de seus membros.

Parágrafo único. As reuniões do Grupo Parlamentar serão sempre anunciadas, com designação de local e hora, por correspondência escrita ou eletrônica, expedida com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO

SEÇÃO I DOS MEMBROS

Art. 6º O Grupo Parlamentar será integrado pelos parlamentares do Congresso Nacional ou do Senado Federal que o fundarem e pelos que a ele aderirem livremente, subscrevendo o Termo de Adesão, com direitos iguais de palavra, voto e mandato diretivo.

§ 1º Ao filiar-se o Parlamentar compromete-se a observar este Estatuto.

§ 2º Qualquer membro pode desligar-se do Grupo Parlamentar mediante requerimento a ser protocolado junto à Secretaria Executiva.

Art. 7º São direitos e deveres dos Membros:

I - Dos direitos:

- a) votar e ser votado na composição da Comissão Executiva e do Conselho Consultivo, na forma prevista neste Estatuto;
- b) intervir e votar nas reuniões do Grupo Parlamentar;
- c) participar dos subgrupos e missões do Grupo Parlamentar.

II - Dos deveres:

- a) cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto;
- b) acatar e cumprir as decisões plenárias e da Comissão Executiva;
- c) comparecer e votar nas reuniões do Grupo Parlamentar e dos órgãos de que for integrante.

**SEÇÃO II
DOS ÓRGÃOS**

Art. 8º O Grupo Parlamentar terá os seguintes órgãos:

I - Comissão Executiva;

II - Conselho Consultivo.

§ 1º O Grupo Parlamentar poderá ser constituído por Senadores e Deputados, ou somente por Senadores, tanto na Comissão Executiva como no Conselho Consultivo, obedecendo, quando for o caso, sempre que possível, a paridade de representantes de cada Casa Parlamentar.

§ 2º Até dois meses após o início da Primeira e da Terceira Sessões Legislativas Ordinárias de cada Legislatura, os Membros do Grupo Parlamentar reunir-se-ão para eleger os membros da Comissão Executiva e do Conselho Consultivo, em escrutínio secreto, sendo exigida a maioria de votos e a presença da maioria absoluta dos membros da Comissão Executiva ou, pelo menos, um terço dos membros filiados, convocados por correspondência escrita ou eletrônica, expedida com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

§ 3º O mandato dos membros da Comissão Executiva e do Conselho Consultivo será de dois anos, sendo permitida uma reeleição consecutiva.

§ 4º Se qualquer membro da Comissão Executiva ou do Conselho Consultivo deixar de fazer parte do respectivo órgão ou renunciar a sua permanência nele, proceder-se-á a escolha de seu sucessor, dentro de 5 (cinco) dias úteis, pela forma estabelecida no § 2º deste artigo, salvo se faltarem menos de cento e vinte dias para o término do mandato da Comissão ou do Conselho, caso em que os cargos serão preenchidos pelos Membros do Grupo Parlamentar, segundo o critério do parlamentar mais idoso, dentre os de maior número de legislaturas.

**SEÇÃO III
DA COMISSÃO EXECUTIVA**

Art. 9º A Comissão Executiva é o órgão dirigente do Grupo Parlamentar e será composta por:

- a) um ou dois Presidente de Honra;
- b) um Presidente;
- c) dois Vice-Presidentes;
- d) quatro Secretários.

§ 1º A Comissão Executiva reunir-se-á, ordinariamente, no mínimo, duas vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que convocada por seu Presidente, pela maioria absoluta de seus membros ou por, no mínimo, um terço dos membros do Grupo Parlamentar.

§ 2º A Comissão Executiva será instalada, em primeira convocação, com a maioria simples dos seus membros ou, em segunda convocação, 20 (vinte) minutos após a primeira, com qualquer número de

membros, sendo suas deliberações aprovadas por maioria simples dos presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade nos casos de empate.

§ 3º Os Presidentes de Honra serão o Presidente do Senado Federal e o da Câmara dos Deputados, ou apenas o Presidente do Senado Federal, no caso do Grupo Parlamentar ser constituído somente por Senadores, e a duração de seus mandatos coincidirá com a duração de seu termo na presidência da respectiva Casa.

Art. 10. Compete à Comissão Executiva:

I - organizar o programa de atividades do Grupo Parlamentar;

II - noticiar ao Grupo Parlamentar fatos recentes da política externa bilateral;

III - coligir trabalhos, estudos, pareceres e teses a serem apresentados às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e a outras Comissões do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, conforme a constituição do Grupo Parlamentar, ou em eventos nacionais ou internacionais;

IV - constituir delegação em missões diplomáticas ou autônomas do Congresso Nacional, ou do Senado Federal, conforme a constituição do Grupo Parlamentar;

V - indicar observadores parlamentares, em missões nacionais ou internacionais, dentre os servidores do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados, de acordo com a constituição do Grupo Parlamentar;

VI - comunicar à Presidência das respectivas Casas do Congresso Nacional, ou somente do Senado Federal, de acordo com a constituição do Grupo Parlamentar, para fins regimentais, os nomes dos integrantes de delegações ou dos observadores parlamentares;

VII - propor e homologar a admissão de novos membros;

VIII - propor e homologar a alteração dos Estatutos;

IX - fixar a competência do Secretário Executivo;

X - delegar ao Presidente, total ou parcialmente, suas competências;

XI - divulgar os trabalhos do Grupo Parlamentar;

XII - resolver os casos omissos neste Estatuto.

Art. 11. O Presidente da Comissão Executiva representa o Grupo Parlamentar, regula e fiscaliza os seus trabalhos.

§ 1º O Presidente, em suas ausências ou impedimentos, será substituído pelo Primeiro-Vice-Presidente e, na ausência deste, pelo Segundo-Vice-Presidente.

§ 2º Ausentes todos os membros da Comissão Executiva, a Presidência será exercida pelo parlamentar mais idoso do Grupo Parlamentar, dentre os de maior número de legislaturas.

§ 3º O Presidente poderá delegar aos Vice-Presidentes competência que lhe seja própria.

Art. 12. São atribuições do Presidente da Comissão Executiva:

I - representar o Grupo em suas atividades;

II - convocar e presidir as reuniões da Comissão Executiva;

III - fazer cumprir as resoluções da Comissão Executiva;

IV - manter a ordem e a solenidade necessárias nas reuniões do Grupo Parlamentar ou da Comissão Executiva;

V - conceder a palavra aos membros que a solicitarem;

VI - submeter à aprovação do Grupo Parlamentar a ata da reunião anterior;

VII - submeter à discussão matérias de interesse do Grupo Parlamentar;

VIII - dar conhecimento ao Grupo Parlamentar de todo expediente recebido e despachá-lo;

IX - decidir as questões de ordem e as reclamações;

X - votar, em caso de empate, nas reuniões da Comissão Executiva;

XI - distribuir aos membros do Grupo Parlamentar e às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional de ambas as Casas Legislativas, ou somente do Senado Federal, em sintonia com a constituição do Grupo Parlamentar, todas as informações recebidas sobre as relações bilaterais, de caráter oficial e não-oficial, bem como os trabalhos apresentados pelos membros do Grupo Parlamentar ou de qualquer outra origem, recebidos a título de colaboração;

XII - trabalhar em cooperação e coordenação com as Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou somente com a Comissão do Senado Federal, de acordo com a constituição do Grupo Parlamentar, apresentando-lhes as conclusões das discussões havidas no Grupo Parlamentar;

XIII - acionar o Conselho Consultivo para procedimentos de sua competência;

XIV - sugerir nomes para o Conselho Consultivo;

XV - propor a indicação de parlamentares para participarem de viagens internacionais;

XVI - designar o Secretário Executivo;

XVII - outras que decorram da natureza de suas funções e prerrogativas.

Parágrafo único. Caso as informações de que trata o inciso XI do caput deste artigo sejam de caráter privado e sigiloso, deverão ser assim tratadas pelos membros do Grupo Parlamentar, bem como pelas Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, ou somente do Senado Federal, em sintonia com a constituição do Grupo Parlamentar.

Art. 13. Os Secretários terão as designações de Primeiro, Segundo, Terceiro e Quarto, cabendo ao Primeiro superintender, com o auxílio dos demais, os serviços administrativos do Grupo Parlamentar.

Parágrafo único. Nas reuniões da Comissão Executiva, os Secretários substituir-se-ão conforme sua numeração ordinal, e assim substituirão o Presidente, na falta dos Vice-Presidentes.

Art. 14. O Presidente designará um Secretário Executivo do Grupo Parlamentar, escolhido dentre os servidores do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados, de acordo com a constituição do Grupo Parlamentar.

SEÇÃO IV DO CONSELHO CONSULTIVO

Art. 15. O Conselho Consultivo será composto por:

a) um Presidente e um Vice-Presidente, escolhidos entre os Membros do Grupo Parlamentar;

- b) pelos Presidentes das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional de ambas as Casas Parlamentares, ou somente do Senado Federal, de acordo com a constituição do Grupo Parlamentar.

§ 1º Todos os conselheiros terão, igualmente, direito a voz e a voto no âmbito das decisões do Conselho Consultivo.

§ 2º O Conselho Consultivo não terá poder deliberativo, somente poder de voto.

§ 3º O Conselho Consultivo poderá levar à consideração do Grupo Parlamentar qualquer assunto de interesse bilateral, cabendo aos seus membros avaliá-lo previamente à apreciação do colegiado.

§ 4º O Conselho Consultivo poderá ser acionado pelo Presidente da Comissão Executiva, por sua iniciativa, ou por solicitação de qualquer membro do Grupo Parlamentar, a critério do Presidente, para fornecer opiniões, estudos, bem como outras informações de interesse do Grupo.

Art. 16. Compete ao Conselho Consultivo:

I - auxiliar o Presidente na formulação de ações e políticas a serem executadas pelo Grupo Parlamentar ou sugeridas a órgãos públicos ou privados;

II - participar da promoção de programas, pesquisas, conferências, seminários e outras atividades de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, comercial, econômica e financeira, indispensáveis à análise, à compreensão, ao encaminhamento e à solução de problemas visando ao desenvolvimento das relações bilaterais;

III - discutir as questões fundamentais relacionadas com o desenvolvimento sustentável, de forma abrangente e interdisciplinar;

IV - difundir novas ideias, resultantes do convívio, do confronto e da interação entre as diversas áreas de atividades;

V - exercer competências e cumprir as atribuições que lhe forem delegadas pela Comissão Executiva.

CAPÍTULO IV DAS VIAGENS E MISSÕES INTERNACIONAIS

Art. 17. As viagens e missões internacionais dos membros do Grupo Parlamentar deverão ser custeadas pelos parlamentares designados para integrar as respectivas missões no exterior, salvo missões oficiais autorizadas, ou por convites oficiais de governos ou entidades.

Parágrafo único. É proibida a promessa de reciprocidade de custeamento de despesas e gastos a missões parlamentares estrangeiras que visitem o Congresso Nacional, ou o Senado Federal, de acordo com a constituição do Grupo Parlamentar.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

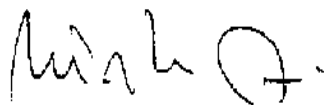
Art. 18. Em caso de lacuna neste Estatuto, aplicam-se as disposições do Regimento Interno Comum do Congresso Nacional ou do Senado Federal, de acordo com a constituição do Grupo Parlamentar.

Art. 19. No fim de cada gestão, a documentação pertinente ao Grupo Parlamentar deverá ser repassada para o novo Presidente do Grupo.

Art. 20. Este Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação.

Brasília, 06 de agosto de 2014.

A seguir, passou ao ITEM 3 da Pauta: ASSUNTOS GERAIS. O Senhor Presidente disse que gostaria de, na próxima reunião, definir um plano de trabalho do GRUPO PARLAMENTAR para o ano em curso, e pediu aos parlamentares que apresentem sugestões dos temas centrais que deverão determinar a sua pauta de atividades, visando à obtenção de resultados práticos e efetivos na consecução dos objetivos do GRUPO PARLAMENTAR. A seguir, informou que os assuntos da Pauta haviam sido esgotados, colocando a palavra à disposição para as considerações finais do Plenário. O Senhor Presidente concedeu a palavra aos Senadores Jarbas Vasconcelos - PMDB/PE e Flexa Ribeiro - PSDB/PA que cumprimentaram o Presidente eleito e demais membros da Diretoria, desejando sucesso a todos. Em continuidade, o Presidente agradeceu a presença dos Parlamentares e assessores, reafirmando a importância do GRUPO PARLAMENTAR e a sua determinação em estimular a mobilização dos Parlamentares do Congresso Nacional e, em especial, do Grupo Parlamentar Brasil - Azerbaijão para, junto com a Embaixada da República do Azerbaijão, poder implementar as metas de integração. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião da qual foi lavrada a presente ata, assinada pelo Presidente eleito Senador Cristovam Buarque - PDT/DF; pelo Primeiro-Secretário Senador Luiz Henrique da Silveira - PMDB/SC; e por mim, Inubia Sfoggia, Secretária Executiva. Brasília, 06 de agosto de 2014.



Senador CRISTOVAM BUARQUE
Presidente Eleito



Senador LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Primeiro-Secretário



INUBIA SFOGGIA
Secretária Executiva

[illegible]

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA**PRESIDENTE DE HONRA:**

Senador Renan Calheiros - PMDB/AL - Presidente do Senado Federal

COMISSÃO EXECUTIVA:

Presidente: Sen. Cristovam Buarque - PDT/DF
Primeiro-Vice-Presidente: Sen. Sérgio Petecão - PSD/AC
Segundo-Vice-Presidente: Sen. Flexa Ribeiro - PSDB/PA
Primeiro-Secretário: Sen. Luiz Henrique da Silveira - PMDB/SC
Segundo-Secretário: Sen. Randolfe Rodrigues - PSOL/AP
Terceiro-Secretário: Sen. Cyro Miranda - PSDB/GO
Quarto-Secretário: Sen. Acir Gurgacz - PDT/RO

CONSELHO CONSULTIVO:

- Presidente: Sen. Humberto Costa - PT/PE
- Vice-Presidente: Sen. Jarbas Vasconcelos - PMDB/PE
- Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal - CRE
Sen. Ricardo Ferraço - PMDB/ES

SECRETÁRIA EXECUTIVA: Dra. Inubia A.C. Sfoggia
Senado Federal

COMPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL
54ª LEGISLATURA

NOME PARLAMENTAR	PART.	UF	ALA	GAB.	TELEFONE	END. ELETRÔNICO
ACIR GURGACZ	PDT	RO	Teotônio Vilela	19	3303.3132	acir@senador.leg.br
AÉCIO NEVES	PSDB	MG	Anexo I - 11º and	1/6	3303.6049	aecio.neves@senador.leg.br
ANGELA PORTELA	PT	RR	Afonso Arinos	10	3303.6103	angela.portela@senadora.leg.br
ANÍBAL DINIZ	PT	AC	Teotônio Vilela	08	3303.4546	anibal.diniz@senador.leg.br
ANTONIO CARLOS VALADARES	PSB	SE	Teotônio Vilela	12	3303.2201	antoniocarlosvaladares@senador.leg.br
BENEDITO DE LIRA	PP	AL	Teotônio Vilela	02	3303.6148	benedito.lira@senador.leg.br
CASILDO MALDANER	PMDB	SC	Teotônio Vilela	14	3303.4206	casildomaldaner@senador.leg.br
CÍCERO LUCENA	PSDB	PB	Alexandre Costa	21	3303.5800	cicero.lucena@senador.leg.br
CIRO NOGUEIRA	PP	PI	Teotônio Vilela	01	3303.6185	ciro.nogueira@senador.leg.br
CRISTOVAM BUARQUE	PDT	DF	Teotônio Vilela	10	3303.2281	cristovam@senador.leg.br
CYRO MIRANDA	PSDB	GO	Tancredo Neves	51	3303.1962	cyro.miranda@senador.leg.br
EDUARDO BRAGA	PMDB	AM	Anexo I - 12º and	1/6	3303.6230	eduardo.braga@senador.leg.br
EDUARDO SUPPLY	PT	SP	Dinarte Mariz	02	3303.3213	eduardo.supply@senador.leg.br
EUNÍCIO OLIVEIRA	PMDB	CE	Anexo I - 17º and		3303.6245	eunicio.oliveira@senador.leg.br
FLEXA RIBEIRO	PSDB	PA	Alexandre Costa	01	3303.2342	flexaribeiro@senador.leg.br
FRANCISCO DORNELLES	PP	RJ	Teotônio Vilela	11	3303.4229	francisco.dornelles@senador.leg.br
GIM ARGELLO	PTB	DF	Anexo I - 14º and	04	3303.1161	gim.argello@senador.leg.br
HUMBERTO COSTA	PT	PE	Filinto Müller	01	3303.6285	humberto.costa@senador.leg.br
INÁCIO ARRUDA	PCdoB	CE	Filinto Müller	07	3303.5793	inacioarruda@senador.leg.br
JARBAS VASCONCELOS	PMDB	PE	Dinarte Mariz	04	3303.3245	jarbas.vasconcelos@senador.leg.br
JOÃO CAPIBERIBE	PSB	AP	Teotônio Vilela	22	3303.9011	capi@senador.leg.br
JOÃO DURVAL	PDT	BA	Teotônio Vilela	09	3303.3173	joaodurval@senador.leg.br
JOÃO VICENTE CLAUDINO	PTB	PI	Teotônio Vilela	06	3303.3055	j.v.claudino@senador.leg.br
JORGE VIANA	PT	AC	Ruy Carneiro	01	3303.6366	jorgeviana.acre@senador.leg.br
JOSÉ AGRIPINO MAIA	DEM	RN	Afonso Arinos	09	3303.2361	jose.agripino@senador.leg.br
JOSÉ PIMENTEL	PT	CE	Filinto Müller	13	3303.6390	gab.josepimentel@senado.leg.br
LINDBERGH FARIAS	PT	RJ	Teotônio Vilela	07	3303.6426	lindbergh.farias@senador.leg.br
LOBÃO FILHO	PMDB	MA	Tancredo Neves	54	3303.2311	lobaofilho@senador.leg.br
LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA	PMDB	SC	Nilo Coelho	02	3303.6446	luizhenrique@senador.leg.br
MARIA DO CARMO ALVES	DEM	SE	Nilo Coelho	08	3303.1306	maria.carmo@senadora.leg.br
MOZARILDO CAVALCANTI	PTB	RR	Ruy Carneiro	03	3303.4078	mozarildo@senador.leg.br
PAULO BAUER	PSDB	SC	Afonso Arinos	05	3303.6529	paulobauer@senador.leg.br
PAULO PAIM	PT	RS	Anexo I - 22º and	04	3303.5232	paulopaim@senador.leg.br
PEDRO TAQUES	PDT	MT	Afonso Arinos	04	3303.6550	pedrotaques@senador.leg.br
RANDOLFE RODRIGUES	PSOL	AP	Teotônio Vilela	17	3303.6568	randolfe.rodrigues@senador.leg.br
RENAN CALHEIROS	PMDB	AL	Edif. Principal		3303.3000	renan.calheiros@senador.leg.br
RICARDO FERRAÇO	PMDB	ES	Anexo I - 4º and	1/7	3303.6590	ricardoferraco@senador.leg.br
RUBEN FIGUEIRO	PSDB	MS	Afonso Arinos	03	3303.1128	ruben.figueiro@senador.leg.br
SÉRGIO PETECÃO	PSD	AC	Teotônio Vilela	21	3303.6706	sergiopetecao@senador.leg.br
VALDIR RAUPP	PMDB	RO	Teotônio Vilela	25	3303.2252	valdir.raupp@senador.leg.br
VANESSA GRAZZIOTIN	PCdoB	AM	Alexandre Costa	05	3303.6726	vanessa.grazziotin@senadora.leg.br
VITAL DO REGO	PMDB	PB	Anexo I - 18º and		3303.6747	vital.rego@senador.leg.br
WALDEMIR MOKA	PMDB	MS	Alexandre Costa	07	3303.6767	waldemir.moka@senador.leg.br

Agenda cumprida pelo Presidente Renan Calheiros

1º/09/2014
Segunda-feira

17h	Solenidade de posse dos ministros Francisco Falcão e Laurita Vaz, nos cargos de presidente e vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça Sala de Sessões do Plenário do Superior Tribunal de Justiça Setor de Administração Federal Sul, Qd 6, Lt 1, Trecho III

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão

Bloco-PTB - Eptácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
Bloco-PTB - Douglas Cintra** (S)
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PR - Antonio Carlos Rodrigues** (S)

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Antonio Aureliano* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Fleury** (S)
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PCdoB - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

Bloco-PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Ivonete Dantas* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

Bloco-PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PDT - Kaká Andrade** (S)

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Wilson Matos* (S)
Bloco-PT - Gleisi Hoffmann**
Bloco-PMDB - Roberto Requião**

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSDB - Ruben Figueiró* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

Bloco-PTB - Gim* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Odacir Soares** (S)
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

Bloco-PMDB - Kátia Abreu*
PROS - Ataídes Oliveira** (S)
Bloco-SD - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
PSB - João Capiberibe**
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA (Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Maioria - 26

PMDB-19 / PP-5 / PSD-1 / PV-1

Ana Amélia.	PP/RS
Benedito de Lira.	PP/AL
Casildo Maldaner.	PMDB/SC
Ciro Nogueira.	PP/PI
Eduardo Braga.	PMDB/AM
Eunício Oliveira.	PMDB/CE
Francisco Dornelles.	PP/RJ
Ivonete Dantas.	PMDB/RN
Jader Barbalho.	PMDB/PA
Jarbas Vasconcelos.	PMDB/PE
João Alberto Souza.	PMDB/MA
José Sarney.	PMDB/AP
Kátia Abreu.	PMDB/TO
Lobão Filho.	PMDB/MA
Luiz Henrique.	PMDB/SC
Odacir Soares.	PP/RO
Paulo Davim.	PV/RN
Pedro Simon.	PMDB/RS
Renan Calheiros.	PMDB/AL
Ricardo Ferraço.	PMDB/ES
Roberto Requião.	PMDB/PR
Romero Jucá.	PMDB/RR
Sérgio Petecão.	PSD/AC
Valdir Raupp.	PMDB/RO
Vital do Rêgo.	PMDB/PB
Waldemir Moka.	PMDB/MS

Bloco de Apoio ao Governo - 23

PT-13 / PDT-6 / PCdoB-2 / PSOL-1

PRB-1

Acir Gurgacz.	PDT/RO
Ana Rita.	PT/ES
Angela Portela.	PT/RR
Anibal Diniz.	PT/AC
Cristovam Buarque.	PDT/DF
Delcídio do Amaral.	PT/MS
Eduardo Suplicy.	PT/SP
Gleisi Hoffmann.	PT/PR
Humberto Costa.	PT/PE
Inácio Arruda.	PCdoB/CE
João Durval.	PDT/BA
Jorge Viana.	PT/AC
José Pimentel.	PT/CE
Kaká Andrade.	PDT/SE
Lindbergh Farias.	PT/RJ
Marcelo Crivella.	PRB/RJ
Paulo Paim.	PT/RS
Pedro Taques.	PDT/MT
Randolfe Rodrigues.	PSOL/AP
Vanessa Grazziotin.	PCdoB/AM
Walter Pinheiro.	PT/BA
Wellington Dias.	PT/PI

Zeze Perrella. PDT/MG

Bloco Parlamentar da Minoria - 17

PSDB-12 / DEM-4 / SD-1

Aécio Neves.	PSDB/MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB/SP
Antonio Aureliano.	PSDB/MG
Cássio Cunha Lima.	PSDB/PB
Cícero Lucena.	PSDB/PB
Cyro Miranda.	PSDB/GO
Fleury.	DEM/GO
Flexa Ribeiro.	PSDB/PA
Jayme Campos.	DEM/MT
José Agripino.	DEM/RN
Lúcia Vânia.	PSDB/GO
Maria do Carmo Alves.	DEM/SE
Mário Couto.	PSDB/PA
Paulo Bauer.	PSDB/SC
Ruben Figueiró.	PSDB/MS
Vicentinho Alves.	SD/TO
Wilson Matos.	PSDB/PR

Bloco Parlamentar União e Força - 10

PTB-6 / PR-4 / PSC

Alfredo Nascimento.	PR/AM
Antonio Carlos Rodrigues.	PR/SP
Blairo Maggi.	PR/MT
Douglas Cintra.	PTB/PE
Epitácio Cafeteira.	PTB/MA
Fernando Collor.	PTB/AL
Gim.	PTB/DF
João Vicente Claudino.	PTB/PI
Magno Malta.	PR/ES
Mozarildo Cavalcanti.	PTB/RR

PSB - 4

Antonio Carlos Valadares.	SE
João Capiberibe.	AP
Lidice da Mata.	BA
Rodrigo Rollemberg.	DF

PROS - 1

Ataídes Oliveira. TO

Bloco Parlamentar da Maioria.	26
Bloco de Apoio ao Governo.	23
Bloco Parlamentar da Minoria.	17
Bloco Parlamentar União e Força.	10
PSB.	4
PROS.	1
TOTAL.	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA**(por ordem alfabética)**

Acir Gurgacz* (Bloco-PDT-RO)	Fleury** (Bloco-DEM-GO)	Marcelo Crivella** (Bloco-PRB-RJ)
Aécio Neves** (Bloco-PSDB-MG)	Flexa Ribeiro** (Bloco-PSDB-PA)	Maria do Carmo Alves* (Bloco-DEM-SE)
Alfredo Nascimento* (Bloco-PR-AM)	Francisco Dornelles* (Bloco-PP-RJ)	Mário Couto* (Bloco-PSDB-PA)
Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco-PSDB-SP)	Gim* (Bloco-PTB-DF)	Mozarildo Cavalcanti* (Bloco-PTB-RR)
Ana Amélia** (Bloco-PP-RS)	Gleisi Hoffmann** (Bloco-PT-PR)	Odacir Soares** (Bloco-PP-RO)
Ana Rita* (Bloco-PT-ES)	Humberto Costa** (Bloco-PT-PE)	Paulo Bauer** (Bloco-PSDB-SC)
Angela Portela** (Bloco-PT-RR)	Inácio Arruda* (Bloco-PCdoB-CE)	Paulo Davim** (Bloco-PV-RN)
Anibal Diniz* (Bloco-PT-AC)	Ivonete Dantas* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Paim** (Bloco-PT-RS)
Antonio Aureliano* (Bloco-PSDB-MG)	Jader Barbalho** (Bloco-PMDB-PA)	Pedro Simon* (Bloco-PMDB-RS)
Antonio Carlos Rodrigues** (Bloco-PR-SP)	Jarbas Vasconcelos* (Bloco-PMDB-PE)	Pedro Taques** (Bloco-PDT-MT)
Antonio Carlos Valadares** (PSB-SE)	Jayme Campos* (Bloco-DEM-MT)	Randolfe Rodrigues** (Bloco-PSOL-AP)
Ataídes Oliveira** (PROS-TO)	João Alberto Souza** (Bloco-PMDB-MA)	Renan Calheiros** (Bloco-PMDB-AL)
Benedito de Lira** (Bloco-PP-AL)	João Capiberibe** (PSB-AP)	Ricardo Ferraço** (Bloco-PMDB-ES)
Blairo Maggi** (Bloco-PR-MT)	João Durval* (Bloco-PDT-BA)	Roberto Requião** (Bloco-PMDB-PR)
Casildo Maldaner* (Bloco-PMDB-SC)	João Vicente Claudino* (Bloco-PTB-PI)	Rodrigo Rollemberg** (PSB-DF)
Cássio Cunha Lima** (Bloco-PSDB-PB)	Jorge Viana** (Bloco-PT-AC)	Romero Jucá** (Bloco-PMDB-RR)
Cícero Lucena* (Bloco-PSDB-PB)	José Agripino** (Bloco-DEM-RN)	Ruben Figueiró* (Bloco-PSDB-MS)
Ciro Nogueira** (Bloco-PP-PI)	José Pimentel** (Bloco-PT-CE)	Sérgio Petecão** (Bloco-PSD-AC)
Cristovam Buarque** (Bloco-PDT-DF)	José Sarney* (Bloco-PMDB-AP)	Valdir Raupp** (Bloco-PMDB-RO)
Cyro Miranda* (Bloco-PSDB-GO)	Kaká Andrade** (Bloco-PDT-SE)	Vanessa Grazziotin** (Bloco-PCdoB-AM)
Delcídio do Amaral** (Bloco-PT-MS)	Kátia Abreu* (Bloco-PMDB-TO)	Vicentinho Alves** (Bloco-SD-TO)
Douglas Cintra** (Bloco-PTB-PE)	Lídice da Mata** (PSB-BA)	Vital do Rêgo** (Bloco-PMDB-PB)
Eduardo Braga** (Bloco-PMDB-AM)	Lindbergh Farias** (Bloco-PT-RJ)	Waldemir Moka** (Bloco-PMDB-MS)
Eduardo Suplicy* (Bloco-PT-SP)	Lobão Filho** (Bloco-PMDB-MA)	Walter Pinheiro** (Bloco-PT-BA)
Epitácio Cafeteira* (Bloco-PTB-MA)	Lúcia Vânia** (Bloco-PSDB-GO)	Wellington Dias** (Bloco-PT-PI)
Eunício Oliveira** (Bloco-PMDB-CE)	Luiz Henrique** (Bloco-PMDB-SC)	Wilson Matos* (Bloco-PSDB-PR)
Fernando Collor* (Bloco-PTB-AL)	Magno Malta** (Bloco-PR-ES)	Zeze Perrella** (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

2ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO

Ciro Nogueira - (PP-PI)

4º SECRETÁRIO

João Vicente Claudino - (PTB-PI)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Magno Malta - (PR-ES)

2º - Jayme Campos - (DEM-MT)

3º - João Durval - (PDT-BA)

4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 26</p> <p>Líder Eunício Oliveira - Bloco (63,70)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 19 Eunício Oliveira (63,70)</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104) Vital do Rêgo (107)</p> <p>Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64)</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88)</p> <p>Líder do PSD - 1 Sérgio Petecão (84,87)</p> <p>Líder do PV - 1 Paulo Davim (75)</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PCdoB/PSOL/PRB) - 23</p> <p>Líder Humberto Costa - Bloco (116,121)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,67,102) Inácio Arruda (89,96,115,127) Marcelo Crivella (36,120,128)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 13 Humberto Costa (116,121)</p> <p>Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,95) Aníbal Diniz (25,99) Paulo Paim (94) Eduardo Suplicy (103)</p> <p>Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz (49,55,67,102)</p> <p>Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86)</p> <p>Líder do PCdoB - 2 Vanessa Grazziotin (1,91,117)</p> <p>Vice-Líder do PCdoB Inácio Arruda (89,96,115,127)</p> <p>Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,76)</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (36,120,128)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM/SD) - 17</p> <p>Líder Vice-Líderes Mário Couto (34,61,123) Jayme Campos (28,106,110,124)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 12 Aloysio Nunes Ferreira (7,68,113)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (80) Paulo Bauer (5,35,74,79)</p> <p>Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,46,77)</p> <p>Líder do SD - 1 Vicentinho Alves (42,54,71,111)</p>
<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 10</p> <p>Líder Gim - Bloco (56,58,59)</p> <p>Vice-Líder Alfredo Nascimento (41,66)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 6 Gim (56,58,59)</p> <p>Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino (125) Mozarildo Cavalcanti (57,126)</p> <p>Líder do PR - 4 Alfredo Nascimento (41,66)</p> <p>Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92)</p> <p>Líder do PSC - 0</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Eduardo Braga - Governo (39)</p> <p>Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Jorge Viana Vital do Rêgo (107)</p>	<p>PSB - 4</p> <p>Líder Rodrigo Rollemberg - PSB (69,101)</p> <p>Vice-Líder Lídice da Mata (29,38,82,129)</p> <p>PROS - 1</p> <p>Líder Ataídes Oliveira - PROS (98,108,114)</p>

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.

7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senadora Lúcia Vânia é designada 3ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
43. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
44. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
45. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.

46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
52. Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
53. Em 10.10.2012, foi lido o Of. nº 0053/2012-GLPSD, que comunica a indicação do Senador Marco Antônio Costa, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
54. Em 17.10.2012, o Senador Vicentinho Alves afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Ofício GSVALV nº 415/2012).
55. Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, em 30.10.2012, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
56. Em 6.11.2012, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
57. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
58. Em 19.12.2012, foi lido o Of. 083/2012/GLPTB, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Partido no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015.
59. Em 19.12.2012, foi lido o Of. N. 236/2012-BLUFOR, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Bloco, no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015, e o exercício das Vice-Lideranças pelos Senadores Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim, João Costa e Blairo Maggi, respectivamente.
60. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLPSD, que comunica a reassunção da liderança do PSD pela Senadora Kátia Abreu.
61. Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar Minoria até o dia 31.01.2014.
62. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 11/2013-GSEL, que comunica a manutenção do Senador Eduardo Lopes como Líder do PRB.
63. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria, para o biênio 2013-2015, conforme OF. GLPMDB nº 009/2013.
64. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLDPP, que comunica a manutenção do Senador Francisco Dornelles como Líder do PP para o biênio 2013-2014.
65. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 1/2013-GLDPT, que comunica a indicação do Senador Wellington Dias como Líder do PT.
66. Em 01.02.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado Líder do PR, conforme Of. Leg. N. 001/2013-GLPR.
67. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 01/13-LPDT, que comunica a indicação do Senador Acir Gurgacz como Líder do PDT para o biênio 2013-2014.
68. Em 01.02.2013, foi lido o Of. s/n-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Aloysio Nunes Ferreira como Líder do PSDB.
69. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Líder do PSB, a partir de 04/02/2013, conforme OF. GLPSB Nº 0023/2013, lido em reunião preparatória do dia 1º de fevereiro de 2013.
70. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do PMDB, para o biênio 2013 - 2015, conforme o OF. GLPMDB nº 010/2013.
71. Em 04.02.2013, lido ofício do Senador Vicentinho Alves comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (D.O. nº 3.809, de 04 de fevereiro de 2013).
72. Em 05.02.2013, lido expediente comunicando continuar Líder do PSC no biênio 2013/2014 o Senador Eduardo Amorim.
73. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cícero Lucena para 3º Vice-Líder do PSDB.
74. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Paulo Bauer para 2º Vice-Líder do PSDB.
75. Em 05.02.2013, lido o OF. GSPDAV Nº 003/13, que comunica continuar Líder do Partido Verde na presente Legislatura o Senador Paulo Davim.
76. Em 05.02.2013, lido o Of. GSRR nº 00010/2013, que comunica a manutenção do Senador Randolfe Rodrigues como Líder do PSOL.
77. Em 05.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador José Agripino como Líder do DEM.
78. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Alvaro Dias para 2º Vice-Líder do PSDB.
79. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Paulo Bauer para 3º Vice-Líder do PSDB.
80. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cássio Cunha Lima para 1º Vice-Líder do PSDB.
81. Em 06.02.2013, o Senador João Costa é designado Líder do PPL, conforme Of. N. 012/2013-BLUFOR.
82. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 0024/2013, lido na sessão de 06.02.2013.

83. Senador João Costa comunica que o PPL passa a integrar o Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 011/2013-BLUFOR/SF, lido na sessão de 06.02.2013.
84. Em 13.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
85. Em 13.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada Vice-Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
86. Em 18.02.2013, o Senador Zeze Perrella é designado Vice-Líder do PDT, conforme OFÍCIO Nº 002/2013-GLDPDT.
87. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
88. Em 20.02.2013, a Senadora Ana Amélia é designada Vice-Líder do PP, conforme OFÍCIO Nº 08/2013-GLDPP.
89. Em 26.02.2013, o Senador Inácio Arruda é designado Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
90. Senador Wellington Dias é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. nº 20/2013-GLDBAG, lido na sessão de 26.02.2013.
91. Em 26.02.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada Vice-Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
92. Em 28.02.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado Vice-Líder do PR, conforme Ofício GLPR nº 007/2013, lido na sessão de 28.02.2013.
93. Senador Wilder Moraes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
94. Senador Paulo Paim é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
95. Senador Walter Pinheiro é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
96. Senador Inácio Arruda é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
97. Senador Cyro Miranda é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
98. Senador Ataídes Oliveira é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
99. Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
100. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
101. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
102. Senador Acir Gurgacz é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
103. Senador Eduardo Suplicy é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
104. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
105. Senador Ricardo Ferraço é designado 1º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
106. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. 25/13-GLDEM.
107. Senador Vital do Rêgo é designado 3º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. nº 180/2013-GLPMDB
108. Em 05.06.2013, foi aprovado o Requerimento nº 580, de 2013, de prorrogação da licença do Senador João Ribeiro, até 07/08/13. Em consequência, o Senador Ataídes de Oliveira, 1º Suplente, continua no exercício do mandato.
109. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. 142/2013-BLUFOR, lido na sessão de 2 de julho de 2013.
110. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 13.09.13, conforme o Requerimento nº 1.047/2013, aprovado na sessão de 10.09.13.
111. Senador Vicentinho Alves é designado Líder do SDD, conforme Ofício/GSVALV. nº 514/2013, lido na sessão de 2 de outubro de 2013.
112. Senador Wilder Moraes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDEM Nº 037/2013, lido na sessão de 23 de outubro de 2013.
113. Em 17.12.2013, foi lido o Ofício s/n do PSDB, comunicando a recondução do Senador Aloysio Nunes Ferreira como líder do PSDB para o exercício de 2014.
114. Senador Ataídes Oliveira é designado Líder do Partido Republicano da Ordem Social, conforme MEMO nº 13/2014 - GSAOLI lido na sessão de 3 de fevereiro de 2014.
115. Senador Inácio Arruda é designado Vice-líder do PCdoB, conforme Memo. 7/2013-GSINAR, lido na sessão de 4 de fevereiro de 2014.
116. Senador Humberto Costa é designado Líder do PT, conforme Of. 1/2014-GLDPT, lido na sessão de 4 de fevereiro de 2014.
117. Senadora Vanessa Grazziotin é designada Líder do PCdoB, conforme Memo. 7/2013-GSINAR, lido na sessão de 4 de fevereiro de 2014.
118. Senador Wilder Moraes é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme expediente lido na sessão de 12 de março de 2014.
119. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
120. Senador Marcelo Crivella é designado Líder do PRB, conforme OF. 004/2014 - GSMC, lido na sessão do dia 19 de março de 2014.
121. Senador Humberto Costa é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. 31/2014-GLDBAG, lido na sessão de 26 de março de 2014.

122. Senador Alvaro Dias é designado 3º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GLDMIN 4/2014, lido na sessão de 3 de abril de 2014.
123. Senador Mário Couto é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GLDMIN 4/2014, lido na sessão de 3 de abril de 2014.
124. Senador Jayme Campos é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GLDMIN 4/2014, lido na sessão de 3 de abril de 2014.
125. Em 08.04.2014, lido o Of. nº 018/2014-GLPTB, que comunica a indicação do Senador João Vicente Claudino para a 1º Vice-Líder do PTB.
126. Em 08.04.2014, lido o Of. nº 018/2014-GLPTB, que comunica a indicação do Senador Mozarildo Cavalcanti para a 2º Vice-Líder do PTB.
127. Senador Inácio Arruda é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 047/2014, lido na sessão de 13 de maio de 2014.
128. Senador Marcelo Crivella é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 047/2014, lido na sessão de 13 de maio de 2014.
129. Em 22/05/2014, é lido o Of. 2/2014-GLGOV, que comunica o desligamento da Senadora Lídice da Mata do cargo de Vice-Líder da Liderança do Governo.
130. Senador Wilder Morais licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 17/07/2014, conforme Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014, deferidos na sessão de 17/07/2014.
131. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 22/07/2014, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
132. Senador Alvaro Dias licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 05/08/2014, conforme Requerimentos nºs 725 e 726, de 2014, deferidos em 05/08/2014.

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) VIOLAÇÃO DO DIREITO HUMANO À SAÚDE

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 105, de 2013, do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a, no prazo de cento e vinte dias, apurar e analisar fatos e gravíssimas violações do direito humano à saúde causados por erros dos dirigentes, médicos e demais profissionais de hospitais públicos e privados - resultando em lesões físicas e causando vítimas fatais.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/02/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO (2,7)	1. VAGO (2,7)
VAGO (2,7)	2.
VAGO (2,7)	3.
VAGO (2,7)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB)	
VAGO (5,8)	1. VAGO (5,8)
VAGO (5,8)	2. VAGO (5,8)
VAGO (5,8)	
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD)	
Jayme Campos (DEM-MT) (1)	1. Mário Couto (PSDB-PA) (3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Magno Malta (PR-ES) (4)	1. VAGO (4,6)
Eduardo Amorim (PSC-SE) (4,9)	

Notas:

*. Número de suplentes alterado para 7 membros, em obediência ao art. 145, parágrafo 4º, do RISF.

**. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

1. Em 13.03.2013, o Sen. Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of.17/2013-GLDEM).

2. Em 13.3.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo e Sérgio Petecão são designados membros titulares; e o Senador Jarbas Vasconcelos, membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 80/2013 - GLPMD).

3. Em 13.03.2013, o Sen. Mário Couto é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of.86/2013-GLPSDB).

4. Em 13.03.2013, os Senadores Magno Malta e Eduardo Amorim são designados membros titulares e o Senador João Costa, membro suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of.41/2013-BLUFOR).

5. Em 15.03.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim e Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares e os Senadores Pedro Taques e Eduardo Lopes membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of.48/2013-GLDBAG).

6. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

7. Em 24.04.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Jarbas Vasconcelos deixam de compor a Comissão (Of. nº 169/2013-GLPMD).

8. Em 06.05.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim, Antonio Carlos Valadares, Pedro Taques e Eduardo Lopes deixam de compor a Comissão (Of. nº 71/2013-GLDBAG).

9. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 61 33033511

Fax: 61 33031176

E-mail: sscepi@senado.leg.br

2) CPI DA INVESTIGAÇÃO DO ASSASSINATO DE JOVENS NEGROS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.255, de 2013, da Senadora Lídice da Mata e outros Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a, no prazo de cento e oitenta dias, investigar o assassinato de jovens negros no Brasil.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 25/10/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Sérgio Souza (PMDB-PR) (2)	1. Sérgio Petecão (PSD-AC) (2)
Paulo Davim (PV-RN) (2)	2.
	3.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB)	
Paulo Paim (PT-RS) (1)	1. Eduardo Suplicy (PT-SP) (1)
Lídice da Mata (PSB-BA) (1)	2. Angela Portela (PT-RR) (1)
Ana Rita (PT-ES) (1)	
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD)	
Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (3)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
	1.

Notas:

*. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

1. Em 22.11.2013, os Senadores Paulo Paim, Lídice da Mata e Ana Rita são designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy e Ângela Portela são designados membros suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 137/2013 - GLDBAG)

2. Em 03.12.2013, os Senadores Sérgio Souza e Paulo Davim são designados membros titulares; e o Senador Sérgio Petecão é designado membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 318/2013-GLPMDB).

3. Em 04.12.2013, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 180/2013-GLPSDB).

3) CPI DOS TRANSPORTES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.467, de 2013, do Senador Roberto Requião e outros Senadores, composta por treze titulares e sete suplentes, destinada a, no prazo de seis meses, investigar (i) as razões das elevadas tarifas e os custos dos transportes rodoviários coletivos urbanos; (ii) a legalidade dos processos de licitação das concessões; (iii) a condução dos contratos de concessão; e (iv) legalidade e eficácia dos atos de definição tarifária e dos subsídios públicos (tributários e tarifários) às empresas detentoras das respectivas concessões.

Número de membros: 13 titulares e 7 suplentes

Leitura: 18/03/2014

Notas:

*. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

4) CPI DA PETROBRAS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 302, de 2014, do Senador Alvaro Dias e outros Senadores, composta por treze titulares e oito suplentes, destinada a, no prazo de cento e oitenta dias, investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal; e ao superfaturamento na construção de refinarias.

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) **Leitura:** 01/04/2014

RELATOR: Senador José Pimentel (PT-CE)

Designação: 13/05/2014

Instalação: 14/05/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
João Alberto Souza (PMDB-MA) (4)	1.
Valdir Raupp (PMDB-RO) (4)	2.
Vital do Rêgo (PMDB-PB) (4)	3.
Ciro Nogueira (PP-PI) (4)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB)	
José Pimentel (PT-CE) (1)	1. Anibal Diniz (PT-AC) (1,2)
Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1,2)	2. Jorge Viana (PT-AC) (1)
Humberto Costa (PT-PE) (1)	
Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)	
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD)	
Cyro Miranda (PSDB-GO)	1. Jayme Campos (DEM-MT)
	2. Vicentinho Alves (SD-TO)
VAGO (5)	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) (3)	1. Eduardo Amorim (PSC-SE) (3,6)
Gim (PTB-DF) (3)	

Notas:

1. Em 14.05.2014, os Senadores José Pimentel, Anibal Diniz, Humberto Costa e Acir Gurgacz são designados como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana e Vanessa Grazziotin são designados como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 45/2014-GLDBAG).
2. Em 14.05.2014, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular, em substituição ao Senador Anibal Diniz, que passa a ser membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 46/2014-GLDBAG).
3. Em 14.05.2014, os Senadores Antônio Carlos Rodrigues e Gim são designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim como membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Comissão (Of. 510/2014-BLUFOR).
4. Em 14.05.2014, os Senadores João Alberto Souza, Valdir Raupp, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira são designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 96/2014-GLPMDB).
5. Em 14.05.2014, o Senador Wilder Morais solicita a sua retirada deste Colegiado (Of.29/2014-GSWMOR).
6. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.

Secretário(a): Keny Cristina Rodrigues Martins

Telefone(s): 61 33033501

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) CT - REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Finalidade: Estudar o Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2010, que reforma do Código de Processo Civil.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

RELATOR: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

Designação: 30/04/2014

Instalação: 03/06/2014

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Ricardo Ferraço (PMDB)
Senador Vital do Rêgo (PMDB)	2. Senador Luiz Henrique (PMDB)
Senador Romero Jucá (PMDB)	3. Senador Francisco Dornelles (PP)
Senador Eduardo Braga (PMDB)	4.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB)	
Senador José Pimentel (PT)	1. Senador Inácio Arruda (PCdoB)
Senador Jorge Viana (PT)	2. Senador Pedro Taques (PDT)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Senador Humberto Costa (PT)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁷⁾
Senador Fleury (DEM) ^(1,6)	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Senador Blairo Maggi (PR) ^(2,3,5)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾	2.

Notas:

*. Em 28.05.2014, foi criada, nos termos do Ato do Presidente nº 8, de 2014, Comissão de Juristas para acompanhar os trabalhos da Comissão Temporária para estudo do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2010, com os seguintes membros: Ministro Luiz Fux, presidente; Professora Tereza Arruda Alvim Wambier; Professor Paulo Cesar Pinheiro Carneiro; Professor José Roberto dos Santos Bedaque; e, Professor Bruno Dantas.

**. Em 03.06.2014, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores José Pimentel e Antônio Carlos Valadares para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Vital do Rêgo (Mem. 01/2014-CTCPC).

1. Em 17/07/2014, o Senador Wilder Moraes licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014, deferidos na sessão de 17/07/2014.

2. Vago em virtude do fim da licença e o consequente retorno do titular do mandato, Senador Blairo Maggi.

3. Vago em virtude de o Senador Cidinho Santos não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Blairo Maggi, em 18.07.2014.

4. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.

5. Em 04.08.2014, O Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, na Comissão (Of. 542/2014-BLUFOR).

6. Em 5.8.2014, o Senador Fleury é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição ao Senador Wilder Moraes (Of. nº 14/2014-GLDEM).

7. Em 05/08/2014, o Senador Alvaro Dias licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 05/08/2014, conforme Requerimentos nºs 725 e 726, de 2014, deferidos em 05/08/2014.

2) CT - REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)**Finalidade:** Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****RELATOR:**

Designação: 04/02/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ⁽⁷⁾	
Senador José Pimentel (PT) ⁽⁴⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) ^(5,9)
Senador Aníbal Diniz (PT) ⁽⁴⁾	2. Senadora Angela Portela (PT) ⁽⁵⁾
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁴⁾	3. Senadora Ana Rita (PT) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB) ⁽¹⁾	1. VAGO ^(1,8)
Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽¹⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP) ⁽¹⁾
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽¹⁾	3. Senador Sérgio Petecão (PSD) ⁽¹⁾
Senador Francisco Dornelles (PP) ⁽¹⁾	4. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽⁶⁾	
Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	1.
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Senador Gim (PTB) ⁽²⁾	1.
	2.

Notas:

1. Em 04.02.2014, os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Jader Barbalho e Francisco Dornelles são designados membros titulares e o Senador Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia e os Senadores Sérgio Petecão e Benedito de Lira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 322/2013-GLPMDB).
2. Em 11.02.2014, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 6/2014-BLUFOR).
3. Em 14.02.2014, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 12/2014-GLPSDB).
4. Em 11.03.2014, os Senadores José Pimentel, Aníbal Diniz e Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/2014-GLDBAG).
5. Em 11.03.2014, o Senador João Capiberibe e a Senadora Angela Portela são designados membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/2014-GLDBAG).
6. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
7. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
8. Em 15.07.2014, vago em virtude de o Senador Clésio Andrade ter deixado o mandato.
9. Em 13.08.2014, o Senador João Capiberibe deixa a Comissão, e as Senadoras Vanessa Grazziotin e Ana Rita passam a integrar, como suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, a Comissão. (Of. 070/2014-GLDBAG)

3) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ^(3,6)

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁴⁾

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽⁵⁾

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

5. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

6. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

4) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE)

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012

Designação: 04/04/2012

Instalação: 13/11/2012

Prazo final prorrogado: 22/12/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ⁽⁷⁾	
Senador Humberto Costa (PT) ⁽³⁾	1. Senador Inácio Arruda (PCdoB) ⁽³⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴⁾	1. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Davim (PV) ⁽⁴⁾	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽⁶⁾	
Senador Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽⁵⁾

Notas:

*. Em 13.11.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Cícero Lucena para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Humberto Costa (Of. nº 001/2012-CEE-São Francisco).

**. Em 13.11.2012, foi lido o Requerimento nº 961, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2013.

***. Em 12.12.2013, foi lido o Requerimento nº 1.456, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2014.

1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).

2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 48/2012-GLDBAG).

4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB Nº 093/2012).

5. Em 12.11.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 234/2012-GLPSDB).

6. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

7. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

**5) CT - ACOMPANHAMENTO DA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA
EM PORTO VELHO, NOVA MAMORÉ E GUAJARÁ MIRIM**

Finalidade: Acompanhar a situação de emergência nos municípios de Porto Velho, Nova Mamoré e Guarájá Mirim, nos Estados de Rondônia e Acre, em decorrência das enchentes causadas pelas fortes chuvas (Requerimento nº 141, de 2014, do Senador Valdir Raupp)

Número de membros: 6

MEMBROS

Senador Aníbal Diniz (PT)

Senador Jorge Viana (PT)

Senador Sérgio Petecão (PSD)

Senador Acir Gurgacz (PDT)

Senador Ivo Cassol (PP) ^(1,2)

Senador Valdir Raupp (PMDB)

Notas:

*. Em 27.02.2014 foi aprovado o Requerimento nº 141, de 2014, que cria a presente Comissão e indica os senadores Aníbal Diniz, Jorge Viana, Sérgio Petecão, Acir Gurgacz, Ivo Cassol e Valdir Raupp para compor o colegiado.

2. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.

1. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.

**6) CT - DESTINADA A DEBATER E PROPOR SOLUÇÕES
PARA O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL**

Finalidade: Debater e propor soluções para o financiamento da educação no Brasil, no prazo de 90 dias.
(Atos do Presidente nºs 36 e 55, de 2013)

Número de membros: 10

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

RELATOR: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

Instalação: 01/10/2013

Prazo final prorrogado: 22/12/2014

MEMBROS

Senador Cyro Miranda (PSDB)

Senador Cristovam Buarque (PDT)

Senadora Angela Portela (PT)

Senadora Ana Amélia (PP)

Senador Ciro Nogueira (PP)

Senador Vital do Rêgo (PMDB)

Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽²⁾

Senador Paulo Paim (PT)

Senador Acir Gurgacz (PDT)

Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

*. Em 23.04.2014, foi publicado o Ato do Presidente nº 3, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de maio de 2014.

**. Em 28.05.2014, foi publicado o Ato do Presidente nº 7, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 27 de junho de 2014.

***. Em 02.07.2014, foi publicado o Ato do Presidente nº 10, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 9 de setembro de 2014.

****. Em 18.08.2014, foi publicado o Ato do Presidente nº 15, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 22 de dezembro de 2014.

1. Em 30.9.2013, o Senador Paulo Bauer é indicado para compor a Comissão (Ato do Presidente nº 40, de 2013).

2. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.

Secretário(a): GUILHERME BRANDÃO

Telefone(s): 61 33033508

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.gov.br

7) CT - DESTINADA A DEBATER E PROPOR SOLUÇÕES PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

Finalidade: Analisar os projetos em tramitação no Senado Federal que tratam de Segurança Pública no Brasil, bem como debater e propor soluções para o seu financiamento, no prazo de 90 (noventa) dias.

(Atos do Presidente n.ºs 37 e 39, de 2013)

Número de membros: 13

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

Instalação: 02/10/2013

Prazo final prorrogado: 22/12/2014

MEMBROS

Senador Vital do Rêgo (PMDB)

Senador Pedro Taques (PDT)

Senador Lindbergh Farias (PT)

Senador Eduardo Braga (PMDB)

Senador Lobão Filho (PMDB) ⁽¹⁾

Senador Douglas Cintra (PTB) ^(3,4)

Senador Eunício Oliveira (PMDB)

Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)

Senador Humberto Costa (PT)

VAGO ⁽²⁾

Senador Flexa Ribeiro (PSDB)

Senador João Capiberibe (PSB)

Senador Delcídio do Amaral (PT)

Notas:

*. Em 26.9.2013, foi publicado o Ato do Presidente n.º 39, de 2013, em aditamento ao Ato do Presidente n.º 37, de 2013.

**. Em 10.10.2013, foi publicado o Ato do Presidente n.º 46, de 2013, em aditamento ao Ato do Presidente n.º 37, de 2013, designando os Senadores Humberto Costa, Sérgio Souza e Flexa Ribeiro para integrarem a Comissão.

***. Em 23.10.2013, foi publicado o Ato do Presidente n.º 47, de 2013, em aditamento aos Atos do Presidente n.ºs 37 e 39, de 2013, designando os Senadores Lobão Filho e João Capiberibe para integrarem a Comissão.

****. Em 28.11.2013, foi publicado o Ato do Presidente n.º 51, de 2013, em aditamento aos Atos do Presidente n.ºs 37 e 39, de 2013, designando o Senador Delcídio do Amaral para integrar a Comissão.

*****. Em 18.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente n.º 53, de 2013, prorrogando o prazo final de funcionamento da Comissão até o dia 9.2.2014.

*****. Em 10.2.2014, foi publicado o Ato do Presidente n.º 2, de 2014, prorrogando o prazo final de funcionamento da Comissão até o dia 10.5.2014.

*****. Em 8.5.2014, foi publicado o Ato do Presidente n.º 4, de 2014, prorrogando o prazo final de funcionamento da Comissão até o dia 9.7.2014.

*****. Em 2.7.2014, foi publicado o Ato do Presidente n.º 11, de 2014, prorrogando o prazo final de funcionamento da Comissão até o dia 21.9.2014.

*****. Em 28.8.2014, foi publicado o Ato do Presidente n.º 16, de 2014, prorrogando o prazo final de funcionamento até o dia 22/12/2014.

1. Em 21.10.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de integrar a Comissão, nos termos do Of. 174/2013-GLPSDB.

2. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. n.º 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

3. Em 15.07.2014, o Senador Armando Monteiro licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 1 dia, a partir de 17.07.2014, conforme RQS n.º 685/2014, deferido na sessão de 15.07.2014.

4. Em 24.07.2014, o Senador Douglas Cintra é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Armando Monteiro (Of. n.º 529/2014 - BLUFOR).

8) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 19/12/2014

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figuerêdo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

** Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

*** Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

**** Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

***** Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

***** Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

***** Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

***** Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

***** Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

***** Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

***** Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

***** Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

***** Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

***** Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

***** Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

9) COMISSÃO DE JURISTAS PARA ACOMPANHAR A COMISSÃO TEMPORÁRIA DE REFORMA AO CPC

Finalidade: Acompanhar os trabalhos da Comissão Temporária para estudo do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2010, que reforma o Código de Processo Civil.

(Ato do Presidente nº 8, de 2014)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Ministro Luiz Fux

MEMBROS

Ministro Luiz Fux

Professora Tereza Arruda Alvim Wambier

Professor Paulo Cesar Pinheiro Carneiro

Professor José Roberto dos Santos Bedaque

Professor Bruno Dantas Nascimento

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ^(89,58,86)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ^(13,68,94)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT) ^(10,14,61)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) ⁽³³⁾
José Pimentel (PT) ^(9,10)	3. Anibal Diniz (PT) ^(41,42)
Gleisi Hoffmann (PT) ⁽⁹⁰⁾	4. Humberto Costa (PT) ^(57,90)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Cristovam Buarque (PDT) ^(34,35,46,47,70)	6. Acir Gurgacz (PDT) ^(8,70)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(62,65)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(62,66)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	8. Inácio Arruda (PCdoB)
	9. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁹⁾	
Eduardo Braga (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	1. Casildo Maldaner (PMDB) ⁽⁶⁰⁾
VAGO ^(60,87)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(17,22,60)
Valdir Raupp (PMDB) ^(36,37,49,50,60,73)	3. Lobão Filho (PMDB) ^(60,83)
Roberto Requião (PMDB) ^(60,64)	4. Eunício Oliveira (PMDB) ^(60,63)
Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	5. Waldemir Moka (PMDB) ⁽⁶⁰⁾
Romero Jucá (PMDB) ^(60,63)	6. VAGO ^(3,7,16,26,27,60,99)
Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	7. Ana Amélia (PP) ⁽⁶⁰⁾
Odacir Soares (PP) ^(60,97,98,107)	8. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁰⁾
Francisco Dornelles (PP) ^(11,12,18,20,60)	9. Benedito de Lira (PP) ^(5,60)
Kátia Abreu (PMDB) ^(23,25,43,44,55,59,60,82)	
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽⁹³⁾	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(1,56)	1. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁵⁶⁾
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁶⁾	2. Vicentinho Alves (SD) ^(2,56,95,96)
Alvaro Dias (PSDB) ^(56,109)	3. Paulo Bauer (PSDB) ⁽⁵⁶⁾
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) ^(30,31,32)
Jayme Campos (DEM) ^(30,79,81,85,88)	5. Fleury (DEM) ^(4,15,40,101,108)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ^(29,45,94)	
Douglas Cintra (PTB) ^(67,100,105)	1. Gim (PTB) ^(67,74)
João Vicente Claudino (PTB) ^(67,74,78)	2. Alfredo Nascimento (PR) ^(48,67,75,78)
Blairo Maggi (PR) ^(26,27,28,53,67,91,92,102,103,106)	3. Eduardo Amorim (PSC) ^(38,39,51,52,67,71,72,76,104,110)

Antonio Carlos Rodrigues (PR) (6,54,67)

4. VAGO (21,67,77,80,84)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lidice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

5. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

6. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

7. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

8. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).

9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

10. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).

11. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

12. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

13. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

14. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of. nº 060/2011-GLDEM).

16. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 271/2011 - GLPMDB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
21. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
22. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
23. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
24. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
26. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
27. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 32/2012).
28. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
31. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (Of. Nº 027/12-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
33. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).
34. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
35. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 089/2012-GLDBAG).
36. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
37. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
38. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
39. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. Nº 075/2012-BLUFOR/SF).
40. Em 29.08.2012, é lido o Of. nº 046/12-GLDEM, designando o Senador Wilder Moraes como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, a partir de 10.09.2012, em substituição ao Senador Clovis Fecury.
41. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
42. Em 14.09.2012, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 109/2012-GLDBAG).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 139/2012 - GLDBAG).
48. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
49. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
50. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 361/2012).
51. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.

52. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. Nº 213/2012-BLUFOR).
53. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
54. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
55. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (OFÍCIOS nºs 012 e 013/2013-GLPSD).
56. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 007/13-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 012/2013 - GLDBAG).
58. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lindbergh Farias e Sérgio Souza Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 007/2013 - CAE).
59. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme Of. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
60. Em 26.02.2013, foram lidos os Ofícios GLPMDB nº 36 e 64/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Sérgio Souza, Jader Barbalho, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu como membros titulares e os Senadores Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, Waldemir Moka, Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 26.02.2013, o Senador Pedro Taques é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Zeze Perrella (Of. nº 17/2013-GLDBAG).
62. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar sua suplência (Of. GLDBAG nº 023/2013).
63. Em 27.02.2013, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 074/2013).
64. Em 12.03.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. GLPMDB nº 113/2013).
65. Em 14.03.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 46/2013).
66. Em 14.03.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. GLDBAG nº 46/2013).
67. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Gim, Blairo Maggi e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores João Vicente Claudino, Eduardo Amorim, João Costa e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 42/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 07.02.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é confirmado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. 0012/2013-GLPDSB).
70. Em 27.03.2013, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Acir Gurgacz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 57/2013-GLDBAG).
72. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 88/2013-BLUFOR)
71. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
73. Em 24.04.2013, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Jader Barbalho (Of. 165/2013-GLPMDB).
76. Em 7.5.2013, o Senador Eduardo Amorim passa a ocupar a terceira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
75. Em 7.5.2013, o Senador João Vicente Claudino passa a ocupar a segunda suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
74. Em 7.5.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Gim, que passa a ocupar a primeira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
77. Em 7.5.2013, o Senador Vicentinho Alves passa a ocupar a quarta suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
78. Em 08.05.2013, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, que passa a ocupar a vaga de membro suplente (Of. 104/2013BLUFOR).
79. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
80. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 172/2013-BLUFOR).
81. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
82. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
83. Em 10.10.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 286/2013-GLPMDB).
84. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.

85. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
86. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
87. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
88. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
89. Em 11.02.2014, a Comissão reunida elegeu o Senador Luiz Henrique Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2014 - CAE).
90. Em 11.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Humberto Costa, que passa a integrar a Comissão como membro suplente, no lugar do Senador Eduardo Lopes (Of. nº 13/2014 - GLDBAG).
91. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
92. Em 13.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 16/2014-BLUFOR).
93. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
94. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
95. Vaga cedida temporariamente ao SD (Of. nº 34/2014-GLPSDB).
96. Em 29.04.2014, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, em substituição ao Senador Aécio Neves (Ofício nº 241/2014-GSVALV).
97. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
100. Em 15.07.2014, o Senador Armando Monteiro licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 1 dia, a partir de 17.07.2014, conforme RQS nº 685/2014, deferido na sessão de 15.07.2014.
99. Em 15.07.2014, vago em virtude de o Senador Clésio Andrade ter deixado o mandato.
98. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
101. Em 17/07/2014, o Senador Wilder Moraes licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014, deferidos na sessão de 17/07/2014.
102. Vago em virtude do fim da licença e o consequente retorno do titular do mandato, Senador Blairo Maggi.
103. Vago em virtude de o Senador Cidinho Santos não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Blairo Maggi, em 18.07.2014.
104. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
105. Em 24.07.2014, o Senador Douglas Cintra é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Armando Monteiro (Of. nº 521/2014 - BLUFOR).
106. Em 04.08.2014, O Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, na Comissão (Of. 533/2014-BLUFOR).
109. Em 05.08.2014, o Senador Alvaro Dias licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 05/08/2014, conforme Requerimentos nºs 725 e 726, de 2014, deferidos em 05/08/2014.
108. Em 5.8.2014, o Senador Fleury é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição ao Senador Wilder Moraes (Of. nº 14/2014-GLDEM).
107. Em 5.8.2014, o Senador Odacir Soares é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 155/2014-GLPMDB).
110. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 546/2014 - BLUFOR).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 / 3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

Instalação: 09/07/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ⁽⁶⁾	
Walter Pinheiro (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Benedito de Lira (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Kátia Abreu (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽⁵⁾	
Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁹⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Wilder Morais (DEM) ^(1,7)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
João Vicente Claudino (PTB)	1. Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁸⁾

Notas:

1. Em 30.4.2013, o Senador Wilder Morais é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. 90/2013-CAE)

2. Em 09.07.2013, a Senadora Ana Amélia e o Senador Waldemir Moka foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, na Subcomissão (Of. nº 183/2013-CAE).

3. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).

4. Em 25.03.2014, vago em virtude de o Senador Jader Barbalho não pertencer mais à Comissão de Assuntos Econômicos (Of. nº 32/2014 - CAE).

5. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

6. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

7. Em 17/07/2014, o Senador Wilder Morais licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014, deferidos na sessão de 17/07/2014.

8. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.

9. Em 05/08/2014, o Senador Alvaro Dias licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 05/08/2014, conforme Requerimentos nºs 725 e 726, de 2014, deferidos em 05/08/2014.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 85/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Walter Pinheiro, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues, como titulares, e dos Senadores Delcídio do Amaral, Acir Gurgacz e Eduardo Lopes, como suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo; da Senadora Ana Amélia e dos Senadores Casildo Maldaner e Waldemir Moka, como titulares, e da Senadora Kátia Abreu e dos Senadores Benedito de Lira e Jader Barbalho, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; dos Senadores Alvaro Dias e José Agripino, como titulares, e da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Aloysio Nunes Ferreira, como suplentes, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador João Vicente Claudino, como membro titular, e do Senador Eduardo Amorim, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (1,11)	
Delcídio do Amaral (PT) (5,6)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (3,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (2)	
Benedito de Lira (PP) (8)	1. VAGO (9)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) (10)	
Cyro Miranda (PSDB) (7)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Armando Monteiro (PTB) (12)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 3. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
 4. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CAE (Of. nº 089/2012 - GLDBAG).
 5. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
 6. Em 12.03.2013, vago em virtude da solicitação contida no OF. nº 014/2013 -CAE.
 7. Em 23.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 87/2013-CAE).
 8. Em 25.06.2013, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (OF. nº 165/2013-PRESIDÊNCIA/CAE).
 9. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
 10. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
 11. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
 12. Em 15.07.2014, o Senador Armando Monteiro licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 1 dia, a partir de 17.07.2014, conforme RQS nº 685/2014, deferido na sessão de 15.07.2014.
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimental para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.
- **. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 82/2013-CAE, que comunica a designação do Senador Delcídio do Amaral como membro titular e do Senador Antonio Carlos Valares como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, dos Senadores Francisco Dornelles e Luiz Henrique como membros titulares e dos Senadores Sérgio Souza e Roberto Requião como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Flexa Ribeiro como membro titular e do Senador Aloysio Nunes Ferreira como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Antonio Carlos Rodrigues como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ⁽⁵⁾	
José Pimentel (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽⁴⁾	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Wilder Moraes (DEM) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Armando Monteiro (PTB) ⁽⁶⁾	1. VAGO ^(2,3,8,9)

Notas:

1. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
 2. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
 3. Em 25.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente na Subcomissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (Of. nº 35/2014 - CAE).
 4. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
 5. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
 6. Em 15.07.2014, o Senador Armando Monteiro licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 1 dia, a partir de 17.07.2014, conforme RQS nº 685/2014, deferido na sessão de 15.07.2014.
 7. Em 17/07/2014, o Senador Wilder Moraes licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014, deferidos na sessão de 17/07/2014.
 8. Vago em virtude do fim da licença e o consequente retorno do titular do mandato, Senador Blairo Maggi.
 9. Vago em virtude de o Senador Cidinho Santos não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Blairo Maggi, em 18.07.2014.
- *. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 83/2013-CAE, que comunica a designação do Senador José Pimentel e da Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares e do Senador Rodrigo Rollemberg como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, do Senador Sérgio Souza como membro titular e dos Senadores Ciro Nogueira e Eunício Oliveira como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Paulo Bauer como membro titular e do Senador Wilder Moraes como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Blairo Maggi como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽²⁾

Instalação: 25/06/2013

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ⁽⁵⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB)
	2. Ivo Cassol (PP) ^(6,7)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽⁴⁾	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹⁾	1. Osvaldo Sobrinho (PTB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. João Costa (PPL)

Notas:

1. Em 23.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. 88/2013/CAE).
 2. Em 25.6.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cristovam Buarque e Eduardo Suplicy, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 167/2013 - Presidência/CAE).
 3. Em 24.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. nº 254/2013/CAE).
 4. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
 5. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
 6. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
 7. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
- *. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 84/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Eduardo Suplicy e Cristovam Buarque, como titulares, e do Senador Pedro Taques, como suplente, do Bloco de Apoio ao Governo; do Senador Vital do Rêgo, como titular, e dos Senadores Ricardo Ferraço e Ivo Cassol, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; do Senador Cyro Miranda, como titular, e do Senador Jayme Campos, como suplente, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador Alfredo Nascimento, como titular, e do Senador João Costa, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽³⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽³⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ^(42,60,8)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT) ⁽²⁶⁾
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) ⁽¹⁸⁾
Ana Rita (PT) ⁽⁵⁷⁾	4. Wellington Dias (PT) ⁽⁵⁷⁾
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²²⁾	
Waldemir Moka (PMDB) ^(23,35)	1. VAGO ^(17,23,30,35,55,6)
Roberto Requião (PMDB) ^(23,35,37,2)	2. VAGO ^(23,30,35,49)
Casildo Maldaner (PMDB) ^(23,35,3,4)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(23,30,35)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(23,35)	4. Eunício Oliveira (PMDB) ^(23,30,35,37)
João Alberto Souza (PMDB) ^(23,35)	5. Romero Jucá (PMDB) ^(23,30,35)
Ana Amélia (PP) ^(14,15,16,21,23,35)	6. Benedito de Lira (PP) ^(23,30,35,10)
Paulo Davim (PV) ^(23,25,30,35)	7. Sérgio Petecão (PSD) ^(23,30,35)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽⁵⁹⁾	
Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁴⁾	1. Aécio Neves (PSDB) ⁽³⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB) ⁽³⁴⁾	2. Cyro Miranda (PSDB) ^(34,9,11,13)
Fleury (DEM) ^(34,40,43,44,63,64,7,9)	3. Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁴⁾
Jayme Campos (DEM) ^(50,52,54,56)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ^(22,27,60)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(31,38,41,45,46)	1. Douglas Cintra (PTB) ^(41,61)
Eduardo Amorim (PSC) ^(41,62,65,1,5)	2. João Vicente Claudino (PTB) ^(24,41)
Gim (PTB) ^(28,29,32,39,41,47,48,51,53,58)	3. VAGO ^(19,20,33,41)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

5. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 - GLPTB)

6. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).

10. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

11. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

13. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)

14. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

15. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

16. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

17. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).

18. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).

19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

20. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

23. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.

24. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. Nº 024/2012/GLBUF/SF).

25. Em 3.07.2012, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 166/2012).

26. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

27. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
28. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
29. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 099/2012/BLUFOR/SF).
30. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros, que passa a ocupar a vaga de primeiro suplente do Bloco, remanejando os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira para as demais suplências, respectivamente (Of. GLPMDB nº 345/2012).
31. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
32. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
33. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
34. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 008/13-GLPSDB).
35. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 37/2013, designando os Senadores Waldemir Moka, Eunício Oliveira, Casildo Maldaner, Vital do Rêgo, João Alberto Souza, a Senadora Ana Amélia e o Senador Paulo Davim, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Pedro Simon, Eduardo Braga, Roberto Requião, Romero Jucá, Benedito de Lira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
36. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Vanessa Grazziotin, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 002/2013 - CAS).
37. Em 7.3.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. GLPMDB nº 102/2013).
38. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 028/2013).
39. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 59/2013).
40. Em 19.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de compor a Comissão (Of. nº 97/2013-GLPSDB).
41. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Eduardo Amorim e João Costa, e membros suplentes os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 43/2013).
42. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
43. Em 26.03.2013, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Ofícios nºs 21/2013-GLDEM e 103/2013-GLPSDB).
44. Vaga cedida pelo PSDB ao DEM (Of. Nº 103/2013-GLPSDB).
45. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
46. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 80/2013-BLUFOR).
47. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
48. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 85/2013-BLUFOR).
49. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (Of. nº 192/2013-GLPMDB).
50. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
51. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 173/2013-BLUFOR).
52. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
53. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.
54. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
55. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
56. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
57. Em 11.2.2014, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Wellington Dias, que passa a integrar a Comissão como membro suplente (Of. 14/2014-GLDBAG).
58. Em 24.02.2014, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 11/2014-BLUFOR).
59. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
60. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

61. Em 15.07.2014, o Senador Armando Monteiro licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 1 dia, a partir de 17.07.2014, conforme RQS nº 685/2014, deferido na sessão de 15.07.2014.
62. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
63. Em 24.07.2014, o Senador Douglas Cintra é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Armando Monteiro (Of. nº 522/2014 - BLUFOR).
64. Em 05.08.2014, o Senador Fleury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição ao Senador José Agripino (Of. nº 15/2014 - GLDEM).
65. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 547/2014 - BLUFOR).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽⁷⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) ⁽⁷⁷⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (23,82,118)	
José Pimentel (PT)	1. Angela Portela (PT) (9,87,89)
Gleisi Hoffmann (PT) (54,55,110)	2. Lídice da Mata (PSB) (9,55,56)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT) (7,9,75)
Anibal Diniz (PT) (6,74)	4. Acir Gurgacz (PDT) (24,25,49,51,60,61)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Walter Pinheiro (PT) (8,78)
Inácio Arruda (PCdoB) (124,130)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB) (32,33,114,115)	7. Humberto Costa (PT) (12)
Randolfe Rodrigues (PSOL) (86)	8. Paulo Paim (PT) (91,93,108)
Eduardo Suplicy (PT) (87)	9. Ana Rita (PT) (92,116)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (38)	
Eduardo Braga (PMDB) (39,50,76)	1. Ciro Nogueira (PP) (2,4,16,20,27,39,50,76,94,98)
Vital do Rêgo (PMDB) (1,15,39,50,76)	2. Roberto Requião (PMDB) (3,16,36,39,46,50,76)
Pedro Simon (PMDB) (39,50,76)	3. VAGO (13,16,39,50,52,53,63,64,76,119,121)
Ricardo Ferraço (PMDB) (39,50,76,109,111)	4. VAGO (14,16,39,50,76,122)
Luiz Henrique (PMDB) (20,39,50,76)	5. Valdir Raupp (PMDB) (39,76)
Eunício Oliveira (PMDB) (26,39,76,103,105)	6. Benedito de Lira (PP) (39,76)
Francisco Dornelles (PP) (39,76)	7. Waldemir Moka (PMDB) (39,76,106,107)
Sérgio Petecão (PSD) (40,41,43,70,73,76,120,121)	8. Kátia Abreu (PMDB) (29,30,31,37,40,41,43,57,58,68,69,73,76,104)
Romero Jucá (PMDB) (94)	9. Lobão Filho (PMDB) (88,95,96,97,102)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) (117)	
Aécio Neves (PSDB) (71)	1. Lúcia Vânia (PSDB) (22,71)
Cássio Cunha Lima (PSDB) (71)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (71,72,99,100)
Alvaro Dias (PSDB) (71,131)	3. Cícero Lucena (PSDB) (11,71,85)
José Agripino (DEM) (17,42)	4. Paulo Bauer (PSDB) (18,42,44)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (85)	5. Cyro Miranda (PSDB) (85,100)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (38,59,118)	
Douglas Cintra (PTB) (81,123,128)	1. Gim (PTB) (5,45,65,80,81)
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (62,81,83,84)	2. Eduardo Amorim (PSC) (10,45,79,81,127,132)
Magno Malta (PR) (81)	3. Blairo Maggi (PR) (19,21,34,35,66,67,81,112,113,125,126,129)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) (81)	4. Alfredo Nascimento (PR) (47,48,81,90,101)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e

os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL, determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

*****. Em 17.04.2013, publicada no D.O.U. a Resolução nº 11, de 2013, que amplia para 27 o quantitativo de vagas da Comissão, distribuídas em obediência à proporcionalidade partidária.

2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

1. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

3. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)

6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

5. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

7. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

11. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

10. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

8. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

9. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).

13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).

14. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

15. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
17. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
19. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
20. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (Of. GLPMDB nº 136/2011).
21. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
22. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
23. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
24. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
25. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
26. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
27. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
32. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
33. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of.GLPMDDB nº 45/2012).
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
39. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
40. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
41. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
42. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
43. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
44. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
45. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
46. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. GLPMDB nº 106/2012).

47. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 001/14/2012).
48. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (Of. Nº 009/2012/GLBUF/SF).
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão; e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente (Of. GLPMDB nº 168/2012).
51. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 092/2012-GLDBAG).
52. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
53. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
54. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
55. Em 14.09.2012, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 110/2012-GLDBAG), e deixa de ocupar a suplência.
56. Em 14.09.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em decorrência da designação da Senadora Ana Rita como titular (Of. nº 110/2012-GLDBAG).
57. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
58. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
59. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
60. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
61. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 142/2012 - GLDBAG).
62. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
63. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
64. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 362/2012).
65. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
66. Em 20.12.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. Nº 237/2012-BLUFOR).
67. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
68. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
69. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão (Ofício nº 013/2013-GLPSD).
70. Em 07.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é confirmado membro titular do PSD na Comissão (Of. Nº 0013/2013-GLPSD).
71. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cássio Cunha Lima, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 009/13-GLPSDB).
72. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 32/13-GLPSDB).
73. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme Of. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
74. Em 26.02.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
75. Em 26.02.2013, o Senador Jorge Viana é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
76. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 39/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
77. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Vital do Rêgo e Aníbal Diniz Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 01/2013 - CCJ).

78. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 35/2013 - GLDBAG).
79. Em 12.03.2013, volta a pertencer ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao PP (Of. nº 55/2013 - BLUFOR).
80. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 029/2013).
81. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro, Magno Malta e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores Gim, Eduardo Amorim, Blairo Maggi e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 44/2013).
82. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
83. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
84. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 81/2013-BLUFOR).
85. Em 18.04.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa a suplência e passa a ser membro titular; os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro são designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. 122/2013-GLPSDB).
86. Em 23.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 72/2013-GLDBAG).
87. Em 23.04.2013, o Senador Eduardo Suplicy deixa a suplência e passa a ser membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 73/2013-GLDBAG).
88. Em 24.04.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 166/2013-GLPMDB).
89. Em 07.05.2013, a Senadora Angela Portela é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 078/2013-GLDBAG).
90. Em 14.05.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (Of. nº 112/13 - BLUFOR).
91. Em 23.05.2013, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 086/2013-GLDBAG).
92. Em 04.06.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 088/2013-GLDBAG).
93. Em 01.07.2013, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 096/2013-GLDBAG).
94. Em 09.07.2013, o Senador Romero Jucá deixa a suplência e passa a ser titular do Bloco Parlamentar da Maioria, na Comissão (Of. 217/2013-GLPMDB).
95. Em 10.07.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. 225/2013-GLPMDB).
96. Em 11.07.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. 243/2013-GLPMDB).
97. Em 06.08.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. 243/2013-GLPMDB).
98. Em 06.08.2013, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Ofício nº 236/2013-GLPMDB).
99. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
100. Em 15.08.2013, os Senadores Flexa Ribeiro e Cyro Miranda são designados como suplentes na Comissão (Ofício nº 158/2013-GLPSDB).
101. Em 17.09.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 171/2013 - BLUFOR).
102. Em 24.09.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Paulo Davim (Ofício nº 274/2013 - GLPMDB).
103. Em 02.10.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Ofício nº 278/2013-GLPMDB).
104. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
105. Em 09.10.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Ofício nº 284/2013-GLPMDB).
106. Em 30.10.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Waldemir Moka (Ofício nº 298/2013-GLPMDB).
107. Em 14.11.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. GLPMDB nº 308/2013).
108. Em 11.12.2013, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. GLDBAG nº 141/2013).
109. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
110. Em 11.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita (Of. nº 11/2014 - GLDBAG).
111. Em 12.2.2014, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 29/2014).
112. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.

113. Em 13.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 17/2014-BLUFOR).
114. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
115. Em 18.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Lopes e cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 24/2014 - GLDBAG e Of. nº 44/2014 - BLUFOR).
116. Em 18.03.2014, a Senadora Ana Rita é designada suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 028/2014-GLDBAG).
117. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
118. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
119. Em 30.04.2014, o Senador Sérgio Petecão é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 94/2014-GLPMDB).
120. Em 30.04.2014, o Senador José Sarney é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 95/2014-GLPMDB).
121. Em 29.05.2014, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador José Sarney, na Comissão (Of. 116/2014-GLPMDB).
122. Em 15.07.2014, vago em virtude de o Senador Clésio Andrade ter deixado o mandato.
123. Em 15.07.2014, o Senador Armando Monteiro licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 1 dia, a partir de 17.07.2014, conforme RQS nº 685/2014, deferido na sessão de 15.07.2014.
124. Em 16.07.2014, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Inácio Arruda, na Comissão (Of. 63/2014-GLDBAG).
125. Vago em virtude do fim da licença e o consequente retorno do titular do mandato, Senador Blairo Maggi.
126. Vago em virtude de o Senador Cidinho Santos não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Blairo Maggi, em 18.07.2014.
127. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
128. Em 24.07.2014, o Senador Douglas Cintra é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Armando Monteiro (Of. nº 523/2014 - BLUFOR).
129. Em 04.08.2014, O Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, na Comissão (Of. 534/2014-BLUFOR).
130. Em 05.08.2014, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, na Comissão (Of. 068/2014-GLDBAG).
131. Em 05/08/2014, o Senador Alvaro Dias licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 05/08/2014, conforme Requerimentos nºs 725 e 726, de 2014, deferidos em 05/08/2014.
132. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 548/2014 - BLUFOR).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomcej@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ⁽⁵⁾	
Pedro Taques (PDT)	1.
Lindbergh Farias (PT)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽⁴⁾	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
VAGO ⁽²⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁾	
Armando Monteiro (PTB) ⁽⁶⁾	1.
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. nº 18/2012-GLDEM).

3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (Of. nº 56/2012-CCJ).

4. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

5. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

6. Em 15.07.2014, o Senador Armando Monteiro licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 1 dia, a partir de 17.07.2014, conforme RQS nº 685/2014, deferido na sessão de 15.07.2014.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽⁶³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁶³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ^(15,68,90)	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁶⁾
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT) ⁽⁴⁷⁾
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PCdoB) ^(13,23)
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁹⁾	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁹⁾
Lidice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) ⁽¹⁶⁾
Inácio Arruda (PCdoB)	8. Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(30,82)
João Capiberibe (PSB) ^(80,82)	9.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁹⁾	
José Sarney (PMDB) ^(41,60,88)	1. Eduardo Braga (PMDB) ^(2,19,41,44,60)
Roberto Requião (PMDB) ^(26,27,28,38,41,60)	2. Vital do Rêgo (PMDB) ^(41,44,54,60)
Romero Jucá (PMDB) ^(6,12,25,41,60)	3. Valdir Raupp (PMDB) ^(41,60)
João Alberto Souza (PMDB) ^(29,31,37,41,60)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(41,44,60,87,88)
Eunício Oliveira (PMDB) ^(17,41,60,74,84)	5. Pedro Simon (PMDB) ^(41,44,75)
Ana Amélia (PP) ^(41,44,60)	6. VAGO ^(20,41,44)
Benedito de Lira (PP) ^(41,44,45,46,52,53,60)	7. VAGO ^(10,41)
Ciro Nogueira (PP) ^(41,44,60)	8. ⁽⁴¹⁾
Kátia Abreu (PMDB) ^(41,44,60,81)	9. ⁽⁴¹⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽⁸⁹⁾	
Cyro Miranda (PSDB) ^(3,59)	1. Cícero Lucena (PSDB) ^(32,59)
Wilson Matos (PSDB) ^(14,22,59,94,95)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(5,59,70)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽⁵⁹⁾	3. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(4,59)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) ^(18,51,59)
José Agripino (DEM) ⁽⁷⁾	5. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(8,42,43,59,61,62,76,78)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ^(39,48,90)	
Douglas Cintra (PTB) ^(66,91,93)	1. Eduardo Amorim (PSC) ^(55,64,66,92)
Gim (PTB) ^(66,71,72,73,77)	2. João Vicente Claudino (PTB) ^(1,40,66,67)
VAGO ^(11,24,66,79,86)	3. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(34,35,57,66,73)
VAGO ^(24,58,66,83,85)	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR) ^(49,50,56,65,66,83)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cicero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cicero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).

3. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

7. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

9. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)

10. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)

11. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

12. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

13. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

14. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).

17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

19. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
23. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
31. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 330/2011).
32. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
33. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Deleídio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDBAG).
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 008/2012-GLBUF).
41. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
42. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. nº 17/2012-GLDEM).
43. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
44. Em 22.05.2012, foi lido o Of. nº 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1º suplente.
45. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
46. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
49. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
50. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 102/2012/BLUFOR/SF).
51. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

52. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
53. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 356/2012).
54. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 355/2012).
55. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
56. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
59. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cássio Cunha Lima, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 010/13-GLPSDB).
60. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 38/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Valdir Raupp e Luiz Henrique, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 27.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente na Comissão (Ofício nº 58/2013-GLPSDB).
62. Em 27.02.2013, foi lido o Of. nº 10/2013-GLDEM, comunicando a cessão da vaga de suplente na Comissão ao PSDB (Of. nº 10/2013-GLDEM).
63. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 05/2013 - S.CE).
64. Em 12.03.2013, o Senador Sodrê Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 030/2013).
65. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 60/2013).
66. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro e Sodrê Santoro, e membro suplente o Senador Eduardo para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 45/2013).
67. Em 19.03.2013, o Senador Jão Vicente Claudinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 67/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro Of. nº 53/2013-GLDBAG).
70. Em 11.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira (Of. 118/2013-GLPSDB).
71. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodrê Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
72. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 82/2013-BLUFOR).
73. Em 14.05.2013, o Senador Mozarido Cavalcanti é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 111/13 - BLUFOR).
74. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (Of. nº 190/2013-GLPMDB).
75. Em 11.06.2013, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 197/13 - GLPMDB).
76. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
77. Em 26.8.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 163/2013-BLUFOR).
78. Em 23.9.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 169/2013-GLPSDB).
79. Em 24.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 178/2013-BLUFOR).
80. Em 26.9.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 121/2013-GLDBAG).
81. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
82. Em 6.11.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Capiberibe, que passa a compor a Comissão como membro titular (Of. nº 133/2013-GLDBAG).
83. Em 25.11.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular e o Senador Antonio Carlos Rodrigues membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 203/2013-BLUFOR).
84. Em 26.11.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 314/2013-GLPMDB).
85. Em 28.11.2013, vago em virtude de o Senador Alfredo Nascimento deixar de integrar a Comissão (Of. 204/2013 - BLUFOR).
86. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
87. Em 19.02.2014, vago em virtude de o Senador Luiz Henrique declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão (Of. GLPMDB nº 40/2014).

88. Em 3.4.2014, o Senador José Sarney é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. nº 72/2014-GLPMDB).

89. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

90. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

91. Em 15.07.2014, o Senador Armando Monteiro licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 1 dia, a partir de 17.07.2014, conforme RQS nº 685/2014, deferido na sessão de 15.07.2014.

92. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.

93. Em 24.07.2014, o Senador Douglas Cintra é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Armando Monteiro (Of. nº 526/2014 - BLUFOR).

94. Em 05/08/2014, o Senador Alvaro Dias licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 05/08/2014, conforme Requerimentos nºs 725 e 726, de 2014, deferidos em 05/08/2014.

95. Em 07.08.2014, o Senador Wilson Matos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. 62/14-GLPSDB).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ^(58,81)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim ⁽⁵⁸⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ^(64,87,11)	
Anibal Diniz (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ^(63,67)
Acir Gurgacz (PDT) ^(35,36,43,44,8,12)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(76,77,3)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Ana Rita (PT) ⁽⁶²⁾	4. Cristovam Buarque (PDT)
Humberto Costa (PT) ^(77,80)	5. Delcídio do Amaral (PT) ^(60,76,78)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³³⁾	
Romero Jucá (PMDB) ^(55,13)	1. VAGO ^(37,38,47,48,55,79)
Luiz Henrique (PMDB) ^(34,55,16,17)	2. Eduardo Braga (PMDB) ⁽⁵⁵⁾
Garibaldi Alves (PMDB) ^(55,57,85,94)	3. João Alberto Souza (PMDB) ^(55,17,18)
Valdir Raupp (PMDB) ^(55,4)	4. Vital do Rêgo (PMDB) ^(55,61,68,14)
Odacir Soares (PP) ^(55,88,89,96)	5. Eunício Oliveira (PMDB) ^(57,28,29,31)
Kátia Abreu (PMDB) ^(55,75,9,10,19,21)	6. VAGO ^(6,25,26,27,32)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽⁸⁶⁾	
Alvaro Dias (PSDB) ^(50,52,72,73,97)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁵⁰⁾
Cícero Lucena (PSDB) ^(50,53,5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(50,54)
José Agripino (DEM) ^(15,23,24)	3. Mário Couto (PSDB) ^(45,74,84,23)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ^(33,40,87)	
Blairo Maggi (PR) ^(46,59,65,82,1,22)	1. Gim (PTB) ^(56,59,65,2)
Eduardo Amorim (PSC) ^(41,42,49,51,59,65,93)	2. VAGO ^(39,59,65,69,70,71,83,91,92)
Fernando Collor (PTB) ⁽⁶⁵⁾	3. Douglas Cintra (PTB) ^(65,66,90,95)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
4. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
6. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
7. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 100/2011 - GLDBAG).
13. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 059/2011-GLDEM).
16. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
17. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB)
18. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. 292/2011 - GLPMDB).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (OF. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (OF. nº 125/2011 - GLPTB).
23. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (OF. 072/2011 -GLDEM).
24. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 074/2011-GLDEM).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (OF. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
31. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
32. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

33. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
34. Vago, em 13.06.2012, em virtude de o Senador Waldemir Moka ter se desligado da Comissão (OF nº 154/2012-GLPMDB).
35. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
36. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (OF nº 087/2012-GLDBAG).
37. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
38. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
39. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. nº 105/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (OF. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (OF. nº 138/2012 - GLDBAG).
45. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (OF. GSJALB nº 0001/2012).
46. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
47. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
48. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 357/2012).
49. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
50. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias e Flexa Ribeiro, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes (Ofício nº 16/13-GLPSDB).
51. Em 07.02.2013, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº. 13/2013-BLUFOR).
52. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Ofício nº 31/13-GLPSDB).
53. Em 21.02.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 34/13-GLPSDB).
54. Em 21.02.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Ofício nº 34/13-GLPSDB).
55. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 40/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Valdir Raupp, Ivo Cassol e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Eduardo Braga, João Alberto Souza e a Senadora Ana Amélia, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
56. Em 26.02.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Vicente Claudino (Of. nº 27/2013-BLUFOR).
57. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que assume a suplência (Of. 069/2013 -GLPMDB).
58. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 33/2013 - CMA).
59. Em 27.02.2013, os Senadores Eduardo Amorim e Blairo Maggi são designados membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição aos Senadores Gim e Fernando Collor, que passam a ocupar a suplência na Comissão (OF. BLUFOR nº 37/2013).
60. Em 04.03.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. 040/2013 -GLDBAG).
61. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (OF nº 87/2013 - GLPMDB).
62. Em 07.03.2013, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. 041/2013 -GLDBAG).

63. Vago, em virtude de a Senadora Ana Rita ter sido designada membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 41/2013 - GLDBAG).
64. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
65. Em 20.03.2013, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Fernando Collor são designados como membros titulares, e os Senadores Gim e João Costa membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 46/2013-BLUFOR).
66. Em 08.04.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 78/2013-BLUFOR).
67. Em 11.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 64/2013 - GLDBAG).
68. Em 18.04.2013, o Senador Vital do Rego é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 154/2013-GLPMDB).
69. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
70. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 89/2013-BLUFOR).
71. Vago em virtude do desligamento do Senador Vicentinho Alves da Comissão (Of. nº 103/2013 - BLUFOR).
72. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
73. Em 12.08.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 155/2013-GLPSDB).
74. Em 27.08.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente na Comissão (Of. nº 161/2013 - GLPSDB).
75. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
76. Em 31.10.2013, os Senadores Wellington Dias e José Pimentel são designados como membros suplentes, em substituição aos Senadores Delcídio do Amaral e João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 129/2013-GLDBAG).
77. Em 06.11.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a vaga de suplente (Of. nº 132/2013 - GLDBAG).
78. Em 06.11.2013, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. nº 132/2013 - GLDBAG).
79. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
80. Em 11.2.2014, o Senador Humberto Costa é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 15/2014 - GLDBAG).
81. O Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
82. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
83. Em 19.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of.19/2014-BLUFOR).
84. Em 25.3.2014, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 21/2014 - GLPSDB).
85. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 26.03.2014, conforme Requerimento nº 267, de 2014, aprovado no dia 26.03.2014.
86. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
87. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
89. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
88. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
90. Em 15.07.2014, o Senador Armando Monteiro licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 1 dia, a partir de 17.07.2014, conforme RQS nº 685/2014, deferido na sessão de 15.07.2014.
91. Vago em virtude do fim da licença e o consequente retorno do titular do mandato, Senador Blairo Maggi.
92. Vago em virtude de o Senador Cidinho Santos não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Blairo Maggi, em 18.07.2014.
93. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
94. Em 23.07.2014, foi deferido o Requerimento nº 714, de 2014, de prorrogação da licença do Senador Garibaldi Alves, pelo prazo de 60 dias, a contar do dia 25.07.2014. Em consequência, a Senadora Ivonete Dantas continua no exercício do mandato.
95. Em 24.07.2014, o Senador Douglas Cintra é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Armando Monteiro (Of. nº 527/2014 - BLUFOR).
96. Em 5.8.2014, o Senador Odacir Soares é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 156/2014-GLPMDB).
97. Em 05/08/2014, o Senador Alvaro Dias licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 05/08/2014, conforme Requerimentos nºs 725 e 726, de 2014, deferidos em 05/08/2014.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (3,17)	
Jorge Viana (PT)	1. VAGO (13)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) (2,6)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (10)	
VAGO (9)	1. Eduardo Braga (PMDB)
VAGO (7,15)	2. VAGO (4,9,11)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) (16)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (1,8)	1. VAGO (12)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (10)	
Eduardo Amorim (PSC) (5,14,18)	1. VAGO (13)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
5. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
6. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. nº 34/2012/CMA).
8. Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
9. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
11. Vago, em 13.06.2012, em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. nº 154/2012-GLPMDB).
12. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
13. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares e João Vicente Claudino deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
14. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013/CMA).
15. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
16. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
17. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

18. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO (18,22,21)

VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) (18)

RELATOR: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) (18)

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (2,24)	
Rodrigo Rollemberg (PSB) (7)	1. VAGO (7,16)
VAGO (16)	2. Vanessa Grazziotin (PCdoB) (1,5)
Anibal Diniz (PT)	3. VAGO (7,9,10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (6)	
VAGO (7,21,22)	1. Valdir Raupp (PMDB) (11)
Ivo Cassol (PP) (20,25,26)	2. Vital do Rêgo (PMDB) (8,19)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Eunício Oliveira (PMDB) (16,20)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) (23)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO (4)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (6)	
Blairo Maggi (PR) (3,7,12)	1. Eduardo Amorim (PSC) (7,13,14,15,17,27)

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
4. Vago em razão de o Senador Jayme Campos não pertencer mais à Comissão (OF. GLDEM 74/2011).
5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Sousa, primeiro titular; Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.
8. Vago em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. GLPMDB nº 154/2012).
9. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
10. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CMA (Of. nº 087/2012 - GLDBAG).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

13. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
14. Em 19.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 279/2012/CMA).
15. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
16. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares, Lobão Filho e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
17. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
18. Em 16.04.2013, os Senadores Sérgio Souza e Aníbal Diniz foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, e designado relator o Senador Cícero Lucena, na Subcomissão (Of. nº 86/2013-CMA).
19. Em 08.05.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 155/2013-GLPOMDB).
20. Em 08.05.2013, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passará a exercer a suplência (Of. nº 153/2013-GLPOMDB).
21. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
22. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
23. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
24. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
25. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
26. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
27. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.
- ***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹³⁾

RELATOR: Senador Ivo Cassol ⁽¹³⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ⁽²⁾	
Jorge Viana (PT) ⁽⁶⁾	1. Anibal Diniz (PT) ^(6,9)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. VAGO ⁽¹⁴⁾
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁸⁾	
VAGO ^(1,3,4,7,15)	1. Ivo Cassol (PP) ^(10,17,18)
Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹¹⁾	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽¹⁶⁾	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁸⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(5,9,12)	1. VAGO ⁽¹⁴⁾

Notas:

1. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
4. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
5. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
6. Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 16.04.2012, os Senadores Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).
10. Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

13. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CMABMONTE, que comunica a eleição dos Senadores Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, para Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente.

14. Em 19.03.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).

15. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

16. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

17. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.

18. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 33, de 2013, com o objetivo de acompanhar e fiscalizar a implantação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim ⁽¹⁾

RELATOR: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(1,3)

Instalação: 01/10/2013

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB)	
Anibal Diniz (PT) ⁽²⁾	1. Jorge Viana (PT) ⁽²⁾
VAGO ^(2,4)	2. Vanessa Grazziotin (PCdoB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽⁶⁾	
Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾	1. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Eduardo Amorim (PSC) ^(2,7)	1. Blairo Maggi (PR) ^(2,5)

Notas:

1. Em 01.10.2013, foi instalada a Subcomissão; foram eleitos os Senadores Cícero Lucena e Eduardo Amorim, como Presidente e Vice-Presidente, respectivamente; e designado o Senador Rodrigo Rollemberg, como Relator (Of. 179/2013-CMA).
2. Em 01.10.2013, os Senadores Anibal Diniz, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Cícero Lucena e Eduardo Amorim, foram designados membros titulares; a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Jorge Viana, Vital do Rêgo, Flexa Ribeiro e Blairo Maggi, foram designados membros suplentes na Subcomissão (Of. 179/2013-CMA).
3. Em 19.02.2014, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada Relatora da Subcomissão, em virtude do desligamento do Senador Rodrigo Rollemberg (Memo. nº 2/2014/CMARS).
4. Em 19.02.2014, o Senador Rodrigo Rollemberg deixa de compor a Subcomissão (Of. nº 4/2014-GLPSB).
5. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
6. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
7. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽⁶⁰⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁰⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ^(14,66,85)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
João Capiberibe (PSB) ^(47,50,59)	2. Eduardo Suplicy (PT) ^(12,23)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁸⁾	4. Anibal Diniz (PT) ^(13,24,26)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Wellington Dias (PT) ^(10,37,38,72)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(21,59,77)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁴¹⁾	
Roberto Requião (PMDB) ^(58,67,75)	1. VAGO ^(6,8,25,32,58,75,81)
VAGO ^(2,11,27,28,29,40,58,70)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(36,58)
Paulo Davim (PV) ^(31,33,39,58)	3. VAGO
Vanessa Grazziotin (PCdoB) ^(16,30,58,62,74,76)	4. VAGO ⁽¹⁹⁾
Sérgio Petecão (PSD) ^(18,58)	5. VAGO ⁽¹¹⁾
Lidice da Mata (PSB) ^(74,76,78)	6.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽⁸⁴⁾	
Jayme Campos (DEM) ^(3,7,15,34,44,61,71,86)	1. Cyro Miranda (PSDB) ^(5,22,57,88)
Lúcia Vânia (PSDB) ^(4,87)	2. Alvaro Dias (PSDB) ^(56,88,91)
Cícero Lucena (PSDB) ^(17,35,43,52,88)	3. Fleury (DEM) ^(46,89,90)
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁸⁸⁾	4. Mário Couto (PSDB) ⁽⁸⁸⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ^(41,49,85)	
Magno Malta (PR) ^(1,54,65)	1. João Vicente Claudino (PTB) ^(45,53,65,79)
Gim (PTB) ^(9,42,64,65,69)	2. VAGO ^(63,65,79,80)
Marcelo Crivella (PRB) ^(65,73,82,83)	3. VAGO ^(48,51,55,65)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lidice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

4. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).

3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Cicero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

7. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).

8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

9. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

10. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).

11. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB).

12. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

13. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

16. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

17. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

18. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

19. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

21. Em 17.10.2012, vago em razão da designação da Senadora Lidice da Mata como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 133/2012-GLDBAG).

22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)

23. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).

24. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).

25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

26. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).

27. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

28. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

30. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)

31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)
33. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 324/2011).
34. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
35. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
36. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
37. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
38. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
39. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
40. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
41. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
42. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 10/2012-GLBUF).
43. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 16/2012-GLDEM).
44. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.
45. Em 26.06.2012, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 65/2012-BLUFOR).
46. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. GLDEM nº 48/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
50. Em 17.10.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 133/2012-GLDBAG).
49. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
51. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 100/2012-BLUFOR/SF).
52. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
53. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
56. Em 07.02.2013, o Senador Cyro Miranda deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Cássio Cunha Lima deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
58. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 41/2013, designando os Senadores Casildo Maldaner, Pedro Simon, Paulo Davim, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Roberto Requião e Ricardo Ferraço como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
59. Em 27.02.2013, o Senador João Cabipiribe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar a suplência em vaga destinada ao Bloco (Of. nº 30/2013 - GLDBAG).
60. Em 28.02.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Rita e o Senador João Capiberibe para ocuparem os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 04/2013 - CDH).
61. Em 1º.03.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 59/2013- GLPSDB).
62. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (Of. nº 88/2013 - GLPMDB).
63. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 61/2013).
64. Em 19.03.2013, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor a Comissão (Of. nº 66/2013-BLUFOR).

65. Em 19.03.2013, é designado membro titular o Senador Magno Malta para integrar o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 47/2013).
66. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
67. Vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
68. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 52/2013-GLDBAG).
69. Em 26.03.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 71/2013).
70. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (Of. nº 191/2013-GLPMDB).
71. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
72. Em 12.09.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Lopes (Of. nº 120/2013-GLDBAG).
73. Em 17.09.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 139/2013-BLUFOR).
74. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 289/2013-GLPMDB)
75. Em 17.10.2013, o Senador Roberto Requião deixa a suplência e passa a ser titular e o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Ofs. 287 e 288/2013-GLPMDB).
76. Em 18.10.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo em vagas cedidas pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 125/2013-GLDBAG).
77. Em 25.10.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 127/2013-GLDBAG).
78. Em 25.10.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, em vaga cedida (Of. nº 126/2013-GLDBAG).
79. Em 5.11.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Osvaldo Sobrinho são designados membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 194/2013-BLUFOR).
80. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
81. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
82. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
83. Em 17.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Lopes (Of. nº 29/2014-BLUFOR).
84. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
85. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
86. Em 28.05.2014, o Senador Jayme Campos é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 13/2014-GLDEM)
87. Em 29.05.2014, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 50/2014-GLPSDB)
88. Em 10.06.2014, foi lido o Ofício GLPSDB nº 51/2014, designando os Senadores Cicero Lucena e Flexa Ribeiro, como membros titulares, e os Senadores Cyro Miranda, Alvaro Dias e Mário Couto, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.
89. Em 17/07/2014, o Senador Wilder Moraes licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014, deferidos na sessão de 17/07/2014.
90. Em 5.8.2014, o Senador Fleury é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição ao Senador Wilder Moraes (Of. nº 14/2014-GLDEM).
91. Em 05/08/2014, o Senador Alvaro Dias licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 05/08/2014, conforme Requerimentos nºs 725 e 726, de 2014, deferidos em 05/08/2014.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ^(2,9)	
Angela Portela (PT)	1. Paulo Paim (PT) ⁽⁷⁾
Lídice da Mata (PSB)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Paulo Davim (PV) ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽⁸⁾	
VAGO ^(1,6)	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
4. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. nº 16/2012-GLDEM).
7. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
8. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
9. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 52/2013-CDH, que comunica a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria; e a eleição das Senadoras Lídice da Mata e Ângela Portela, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. TEMP. DE COMB. À PEDOFILIA, PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com o a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Instalação: 05/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Eduardo Suplicy (PT)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽²⁾	
VAGO ⁽¹⁾	1.

Notas:

1. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

2. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.48/2013-CDH, que comunica a designação dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e Aníbal Diniz como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

**. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 62/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria; a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular no Bloco Parlamentar Minoria; e a eleição dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

Finalidade: Examinar e esclarecer as violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽¹⁾

Instalação: 03/04/2013

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ⁽³⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL)	1. Paulo Paim (PT)
João Capiberibe (PSB)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽²⁾	
	1.

Notas:

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).

2. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

3. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.46/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; e a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ⁽⁵⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Lídice da Mata (PSB)	2. Aníbal Diniz (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽⁴⁾	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Paulo Davim e a Senadora Lídice da Mata como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).

2. Em 10.04.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. 64/2013-CDH).

3. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

4. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

5. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.45/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata como membros titulares e do Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁴¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) ⁽⁴¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ^(48,64,7)	
Jorge Viana (PT) ⁽⁴³⁾	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Randolfe Rodrigues (PSOL) ^(43,44,49)
Vanessa Grazziotin (PCdoB) ^(4,6)	3. Gleisi Hoffmann (PT) ^(60,3)
Anibal Diniz (PT) ^(44,5,8,9)	4. Marcelo Crivella (PRB) ^(61,62,17,18)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) ⁽¹⁶⁾
Lídice da Mata (PSB) ⁽⁴²⁾	6. João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²²⁾	
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(57,40)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	2. João Alberto Souza (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Pedro Simon (PMDB) ^(23,24,27,40)	3. Roberto Requião (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Eunício Oliveira (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	4. Romero Jucá (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	5. Ana Amélia (PP) ⁽⁴⁰⁾
Francisco Dornelles (PP) ⁽⁴⁰⁾	6. Sérgio Petecão (PSD) ^(12,13,14,21,28,32,33,40)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽⁶³⁾	
Antonio Aureliano (PSDB) ^(68,69,38,39)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁸⁾
Paulo Bauer (PSDB) ^(2,38)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁸⁾
José Agripino (DEM)	3. Jayme Campos (DEM) ^(45,55,56,58,59,10,30)
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁰⁾	4. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ^(64,22,29)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(47,51,52)	1. Gim (PTB) ^(46,47,34)
Fernando Collor (PTB) ^(47,31)	2. Eduardo Amorim (PSC) ^(47,66,70,1)
Magno Malta (PR) ^(47,25,26,35,36)	3. Douglas Cintra (PTB) ^(47,54,65,67,19,20,37)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 034/2011 - GLPTB / Of. nº 021/2011 - GLBAG).
2. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
3. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
6. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).
9. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).
10. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
11. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.
12. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
13. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
14. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
15. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)
16. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)
17. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
18. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).
19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
20. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
23. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
24. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
25. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
26. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).

27. Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (OF. GLPMDB nº 192/2012).
28. Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 191/2012).
29. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
30. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
31. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
32. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
33. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2012).
34. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
35. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
36. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 217/2012-BLUFOR).
37. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
38. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
39. Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 55/2013-GLPSDB).
40. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
42. Em 27.02.2013, a Senadora Lidice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 024/2013).
41. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2013 - CRE).
43. Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. GLDBAG nº 29/2013).
44. Em 07.03.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 42/2013-GLDBAG).
45. Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 14/2013-GLDEM).
46. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 033/2013).
47. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, e membros suplentes os Senadores Gim e Eduardo Amorim para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 48/2013).
48. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
49. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 54/2013-GLDBAG).
50. Em 04.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 110/2013-GLPSDB).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 83/2013-BLUFOR).
53. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 127/2013-GLPDSB).
54. Em 06.08.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 155/2013-BLUFOR).
55. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
56. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
57. Em 14.11.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. GLPMDB nº 309/2013).
58. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
59. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
60. Em 12.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. GLDBAG nº 16/2014).
61. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).

62. Em 18.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Lopes e cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 26/2014 - GLDBAG e Of. nº 46/2014 - BLUFOR).
63. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
64. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
65. Em 15.07.2014, o Senador Armando Monteiro licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 1 dia, a partir de 17.07.2014, conforme RQS nº 685/2014, deferido na sessão de 15.07.2014.
66. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
67. Em 24.07.2014, o Senador Douglas Cintra é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Armando Monteiro (Of. nº 528/2014 - BLUFOR).
68. Em 05/08/2014, o Senador Alvaro Dias licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 05/08/2014, conforme Requerimentos nºs 725 e 726, de 2014, deferidos em 05/08/2014.
69. Em 07.08.2014, o Senador Antonio Aureliano é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. 63/14-GLPSDB).
70. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 554/2014 - BLUFOR).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ^(3,17)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR) ^(8,9,10,11,12)
Lindbergh Farias (PT)	2. Marcelo Crivella (PRB) ^(2,4,13,15)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁷⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. VAGO ^(5,6,14)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PCdoB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽¹⁶⁾	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
5. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
6. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
8. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
9. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
10. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro suplente da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
11. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
12. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).

13. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

14. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).

15. Em 20.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. 51/2014-CRE).

16. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

17. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

****. Em 8.08.2012, foi lido o Ofício nº 256, de 2011, da CRE, informando que aquela Comissão aprovou, em 5.07.2012, o Requerimento nº 28, de 2012-CRE, que adita o RRE nº 10/2011-CRE e altera o nome da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (2,14)	
Blairo Maggi (PR) (6,7,8,9,10)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Marcelo Crivella (PRB) (3,4,11,12)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) (13)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) (1)

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
4. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
7. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
8. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
9. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
10. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).
11. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
12. Em 20.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. 51/2014-CRE).
13. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
14. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

***. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (6,27)	
Blairo Maggi (PR) (15,16,18,21,22)	1. Marcelo Crivella (PRB) (11,12,24,25)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO (10)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB) (4,7)	4. VAGO (1,5,9,23)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (13)	
VAGO (14,17,19)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) (26)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (2)	1. VAGO (3,8)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (13)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (20)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
7. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
8. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
9. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
10. Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. Nº 167/2012-CRE/PRES).
11. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
12. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
13. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
14. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

15. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
16. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
17. Em 09.03.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. Nº 257/2012-CRE/PRES).
18. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
19. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
20. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
21. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
22. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).
23. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
24. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
25. Em 20.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. 51/2014-CRE).
26. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
27. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽⁵²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁵²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ^(8,59,84)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB) ^(19,20,80,82)
Acir Gurgacz (PDT) ^(30,31,43,44)	5. Pedro Taques (PDT)
VAGO ^(18,77)	6. Lidice da Mata (PSB) ⁽⁶⁷⁾
Inácio Arruda (PCdoB)	7. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁴⁾	
VAGO ^(25,32,33,46,47,54,88)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(25,54)
Lobão Filho (PMDB) ^(25,54)	2. VAGO ^(2,3,10,25,54,75)
Eduardo Braga (PMDB) ^(25,54)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(25,54)
Valdir Raupp (PMDB) ^(25,54)	4. Roberto Requião (PMDB) ^(9,25,54)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(25,54,58)	5. Waldemir Moka (PMDB) ^(11,21,22,25,54)
Jader Barbalho (PMDB) ^(25,54,64)	6. Odacir Soares (PP) ^(25,54,86,87,94)
Ciro Nogueira (PP) ^(25,54)	7. Francisco Dornelles (PP) ^(15,16,17,23,25,54)
Sérgio Petecão (PSD) ^(26,29,38,39,49,50,53,54)	8. Kátia Abreu (PMDB) ^(5,6,12,14,26,27,29,50,53,54,71)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽⁸³⁾	
Cícero Lucena (PSDB) ^(51,55,65)	1. Vicentinho Alves (SD) ^(51,85)
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁵¹⁾	2. Alvaro Dias (PSDB) ^(51,96)
Lúcia Vânia (PSDB) ^(1,4,51)	3. Ruben Figueiró (PSDB) ^(4,7,51,61,72)
Fleury (DEM) ^(28,36,89,95)	4. Jayme Campos (DEM) ^(28,37,68,70,74,76)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ^(24,40,84)	
Fernando Collor (PTB) ⁽⁶⁰⁾	1. Gim (PTB) ⁽⁶⁰⁾
Blairo Maggi (PR) ^(35,45,57,60,78,79,90,91,93)	2. João Vicente Claudino (PTB) ^(60,66,81)
VAGO ^(34,60,62,63,69,73)	3. Eduardo Amorim (PSC) ^(41,42,48,56,60,92)
Alfredo Nascimento (PR) ⁽⁶⁰⁾	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽⁶⁰⁾

Notas:

* Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

*** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

**** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozerildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

4. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

7. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

10. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 272/2011 - GLPMDB).

11. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

12. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).

15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

16. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

18. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)

19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).

21. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

22. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 36/2012).

23. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

24. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
25. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.
26. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
27. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
28. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 19/2012-GLDEM).
29. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.
30. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
31. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 088/2012-GLDBAG).
32. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
33. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
34. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
35. Em 09.08.2012, o Senador Gim Argello é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Of. Nº 093/2012/BLUFOR/SF).
36. Em 03.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. Nº 045/12-GLDEM).
37. Em 03.09.2012, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em decorrência da designação do Senador Wilder Moraes como titular (Of. Nº 045/12-GLDEM).
38. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
39. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 104/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 140/2012 - GLDBAG).
45. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
46. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
47. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2012).
48. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
49. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
50. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de titular (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
51. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 014/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros titulares, e os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros suplentes, para compor a Comissão.
52. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Sérgio Petecão Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2013 - CI).
53. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme Of. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.

54. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 63/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Lobão Filho, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Casildo Maldaner, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
55. Vago em razão de o Senador Aloysio Nunes Ferreira não pertencer mais à Comissão (Of. 90/2013-GLPSDB).
56. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 62/2013).
57. Em 13.03.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim (Of. BLUFOR nº 63/2013).
58. Em 13.03.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Casildo Maldaner (Of. GLPMDB nº 114/2013).
59. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
60. Em 20.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Fernando Collor, Blairo Maggi, João Costa e Alfredo Nascimento, e como membros suplentes os Senadores Gim, Armando Monteiro, Eduardo Amorim e Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 49/2013).
61. Vago em 09.04.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. nº 115/2013-GLPSDB).
62. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
63. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 86/2013-BLUFOR).
64. Em 24.04.2013, o Senador Jader Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. 164/2013-GLPMDB).
65. Em 20.05.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 134/2013-GLPSDB).
66. Vago, em 6.8.2013, em virtude de o Senador Armando Monteiro não pertencer mais à Comissão (Of. 154/2013-BLUFOR).
67. Em 13.08.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg (Of. nº 112/2013-GLDBAG).
68. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
69. Em 18.09.2013, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 174/2013-BLUFOR).
70. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
71. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
72. Em 24.10.2013, o Senador Rubem Figueiró é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 175/13-GLPSDB).
73. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.
74. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
75. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
76. Em 04.02.2014, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
77. Em 19.02.2014, vago em virtude de o Senador João Capiberibe deixar de integrar a Comissão (Of. nº 18/2014 - GLDBAG).
78. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
79. Em 13.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 18/2014-BLUFOR).
80. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
81. Em 18.03.2014, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 40/2014-BLUFOR).
82. Em 18.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Lopes e cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 25/2014 - GLDBAG e Of. nº 45/2014 - BLUFOR).
83. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
84. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
85. Em 23.04.2014, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Aécio Neves e cedida pela Liderança do PSDB (Ofs. 31/2014-GLPSDB e 235/2014-GSVALV).
86. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
87. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
88. Em 15.07.2014, vago em virtude de o Senador Clésio Andrade ter deixado o mandato.
89. Em 17/07/2014, o Senador Wilder Morais licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014, deferidos na sessão de 17/07/2014.

90. Vago em virtude do fim da licença e o consequente retorno do titular do mandato, Senador Blairo Maggi.
91. Vago em virtude de o Senador Cidinho Santos não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Blairo Maggi, em 18.07.2014.
92. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
93. Em 04.08.2014, O Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, na Comissão (Of. 535/2014-BLUFOR).
94. Em 5.8.2014, o Senador Odacir Soares é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 157/2014-GLPMDDB).
95. Em 5.8.2014, o Senador Fleury é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição ao Senador Wilder Moraes (Of. nº 14/2014-GLDEM).
96. Em 05/08/2014, o Senador Alvaro Dias licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 05/08/2014, conforme Requerimentos nºs 725 e 726, de 2014, deferidos em 05/08/2014.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: Quartas-Feiras 7:30 min - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Clésio Andrade ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ⁽⁴⁾	
Inácio Arruda (PCdoB)	1. Lindbergh Farias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
VAGO ⁽²⁾	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO ⁽⁵⁾	1.
Valdir Raupp (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽³⁾	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Antonio Carlos Rodrigues (PR)	1. Alfredo Nascimento (PR)

Notas:

1. Em 5.11.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Inácio Arruda e Clésio Andrade, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 171/2013-CI).

2. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).

3. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

4. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

5. Em 15.07.2014, vago em virtude de o Senador Clésio Andrade ter deixado o mandato.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 29.10.2013, foi lido o Ofício nº 160/2013-CI/PRES, designando os Senadores Inácio Arruda, Walter Pinheiro e Eduardo Lopes como titulares e os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); os Senadores Clésio Andrade e Valdir Raupp como titulares (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); o Senador Cícero Lucena como titular e o Senador Flexa Ribeiro como suplente (pelo Bloco Parlamentar da Minoria); e os Senadores Antonio Carlos Rodrigues como titular e o Senador Alfredo Nascimento como suplente (pelo Bloco Parlamentar União e Força) para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

Instalação: 16/05/2012

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ⁽¹⁵⁾	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ivo Cassol (PP) ^(16,17)	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) ^(1,2)	2. VAGO ^(5,6,10)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽¹⁴⁾	
Osvaldo Sobrinho (PTB) ^(12,13)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
	1. VAGO ^(3,4,7,8,9,11)

Notas:

1. Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).
2. Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. Nº058/2012 - CI).
3. Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).
4. Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
5. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
6. Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
7. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
8. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.
9. Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 067/2012-PRES/CI).

10. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
11. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
12. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
13. Em 25.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 146/2013-CI).
14. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
15. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
16. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
17. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
- *. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.
- **. Em 10.05.2012, foi lido o Of. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ⁽⁵⁾	
José Pimentel (PT)	1. Inácio Arruda (PCdoB)
Wellington Dias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO ⁽⁶⁾	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Vital do Rêgo (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽⁴⁾	
Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁾	1. Osvaldo Sobrinho (PTB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁷⁾	1. Fernando Collor (PTB)

Notas:

1. Em 02.10.2013, os Senadores José Pimentel e Eduardo Amorim foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-presidente da Subcomissão (Ofício 154/2013-CI).
 2. Em 02.10.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 155/2013-CI).
 3. Em 09.10.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular na Subcomissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 157/2013-CI).
 4. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
 5. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
 6. Em 15.07.2014, vago em virtude de o Senador Clésio Andrade ter deixado o mandato.
 7. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
- *. Em 15.05.2013, foi lido o Ofício nº 56/2013-CI, designando os Senadores José Pimentel e Wellington Dias como titulares e o Senador Inácio Arruda como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo; o Senador Clésio Andrade como titular e os Senadores Ciro Nogueira e Vital do Rêgo como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; o Senador Flexa Ribeiro como titular e o Senador Jayme Campos como suplente do Bloco Parlamentar Minoria; o Senador Eduardo Amorim como titular e o Senador Fernando Collor como suplente na Comissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) ⁽⁴⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ^(10,49,64)	
Wellington Dias (PT) ⁽¹⁾	1. João Capiberibe (PSB) ⁽⁴⁴⁾
Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁴³⁾	2. Zeze Perrella (PDT) ^(7,11)
Inácio Arruda (PCdoB) ⁽⁴⁵⁾	3. Walter Pinheiro (PT) ^(2,47)
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(32,33,38,39)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁹⁾	
Romero Jucá (PMDB) ⁽⁴²⁾	1. Eduardo Braga (PMDB) ^(14,42)
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(20,21,22,28,31,42)	2. Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴²⁾
Ana Amélia (PP) ⁽⁴²⁾	3. João Alberto Souza (PMDB) ^(3,37,42)
Ciro Nogueira (PP) ^(15,34,42)	4. Odacir Soares (PP) ^(26,42,65,66,71)
Benedito de Lira (PP) ⁽⁴²⁾	5. VAGO ^(8,9,16,18)
Kátia Abreu (PMDB) ^(42,57)	6. VAGO ^(23,24,27)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽⁶³⁾	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(5,12,19,41)	1. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁴¹⁾
Ruben Figueiró (PSDB) ⁽⁴¹⁾	2. Lúcia Vânia (PSDB) ^(6,41)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Fleury (DEM) ^(4,35,68,72)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ^(29,36,64)	
Douglas Cintra (PTB) ^(40,48,50,67,70)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(50,59)
Eduardo Amorim (PSC) ^(30,50,51,52,55,58,61,62,69,73)	2. VAGO ⁽⁵⁰⁾
VAGO ^(50,53,54,56,60)	3. ⁽⁵⁰⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade:** (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
5. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
6. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
7. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
8. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
9. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
12. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
13. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 120/2011 - GLDBAG).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
15. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
16. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
18. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
19. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)
20. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
21. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
22. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
23. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
24. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).
25. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
26. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
27. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
28. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.
30. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
31. Em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão (OF. GLPMDB nº 151/2012).
32. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
33. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 091/2012-GLDBAG).

34. Em 16.08.2012, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 277/2012-GLPMDB).
35. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. nº 049/12-GLDEM).
36. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
37. Em 19.10.2012 o Senador Romero Jucá é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 329/2012).
38. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
39. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 141/2012 - GLDBAG).
40. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
41. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ruben Figueiró, como membros titulares; e Senador Cícero Lucena e Senadora Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 15/13-GLPSDB).
42. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 44/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Ricardo Ferraço, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, João Alberto Souza e Ivo Cassol, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
43. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita (Of. nº 27/2013 - GLDBAG).
44. Em 27.02.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 031/2013).
45. Em 04.03.2013, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 34/2013 - GLDBAG).
46. Em 05.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 003/2013 - PRES/CDR).
47. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. nº 36/2013 - GLDBAG).
48. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 034/2013).
49. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
50. Em 20.03.2013, os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro e João Costa são designados como membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 50/2013-BLUFOR).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 84/2013-BLUFOR).
53. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
54. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 87/2013-BLUFOR).
55. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 108/2013-BLUFOR).
56. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 175/2013-BLUFOR).
57. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
58. Em 06.11.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 197/2013-BLUFOR).
59. Em 06.11.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 197/2013-BLUFOR).
60. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.
61. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
62. Em 17.02.2014, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 009/2014-BLUFOR).
63. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
64. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
65. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
66. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
67. Em 15.07.2014, o Senador Armando Monteiro licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 1 dia, a partir de 17.07.2014, conforme RQS nº 685/2014, deferido na sessão de 15.07.2014.

68. Em 17/07/2014, o Senador Wilder Moraes licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014, deferidos na sessão de 17/07/2014.

69. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.

70. Em 24.07.2014, o Senador Douglas Cintra é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Armando Monteiro (Of. nº 525/2014 - BLUFOR).

71. Em 5.8.2014, o Senador Odacir Soares é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 158/2014-GLPMDDB).

72. Em 5.8.2014, o Senador Fleury é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição ao Senador Wilder Moraes (Of. nº 14/2014-GLDEM).

73. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 550/2014 - BLUFOR).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (1,10)	
Wellington Dias (PT)	1. VAGO (8)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO (8)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) (9)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Eduardo Amorim (PSC) (2,3,4,6,7,11)	1.

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
3. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
4. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB nº 140/2012).
7. O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. Nº 119/2012-PRES/CDR).
8. Em 2.4.2014, o Presidente da CDR comunica que os Senadores José Pimentel e Magno Malta não integram mais a Subcomissão (Of. nº 18/2014-PRES/CDR).
9. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
10. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
11. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomedr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (3,13)	
VAGO (9)	1. VAGO (6,7)
VAGO (5)	2. VAGO (2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (4)	
Ana Amélia (PP)	1. Ivo Cassol (PP) (8,11,14,15)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) (12)	
VAGO (1)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (10)

Notas:

1. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
5. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
6. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
7. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CDR (Of. nº 091/2012 - GLDBAG).
8. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
9. Em 2.4.2014, o Presidente da CDR comunica que a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Lobão Filho não integram mais a Subcomissão (Of. nº 18/2014-PRES/CDR)
10. Em 2.4.2014, o Presidente da CDR comunica que o Senador Mozarildo Cavalcanti foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (OF. Nº 18/2014-PRES/CDR)
11. Em 2.4.2014, o Presidente da CDR comunica que o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcante (OF. Nº 18/2014-PRES/CDR).
12. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
13. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
14. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
15. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ⁽²⁾	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
	1.

Notas:

1. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

2. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPIÁDA E PARAOLIMPIÁDA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ⁽²⁾	
Zeze Perrella (PDT) ^(1,4)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁷⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽⁹⁾	
VAGO ^(3,6,8)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
	1.

Notas:

1. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
 4. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
 5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
 6. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. nº 049/2012-PRES/CDR).
 7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 8. Em 2.4.2014, o Presidente da CDR comunica que os Senadores José Pimentel e Cássio Cunha Lima não integram mais a Subcomissão (Of. nº 18/2014-PRES/CDR).
 9. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
- * Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁶⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ^(15,65,85)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT) (7,10,22,23,57,80)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁶⁷⁾
Zeze Perrella (PDT) (11,16)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT) (38,47)	4. João Durval (PDT)
Eduardo Suplicy (PT) (4,67)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁷⁾	
VAGO (88,62)	1. Romero Jucá (PMDB) (28,29,35,52,62)
VAGO (62,78)	2. Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁶²⁾
Casildo Maldaner (PMDB) (25,26,27,36,49,62)	3. João Alberto Souza (PMDB) (39,40,51,53,62)
Ana Amélia (PP) ⁽⁶²⁾	4. Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁶²⁾
Sérgio Petecão (PSD) (12,13,19,21,62,76)	5. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶²⁾
Benedito de Lira (PP) ⁽⁶²⁾	6. Odacir Soares (PP) (86,87,93,17,62,76)
Kátia Abreu (PMDB) (31,59,61,62,75)	7. Garibaldi Alves (PMDB) (91,32,43,44,58,59,61,63,83)
Waldemir Moka (PMDB) (24,33,34,46,66,68,69)	
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽⁸⁴⁾	
Antonio Aureliano (PSDB) (95,2,60,71,73)	1. Fleury (DEM) (94,60)
Ruben Figueiró (PSDB) ⁽⁶⁰⁾	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (3,9,14,60)
Jayme Campos (DEM) (72,74,77,79)	3. Cícero Lucena (PSDB) (5,18,48,70)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ^(37,45,85)	
Gim (PTB) (1,8,49,50)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(6,54)
	2. Blairo Maggi (PR) (89,90,92,24,41,42,55,56,81,82)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões

Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*******. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (Of. nº 047/2011-GLPTB).
2. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
5. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
8. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
9. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
10. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
11. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
14. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
23. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 329/2011).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
32. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
33. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
34. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

35. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
38. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
39. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
40. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
41. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
42. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 082/2012/BLUFOR/SF).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (OF. Nº 163/2012-BLUFOR).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
48. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
49. Em 06.11.2012, retorna ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao Bloco Parlamentar da Maioria, e seu ocupante, o Senador Sérgio Souza, fica designado como membro titular deste Bloco na Comissão (Of. GLPMDB nº 338/2012).
50. Em 06.11.2012, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (Of. Nº 167/2012/BLUFOR).
51. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
52. Em 23.11.2012, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2012).
53. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 358/2012).
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
56. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 216/2012-BLUFOR).
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
59. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de suplente (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
60. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 011/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Ruben Figueiró, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
61. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
62. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 45/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Sérgio Souza, Casildo Maldaner, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
63. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 070/2013).
64. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 19/2013-CRA).
65. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
66. Em 20.03.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 68/2013-BLUFOR).
67. Em 26.03.2013, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 56/2013-GLDBAG).
68. Vaga cedida provisoriamente ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 75/2013-BLUFOR).

69. Em 04.04.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco União e Força (Ofício nº 138/2013-GLPMDB).
70. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 128/2013-GLPSDB).
71. Vago, em 11.9.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. 163/2013-GLPSDB).
72. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
73. Em 16.09.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 166/2013-GLPSDB).
74. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
75. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
76. Em 23.10.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria em substituição ao Senador Ivo Cassol, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. 290/2013-GLPMDB).
77. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
78. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
79. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
80. Em 11.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antônio Russo (Of. nº 12/2014 - GLDBAG).
81. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
82. Em 13.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 20/2014-BLUFOR).
83. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 26.03.2014, conforme Requerimento nº 267, de 2014, aprovado no dia 26.03.2014.
84. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
85. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
86. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
87. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
88. Em 15.07.2014, vago em virtude de o Senador Clésio Andrade ter deixado o mandato.
89. Vago em virtude do fim da licença e o consequente retorno do titular do mandato, Senador Blairo Maggi.
90. Vago em virtude de o Senador Cidinho Santos não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Blairo Maggi, em 18.07.2014.
91. Em 23.07.2014, foi deferido o Requerimento nº 714, de 2014, de prorrogação da licença do Senador Garibaldi Alves, pelo prazo de 60 dias, a contar do dia 25.07.2014. Em consequência, a Senadora Ivonete Dantas continua no exercício do mandato.
92. Em 04.08.2014, O Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, na Comissão (Of. 536/2014-BLUFOR).
93. Em 5.8.2014, o Senador Odacir Soares é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 159/2014-GLPMDB).
94. Em 05.08.2014, o Senador Fleury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSDB (Ofícios nºs 64/2014-GLPSDB e 18/2014-GLDEM).
95. Em 07.08.2014, o Senador Antonio Aureliano é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. 61/14-GLPSDB).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes****Notas:**

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA
BRASILEIRA**

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ⁽³⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Alfredo Nascimento (PR-AM) ⁽³⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ^(7,38,48)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Zeze Perrella (PDT) ⁽³²⁾	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(33,40)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) ^(10,12)
João Capiberibe (PSB) ^(8,9,17)	4. Lídice da Mata (PSB)
Anibal Diniz (PT) ⁽⁴⁰⁾	5. Marcelo Crivella (PRB) ^(1,19,20,44,45)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²¹⁾	
Lobão Filho (PMDB) ⁽³¹⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(2,4,11,31)
João Alberto Souza (PMDB) ^(22,23,27,28,31)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³¹⁾
Valdir Raupp (PMDB) ⁽³¹⁾	3. Odacir Soares (PP) ^(31,49,50,52)
Luiz Henrique (PMDB) ^(31,36)	4. Benedito de Lira (PP) ^(26,31)
Ciro Nogueira (PP) ⁽³¹⁾	5. VAGO ^(5,6,13,15,35,43)
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³¹⁾	6. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽⁴⁷⁾	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(30,37)	1. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(30,37,46)
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁰⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁰⁾
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ^(21,24,48)	
Gim (PTB) ^(25,39)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽³⁹⁾
Alfredo Nascimento (PR) ^(3,16,39)	2. VAGO ^(16,29,39,41,42)
Eduardo Amorim (PSC) ^(39,51,53)	3. (39)

Notas:

* Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

*** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

**** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Anibal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 026/2011-GLDBAG).
2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
3. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDDB).
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDDB).
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).
9. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)
10. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 126/2011 - GLDBAG).
11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 270/2011 - GLPMDDB).
12. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).
13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDDB nº 294/2011).
16. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
17. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).
18. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).
21. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
22. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
23. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDDB nº 181/2012).
24. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
25. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
26. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDDB nº 346/2012).
27. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

28. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 360/2012).
29. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
30. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 012/13, da Liderança do PSDB, confirmando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes, para compor a Comissão.
31. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 46/2013, designando os Senadores Lobão Filho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
32. Em 27.02.2013, o Senador Zezé Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz (Of. GLDBAG nº 032/2013).
33. Em 05.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 033/2013).
34. Em 06.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Zeze Perrella e Alfredo Nascimento, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 005/2013-CCT).
35. Em 07.03.2013, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (Of. GLPMDB nº 093/2013).
36. Em 07.03.2013, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. GLPMDB nº 075/2013).
37. Em 11.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. GLPSDB nº 087/2013).
38. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
39. Em 20.03.2013, são designados os Senadores Gim, Alfredo Nascimento e Eduardo Amorim e como suplente o Senador Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 52/2013).
40. Em 26.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 55/2013-GLDBAG).
41. Em 17.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 170/2013-BLUFOR).
42. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
43. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
44. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
45. Em 18.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Lopes e cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 27/2014 - GLDBAG e Of. nº 47/2014 - BLUFOR).
46. Em 1.4.2014, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente pelo Bloco da Minoria na Comissão (Of. nº 22/2014-GLPSDB).
47. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
48. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
49. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
50. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
51. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
52. Em 5.8.2014, o Senador Odacir Soares é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 160/2014-GLPMDB).
53. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 549/2014 - BLUFOR).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: scomct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Luiz Henrique (PMDB-SC)**RELATOR:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁾	
Luiz Henrique (PMDB) ⁽²⁾	1.
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾	2.
Ana Amélia (PP) ⁽²⁾	3.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ^(1,12)	
Cristovam Buarque (PDT) ⁽³⁾	1. Lídice da Mata (PSB) ⁽³⁾
Humberto Costa (PT) ⁽³⁾	2. Inácio Arruda (PCdoB) ⁽³⁾
Walter Pinheiro (PT) ^(3,8)	3. Pedro Taques (PDT) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽¹¹⁾	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁾	1.
Fleury (DEM) ^(7,13,18)	2. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹²⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(4,9,10,14,15,17)	1.
Eduardo Amorim (PSC) ^(4,16)	2.

Notas:

1. Vaga adicional compartilhada entre os dois Blocos.
2. Em 27.08.2013, foram designados os Senadores Luiz Henrique, Ricardo Ferraço e Ana Amélia, como membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 254/2013-GLPMDB).
3. Em 27.08.2013, foram designados os Senadores Cristovam Buarque, Humberto Costa e Paulo Paim, como membros titulares; a Senadora Lídice da Mata e os Senadores Inácio Arruda e Pedro Taques, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 95/2013-GLDBAG).
4. Em 27.08.2013, os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim são designados como membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 113/2013-BLUFOR).
5. Em 27.08.2013, o Senador Cyro Miranda é designado como membro titular pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 162/2013-GLPSDB).
6. Em 27.08.2013, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 29/2013-GLDEM).
7. Em 27.08.2013, o Senador Wilder Moraes é designado como membro titular pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, de acordo com fala da Presidência da sessão deliberativa ordinária de 27.08.2013.
8. Em 17.10.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 124/2013-GLDBAG).
9. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
10. Em 13.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 21/2014-BLUFOR).
11. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
12. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
13. Em 17/07/2014, o Senador Wilder Moraes licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014, deferidos na sessão de 17/07/2014.
14. Vago em virtude do fim da licença e o consequente retorno do titular do mandato, Senador Blairo Maggi.
15. Vago em virtude de o Senador Cidinho Santos não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Blairo Maggi, em 18.07.2014.
16. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
17. Em 04.08.2014, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, na Comissão (Of. 537/2014-BLUFOR).
18. Em 5.8.2014, o Senador Fleury é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição ao Senador Wilder Moraes (Of. nº 14/2014-GLDEM).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/09/2013

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 17.09.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 6ª Eleição Geral: 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 7ª Eleição Geral: 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 8ª Eleição Geral: 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 9ª Eleição Geral: 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
VAGO ⁽³⁾	1. VAGO
Valdir Raupp (RO)	2. VAGO
João Alberto Souza (MA)	3. VAGO
Romero Jucá (RR)	4. VAGO
PT	
Wellington Dias (PI)	1. Jorge Viana (AC)
Ana Rita (ES)	2. Paulo Paim (RS)
Anibal Diniz (AC)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO
PTB	
Gim (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Lidice da Mata (BA)	1. Antonio Carlos Valadares (SE)
DEM	
Jayme Campos (MT) ⁽²⁾	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Antonio Carlos Rodrigues (SP)	1. VAGO
PSD	
Sérgio Petecão (AC)	1. Kátia Abreu (PMDB-TO)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Vital do Rêgo (PMDB/PB)	

Atualização: 03/02/2014

Notas:

*. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.

1. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

2. O Senador Jayme Campos licenciou-se a partir do dia 13.09.2013, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme Requerimento nº 1.047/2013, aprovado em 10.09.2013.

3. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann.

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)*

SENADOR	CARGO
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) ⁽²⁾	COORDENADOR

Atualização: 05/11/2013

Notas:

1. Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado para ocupar a vaga do PR em 21.02.2013

2. O Senador Antonio Carlos Rodrigues foi designado Coordenador conforme Ato do Presidente nº 34, de 2013, publicado no Boletim Administrativo do Senado Federal nº 5312, de 12.09.2013.

4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 06/03/2013

Notas:

1. Designada pelo Presidente do Senado Federal na sessão de 06.03.2013.

5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL*(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)*

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 05/11/2013

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽⁵⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011**6ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Pedro Simon (RS)
PT
Angela Portela (RR)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
VAGO
PP
Ciro Nogueira (PI)
PDT
João Durval (BA) ⁽²⁾
PSB
Lídice da Mata (BA)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE)
PR
VAGO
PSD
Kátia Abreu (PMDB-TO)
PCdoB
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
VAGO ⁽³⁾
PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽⁶⁾

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 25/07/2014**Notas:**

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPB nº 004/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GLPDPT nº 005/2014, datado de 18.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 21.02.2014.
3. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
4. A Senadora Maria do Carmo Alves foi eleita Vice-Presidente na 1ª reunião do Conselho, realizada em 07.05.2014.
5. A Senadora Angela Portela foi reconduzida ao cargo de Presidente na 1ª reunião do Conselho, realizada em 07.05.2014.
6. Em 22.07.2014, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos nessa data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258**E-mail:**saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:** Senador José Agripino (DEM-RN)

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS)
PT
Delcídio do Amaral (MS)
PSDB
Cyro Miranda (GO)
PTB
Douglas Cintra (PE) ^(6,7,9)
PP
Ivo Cassol (RO) ^(4,5)
PDT
Acir Gurgacz (RO) ⁽²⁾
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
José Agripino (RN)
PR
Antonio Carlos Rodrigues (SP)
PSD
Sérgio Petecão (AC)
PCdoB
Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
VAGO ⁽³⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽⁸⁾
PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 28/07/2014

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPB nº 001/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GLPDT nº 007/2014, datado de 17.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 21.02.2014.
3. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
4. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
5. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
7. Em 15.07.2014, o Senador Armando Monteiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, a partir de 18.07.2014, conforme RQS nº 686/2014, deferido na sessão de 15.07.2014.
6. Em 15.07.2014, o Senador Armando Monteiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 1 dia, a partir de 17.07.2014, conforme RQS nº 685/2014, deferido na sessão de 15.07.2014.
8. Em 22.07.2014, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos nessa data.
9. Em 28.07.2014, o Senador Douglas Cintra foi designado para ocupar a vaga do PTB, em substituição ao Senador Armando Monteiro, conforme Of. nº 0524/2014-BLUFOR, datado de 18.07.2014, lido na sessão do Senado Federal de 28.07.2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA*(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽¹⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽¹⁴⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

MEMBROS
PMDB
Ivonete Dantas (RN) ⁽¹⁾
PT
Ana Rita (ES) ⁽²⁾
PSDB
Cícero Lucena (PB) ⁽³⁾
PTB
Gim (DF) ⁽⁴⁾
PP
Ana Amélia (RS) ⁽⁵⁾
PDT
Cristovam Buarque (DF) ⁽⁶⁾
PSB
João Capiberibe (AP) ⁽⁷⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽¹³⁾
PR
PSD
Sérgio Petecão (AC) ⁽⁸⁾
PCdoB
Inácio Arruda (CE) ⁽⁹⁾
PV
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁰⁾
PSC

PSOL
Randolfe Rodrigues (AP) ⁽¹¹⁾
PROS
SD
Vicentinho Alves (TO) ⁽¹²⁾

Atualização: 29/05/2014**Notas:**

1. A Senadora Ivonete Dantas foi designada para ocupar a vaga do PMDB, conforme Of. GLPMDB nº 098/2014, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
2. A Senadora Ana Rita foi designada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 007/2014-GLDPT, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
3. O Senador Cícero Lucena foi designado para ocupar a vaga do PSDB, conforme Of. nº 32/14-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
4. O Senador Gim foi designado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of. nº 507/2014 ? BLUFOR, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
5. A Senadora Ana Amélia foi designada para ocupar a vaga do PP, conforme o Memo. nº 023/2014- GLDPP , lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
6. O Senador Cristovam Buarque foi designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of. GLDPDT-014/2014, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
7. O Senador João Capiberibe foi designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. GLPSB nº 0019/2014, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
12. O Senador Vicentinho Alves foi designado para ocupar a vaga do SD, conforme Of. nº 236/2014- GSVALV, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
8. O Senador Sérgio Petecão foi designado para ocupar a vaga do PSD, conforme Of. nº 06/2014-GLPSD, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
9. O Senador Inácio Arruda foi designado para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of. GLPCdoB nº 003/2014, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
10. O Senador Marcelo Crivella foi designado para ocupar a vaga do PRB, conforme Memo nº 042/2014-GSMC, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
11. O Senador Randolfe Rodrigues foi designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of. nº 0054-GSRR, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
13. A Senadora Maria do Carmo Alves foi designada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of. nº 012/14-GLDEM, datado de 21.05.2014, lido na sessão do Senado Federal de 22.05.2014.
14. Os Senadores Cristovam Buarque e Ana Rita foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do Conselho na reunião iniciada em 27.05.2014 e finalizada em 28.05.2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP****Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo****Telefone(s):3303-5255 Fax:3303-5260****E-mail:saop@senado.leg.br**

9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽⁶⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

MEMBROS
PMDB
Casildo Maldaner (SC)
PT
Anibal Diniz (AC)
PSDB
VAGO
PTB
VAGO
PP
Ciro Nogueira (PI)
PDT
Cristovam Buarque (DF) ⁽²⁾
PSB
João Capiberibe (AP) ⁽⁴⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE)
PR
Blairo Maggi (MT) ^(7,8,10)
PSD
Sérgio Petecão (AC)
PCdoB
VAGO ⁽¹⁾
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
VAGO ⁽³⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽⁹⁾

PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)
SD
Vicentinho Alves (TO)
PROS

Atualização: 05/08/2014**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 002/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GLDPDT nº 008/2014, datado de 17.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 21.02.2014.
3. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
4. O Senador João Capiberibe foi designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of.GLPSB nº 0012/2014, datado de 31.03.2014, lido na sessão do Senado Federal de 1º.04.2014
5. O Senador Paulo Davim foi eleito Presidente na 1ª Reunião de 2014, realizada em 09.04.2014.
6. O Senador Randolfe Rodrigues foi eleito Vice-Presidente na 1ª Reunião de 2014, realizada em 09.04.2014.
8. Vago em virtude de o Senador Cidinho Santos não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Blairo Maggi, em 18.07.2014.
7. Vago em virtude do fim da licença e o consequente retorno do titular do mandato, Senador Blairo Maggi.
9. Em 22.07.2014, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos nessa data.
10. O Senador Blairo Maggi foi designado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. nº 543/2014-BLUFOR, datado de 04.08.2014, lido na sessão do Senado Federal de 05.08.2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260**E-mail:**saop@senado.leg.br

10) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽²⁾**1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Luiz Henrique (SC)
PT
Jorge Viana (AC)
PSDB
PTB
João Vicente Claudino (PI)
PP
Ivo Cassol (RO) ^(6,7)
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
Wilder Moraes (GO) ⁽⁸⁾
PR
Blairo Maggi (MT) ^(5,9,10,11)
PSD
Kátia Abreu (PMDB-TO)
PCdoB
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
VAGO ⁽⁴⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Representante da sociedade civil organizadaAndré Lima ⁽³⁾**Pesquisador com produção científica relevante**Paulo Sérgio Bretas de Almeida Salles ⁽³⁾**Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente**Rui Carlos Ottoni ⁽³⁾**Atualização: 18/08/2014****Notas:**

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPB nº 003/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 24.04.2013.
3. Designado conforme Of.nº 130, de 2013/CMA, datado de 10.07.2013, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
4. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
5. Designado para ocupar a vaga do PR, anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi, conforme Of. nº 027/2014-BLUFOR, datado de 13.03.2014, lido na sessão do Senado Federal de 17.03.2014.
6. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
7. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
8. O Senador Wilder Morais licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 17/07/2014, conforme Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014, deferidos na sessão de 17/07/2014.
9. Vago em virtude do fim da licença e o consequente retorno do titular do mandato, Senador Blairo Maggi.
10. Vago em virtude de o Senador Cidinho Santos não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Blairo Maggi, em 18.07.2014.
11. O Senador Blairo Maggi foi designado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. nº 540/2014-BLUFOR, datado de 04.08.2014, lido na sessão do Senado Federal de 05.08.2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)****Endereço:**Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303.5258 **Fax:**3303.5260**E-mail:**saop@senado.leg.br

11) CONSELHO DA COMENDA DORINA GOUVEIA NOWILL*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros: 15 titulares****PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação: 22/08/2013**

MEMBROS
PMDB
Luiz Henrique (SC) ⁽¹⁰⁾
PT
Paulo Paim (RS) ⁽¹¹⁾
PSDB
Lúcia Vânia (GO) ⁽⁸⁾
PTB
PP
Ana Amélia (RS) ⁽⁶⁾
PDT
João Durval (BA) ⁽⁷⁾
PSB
Lídice da Mata (BA) ⁽¹²⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁵⁾
PR
PSD
Kátia Abreu (PMDB-TO) ⁽³⁾
PCdoB
Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾
PV
PRB
VAGO ^(2,13)
PSC
Eduardo Amorim (SE) ^(9,14)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP) ⁽⁴⁾

Atualização: 22/07/2014

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.GSINAR nº 169/2013, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
2. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme Of.nº 0235/2013-GSEL, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
3. Designada para ocupar a vaga do PSD, conforme Of.nº 0032/2013-GLPSD, datado 16.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
4. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.GSRR nº 00134/2013, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
5. Designada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº34/2013-GLDEM, datado 19.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
6. Designada para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº55/2013-GLDPP, datado 22.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 23.08.2013.
7. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of. nº 11/2013-GLDPDT, datado de 21.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 26.08.2013.
8. Designada para ocupar a vaga do PSDB, conforme Of. nº 160/2013-GLPSDB, datado de agosto de 2013, lido na sessão do Senado Federal de 27.08.2013.
9. Designado para ocupar a vaga do PSC, conforme nº 218/2013, datado de 16.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 28.08.2013.
10. Designado para ocupar a vaga do PMDB, conforme Of. GLPMDB nº 256/2013, datado de 29.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 29.08.2013.
11. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme Of. GLDPT nº 033/2013, datado de 27.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 29.08.2013.
12. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 0091/2013-GLPSB, datado de 27.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 06.09.2013.
13. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
14. Em 22.07.2014, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos nessa data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP****Endereço:**Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**saop@senado.leg.br

12) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁴⁾**1ª Designação:** 20/12/2013

MEMBROS
PMDB
Ricardo Ferraço (ES) ⁽⁸⁾
PT
Paulo Paim (RS) ⁽⁹⁾
PSDB
Aloysio Nunes Ferreira (SP) ⁽¹⁵⁾
PTB
PP
PDT
Acir Gurgacz (RO) ⁽¹⁾
PSB
Lídice da Mata (BA) ⁽²⁾
DEM
PR
Blairo Maggi (MT) ^(12,16,17,19)
PSD
Sérgio Petecão (AC) ⁽³⁾
PCdoB
Inácio Arruda (CE) ⁽⁴⁾
PV
Paulo Davim (RN) ⁽¹¹⁾
PRB
VAGO ^(5,13)
PSC
Eduardo Amorim (SE) ^(6,18)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP) ⁽⁷⁾
SD

Vicentinho Alves (TO) ⁽¹⁰⁾

Atualização: 05/08/2014

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of. GLDPDT nº 017, datado de 17.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
2. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. GLPSB nº 111, datado de 09.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
3. Designado para ocupar a vaga do PSD, conforme Of. GLPSD nº 0039, datado de 06.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of. GSINAR nº 313, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
5. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme Of. GSEL nº 0315, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
6. Designado para ocupar a vaga do PSC, conforme Of. nº 324, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
7. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of. GSRR nº 212, datado de 11.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
8. Designado para ocupar a vaga do PMDB, conforme Of. GLPMDB nº 322, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 002/2014-GLDPT, datado de 17.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 18.02.2014.
10. Designado para ocupar a vaga do SDD, conforme Of. GSVALV nº 176, datado de 10.03.2014, lido na sessão do Senado Federal de 11.03.2014.
11. Designado para ocupar a vaga do PV, conforme Of. GSPDAV nº 007, datado de 13.03.2014, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi, conforme Of. nº 028/2014-BLUFOR, datado de 13.03.2014, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
14. Eleitos na 1ª reunião do Conselho, realizada em 19.03.2014.
15. O Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado para ocupar a vaga do PSDB, conforme Of. nº 41/2014-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal de 08.05.2014.
16. Vago em virtude do fim da licença e o consequente retorno do titular do mandato, Senador Blairo Maggi.
17. Vago em virtude de o Senador Cidinho Santos não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Blairo Maggi, em 18.07.2014.
18. Em 22.07.2014, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos nessa data.
19. O Senador Blairo Maggi foi designado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. nº 541/2014-BLUFOR, datado de 04.08.2014, lido na sessão do Senado Federal de 05.08.2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP****Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo****Telefone(s): 3303-5255 Fax: 3303-5260****E-mail: saop@senado.leg.br**

COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO (Resolução nº 1/2006-CN)

Processado referente à composição de 2014: OFN nº 10/2014

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados ²

COMPOSIÇÃO ³

Presidente: Deputado Devanir Ribeiro (PT/SP) ⁵
1º Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA) ⁵
2º Vice-Presidente: Deputado Luiz Fernando Machado (PSDB/SP) ⁵
3º Vice-Presidente: Senador Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP) ⁵

Relator do PLDO / 2015: Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB) ⁷

Relator do PLOA / 2015: Senador Romero Jucá (PMDB/RR)

Relator da Receita: Deputado Pedro Uczai (PT/SC)

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)	
Eunício Oliveira (PMDB/CE)	1. João Alberto Souza (PMDB/MA)
Romero Jucá (PMDB/RR)	2. Vital do Rêgo (PMDB/PB)
Waldemir Moka (PMDB/MS)	3. Valdir Raupp (PMDB/RO) ⁴
Ana Amélia (PP/RS)	4.
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PCdoB / PSOL)	
Gleisi Hoffmann (PT/PR)	1. João Capiberibe (PSB/AP)
Jorge Viana (PT/AC)	2. Angela Portela (PT/RR)
Zeze Perrella (PDT/MG)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO)	1. Ruben Figueiró (PSDB/MS)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PRB)	
Antonio Carlos Rodrigues (PR/SP)	1. Gim (PTB/DF)
Mozarildo Cavalcante (PTB/RR) ⁶	2.
SD ¹	
Vicentinho Alves (SD/TO)	1. Ataídes Oliveira (PROS/TO)

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

3- Designação na Sessão do Senado Federal de 19-3-2014.

4- Designado o Senador Valdir Raupp, como membro suplente, em substituição ao Senador Luiz Henrique, em 24-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 58 de 2014, da Liderança do PMDB.

5- Mesa eleita em 25-3-2014.

6- Designado o Senador Mozarildo Cavalcante, como membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, em 15-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 59 de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.

7- Nos termos do Of. Pres. N. 87/2014/CMO, do Presidente da CMO.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Beto Faro (PT/PA)	1. Assis Carvalho (PT/PI)
Devanir Ribeiro (PT/SP)	2. Geraldo Simões (PT/BA) ¹⁷
Luiz Alberto (PT/BA)	3. Cláudio Puty (PT/PA) ⁹
Pedro Uczai (PT/SC)	4. Reginaldo Lopes (PT/MG)
Waldenor Pereira (PT/BA)	5. Ronaldo Zulke (PT/RS)
PMDB	
Alexandre Santos (PMDB/RJ)	1. Alceu Moreira (PMDB/RS)
Geraldo Resende (PMDB/MS)	2. João Magalhães (PMDB/MG) ⁶
Gastão Vieira (PMDB/MA) ⁶	3. Hermes Parcianello (PMDB/PR) ¹¹
Sandro Mabel (PMDB/GO) ⁶	4.
Lucio Vieira Lima (PMDB/BA) ¹¹	5.
PSDB	
Luiz Fernando Machado (PSDB/SP)	1. Izalci (PSDB/DF) ¹²
Nilson Leitão (PSDB/MT)	2. Cesar Colnago (PSDB/ES) ¹⁶
Rodrigo de Castro (PSDB/MG)	3. Alfredo Kaefer (PSDB/PR) ¹⁸
PSD	
Eduardo Sciarra (PSD/PR)	1. Eliene Lima (PSD/MT)
Jaime Martins (PSD/MG)	2. Roberto Dornier (PSD/MT)
Urzeni Rocha (PSD/RR) ⁵	3. Moreira Mendes (PSD/RO) ⁵
PP	
Betinho Rosado (PP/RN)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
João Leão (PP/BA) ¹⁰	2. Lázaro Botelho (PP/TO)
Vilson Covatti (PP/RS)	3. Sandes Júnior (PP/GO)
PR	
Luciano Castro (PR/RR)	1. João Carlos Bacelar (PR/BA)
Milton Monti (PR/SP)	2. João Maia (PR/RN)
PSB	
²⁰	1. Alexandre Roso (PSB/RS)
Sandra Rosado (PSB/RN)	2. Paulo Foletto (PSB/ES)
DEM	
Felipe Maia (DEM/RN)	1. Carlos Melles (DEM/MG) ¹³
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	2.
SD	
Henrique Oliveira (SD/AM) ⁸	1. Benjamin Maranhão (SD/PB) ⁸
PTB	
Wilson Filho (PTB/PB)	1. Arnon Bezerra (PTB/CE)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Paulo Wagner (PV/RN) ¹⁴	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP)
PROS	
Givaldo Carimbão (PROS/AL) ⁷	1. Dr. Jorge Silva (PROS/ES) ⁷
PDT	
Marcos Rogério (PDT/RO) ¹⁹	1. Félix Mendonça Júnior (PDT/BA) ¹⁹
PCdoB	
Daniel Almeida (PCdoB/BA)	1. João Ananias (PCdoB/CE)
PSC	
Silvio Costa (PSC/PE)	1. Filipe Pereira (PSC/RJ) ¹⁵

PRB	
Cleber Verde (PRB/MA)	
PSOL ¹	
Ivan Valente (PSOL/SP) ⁴	Chico Alencar (PSOL/RJ) ⁴

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

3- Designação na Sessão do Senado Federal de 19-3-2013.

4- Designados, como membro titular, o Deputado Ivan Valente e, como membro suplente, o Deputado Chico Alencar em vagas existentes, em 19-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 10 de 2014, da Liderança do PSOL.

5- Designados, o Deputado Urzeni Rocha, como membro titular, em substituição ao Deputado Moreira Mendes, que passa à condição de suplente, em 26-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 197 de 2014, da Liderança do PSD.

6- Designados os Deputados Sandro Mabel e Gastão Vieira, como titulares, e o Deputado João Magalhães, como suplente, em vagas existentes, em 27-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nos 241 e 242, de 2014, da Liderança do PMDB.

7- Designado o Deputado Givaldo Carimbão, como membro titular, em vaga existente, e o Deputado Dr. Jorge Silva, como membro suplente, em substituição ao Deputado Miro Teixeira, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PROS.

8- Designados os Deputados Henrique Oliveira, como membro titular, e Benjamin Maranhão, como suplente, em vagas existentes, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 90 de 2014, da Liderança do SD.

9- Designado o Deputado Cláudio Puty, como membro suplente, em substituição ao Deputado Marco Maia, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 307 de 2014, da Liderança do PT.

10- Designado o Deputado João Leão, como membro titular, em substituição ao Deputado Dimas Fabiano, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 182 de 2014, da Liderança do PP.

11- Designados o Deputado Hermes Parcianello, como membro suplente, e o Deputado Lucio Vieira Lima, como membro titular, em vagas existentes, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nºs 278 e 279, de 2014, respectivamente, da Liderança do PMDB.

12- Designado o Deputado Izalci, como membro suplente, em vaga existente, conforme o Ofício nº 414 de 2014, da Liderança do PSDB.

13- Designado o Deputado Carlos Melles, como membro suplente, em vaga existente, em 10-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 142 de 2014, da Liderança do DEM.

14- Designado o Deputado Paulo Wagner, como membro titular, em substituição ao Deputado Eurico Júnior, em 10-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 142 de 2014, das Lideranças do PPS e do PV.

15- Designado o Deputado Filipe Pereira, como membro suplente, em vaga existente, em 14-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 152 de 2014, da Liderança do PSC.

16- Designado o Deputado Cesar Colnago, como suplente, em vaga existente, em 30-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 492, de 2014, da Liderança do PSDB.

17- Designado o Deputado Geraldo Simões, como membro suplente, em substituição ao Deputado Márcio Macedo, em 13-5-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 528, de 2014, da Liderança do PT.

18- Designado o Deputado Alfredo Kafer, como suplente, em vaga existente, em 4-6-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 650, de 2014, da Liderança do PSDB.

19- Designado, como membro titular, o Deputado Marcos Rogério, em substituição ao Deputado Félix Mendonça Júnior, e, como membro suplente, o Deputado Félix Mendonça Júnior, em substituição ao Deputado Marcos Rogério, em 9-7-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 207, de 2014, da Liderança do PDT.

20- Vago em razão da afastamento do Deputado Alexandre Toledo em 10-7-2014, nos termos do art. 56, II e §1º, da Constituição Federal e arts. 235, II e III, e 236, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Secretária: Maria do Socorro de L. Dantas

Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893

Fax: (61) 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**Relator do PLDO / 2014:** Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB)**Relator do PLOA / 2014:** Senador Romero Jucá (PMDB/RR)**Relator da Receita:** Deputado Pedro Uczai (PT/SC)**RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014**

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I – Infraestrutura	Deputado Waldenor Pereira (PT/BA)
II – Saúde	Senador Jorge Viana (PT/AC)
III – Integração Nacional e Meio Ambiente	Deputado Rodrigo de Castro (PSDB/MG)
IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Senador Cyro Miranda (PSDB/GO)
V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Senador Waldemir Moka (PMDB/MS)
VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Deputado Geraldo Resende (PMDB/MS)
VII – Justiça e Defesa	Senador Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)
VIII – Poderes do Estado e Representação	Deputado João Leão (PP/BA)
IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário	Deputado Eduardo Sciarra (PSD/PR)
X – Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado João Carlos Bacelar (PR/BA)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS****COMPOSIÇÃO**

Coordenador: Deputado Izalci (PSDB/DF)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PCdoB	Vanessa Grazziotin (PDdoB/AM)
PMDB	João Alberto Souza (PMDB/MA)
SD	Vicentinho Alves (SD/TO)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PSD	Urzenir Rocha (PSD/RR)
PSC	Silvio Costa (PSC/PE)
PSDB	Nilson Leitão (PSDB/MT)
PSOL	Ivan Valente (PSOL/SP)
PSDB	Izalci (PSDB/DF)
PROS	Givaldo Carimbão (PROS/AL)
PMDB	João Magalhães (PMDB/MG)
DEM	Felipe Maia (DEN/RN)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR****COMPOSIÇÃO**

Coordenador: Deputado Pedro Uczai (PT/SC)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Vital do Rêgo (PMDB/PB)
PTB	Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)
PSDB	Cyro Miranda (PSDB/GO)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Pedro Uczai (PT/SC)
PMDB	Sandro Mabel (PMDB/GO)
PSB	Alexandre Roso (PSB/RS)
PSD	Roberto Dornier (PSD/MT)
PP	Betinho Rosado (PP/RN)
PRB	Cleber Verde (PRB/MA)
PPS	João Magalhães (PMDB/MG)
PDT	Marcos Rogério (PDT/RO)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI****COMPOSIÇÃO**

Coordenador: Senador Valdir Raupp (PMDB/RO)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PT	Gleisi Hoffmann (PT/PR)
PP	Ana Amélia (PP/RS)
PMDB	Valdir Raupp (PMDB/RO)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Alexandre Santos (PMDB/RJ)
PR	Luciano Castro (PR/RR)
PSD	Moreira Mendes (PSD/RO)
PP	Lázaro Botelho (PP/TO)
PCdoB	Daniel Almeida (PCdoB/BA)
PT	Assis Carvalho (PT/PI)
PT	Luiz Alberto (PT/BA)
SD	Benjamin Maranhão (SD/PB)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE****COMPOSIÇÃO**

Coordenador: Deputado Gastão Vieira (PMDB/MA)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PSB	João Capiberibe (PSB/AP)
PSDB	Flexa Ribeiro (PSDB/PA)
PR	Antonio Carlos Rodrigues (PR/SP)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Gastão Vieira (PMDB/MA)
PR	João Maia (PR/RN)
PSD	Eliene Lima (PSD/MT)
PTB	Arnon Bezerra (PTB/CE)
PSB	Paulo Foletto (PSB/ES)
PP	Sandes Júnior (PP/GO)
PT	Ronaldo Zulke (PT/RS)
PSDB	Cesar Colnago (PSDB/ES)

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados ²¹**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Deputado Alfredo Sikis (PSB/RJ) ^{15, 20, 27, 39 e 40}
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB/CE) ^{15, 20, 27, 39 e 40}
Relator: Senador Valdir Raupp (PMDB/RO) ^{16, 20, 27, 39 e 40}

Instalação: 9-4-2014 ^{15, 20, 27 e 40}**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PCdoB / PRB)	
Jorge Viana (PT/AC) ⁷	1. Wellington Dias (PT/PI) ⁷
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{7, 13 e 17} ^{7, 23, 26, 37 e 43}	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁷	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Inácio Arruda (PCdoB/CE) ^{22 e 36}	4. ^{7 e 17}
	5. ²²
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Valdir Raupp (PMDB/RO) ^{3, 14, 29, 33 e 35}	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) ^{3 e 29}
Eduardo Braga (PMDB/AM) ^{3 e 29}	2. Romero Jucá (PMDB/RR) ^{3 e 29}
Ciro Nogueira (PP/PI) ^{3, 11, 12 e 29}	3. ^{3, 29}
Sérgio Petecão (PSD/AC) ^{3, 18 e 29}	4. ^{3, 19 e 29}
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) ²	1. Jayme Campos ^{2, 24 e 34}
Fleury (DEM/GO) ^{6, 10, 25, 41, 42 e 44}	2. ^{6, 10, 28, 30, 31 e 32}
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI) ^{4 e 29}	1. ^{8, 9 e 12}
Blairo Maggi (PR/MT) ^{38 e 43}	2.
PSOL ¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ^{5 e 29}	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.

3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.

4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.

5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.

6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.

7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.

9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.

10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.

11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.

12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.

13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.

14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.

15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.

16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.

17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

- 18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.
- 19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.
- 20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.
- 21- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 22- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 23- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.
- 24- Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício nº 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.
- 25- Designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.
- 26- Senador Blairo Maggi reassume o cargo de senador, em 17.12.2012, após licença (Of. GSBMAG nº 068/2012).
- 27- Comissão instalada em 27-2-2013, eleitos Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente Deputado Fernando Ferro e Relator Deputado Samey Filho, conforme Ofício nº 3/2013-CMMC, lido na Sessão do Senado Federal de 4-3-2013.
- 28- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em substituição ao Senador José Agripino, em 7-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 12, de 2013, da Liderança do Democratas – DEM.
- 29- Ratificadas as indicações constantes nos ofícios nºs 54, 32 e 78, todos de 2013, das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e do Bloco Parlamentar da Maioria, respectivamente, em 22-3-2013 (Sessão do Senado Federal).
- 30- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.
- 31- Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.
- 32- Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 13-1-2014.
- 33- Vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann, em 3-2-2014.
- 34- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em vaga existente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 2, de 2014, da Liderança do Democratas – DEM.
- 35- Designado o Senador Valdir Raupp, como membro titular, em vaga existente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 22, de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 36- Designado o Senador Inácio Arruda, como membro titular, em vaga existente, em 19-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 19, de 2014, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 37- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 127 dias, a partir de 13-3-2013, conforme os Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na Sessão do Senado Federal de 11-3-2012.
- 38- Designado o Senador Cidinho Santos, como membro titular, em vaga existente, em 13-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 22, de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
- 39- Vago (arts. 5º e 6º da Resolução nº 4, de 2008-CN).
- 40- Comissão instalada em 9-4-2014, eleitos Presidente Deputado Alfredo Sirkis, Vice-Presidente Senador Inácio Arruda e Relator Senador Valdir Raupp, conforme Ofício nº 003/2014-CMMC (lido em 16/4/2014 - SF)
- 41- Em 17.07.2014, o Senador Wilder Moraes licenciou-se, a partir de 17 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 3 dias, conforme o Requerimento nº 703, de 2014, aprovado na sessão de 17.07.2014.
- 42- Em 17.07.2014, o Senador Wilder Moraes licenciou-se, a partir de 20 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 118 dias, conforme o Requerimento nº 704, de 2014, aprovado na sessão de 17.07.2014.
- 43- Designado, como membro titular, o Senador Blairo Maggi, em substituição ao Senador Cidinho Santos, em 4-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 538, de 2014, da Liderança do BLUFOR.
- 44- Designado, como membro titular, o Senador Fleury, em substituição ao Senador Wilder Moraes, em 6-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 16, de 2014, da Liderança do DEM.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) ²	1. ^{2 19}
Márcio Macêdo (PT/SE) ²	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) ²
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) ^{2, 5 e 6}	1. Colbet Martins (PMDB/BA) ^{2 e 22}
André Zacharow (PMDB/PR) ^{2, 9 e 10}	2. Adrian (PMDB/RJ) ¹⁰
PSD	
Hugo Napoleão (PSD/PI) ^{14 e 15}	1. Felipe Bornier (PSD/RJ) ^{14 e 25}
Thiago Peixoto (PSD/GO) ^{14 e 25}	2. ¹⁴
PSDB	
Ricardo Tripoli (PSDB/SP) ^{2, 11 e 20}	1. Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ^{2 e 20}
PP	
Gladson Cameli (PP/AC) ^{2 e 21}	1. Luís Carlos Heinze (PP/RS) ^{2 e 21}
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) ²	1. ^{2 e 8}
PR	
Gorete Pereira (PR/CE) ^{2, 18 e 24}	1. ^{2, 12 e 18}
PSB	
Alfredo Sirkis (PSB/RJ) ^{2, 17 e 23}	1. Janete Capiberibe (PSB/AP) ^{2, 7, 13, 17}
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ²	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) ²
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Samuel Filho (PV/MA) ^{2 16}	1. ^{2 16}
PTB¹	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) ^{2 e 3}	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) ⁴

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ithoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Samuel Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ithoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nºs 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

13- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.

14- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

15- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

- 16- Designado como membro titular o Deputado Samey Filho, em substituição ao Deputado Alfredo Sirkis e, como membro suplente, o Deputado Alfredo Sirkis, em substituição ao Deputado Samey Filho, em 4-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofícios nºs 30 e 31, de 2013, da Liderança do PV.
- 17- Designado o Deputado Glauber Braga, como membro titular, em substituição ao Deputado Luiz Noé, e a Deputada Janete Capiberibe, como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 12-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 31, de 2013, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB.
- 18- Designado o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 126, de 2013, da Liderança do PR.
- 19- Vago em virtude do desligamento do Deputado Francisco Praciano (PT/AM), em 4-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 294, de 2013, da Liderança do PT.
- 20- Em 22-5-2013 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, o Deputado Ricardo Tripoli, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy; e como membro suplente, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em substituição ao Deputado Ricardo Tripoli, conforme os Ofícios nos 535 e 536, de 2013, da Liderança do PSDB.
- 21- Designado o o Deputado Gladson Cameli, como membro titular, em substituição ao Deputado José Otávio Germano; e o Deputado Luís Carlos Heinze, como membro suplente, em substituição à Deputada Rebecca Garcia, em 4-6-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 278, de 2013, da Liderança do PP.
- 22- Designado o Deputado Colbert Martins, como membro suplente, em substituição ao Deputado Celso Maldaner, em 9-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 634, de 2013, da Liderança do PMDB.
- 23- Designado o Deputado Alfredo Sirkis, como membro titular, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 5, de 2014, da Liderança do PSB.
- 24- Em 26-3-2014 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, a Deputada Gorete Pereira, em substituição ao Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, conforme o Ofício nº 84, de 2014, da Liderança do PR.
- 25- Designados os Deputados Thiago Peixoto, como membro titular, e Felipe Bornier, como membro suplente, conforme o Ofício nº 274 de 2014, da Liderança do PSD.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone: (61) 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

**COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR
DAS AMÉRICAS – FIPA**
(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados¹

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PCdoB/PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD)	
Roberto Requião (PMDB/PR) ⁵	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Fleury (DEM/GO) ^{3, 10, 11 e 12}	1. Jayme Campos (DEM/MT) ^{3, 6, 7, 8 e 9}
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
	1.
	2.
PSOL²	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ⁴	1.

Notas:

- 1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 3- Designado, como membro titular, o Senador Wilder Moraes e, como membro suplente, o Senador Jayme Campos, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 18, de 2013, da Liderança do DEM.
- 4- Designado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 41, de 2013, da Liderança do PSOL.
- 5- Designado o Senador Roberto Requião, como membro titular, em 25-3-2013 (Sessão do Senado Federal), de conformidade com o Ofício nº 129 de 2013, da Liderança do PMDB.
- 6- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.
- 7- Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.
- 8- Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 13-1-2014.
- 9- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 002, de 2014, da Liderança do Democratas.
- 10- Em 17.07.2014, o Senador Wilder Moraes licenciou-se, a partir de 17 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 3 dias, conforme o Requerimento nº 703, de 2014, aprovado na sessão de 17.07.2014.
- 11- Em 17.07.2014, o Senador Wilder Moraes licenciou-se, a partir de 20 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 118 dias, conforme o Requerimento nº 704, de 2014, aprovado na sessão de 17.07.2014.
- 12- Designado, como membro titular, o Senador Fleury, em substituição ao Senador Wilder Moraes, em 6-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 16, de 2014, da Liderança do DEM.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)
(Resolução nº 2, de 2013-CN)**COMPOSIÇÃO****Presidente:** Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES) ^{4, 10}**Vice-Presidente:** Deputado Eduardo Barbosa (PSDB/MG) ^{4, 10}

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) ⁶	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> RICARDO FERRAÇO (PMDB-ES) ¹
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> VICENTINHO (PT-SP)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB-CE) ²
<u>LÍDER DA MINORIA</u> DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u> WILDER MORAIS ^{3, 7, 13 e 14}
<u>DEPUTADO INDICADO PELA LIDERANÇA DA MAIORIA</u> NELSON PELLEGRINO (PT/BA) ¹²	<u>SENADOR INDICADO PELA LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> WALDEMIR MOKA (PMDB-MS) ⁵
<u>DEPUTADO INDICADO PELA LIDERANÇA DA MINORIA</u> LUIZ CARLOS HAULY (PSDB/PR) ⁹	<u>SENADOR INDICADO PELA LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u>
<u>DEPUTADO ELEITO PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> HUGO NAPOLEÃO (PSD/PI) ¹¹	<u>SENADOR ELEITO PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> MOZARILDO CAVALCANTI (PTB/RR) ⁸

Notas:

1- Em 27.02.2013, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal elegeu o Senador Ricardo Ferraço como Presidente do colegiado (Of. nº 001/2013 – CRE).

2- Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.

3- Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

4- O Deputado Nelson Pellegrino assumiu a presidência em 10.04.2013, conforme altemância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001. Na mesma reunião, o Senador Ricardo Ferraço assumiu a vice-presidência.

5- Em 13.2.2014, o Senador Waldemir Moka é indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal, conforme Of. GLPMDB nº 033/2014.

6- Eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados em 26.02.2014.

7- Em 12.03.2014, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Wilder Moraes como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

8- Em 17.3.2014, o Senador Mozarildo Cavalcanti é indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no Senado Federal, conforme Ofício nº 038/2014 - CRE.

9- Em 19.3.2014, o Deputado Luiz Carlos Hauly é indicado pela Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme o Ofício nº 7, de 2014.

10- Em 20-3-2014 o Senador Ricardo Ferraço assume a presidência, e o Deputado Eduardo Barbosa a vice-presidência, nos termos do art. 7º da Resolução nº 2, de 2013-CN, conforme Ofício nº 1, de 2014, do Presidente da CCAI.

11- Em 7-4-2014, o Deputado Hugo Napoleão é indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 018/2014 - CREDN.

12- Designado o Deputado Nelson Pellegrino, em vaga destinada à Maioria da Câmara dos Deputados, em 15-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 255, de 2014, da Liderança do PT.

13- Em 17.07.2014, o Senador Wilder Moraes licenciou-se, a partir de 17 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 3 dias, conforme o Requerimento nº 703, de 2014, aprovado na sessão de 17.07.2014.

14- Em 17.07.2014, o Senador Wilder Moraes licenciou-se, a partir de 20 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 118 dias, conforme o Requerimento nº 704, de 2014, aprovado na sessão de 17.07.2014.

COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER – CMCVM

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Número de membros: 12 Senadores e 31 Deputados ¹**COMPOSIÇÃO****Presidente:****Vice-Presidente:****Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV)	
Kátia Abreu (PMDB/TO) ⁵	1. Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE) ⁵
Ana Amélia (PP/RS) ⁵	2. Sérgio Petecão (PSD/AC) ⁵
Ricardo Ferraço (PMDB/ES) ⁵	3.
Paulo Davim (PV/RN) ⁵	4.
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PCdoB/PSOL)	
Ana Rita (PT/ES) ⁴	1. Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁴
Angela Portela (PT/RR) ⁴	2. João Capiberibe (PSB/AP) ⁴
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ⁴	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) ⁴
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
	1. Lúcia Vânia ³
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB)	
Eduardo Amorim (PSC/SE) ^{6 e 7}	1. Gim (PTB/DF) ⁶
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) ⁶	2.
PROS ²	
	1.

Notas:**1-** Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.**2-** Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.**3-** Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em 25-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 14 de 2014, da Liderança do PSDB no Senado Federal.**4-** Designadas as Senadoras Ana Rita, Angela Portela e Vanessa Grazziotin, como membros titulares; e os Senadores Cristovam Buarque, João Capiberibe e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, em 26-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 21 de 2014, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal.**5-** Designadas as Senadoras Kátia Abreu e Ana Amélia e os Senadores Ricardo Ferraço e Paulo Davim, como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos e Sérgio Petecão, como membros suplentes, em 12-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PMDB e do Bloco da Maioria no Senado Federal.**6-** Designados como membros titulares, os Senadores Eduardo Amorim e Mozarildo Cavalcanti e, como membro suplente, o Senador Gim, em 18-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PMDB e do Bloco da Maioria no Senado Federal.**7-** Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 22/07/2014, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.**Câmara dos Deputados**

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

COMISSÃO MISTA DE ASSUNTOS RELACIONADOS À COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CMCPLP

(Resolução nº 2, de 2014-CN)

Número de membros: 4 Senadores e 6 Deputados ¹**COMPOSIÇÃO****Presidente:****Vice-Presidente:****Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV)	
	1.
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PCdoB/PSOL)	
	1.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) ²	
	1.

Notas:**1-** Uma vaga acrescida ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.**2-** Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.**Câmara dos Deputados**

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

PRESIDÊNCIA DO PARLAMENTO

(para efeito de participação brasileira na AP-CPLP - parágrafo único do art. 5º da Resolução nº 2, de 2014-CN)

Presidente: Senador Renan Calheiros

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Vice-Presidente: Deputado Arlindo Chinaglia

Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) ¹	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) ⁵	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) ⁵
Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁵	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) ^{5, 13}
^{5 e 14}	3. ^{5 e 11}
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PCdoB/PRB) ¹	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) ²	1. Pedro Taques (PDT/MT) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ²	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Paulo Paim (PT/RS) ^{2 e 7}	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) ⁷
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO) ²	1. ^{6 e 10}
Wilder Moraes (DEM/GO) ^{2 e 6}	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Alfredo Nascimento (PR/AM) ³	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) ^{3 e 15}
Gim (PTB/DF) ³	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) ³
PSD ⁴	
Sérgio Petecão (PSD/AC) ²	1. ^{2, 8, 9 e 12}

Notas:

1- Conforme Ofícios nºs 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.

2- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.

3- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.

4- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.

5- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofícios nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.

6- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos dos Ofícios nº 50/2012, da Liderança do DEM.

7- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofícios nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.

9- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofícios nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.

10- Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.

11- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.

12- Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.

13- Em 26-3-2014, o Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 26-3-2014, conforme RQS nº 267/2014, deferido na sessão de 26-3-2014.

14- Vago em razão da renúncia do Senador Clésio Andrade ao cargo de Senador da República, em 15-7-2014 (Sessão do Senado Federal).

15- Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 22/07/2014, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
	1.
	2.
PMDB	
Leandro Vilela (PMDB/GO) ¹	1. Geraldo Resende (PMDB/MS) ¹
Luiz Pitiman (PSDB/DF) ¹	2. Sandro Mabel (PMDB/GO) ¹
PSDB	
	1.
PP	
Roberto Britto (PP/BA) ¹	1. Toninho Pinheiro (PP/MG) ¹
DEM	
Augusto Coutinho (SD/PE) ¹	1. João Bittar (DEM/MG) ¹
PR	
	1.
PSB	
	1.
PDT	
	1.
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Augusto Carvalho (SD/DF) ¹	1.
PTB	
	1.

Notas:

1- Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

Diretor: Adriana Alves Zaban

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 1, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a elaborar, em sessenta dias, proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza ¹
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro ¹
Relator: Senador Romero Jucá ¹

Instalação: 12-3-2013 ¹

Prazo Final: 11-5-2013

Prazo Final Prorrogado: 11-7-2013 ²

Prazo Final Prorrogado: 9-9-2013 ³

Prazo Final Prorrogado: 23-12-2013 ⁴

Prazo Final Prorrogado: 22-12-2014 ⁵

Senado Federal	Câmara dos Deputados
Romero Jucá (PMDB/RR)	Cândido Vaccarezza (PT/SP)
Lobão Filho (PMDB/MA)	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Bruno Araújo (PSDB/PE)
Walter Pinheiro (PT/BA)	Mendonça Filho (DEM/PE)
Jorge Viana (PT/AC)	Júlio Delgado (PSB/MG)
Ana Amélia (PP/RS)	Jô Moraes (PCdoB/MG)

Notas:

1- Comissão instalada em 12-3-2013, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 1/2013-CMRRC.

2- Nos termos no Ato Conjunto nº 3, de 13 de maio de 2013.

3- Nos termos no Ato Conjunto nº 6, de 16 de julho de 2013.

4- Nos termos no Ato Conjunto nº 8, de 9 de setembro de 2013.

5- Nos termos no Ato Conjunto nº 15-A, de 18 de dezembro de 2013.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

Diretor: Adriana Alves Zaban

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 2, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza¹
Relator: Senador Romero Jucá²

Instalação: 2-4-2013²

Prazo Final: 30-9-2013⁴

Prazo Final Prorrogado: 23-12-2013⁶

Prazo Final Prorrogado: 22-12-2014¹³

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes ⁷
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	Reinaldo Azambuja (PSDB/MS) ⁹
Edinho Araújo (PMDB/SP)	Moreira Mendes (PSD/RO) ¹⁰
Eduardo Barbosa (PSDB/MG) ³	Esperidião Amin (PP/SC) ¹²
Sergio Zveiter (PSD/RJ)	Júlio Delgado (PSB/MG) ¹⁴
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	Rodrigo Maia (DEM/RJ) ¹⁴
Miro Teixeira (PDT/RJ)	Antonio Britto (PTB/BA) ¹⁴
João Maia (PR/RN) ^{5 e 9}	Benedita da Silva (PT/RJ) ^{14 e 15}

Senado Federal

Titulares	Suplentes ⁷
Romero Jucá (PMDB/RR)	Kátia Abreu (PMDB/TO) ^{7 e 8}
Vital do Rêgo (PMDB/PB)	Waldemir Moka (PMDB/MS) ⁷
Walter Pinheiro (PT/BA) ¹²	Ruben Figueiró (PSDB/MS) ¹¹
Pedro Taques (PDT/MT)	Wellington Dias (PT/PI) ¹⁶
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)	Cristovam Buarque (PDT/DF) ¹⁶
Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)	
Ana Amélia (PP/RS) ^{5 e 7}	

Notas:

1 - Alínea "a" do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto nº 2, de 2013.

2 - Comissão instalada em 2-4-2013, designado o Senador Romero Jucá como Relator, conforme Ofício nº 001, de 2013, da Presidência desta Comissão.

3 - Designado o Deputado Eduardo Barbosa, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, nos termos do Ato Conjunto nº 4, de 21 de maio de 2013.

4 - Prazo recontado em virtude do disposto no § 2º do art. 57 da Constituição Federal.

5 - Acrescentado um membro do Senado Federal e um membro da Câmara dos Deputados, nos termos do Ato Conjunto nº 7, de 2013.

6 - Nos termos do Ato Conjunto nº 9, de 26 de setembro de 2013.

7 - Nos termos do Ato Conjunto nº 10, de 26 de setembro de 2013, ficam criadas vagas de suplentes na Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto nº 2, de 2013, bem como fica designada a Senadora Ana Amélia, como membro titular, em vaga existente, e, como membros suplentes, a Senadora Kátia Abreu e o Senador Waldemir Moka.

8 - Em 8-10-2013, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Partido da Social Democrático- PSD, e filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, conforme Ofício nº 0800/2013 - GSKAAB.

9 - Nos termos do Ato Conjunto nº 11, de 22 de outubro de 2013 (DSF 22-10-2013), ficam designados os Deputados João Maia, como membro titular, e Reinaldo Azambuja, como membro suplente.

10 - Nos termos do Ato Conjunto nº 12, de 5 de novembro de 2013 (DSF 6-11-2013), fica designado o Deputado Moreira Mendes, como membro suplente.

11 - Nos termos do Ato Conjunto nº 13, de 13 de novembro de 2013 (DSF 13-11-2013), fica designado o Senador Ruben Figueiró, como membro suplente.

12 - Nos termos do Ato Conjunto nº 14, de 3 de dezembro de 2013 (DSF 3-12-2013), ficam designados o Deputado Esperidião Amin, como membro suplente, e o Senador Walter Pinheiro, como membro titular, em substituição ao Senador Jorge Viana.

13 - Nos termos do Ato Conjunto nº 15-B, de 18 de dezembro de 2013.

14 - Nos termos do Ato Conjunto nº 2, de 11 de março de 2014.

15 - Nos termos do Ato Conjunto nº 3, de 30 de abril de 2014 (DSF 1º-5-2014), fica designada a Deputada Benedita da Silva, como membro suplente, em substituição ao Deputado Geraldo Simões.

16 - Nos termos do Ato Conjunto nº 4, de 16 de junho de 2014, ficam designados os Senadores Wellington Dias e Cristovam Buarque como membros suplentes.

COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO

1) RQN Nº 2/2014

Finalidade: Investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento de plataformas inacabadas ; ao pagamento de propina a funcionário da estatal; e ao superfaturamento na construção de refinarias.

Número de membros: 15 Senadores e 15 Deputados ^{1 e 2}

- **Leitura:** 15-4-2014
- **Designação da Comissão:** 27-5-2014
- **Instalação da Comissão:** 28-5-2014
- **Prazo final da Comissão:** 23-11-2014

Presidente: Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB)
Vice-Presidente: Senador Gim (PTB/DF)
Relator: Deputado Marco Maia (PT/RS)

Senado Federal¹

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV)	
João Alberto Souza (PMDB/MA)	1.
Valdir Raupp (PMDB/RO)	2.
Vital do Rêgo (PMDB/PB)	3.
Sérgio Petecão (PSD/AC)	4.
Ciro Nogueira (PP/PI)	5.
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)¹	
José Pimentel (PT/CE)	1. Jorge Viana (PT/AC)
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)	2. Inácio Arruda (PCdoB/CE)
Humberto Costa (PT/PE)	3. Ana Rita (PT/ES)
Acir Gurgacz (PDT/RO)	4. Paulo Paim (PT/RS)
Aníbal Diniz (PT/AC)	5. Wellington Dias (PT/PI)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Alvaro Dias (PSDB/PR) ⁵	1. Ruben Figueiró (PSDB/MS)
Mário Couto (PSDB/PA)	2. Flexa Ribeiro (PSDB/PA)
Jayme Campos (DEM/MT)	3. José Agripino (DEM/RN)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Antonio Carlos Rodrigues (PR/SP)	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) ³
Gim (PTB/DF)	2. Blairo Maggi (PR/MT) ⁴
PROS²	
Ataídes Oliveira (PROS/TO)	1.

Notas:

1- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Será acrescida mais uma vaga, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

3- Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 22/07/2014, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.

4- Designado, como membro suplente, o Senador Blairo Maggi, em substituição Cidinho Santos, em 4-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 544, de 2014, da Liderança do BLUFOR.

5- O Senador Alvaro Dias licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 5-8-2014, conforme os Requerimentos nºs 725 e 726, de 2014, aprovados na Sessão do Senado Federal de 5-8-2014.

Câmara dos Deputados¹

Titulares	Suplentes
PT	
Marco Maia (PT/RS)	1. Afonso Florence (PT/BA)
Sibá Machado (PT/AC)	2. Iriny Lopes (PT/ES)
PMDB	
Sandro Mabel (PMDB/GO) ⁶	1. João Magalhães (PMDB/MG)
Lucio Vieira Lima (PMDB/BA)	2. Eduardo Cunha (PMDB/RJ) ⁶
PSD	
Hugo Napoleão (PSD/PI)	1. Jaime Martins (PSD/MG)
José Carlos Araújo (PSD/BA)	2. Moreira Mendes (PSD/RO)
PSDB	
Carlos Sampaio (PSDB/SP) ^{7, 9, 13 e 14}	1. Izalci (PSDB/DF)
PP	
Aguinaldo Ribeiro (PP/PB)	1. José Otávio Germano (PP/RS)
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) ^{4, 5, 11 e 12}	1. Onyx Lorenzoni (DEM/RS) ^{4, 5, 8, 10, 11 e 12}
PR	
Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG)	1. João Carlos Bacelar (PR/BA) ^{3, 2}
PSB	
Júlio Delgado (PSB/MG)	1. Alexandre Roso (PSB/RS)
SD	
Fernando Francischini (SD/PR)	1. Simpício Araújo (SD/MA)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Rubens Bueno (PPS/SP)	1. Eurico Júnior (PV/RJ)
PTB	
Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)	1. Antonio Brito (PTB/BA)
PROS	
Marcio Junqueira (PROS/RR)	1. Hugo Leal (PROS/RJ)
PDT²	
Enio Bacci (PDT/RS)	1. Marcos Rogério (PDT/RO)

Notas:

1- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Será acrescida mais uma vaga, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

3- Em 3-6-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Deputado João Carlos Bacelar, como membro suplente, em substituição ao Deputado Aelton Freitas, nos termos do Ofício nº 214/2014 do PR.

4- Designado, como membro titular, o Deputado Onyx Lorenzoni, em substituição ao Deputado Rodrigo Maia, e, como membro suplente, o Deputado Rodrigo Maia, em substituição ao Deputado Onyx Lorenzoni, em 11-6-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 222, de 2014, da Liderança do DEM.

5- Designado, como membro titular, o Deputado Rodrigo Maia, em substituição ao Deputado Onyx Lorenzoni, e, como membro suplente, Onyx Lorenzoni, em substituição ao Deputado Rodrigo Maia, em 18-6-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 225, de 2014, da Liderança do DEM.

6- Designado, como membro titular, o Deputado Sandro Mabel, em substituição ao Deputado Eduardo Cunha, e, como membro suplente, o Deputado Eduardo Cunha, em substituição ao Deputado Sandro Mabel, em 18-6-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 667, de 2014, da Liderança do PMDB.

7- Designado, como membro titular, o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, em 24-6-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 685, de 2014, da Liderança do PSDB.

8- Designado, como membro suplente, o Deputado Mendonça Filho, em substituição ao Deputado Onyx Lorenzoni, em 25-6-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 227, de 2014, da Liderança do DEM.

9- Designado, como membro titular, o Deputado Carlos Sampaio, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy, em 1-7-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 716, de 2014, da Liderança do PSDB.

10- Designado, como membro suplente, o Deputado Onyx Lorenzoni, em substituição ao Deputado Mendonça Filho, em 1-7-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 228, de 2014, da Liderança do DEM.

11- Designado, como membro titular, o Deputado Onyx Lorenzoni, em substituição ao Deputado Rodrigo Maia, e, como membro suplente, o Deputado Rodrigo Maia, em substituição ao Deputado Onyx Lorenzoni, em 30-7-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 245, de 2014, da Liderança do DEM.

12- Designado, como membro titular, o Deputado Rodrigo Maia, em substituição ao Deputado Onyx Lorenzoni, e, como membro suplente, o Deputado Onyx Lorenzoni, em substituição ao Deputado Rodrigo Maia, em 6-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 255, de 2014, da Liderança do DEM.

13- Designado, como membro titular, o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, em 12-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 804, de 2014, da Liderança do PSDB.

14- Designado, como membro titular, o Deputado Carlos Sampaio, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy, em 19-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 808, de 2014, da Liderança do PSDB.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/cn>

E-mail: slcn@senado.gov.br

Informações: (61) 3303-4050

2) RQN N° 3/2014

Finalidade: Investigar as denúncias de prática de corrupção, desvio de recursos públicos, fraude em licitação, lavagem de dinheiro, remessa ilegal de valores ao exterior e formação de cartel em atos e contratos realizados por entidades da administração pública direta e indireta, relacionados à aquisição da Refinaria de Pasadena no Texas (EUA); aos contratos entre a Petrobras e a empresa holandesa “SMB Offshore”; ao lançamento de plataformas inacabadas; ao superfaturamento na construção de refinarias; às atividades da Petrobras e do Porto de Suape para viabilizar a construção e a operação da Refinaria Abreu e Lima em Pernambuco; aos contratos para aquisição, manutenção e operação de trens, metrô e sistemas auxiliares, em SP e no DF, que envolvam as empresas referidas no acordo de leniência firmado pela Siemens; e aos convênios e contratos, firmados por órgãos e entidades estaduais e municipais, para aquisição de equipamentos e desenvolvimento de projetos na área de tecnologia da informação e utilizando recursos da União.

Número de membros: 15 Senadores e 15 Deputados ^{1 e 2}

- **Leitura:** 15-4-2014
- **Designação da Comissão:**
- **Instalação da Comissão:**
- **Prazo final da Comissão:**

Notas:

1- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Será acrescida mais uma vaga, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

3) RQN Nº 4/2014

Finalidade: destinada a investigar os fatos referentes à formação de cartel, corrupção de autoridades e outros ilícitos nos contratos, licitações, execução de obras e manutenção de linhas de trens e metrô no estado de São Paulo e no Distrito Federal, com o uso de recursos federais e em prejuízo na prestação do serviço público de transporte.

Número de membros: 14 Senadores e 14 Deputados ^{1 e 2}

- **Leitura:** 7-5-2014
- **Designação da Comissão:** 16-7-2014
- **Instalação da Comissão:** 6-8-2014
- **Prazo final da Comissão:**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

Senado Federal ¹

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)	
	1. Sérgio Petecão (PSD/AC)
Ivonete Dantas (PMDB/RO)	2. Paulo Davim (PV/RN)
Benedito de Lira (PMDB/PB)	3.
João Alberto Souza (PMDB/MA) ⁶	4.
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PCdoB / PRB / PSOL) ¹	
Wellington Dias (PT/PI) ⁵	1. Humberto Costa (PT/PE)
Eduardo Suplicy (PT/SP)	2. Inácio Arruda (PCdoB/CE)
Acir Gurgacz (PDT/RO)	3. Jorge Viana (PT/AC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM / SD)	
Cyro Miranda (PSDB/GO)	1. Cícero Lucena (PSDB/PB)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	2. Lúcia Vânia (PSDB/GO)
	3.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
Gim (PTB/DF)	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) ³
Antonio Carlos Rodrigues (PR/SP)	2. Blairo Maggi (PR/MT) ⁴
PSB	
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)	1. João Capiberibe (PSB/AP)
PROS ²	
Ataídes Oliveira (PROS/TO)	1.

Notas:

1- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Será acrescida mais uma vaga, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

3- Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 22/07/2014, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.

4- Designado, como membro suplente, o Senador Blairo Maggi, em substituição Cidinho Santos, em 4-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 545, de 2014, da Liderança do BLUFOR.

5- Designado, como membro titular, o Senador Wellington Dias, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, em 6-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 69, de 2014, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

6- Designado, como membro titular, o Senador João Alberto Souza, em vaga existente, em 6-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 176, de 2014, da Liderança do Bloco da Maioria.

7- Vago em virtude do Senador Casildo Maldaner ter declinado da indicação, conforme Of. 174, de 2014, da Liderança do Bloco da Maioria.

Câmara dos Deputados¹

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Carlos Zarattini (PT/SP)
Renato Simões (PT/SP)	2. Paulo Teixeira (PT/SP)
PMDB	
Alexandre Santos (PMDB/RJ)	1. Fábio Trad (PMDB/MS)
José Priante (PMDB/PA)	2. Manoel Junior (PMDB/PB)
PSD	
Eduardo Sciarra (PSD/PR)	1. Marcos Montes (PSD/MG)
Guilherme Campos (PSD/SP)	2. Moreira Mendes (PSD/RO)
PSDB	
Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP)	1. Bruno Araújo (PSDB/PE)
PP	
Luiz Fernando Faria (PP/MG)	1. Marcio Junqueira (PROS/RR)
PR	
Bilac Pinto (PR/MG)	1. Jânio Natal (PRP/BA)
PSB	
Dr. Ubiali (PSB/SP)	1. Keiko Ota (PSB/SP)
DEM	
Alexandre Leite (DEM/SP)	1.
SD	
Fernando Francischini (SD/PR) ³	1. Manato (SD/ES)
PTB	
Eros Biondini (PTB/MG)	1. Sabino Castelo Branco (PTB/AM)
PCdoB	
Delegado Protógenes (PCdoB/SP)	1. Gustavo Petta (PCdoB/SP)

Notas:

1- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Será acrescida mais uma vaga, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

3- Designado, como membro titular, o Deputado Fernando Francischini, em substituição ao Deputado Wladimir Costa, em 6-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 271, de 2014, da Liderança do SD.

CONSELHOS E ÓRGÃO

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>PRESIDENTE</u> Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Jorge Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Fábio Faria (PSD-RN)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Romero Jucá (PMDB-RR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Marcio Bittar (PSDB-AC)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Simão Sessim (PP-RJ)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Angela Portela (PT-RR)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Maurício Quintella Lessa (PR-AL)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Biffi (PT/MS)	<u>4º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Vicentinho (PT/SP)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> Eunício Oliveira (PMDB-CE)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Domingos Sávio (PSDB-MG)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u> Wilder Moraes (PSDB-PA) ¹
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Vicente Candido (PT/SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Vital do Rêgo (PMDB-PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Eduardo Barbosa (PSDB/MG)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

(atualizada em 18.08.2014)

Nota:

1-O Senador Wilder Moraes licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 17/07/2014, conforme Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014, deferidos na sessão de 17/07/2014.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL(13 titulares e 13 suplentes)¹

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: **DOM ORANI JOÃO TEMPESTA**²Vice-Presidente: **FERNANDO CESAR MESQUITA**²

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	MÁRCIO NOVAES
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUEL JOBIM	LOURIVAL SANTOS
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	LILIANA NAKONECHNYJ
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	MARIA JOSÉ BRAGA
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	JOSÉ CATARINO NASCIMENTO	VAGO ³
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	MÁRIO MARCELO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	PEDRO PABLO LAZZARINI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	WRANA PANIZZI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	VAGO ⁴
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	LEONARDO PETRELLI

Atualizada em 13.03.2013

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

Notas:

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.

2- Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.

3- Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.

4- Vago em virtude de o Conselheiro João Luiz Silva Ferreira ter renunciado ao cargo de suplente, conforme expediente datado de 26.02.2013, publicado no Diário do Senado Federal em 13.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefones: 3303-4561 e 3303-5258

ssccn@senado.gov.br

www.senado.gov.br/ccsEndereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/cn>E-mail: SLCN@senado.gov.br

Informações: (61) 3303-4050

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES TEMÁTICAS**

Aprovada na 3ª Reunião do CCS, realizada em 06.05.2013

I. COMISSÃO DE MARCO LEGAL E REGULATÓRIO DO SETOR DAS COMUNICAÇÕES**Coordenador:** Miguel Angelo Cançado.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Krueel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
13. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
14. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
15. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
16. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

II. COMISSÃO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**Coordenador:** Ronaldo Lemos.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Krueel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**III. COMISSÃO DE CONTEÚDOS EM MEIOS DE COMUNICAÇÃO**

Coordenador: José Catarino do Nascimento.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. Maria José Braga (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
11. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
12. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
13. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
14. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
15. Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
16. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
17. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
18. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
19. Wrana Panizzi (Representante da sociedade civil)
20. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

IV. COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Coordenador: Alexandre Kruel Jobim.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
10. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Maria José Braga (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
16. Wrana Panizzi (Representante da sociedade civil)
17. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**V. COMISSÃO DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA**

Coordenador: Gilberto Carlos Leifert.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruehl Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
10. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
11. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Maria José Braga (Representante da sociedade civil)
16. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹**37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)****Presidente:** Deputado Newton Lima²**Vice-Presidente:** Senador Paulo Bauer²**Vice-Presidente:** Deputado Renato Molling²

Designação: 07.05.2013

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
PT	
BENEDITA DA SILVA	BOHN GASS
DR. ROSINHA	JANETE PIETÁ ¹³
IARA BERNARDI ¹⁴	MÁRCIO MACÊDO
NEWTON LIMA	TAUMATURGO LIMA
PMDB	
ANDRÉ ZACHAROW	LELO COIMBRA
IRIS DE ARAUJO	OSMAR SERRAGLIO
MARÇAL FILHO	RONALDO BENEDET
RAUL HENRY	VALDIR COLATTO
PSDB	
ANTONIO CARLOS MENDES THAME	CARLOS SAMPAIO ^{3,10}
Vago ¹²	
Vago ⁴	
PSD	
GERALDO THADEU	ÁTILA LINS
HUGO NAPOLEÃO	DR. LUIZ FERNANDO
RAUL LIMA	ELEUSES PAIVA
PP	
DILCEU SPERAFICO	LUIS CARLOS HEINZE
RENATO MOLLING	RENATO ANDRADE
PR	
WELLINGTON FAGUNDES	HENRIQUE OLIVEIRA
PSB	
JOSÉ STÉDILE	BETO ALBUQUERQUE
PAULO FOLETTO ⁶	LEOPOLDO MEYER
DEM	
JÚLIO CAMPOS	
PDT	
VIEIRA DA CUNHA	SEBASTIÃO BALA ROCHA
PTB	
PAES LANDIN	JORGE CORTE REAL
BLOCO PV, PPS	
ROBERTO FREIRE	Vago ¹⁵
PSC	
NELSON PADOVANI	TAKAYAMA
PC DO B	
JOÃO ANANIAS	CHICO LOPES
PRB	
GEORGE HILTON	VITOR PAULO
PtdoB	
LUIS TIBÉ	

Senadores

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)	
PEDRO SIMON	CASILDO MALDANER
ROBERTO REQUIÃO	VALDIR RAUPP
ANA AMÉLIA	GIM ⁶
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PCdoB / PRB)	
EDUARDO SUPLICY	ACIR GURGACZ ⁵
PAULO PAIM	INÁCIO ARRUDA
ANTONIO CARLOS VALADARES ⁵	HUMBERTO COSTA
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
PAULO BAUER	CÁSSIO CUNHA LIMA
FLEURY ^{17,18}	JAYME CAMPOS ⁷
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PPL)	
MOZARILDO CAVALCANTI ¹¹	FERNANDO COLLOR
LUIZ HENRIQUE ⁹	EDUARDO AMORIM ¹⁶

(Atualizada em 11.4.2014)

Notas:

- 1- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 25, de 07.05.2013.
- 2-- Eleitos na reunião realizada em 21.05.2013.
- 3-- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 29, de 23.05.2013.
- 4- Vago em virtude de o Deputado Luiz Carlos Hauly ter comunicado o seu afastamento, conforme Of. GAB nº 018/2013.
- 5- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 33, de 03.06.2013.
- 6- Em 03.04.2014, o Deputado Paulo Foletto foi designado para ocupar a vaga de membro titular do PSB, nos termos do Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 15, de 2014, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
- 7- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13.09.2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão do Senado Federal de 10.09.2013.
- 8-- O Senador Gim foi designado para ocupar a vaga de suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios GLPMDB nºs 260 e 265/2013, e Of. nº 168/2013-BLUFOR, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.
- 9- O Senador Luiz Henrique foi designado para ocupar a vaga de titular do Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios. nºs 167/2013-BLUFOR e Of. GLPMDB nº 266/2013, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.
- 10- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 58, de 07.11.2013, para ocupar a vaga de membro suplente do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, em substituição ao Deputado Urzeni Rocha, nos termos do Of. nº 948/2013/PSDB, datado de 24.09.2013.
- 11- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 2, de 19.02.2014, para ocupar a vaga de membro titular do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, de acordo com anuência expressa de S. Exª apostada no Ofício nº 002/2014-BLUFOR.
- 12- Vago em virtude do recebimento do Ofício nº 227, de 2014, do Presidente da Câmara dos Deputados, lido na Sessão do Senado Federal de 26.02.2014, comunicando a declaração de renúncia ao mandato de Deputado Federal do Senhor Eduardo Azeredo.
- 13 – A Deputada Janete Pietá foi designada para ocupar a vaga de suplente do Partido dos Trabalhadores, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 17, de 2014, lido na sessão do Senado Federal de 30.04.2014.
- 14 – A Deputada Iara Bernardi foi designada para ocupar a vaga de membro titular do Partido dos Trabalhadores, em substituição ao Deputado Fernando Marroni, que deixou o exercício do mandato, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 16, de 2014, lido na sessão do Senado Federal de 15.04.2014.
- 15 – O Deputado Antonio Roberto deixou de ocupar a vaga do PV, devido a sua aposentadoria, publicada no D.O.U em 08.05.2014, conforme Of. nº 802/2014/SGM/P, datado de 28.05.2014, do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Eduardo Alves, ao Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros.
- 16 – O Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 22/07/2014, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
- 17 – O Senador Wilder Moraes licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 17/07/2014, conforme Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014, deferidos na sessão de 17/07/2014.
- 18 – Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 32, de 21.08.2014, para ocupar a vaga de membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição ao Senador Wilder Moraes, nos termos do Of. Nº 16/14-GLDEM, de 05.08.2014, lido na sessão do Senado Federal desta data.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercossul

Edição de hoje: 296 páginas
(O.S. 13756/2014)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

